Tecnologias Sociais e de Comunicação como Recursos Educacionais em Alimentação

Organizadoras:
MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO
FLÁVIA MILAGRES CAMPOS
FABIANA BOM KRAEMER

TECNOLOGIAS SOCIAIS E DE COMUNICAÇÃO COMO RECURSOS EDUCACIONAIS EM ALIMENTAÇÃO

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO
FLÁVIA MILAGRES CAMPOS
FABIANA BOM KRAEMER
organizadoras

TECNOLOGIAS SOCIAIS E DE COMUNICAÇÃO COMO RECURSOS EDUCACIONAIS EM ALIMENTAÇÃO

Salvador
EDUFBA
2020

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa
Guga Monteiro

Projeto gráfico
Rodrigo Oyarzabal Schlabitz

Revisão
Laina Lisa Pereira

Normalização
Marcely Moreira

Sistema de Bibliotecas – SIBI/UFBA

Tecnologias sociais e de comunicação como recursos educacionais em alimentação /
Maria Cláudia da Veiga Soares de Carvalho, Flávia Milagres Campos, Fabiana Bom
Kraemer, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2020.
237 p.

Contém biografia.
Textos em português e espanhol.
ISBN: 978-85-232-1991-8

1. Nutrição. 2. Segurança alimentar. 3. Estudo e ensino. 4. Tecnologia educacional.
I. Carvalho, Maria Cláudia da Veiga Soares de. II. Campos, Flávia Milagres. III. Kraemer,
Fabiana Bom.

CDD – 792

Elaborada por Jamilli Quaresma / CRB-5: BA-001608/O

Editora afiliada à

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo
s/n – Campus de Ondina
40170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164

AGRADECIMENTO

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCTIC/CNPq) pelo apoio financeiro concedido através da Chamada CNPq/MCTIC nº 016/2016.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

MARIA CLAUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO
FLÁVIA MILAGRES CAMPOS
FABIANA BOM KRAEMER

Este livro foi organizado por professoras pesquisadoras vinculadas à Rede Latino-Americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Lassan), com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (MCTIC/CNPq) e apoio do Laboratório Digital de Educação Alimentar e Humanidades (Ladige) e Núcleo de Estudos sobre Cultura e Alimentação (Nectar), ambos parceiros da Rede Ibero-Americana de Pesquisa Qualitativa em Alimentação e Sociedade (Rede Naus). Esta iniciativa resulta de estudos que vêm sendo realizados no âmbito das pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGN/ UFRJ) e no Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-ANS/ UERJ) e de Instituições vinculadas à Rede Lassan, cujo intercâmbio entre docentes tem permitido identificar percepções comuns sobre a prática da pesquisa.

Consideramo-nos herdeiros de uma política de indução de iniciativas que fomentaram a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil nos últimos 15 anos. Dada às mudanças na condução desse processo, há uma tensão impondo-se a todos os envolvidos com a temática da SAN e do DHAA e coloca-se o desafio: como pensar as conquistas realizadas e continuar avançando?

No cenário atual, as tecnologias de comunicação muitas vezes nos desorientam com excesso de informações superficiais que obedecem a uma lógica de consumo, no entanto, nessa coletânea, nos desafiamos a pensar eticamente sobre nossas alternativas de alimentação e saúde na prática. A temática da SAN e do DHAA continua a suscitar debates e a propor

novas ações, mas em uma conjuntura menos favorável. O desenvolvimento científico e tecnológico, no Brasil, continua hoje tendo que enfrentar a desigualdade social em sua experiência cotidiana, porém com desmonte acelerado do papel do Estado em relação à gestão da vida coletiva. Nesse contexto, parece-nos fundamental identificar um discurso neoliberal capitalista na construção de um DHAA que responsabiliza individualmente o cidadão, e que atende à pressão de um complexo industrial Médico/Alimentar[1] na promoção de uma alimentação saudável.

Desse modo, buscamos reunir textos derivados de projetos de pesquisa que se aprofundassem no tema Tecnologias Sociais e de Comunicação na temática da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) com articulações entre prática e teoria. Por "tecnologias sociais", entende-se "[...] o conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida".[2]

As novas tecnologias de comunicação, assim como as redes sociais, disseminam novas condições de vida saudáveis em um turbilhão de soluções fáceis e rápidas, mas descontextualizadas e despolitizadas: novas normas globalizadas para um mundo idealizado. Produção, manipulação, conservação e abastecimento de alimentos produzem saberes formadores de opinião, de tendências e novas sensibilidades que precisam ser confrontados com pressupostos teóricos sensíveis a políticas de inclusão social na realidade cotidiana. As práticas de saúde não vivem apartadas das teorias sociais, as ações andam de mãos dadas com pensamentos em seus variados tipos de convivência. Contribuições diversas, oriundas de espaços sociais e perspectivas variadas, certamente enriquecem a pluralidade epistêmica de diferentes experiências e dão o tom das pesquisas que compõem esta obra.

Em consonância com a terceira diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que trata de educação alimentar e nutricional

---

1 CAMARGO JUNIOR, K. R. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 844-846, 2013.

2 INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. *Conhecimento e cidadania*: tecnologia social. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.

(EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA, partimos do entendimento de serem o ensino e a pesquisa sobre o ensino marcados por variadas perspectivas. Para nós, trata-se de um processo social de relações estabelecidas entre ensinar/aprender, saber/poder e realidade/verdade, nas quais aprendemos a ser cidadãos através de permanente negociação de sentidos na construção de novos esquemas de percepção, novas sensibilidades e subjetividades que circulam na cultura e na sociedade contemporânea. Nesta perspectiva, não nos restringimos à instituição escolar na condução/compreensão/interpretação deste fenômeno complexo que é o processo educativo; consideramos um papel "educador" da cultura onde o aprendizado de Direitos Humanos, por exemplo, envolve o entrelaçamento de diferentes experiências coletivas e distancia-se de "guias" orientadores de mudanças padronizadas do comportamento humano.

A pesquisa social foi um fio condutor que nos auxiliou a compreender a convivência de tantas contradições humanas no ambiente social envolvendo alimentação. A intenção desta iniciativa foi dar visibilidade a perspectivas críticas sobre estudos que pudessem problematizar os limites da ciência e tecnologia para pensar nossos caminhos de bem-estar. Os estudos estão voltados para a cultura local porque não nos cabe aqui universalizar finais felizes, nem por outro lado submetermo-nos a uma condição de desesperançados. Empenhamo-nos em estimular o debate de pressupostos teóricos que alimentam nossas operações mentais de análise das condições de vida, pois o que denominamos "melhor" assume sutis diferenças de acordo com seu referencial teórico, assume diferentes sentidos de um contexto social a outro.

Os capítulos que compõem esta coletânea adotam diferentes abordagens metodológicas e ideológicas, uma vez que um dos propósitos da obra foi não excluir a polifonia de significados intrínseca ao pensar, e buscar um maior conhecimento dos impasses e desafios presentes. Duvidar de modelos causais e intervenções elaborados a partir de diferentes referenciais é um modo de desnaturalizar padrões de vida para melhor compreendermos as alternativas que temos. Encontramos em vários capítulos uma bem-vinda perspectiva desafiadora contra saberes hegemônicos constituídos na tradição científica, o que consideramos uma etapa fundamental no desvelamento de tensões e conflitos. Não obstante,

diante da proposição de uma abordagem mais crítica, cabe reconhecer igualmente alguns desafios quanto às análises e argumentações, que por vezes deixaram de questionar contradições em discursos e problematizar a produção de verdades.

Os dois primeiros capítulos tratam de estratégias de formação, pesquisa e extensão em SAN, sustentadas pelas relações em redes, a partir do processo de estabelecimento e continuidade da Rede Lassan. No primeiro, "Ensino, pesquisa e extensão em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Experiências e Perspectivas em Rede", de corte historiográfico e documentalista, os autores apresentam um mapeamento de redes de colaboração e articulação em SAN a partir da Rede Lassan, descrevendo parte da trajetória dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia em SSAN. No capítulo seguinte, "Experiencia en el proceso de construcción de tecnologías sociales en el campo de la Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional en América del Sur", o processo de construção de diálogos entre pesquisadores é retomado, dessa vez do ponto de vista dos parceiros latino-americanos, contando com colaboração de argentinos, bolivianos, chilenos, colombianos e equatorianos, além de brasileiros. Nesse capítulo, os autores apresentam as atividades e as lições aprendidas, mas reconhecem também as descontinuidades e barreiras enfrentadas.

Os três capítulos seguintes exploram cursos de formação, tanto à distância quanto presencial. O manuscrito "A construção de cidadania em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional" discute a construção da cidadania como elemento fundamental para a defesa de direitos, a partir da análise de material elaborado por participantes de um curso sobre educação alimentar em equipamentos sociais. O texto levanta questões em torno da emancipação dos sujeitos, das relações de poder, da comensalidade e da participação social nas ações de EAN. O texto intitulado "Cultivando alimentos e nutrindo saberes: experiências de ensino-aprendizagem na comunidade da restinga" apresenta uma experiência de implantação de curso técnico voltado para agroecologia. O instigante nessa rica experiência é o movimento de participação comunitária e de colaboração interinstitucional. É importante que se possa dar visibilidade a cursos organizados de forma colaborativa, envolvendo diversas instituições de modo solidário em parcerias. Em

"Curso de formação em segurança alimentar nutricional, abastecimento e mercado institucional" é descrito um curso de educação a distância cuja temática, bastante relevante, foi alimentação escolar, agricultura familiar e abastecimento. Os esforços de aproximação Sul-Sul ficam evidentes nesse capítulo, dado que o curso é resultado de um projeto de pesquisa que conecta Brasil, Cabo Verde e Uruguai. Ressalta-se a relevância da pesquisa-ação desenvolvida.

Os próximos dois capítulos voltam-se para experiências em EAN envolvendo usuárias de unidades de saúde e buscam encorajar a reflexão sobre a abordagem educativa na prática profissional de nutricionistas. Essa é uma lacuna existente na literatura do campo da educação alimentar e nutricional, que avançou bastante na fundamentação teórica, mas que ainda na prática mantém propostas mais tradicionais e limitadas quanto à complexidade do objeto de atuação do nutricionista. A partir de uma pesquisa-ação, em "Desafios da atuação em grupos de Educação Alimentar e Nutricional", a pesquisa assume uma posição questionadora, expondo contradições vivenciadas por nutricionistas no desenvolvimento de grupo operativo. "Roda das amigas: percepções sobre saúde e alimentação saudável" traz o relato detalhado do processo de construção da ação educativa. A cada etapa apresentam o caminho percorrido, com uma reflexão sobre os resultados encontrados.

O último capítulo nasceu de uma inquietação com as várias moralidades que nos levam a um certo constrangimento quando não seguimos o padrão naturalizado dos "guias" para sermos saudáveis. Entendemos que fundamentar esse material no conceito-chave que é a ética abre possibilidades para pensar vários "saudáveis" em nossas experiências cotidianas. O texto dos autores Marília Duque Estrada Pereira e Luiz Peres-Neto envolve uma reflexão ética sobre os fenômenos em redes tecnológicas e comunicacionais envolvendo alimentação e saúde. Articulando a construção de vários "saudáveis" numa sociedade contemporânea potente para mudanças ao mesmo tempo reprodutora de doença crônica em seu imperativo neoliberal. A proposta para escrever sobre essa temática não foi fortuita, mas coincide com nosso entendimento de que as tecnologias de comunicação são uma criação humana, e nessa condição podem evitar a construção de um tecno-homem, sobre-humano e *always-on* como saudável e natural

para dar suporte a novos “acordos sociais” de cooperação e cordialidade em direção a construção de Direitos Humanos. Envolver-nos na discussão ética sobre os usos que fazemos dessas tecnologias de comunicação, portanto, nos parece algo irreversível no momento em que estamos vivendo.

Acreditamos que na esfera da pesquisa científica, somente através da autonomia político-institucional da universidade é possível gerar uma ciência que priorize o enfrentamento das desigualdades sociais com política inclusiva capaz de defender os Direitos Humanos. Os textos aqui reunidos expressam o compromisso da pesquisa com um debate ético sobre a complexidade das práticas sociais em suas diversas versões para inclusão social e melhoria das condições de vida em torno da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

PREFÁCIO

A RELEVANTE E URGENTE REFLEXÃO SOBRE A TRAJETÓRIA HISTÓRICA E OS MÚLTIPLOS CONTORNOS DAS QUESTÕES PÚBLICAS, DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS E DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

LUCIENE BURLANDY

Este livro nasce em 2020, no curso de uma conjuntura histórica muito peculiar da trajetória das políticas públicas no Brasil e no mundo, marcada pela desconstrução de instituições e por mudanças nos rumos da ação governamental, concomitante ao agravamento de crises econômicas e sociais que, paradoxalmente, tornam tais políticas ainda mais relevantes e demandam uma ação coletiva ainda mais vigorosa.

O questionamento radical de valores democráticos, o esgarçamento e mesmo a ruptura de vínculos sociais aparentemente estabelecidos, somados a evidência dos limites dos mecanismos de mediação de conflitos societários até então constituídos, conferem ainda maior importância às reflexões sobre as múltiplas concepções sobre o que é "público", sobre o processo de construção da esfera pública e sobre os seus amálgamas.

As consequências perversas do descompasso entre necessidades sociais e respostas governamentais já são evidentes e recaem especialmente sobre os segmentos mais vulneráveis da população que sentem em seu cotidiano a retração da ação estatal. Portanto, é urgente refletir sobre trajetórias de políticas públicas que foram até bem pouco tempo identificadas como virtuosas e efetivas em seus propósitos, tornando-se referência no

cenário internacional, especialmente para países marcados por desigualdades semelhantes as nossas.

Muitos sujeitos implicados com as políticas públicas no Brasil, sejam prestadores de serviços ou usuários, ou ambos – uma vez que todos somos sujeitos de direitos em sistemas públicos universais – buscam de alguma forma processar sua perplexidade diante da radicalidade e da gravidade da desconstrução de um legado de instituições que foram erguidas ao longo de várias décadas por meio de recursos públicos. Nesse contexto, há uma demanda latente por compreender melhor os fatores que contribuíram para a construção e para a desconstrução de ações instituídas e, no caso desta obra, destaca-se o diálogo com a trajetória histórica da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Tal política, mesmo tendo se tornado referência no cenário internacional, vem sendo progressivamente desconstruída desde 2016 e em sua forma mais radical desde 2019 com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) por meio da Medida Provisória do Governo Federal nº 870, de 1º de janeiro de 2019.

É nessa conjuntura que a presente obra reitera a relevância de abordar o tema da alimentação e nutrição a partir de um marco conceitual ampliado, "holístico", de direitos humanos, como destacam os autores no primeiro capítulo. Isso significa, dentre outras coisas, refletir sobre um tema tão essencial à vida a partir de princípios e valores específicos, tais como equidade, autonomia, respeito à dignidade humana, participação social e transparência. Esses princípios fundamentam, segundo os termos dos próprios marcos legais, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) formalmente instituído no Brasil em 2006. No entanto, como nos alertam as autoras no terceiro capítulo do livro, a dinâmica da realidade cotidiana pode tornar concepções e princípios, como o DHAA, contraditórios e confusos, ou até mesmo invisíveis. Portanto, destaca-se a relevância de reflexões que contribuam para compreender os múltiplos contornos desse processo a partir de movimentos cotidianos concretos em âmbito "macro" e "micro" social.

No caso brasileiro, a construção de saberes e práticas em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional se expressou, para além de diversos outros movimentos, na constituição de uma Política e de um Sisan

instituídos com o objetivo de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), tema transversal às reflexões dos(as) autores(as). O caráter intersetorial dessa política, que articula ações relacionadas com a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, contribuiu para mobilizar um conjunto amplo de instituições e sujeitos envolvidos com diversas pautas da agenda societária e governamental, relativas a um amplo espectro de ação pública. O processo construído, especialmente nas últimas três décadas, é simultaneamente consequente e instituinte de distintas redes sociotécnicas e redes de políticas integradas por múltiplos atores. A articulação com movimentos vivenciados em outros contextos nacionais é ainda mais enriquecedora e instigante e vale ser conhecida de perto, a exemplo da Rede Latino-americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que é uma das experiências abordadas no livro, especialmente no primeiro e no segundo capítulos.

Ao aprofundar o debate sobre Tecnologias Sociais e de Comunicação em processos educacionais, dialogando com a ação pública no âmbito do DHAA e da SAN, esta obra contribui para resgatar, sistematizar e registrar uma trajetória histórica singular e extremamente valiosa, que assume relevância ainda maior na atual conjuntura de desconstrução de políticas públicas.

Como dito, a dinâmica macropolítica que vinha sendo instituída no âmbito da SAN sofre uma inflexão importante em 2016, diante de mudanças estruturais nos rumos de atuação do governo federal. Ao reconhecerem que as ações em SAN na área de ciência e tecnologia têm como objetivo fortalecer as relações em rede e ao refletirem sobre tecnologias em processos educacionais na ótica do DHAA e da SAN os(as) autores(as) trazem contribuições significativas para compreendermos melhor as inflexões sofridas. De igual modo, nos convidam a refletir sobre o aprendizado decorrente, sobre as múltiplas faces que interagem e conformam a "sociedade brasileira", sobre os conflitos e contradições que atravessam o espaço público e sobre a complexidade dos processos de construção de cidadania em projetos de SAN, como abordado no terceiro capítulo do livro.

Se considerarmos as possíveis repercussões do processo de constituição de redes de políticas na construção de tecnologias sociais e de comunicação em alimentação, a trajetória de construção do Sistema Nacional

de SAN é particularmente virtuosa, pois envolveu um conjunto amplo de atores e sujeitos implicados com a garantia do DHAA. Essa rede integrada por organizações e movimentos societários; setores de governo; universidades e instituições de ensino; grupos de pesquisa; prestadores de serviços, dentre outros, vem mantendo o tema da SAN na agenda pública ao longo das últimas três décadas, independente das prioridades estabelecidas pelos governos. Boa parte dessas instituições caracteriza-se pelo acúmulo de experiências educativas que envolvem diferentes segmentos populacionais com culturas, histórias e modos de vida distintos, construídos em contextos urbanos e rurais de todas as regiões do país e do continente. A diversidade dos cenários nacional e internacional e o potencial criativo desta articulação em rede, que potencializa o compartilhar de experiências e saberes, possibilitou o desenvolvimento de estratégias educativas inovadoras, modos distintos de comunicação e diálogo em torno dos temas da Soberania e da SAN, tanto no âmbito da sociedade como nos espaços institucionais mais específicos dos governos. Tais estratégias contemplam múltiplas linguagens e formas de comunicação – técnicas, artísticas, poéticas, musicais – e assumem contornos tão diversos quanto às histórias de vida, a cultura, o contexto socioeconômico e o modo de viver das populações e povos que abrigam esses cenários.

Conhecer a riqueza e a multiplicidade de perspectivas e de conhecimento sobre as práticas alimentares e seus condicionantes é fundamental para os debates que atravessam a agenda pública contemporânea, marcada por questionamentos crescentes sobre os impactos dos sistemas alimentares nas dinâmicas sociais, na distribuição dos recursos existentes, nas questões ambientais e em saúde. São marcantes as conexões entre os modos prevalentes de produção, comercialização e consumo de alimentos e as mudanças climáticas, a degradação dos solos, a extinção de espécies, a prevalência crescente de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, sobrepeso e obesidade e a consolidação de diferentes tipos de iniquidades. As desigualdades de acesso a terra, aos bens produtivos e aos serviços públicos se expressam e, simultaneamente, se reforçam por meio de sistemas alimentares que são cada vez mais controlados por empresas transnacionais que concentram a produção e a comercialização de ultraprocessados, agrotóxicos e insumos agropecuários. Essa concentração de poder político

e econômico opera por meio da disseminação e da disputa de narrativas e de ideias sobre o que é ou não saudável, sobre os modos mais adequados de produzir, comercializar e consumir alimentos e também por meio das tecnologias publicitárias que amplificam determinadas vozes e não outras.

Nesse contexto, é particularmente relevante compreender os processos de construção de conhecimento sobre um tema tão amplo e complexo como a SAN, que envolve uma diversidade de modos e dinâmicas culturais em torno da alimentação e de seus múltiplos condicionantes. Considerando o contexto de iniquidades que marca a América Latina vale identificar práticas e tecnologias educacionais que valorizam o diálogo, que proporcionam um conhecimento construído a partir de relações mais horizontais, das experiências cotidianas e dos diferentes tipos de saberes e tradições. Processos desta natureza potencializam a expressão da multiplicidade de riquezas socioculturais dos povos e simultaneamente evidenciam as formas de exploração e de opressão que operam de modo a consolidar as desigualdades já tão registradas nos estudos e análises sobre o contexto latino-americano.

A construção de conhecimentos em Soberania e SAN se desenvolve em realidades que estão em constante transformação e que demandam reflexões em tempo real, em contextos marcados por muitas lacunas de saber e múltiplas incertezas. Portanto, são valiosas as reflexões sobre experiências educativas que contribuem para gerar formas críticas de pensar a respeito dos condicionantes das práticas e das dinâmicas dos sistemas alimentares em contextos concretos, bem como em relação aos interesses em disputa e as narrativas que são construídas para fortalecer determinados interesses e não outros e, acima de tudo, para naturalizar as desigualdades existentes. Tal nível de complexidade também demanda reflexões relativas aos princípios éticos e valores, assim como a identificação do caráter mais ou menos perverso, iníquo, assimétrico e autoritário das relações sociais que se estabelecem no âmbito das práticas educativas nos diferentes contextos que as condicionam.

Diferentes elementos desse conjunto de temas podem ser identificados ao longo das páginas deste livro. Sua abordagem criativa e o compromisso com o debate sobre ética, princípios e valores, evidenciado no capítulo que encerra a obra, contribuem para um olhar crítico sobre o processo

histórico de construção de sistemas econômicos e práticas sociais e seus efeitos sobre o corpo, a saúde, a alimentação e a vida humana. Dessa forma, os(as) autores(as) nos colocam diante de temas complexos e desafiadores e nos convidam a uma leitura que provoca, confronta e promove uma reflexão que é urgente e relevante.

CAPÍTULO 1

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS EM REDE[1]

DIONISIA NAGAHAMA
ELAINE MARTINS PASQUIM
ÉRIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI
FLAVIO LUIZ SCHIECK VALENTE
JANINE HELFST LEICHT COLLAÇO
MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA
PEDRO ISRAEL CABRAL DE LIRA

INTRODUÇÃO - PROBLEMÁTICA EM QUESTÃO E FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

Ao longo dos anos, o Brasil experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças em seu padrão de consumo, saúde e nutrição. A superação da fome e da desnutrição está relacionada à complexa rede de estratégias no âmbito socioeconômico, ambiental, agrícola e de saúde. (JAIME et al., 2018) Transições para dietas não saudáveis, no Brasil e no mundo, estão não apenas aumentando a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à alimentação, como também contribuindo para a degradação ambiental. (GLOBAL PANEL ON AGRICULTURE AND FOOD SYSTEMS FOR NUTRITION, 2016; SWINBURN et al., 2019)

1 O apoio aos projetos de cada centro regional foi financiado com recursos oriundos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC/Brasil), Ação 20UQ de Apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento para tecnologias sociais, extensão tecnológica e de inovação para inclusão social e desenvolvimento sustentável. Os projetos estão dentro do escopo do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional (PACTI SAN).

Desta maneira, esforços globais são urgentemente necessários para transformar coletivamente as dietas e a produção de alimentos. Segundo Willet e demais autores (2019), há a necessidade de abordagens integradoras da alimentação que combinem com objetivos científicos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e múltiplos atores, a fim de fornecer apoio essencial para uma transformação alimentar sustentável e saudável. Ao mesmo tempo, fica cada vez mais claro que é fundamental que o tema da alimentação e nutrição seja abordado a partir de um marco conceitual ampliado holístico de direitos humanos, que considere o marco de referência da soberania alimentar, dos direitos da mulher e da indivisibilidade de direitos, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, relacionadas ao tema, enfatizando o papel de sujeito de sua história dos habitantes do território. (BELLOWS et al., 2017)

A Lei nº 11.346/2006 apresenta o conceito adotado pelo Brasil de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que se alinha a essa perspectiva abrangente para o alcance de um sistema alimentar sustentável e saudável. (BRASIL, 2006) São princípios descritos na lei a universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, à preservação da autonomia e o respeito à dignidade humana; a participação social; a transparência. Há metas norteadoras para formação, pesquisa e extensão em SAN e em Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), especificamente para a ciência e tecnologia, em vários instrumentos como no Plano Nacional de SAN 2016-2019 (BRASIL, 2018a), na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2016-2022); no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Segurança Alimentar e Nutricional. (BRASIL, 2016; BRASIL; 2018c) Destaca-se que a alimentação saudável e os sistemas alimentares sustentáveis se conectam com todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). (NAÇÕES UNIDAS, 2015; WILLET et al., 2019)

O uso das tecnologias de informação e comunicação é um recurso pedagógico mediador de práticas educativas e vem ganhando cada vez mais importância. Para Freire (2000, p. 46), as tecnologias devem estar rigorosamente alinhadas “a uma ética a serviço das gentes e de sua vocação ontológica”, que é “a do ser mais”. Não estando voltadas a uma ética estreita e perversa cujo objetivo seja o lucro, o mercado.

Para além de informarem e comunicarem, as tecnologias também representam espaço peculiar de expressão dos sujeitos singulares em sua pluralidade, em seu jeito de ver, pensar e sentir o mundo de modo significativo. (RODRIGUES; PORTO, 2012) Portanto, elas possuem uma certa liberdade que permite um movimento dinâmico e ativo no sentido da ação-reflexão-ação dentro de um tempo e espaço no qual se inter-relacionam subjetividades individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, as tecnologias permitem uma ampliação significativa na disseminação de informação, tanto em termos territoriais como sociais, o que permite a participação informada de setores cada vez mais amplos da sociedade, na discussão de questões que antes se limitavam a grupos muito restritos e específicos, como temas a serem abordados em investigação cientifica, elaboração de políticas e sua implementação e monitoramento.

As ações em SAN na área de ciência e tecnologia visam fortalecer as relações significativas em rede. Neste texto, para compreender o significado de rede, optamos pela proposta de Amaral e Bosi (2016, p. 4), em que rede é "o espaço de disseminação do novo e não hegemônico, reestruturando sua arquitetura segundo a singularidade de seu conteúdo". Propostas de articulação em rede vêm sendo discutidas na sociedade como forma de governança, de modo que a cooperação entre diferentes sujeitos ocorra de forma horizontal. (SCHNEIDER, 2005) A integração de diversos dados e conhecimentos por meio da colaboração inter e transdisciplinar tem a finalidade de aumentar o escopo e aplicação de resultados para apoiar soluções de interesse global. (BARON et al., 2015) Entendendo, como Geertz (1989, p. 15), a cultura como "teia de significados", é que destacamos os princípios e significados que têm orientado a integração da rede em discussão neste ensaio. O apoio de tecnologias tem sido fundamental para facilitar as relações no campo complexo de conhecimento da segurança alimentar e nutricional.

Destaca-se que a rede também busca se aproximar do conceito de tecnologia social conforme Projeto de Lei nº 3329-B/2015. Segundo este instrumento, tecnologia social se caracteriza como: "atividades voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida, desenvolvidas mediante processo coletivo de organização, desenvolvimento e aplicação, que tenham por finalidade planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, adaptação, difusão e avaliação de: a) técnicas, procedimentos e

metodologias; b) produtos, dispositivos, equipamentos e processos; c) serviços; d) inovações sociais organizacionais e de gestão". Além disso, também deve "contribuir para a interação entre as esferas do saber acadêmico e do saber popular". (BRASIL, 2015, p. 3)

A ciência e tecnologia em SAN ao se aproximar desse modelo multiatores e transdisciplinar na definição de políticas públicas, de identificação de lacunas de conhecimento e geração de novos conhecimentos, favorece a resolução de problemas da realidade complexa e plural, privilegiando a diversidade e a criatividade geradas no vínculo formado entre os pesquisadores. Este ensaio busca analisar a estruturação da Rede Latino-Americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, formas e instrumentos de integração entre pesquisadores(as) desse campo temático.

Com vistas a apoiar a articulação em rede capaz de promover intercâmbio de conhecimento, mas também informação qualificada para subsidiar a tomada de decisão, foi se fomentando uma estratégia de governança colaborativa entre seus membros. Assim, são partes integrantes dessa governança: os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Rede Latino-Americana de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Plataforma NutriSSAN/ Comissão assessora. Tais estruturas serão detalhadas a seguir. Destaca-se que os Centros de Ciência e Tecnologia integram tanto a Rede Latino-Americana quanto da Plataforma NutriSSAN, sendo responsáveis por coordenar os projetos da Rede na sua região e por desenvolver ações singulares de acordo com sua vocação. Uma vez por mês os Centros e a comissão assessora se reúnem via webconferência coordenada pelo MCTIC, com apoio da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), para discutir estratégias, dificuldades e propostas de ações.

A REDE LATINO-AMERICANA DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O processo de construção da ciência e tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), foi organizado de modo a apoiar redes de articulação de pesquisadores. A partir das

ações brasileiras do MCTIC foi lançado, em 2012, um programa conjunto de fomento ao ensino, pesquisa e extensão em SSAN pelas autoridades máximas de Estado da área de ciência e tecnologia dos países da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Entretanto, em 2018, com a saída do Brasil desta instância, houve uma reorientação de foco da estratégia para que a articulação entre pesquisadores e instituições ocorresse no âmbito da América Latina. Nesse sentido, realizou-se, em maio de 2018, o I Seminário da Rede Latino-Americana de SSAN. O fomento à internacionalização dos grupos de pesquisa em SSAN e a institucionalização dos elementos constituintes da rede podem ser resumidos na Quadro 1.

Quadro 1: Etapas para articulação da Rede Latino-Americana de SSAN. Brasil, 2012-2018

Etapas	Ações Realizadas
Fomento ao Ensino, Pesquisa, Inovação e Extensão em SSAN de Instituições de Educação Superior brasileiras com parceria internacional;	Chamada MCTIC/ CNPq nº 82/2013 – 25 projetos apoiados (cerca de 100 Instituições de Ensino Superior – (IES) em países da América Latina e África); Chamada MCTIC/ CNPq nº 16/2016 – 89 projetos apoiados (cerca de 300 IES em países da América Latina);
Instituição de Centros de Ciência e Tecnologia na área de Segurança Alimentar e Nutricional para articulação de projetos brasileiros com parceria internacional;	Primeira formalização de um Centro Regional para apoio à articulação da Rede SSAN, iniciada em 2013 e formalizada em 2014, com a Unesp; Articulação de 5 Centros de Ciência e Tecnologia (C&T) em SSAN (Além da Unesp, Unila, UFPE, UFG, Inpa);[2]
Institucionalização C&T em SAN.	Parceria com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP) para apoio à articulação em rede (via Plataforma NutriSSAN); Portaria MCTIC nº 4400/ 2018 (Comissão Assessora); Articulação de no mínimo dois Grupos de Interesse Especial (SIGs) por Centros de C&T em SSAN (um temático e outro para articulação dos projetos regionais).

Fonte: elaborado pelos autores.

Os projetos apoiados vão além das parcerias na América Latina. No último edital em 2016, os estudos aprovados envolveram: Colômbia, Chile, Argentina, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, México, Uruguai, Holanda, Reino Unido, França, Canadá e Estados Unidos. Buscam realizar cursos a

2 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Universidade da Integração Latino-Americana (Unila); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal de Goiás (UFG); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).

distância, intercâmbio de pesquisadores e alunos, pesquisas colaborativas, dupla-diplomação, coprodução, troca de experiências e tecnologias, aprimoramento de estratégias metodológicas e indicadores. Com a chamada Pública de 2016, houve maior disseminação de projetos, especialmente para a região Nordeste. O público dos projetos foi bastante diverso, mas a maior parte envolvia agricultores familiares, seguido de povos e comunidades tradicionais, e estudantes. As linhas temáticas mais procuradas foram as de sistemas alimentares, educação alimentar e nutricional e antropologia da alimentação.

A PLATAFORMA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – NUTRISSAN

Em abril de 2016, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) apoiou a realização de um encontro, coordenado pelo MCTIC e Ministério das Relações Exteriores (MRE) para início de uma discussão sobre a necessidade de interligar atores comprometidos com o DHAA. Discute-se a possibilidade de parceria com a Rede Nacional de Pesquisa, via Plataforma NutriSSAN, para cooperação, trocas de conhecimento e práticas em SSAN com participação social para apoiar a tomada de decisão junto à ciência e tecnologia.

Inicialmente, o encontro foi promovido visando a aproximação de metas internacionais para enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional, realização do DHAA, dos ODS e estímulo a parcerias, inclusive privadas, frente à estratégia de "Nutrição para o Crescimento". Com o tempo, aprimorou-se a compreensão sobre a proposta, evoluindo-se o entendimento sobre o objetivo da NutriSSAN em se constituir em uma plataforma capaz de articular redes em SSAN. Ainda, as instituições que poderiam se tornar Unidade NutriSSAN seriam aquelas de educação, ciência e tecnologia desde que "públicas ou privadas sem fins lucrativos". (BRASIL, 2018b, p. 6)

Portanto, além de encontros presenciais, a ferramenta principal de comunicação disponibilizada para apoiar a organização dos pesquisadores ocorre de forma virtual com apoio da Plataforma NutriSSAN. Esta

ferramenta tecnológica permite a vídeocolaboração e o incentivo à criação de Grupos de Interesse Especial (Special Interest Groups – SIG), em diversas profissões e especialidades da área de SSAN. A NutriSSAN é uma iniciativa fomentada e coordenada pelo MCTIC, em parceria com a RNP, que visa a apoiar o aprimoramento de iniciativas já existentes e incentivar nas instituições de ensino-pesquisa-extensão em SSAN a articulação de futuros trabalhos interinstitucionais. Procedimentos essenciais para a compreensão dos processos de adesão e uso da Plataforma estão no manual e guia prático do técnico operacional NutriSSAN. (BRASIL, 2018b)

O documento aponta para a importância de respeito a princípios da SSAN, aos quais se complementam a lógica da tecnologia social e da ética, de modo a evitar conflitos de interesse. Portanto, adotou-se que para se aderir à Plataforma NutriSSAN (abertura de unidades e SIGs) é necessária a análise de pesquisadores-especialistas apontados como pontos focais, um para cada bioma brasileiro, nos eventos da NutriSSAN e da Rede. Estes compõem uma Comissão Assessora, cuja análise deve verificar se as instituições atendem a aspectos como:

> Participação anterior nas atividades de SSAN [...], conforme explicitados na Lei nº 11346/2006, no Decreto nº 6272/2007 e no Decreto nº 7272/2010, e outros documentos balizadores de âmbito internacional para ações dessa natureza. (BRASIL, 2018b, p. 8)
>
> Atividades colaborativas de SSAN de forma intersetorial, interdisciplinar e por meio de diálogo de saberes; que promovam ensino, pesquisa e extensão na SSAN; e não façam uso da plataforma para fins comerciais e de autopromoção. (BRASIL, 2018b, p. 8)

OS CENTROS REGIONAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SSAN

Diante da necessidade de se fortalecer a agregação de pesquisadores e extensionistas dos projetos apoiados pelo MCTIC na área de SSAN, articularam-se Centros Regionais de Ciência e Tecnologia em SSAN. Os centros foram identificados devido à experiência prévia na Rede Latino-Americana de SSAN, além de capacidade de infraestrutura e interesse em reforçar a

cooperação via Plataforma NutriSSAN, ampliando o processo de discussão da rede inclusive com outras regiões, países, instituições e áreas temáticas.

A organização da rede conta com o apoio de cinco Centros Regionais com vocações temáticas singulares. Cada um deve articular no mínimo 2 grupos de SIG, um para interação mensal entre os pesquisadores da região, e outros para formação EaD (educação a distância) na sua temática específica. Possuem a responsabilidade de atuar minimamente com os projetos aprovados na sua região (com parceria na América Latina). Alguns Centros já estão atuando ativamente na articulação dos projetos com a sociedade e com os demais pesquisadores, e outros estão em fase de organização, conforme se detalhará a seguir.

Por meio da articulação dos pesquisadores é possível integrar dados, resultados, tecnologias, possibilitando a agregação do conhecimento científico produzido em diálogo com conhecimentos tradicionais, populares, de modo a apoiar a elaboração de políticas públicas e gerar soluções locais.

Durante o I Seminário Internacional da Rede Latino-Americana de SAN, realizado de 22 a 24 de maio de 2018, compreendeu-se que os envolvidos na rede devessem seguir os princípios da segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção da dignidade humana, a importância de se estar a serviço de uma ética da coletividade, com atores posicionados em relação à necessidade de contribuir para transformações sociais e livres de conflitos de interesse comerciais.

A interação e compartilhamento dos projetos devem ocorrer como forma de dinamização para que a rede tenha papel ativo na sociedade, com construções e produções compartilhadas entre projetos e com os diversos sujeitos envolvidos no território. A comunicação deve ocorrer de modo a socializar, avançar e humanizar a ciência e tecnologia.

CENTRO REGIONAL DE C&T EM SSAN CENTRO-OESTE

Coordenado pelo Grupo de Estudos em Consumo, Cultura e Alimentação (GECCA), visa expandir discussões sobre o comer e o alimento, incorporando temas recentes, pensando novas metodologias e formas de permitir o acesso ao conhecimento produzido. É um Centro de apoio à região Centro-oeste para articulação das iniciativas de ensino, pesquisa e extensão

em SSAN e cultura alimentar, tendo como ferramenta a plataforma virtual NutriSSAN. Iniciou suas atividades em junho de 2018, embora o acesso à rede só tenha ocorrido oficialmente em dezembro desse mesmo ano.

A partir do projeto aprovado[3] na Chamada nº 16/2016, foram construídas parcerias com universidades internacionais e nacionais, associações, cooperativas, organizações não governamentais (ONGs), fundações etc., permitindo criar uma rede que pudesse sustentar uma base inicial para o Centro, embora dentre os objetivos ainda em andamento esteja o de estreitar laços com os demais projetos regionais que integram a mesma chamada, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Quadro 2). Neste ponto reside o principal desafio do Centro, pois apesar da preocupação de incorporar a transdisciplinaridade, na prática não é uma tarefa fácil de conquistar, uma vez que ainda há uma imensa compartimentalização dos saberes, com implicações na própria produção acadêmica e a forma pela qual será avaliada e/ou quantificada. Exemplo disso é a publicação de artigos em revistas que pontuam bem em uma área, mas não em outras, o que não contribui para uma parceria mais efetiva e resultados mais robustos, o que se revela, inclusive, no diálogo com projetos de distintas matrizes disciplinares.

Quadro 2: Parcerias do Centro de Ciência e Tecnologia em SSAN – Centro-Oeste. Brasil, 2018

Parceria	Objetivo
Centro de Aprendizagem em Rede (CIAR) da UFG;	Oferta de curso a distância na área de alimentação e cultura dedicados às questões sobre identidade, saberes locais, território, memória, patrimônio, movimentos sociais;
Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás – UFG;	Alcance das atuais ações e políticas públicas, mecanismos de governança e de participação da sociedade;
Universidad de Buenos Aires;	Alimentação adequada e saudável e obesidade (sistemas alimentares e suas relações simbólicas);
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz;	SIG Sistemas alimentares, patrimônio e culturas alimentares;
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT;	SIG Dietas contemporâneas, consumo e obesidade;
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.	SIG Mudanças Alimentares, neofobia e neofilia, comestível *versus* não comestível.

Fonte: elaborado pelos autores.

3 Chamada nº 16/2016 com projeto denominado “Saberes, práticas e soberania alimentar da cultura regional do Centro-Oeste do Brasil”.

No tema das parcerias, vale destacar a relação com a Universidade de Buenos Aires, que propiciou diálogos importantes a partir de projetos que transitam no tema do espaço: um que trata de hortas urbanas e que resultou em um projeto de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG); e outro projeto trata de ambientes obesogênicos que dialoga ainda com outro projeto coordenado pelo GECCA, em resposta ao edital universal do CNPq/2016, intitulado "Consumo e Cidades: o acesso ao alimento considerado saudável no contexto urbano". Ainda, dessa parceria resultou a organização de um Grupo de Trabalho (GT) na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada em julho de 2019, em Porto Alegre/RS e que consolidou o caminho percorrido pela parceria.

Com relação aos grupos de interesse especiais (SIGs), o primeiro SIG que teve sua proposta elaborada foi o de Cultura e Territorialidades, entretanto, quando lançada a ideia desse SIG no I Seminário Internacional da Rede SSAN, realizado em Brasília em 2018, observou-se a necessidade de ampliar seu escopo, de modo que se abrigassem mais parceiros de outras disciplinas, mas sem abandonar a questão do espaço. Desse modo, iniciou-se a discussão do SIG a partir de outro ângulo que foi a relação entre alimentação e cultura, sem perder de vista as questões territoriais, assim tendo a oportunidade de contemplar outras temáticas contemporâneas. Foram realizados inúmeros debates ratificando a necessidade de o SIG ser mais abrangente: Alimentação, Nutrição e Cultura. Este SIG conta com parceiros conforme Quadro 2. Nesse sentido, buscando consolidar esse SIG, foram estabelecidas parcerias regionais para além dos projetos que constam na Chamada CNPq/MCTIC 16/2016, de forma a ampliar o alcance do Centro. Assim, foram incorporadas outras instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/ Brasília), visando trabalhar sistemas alimentares, patrimônios e culturas alimentares; a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que trabalha no desenvolvimento de novos alimentos e sua dimensão simbólica, discutindo o comestível x o não comestível, neofilia e neofobia; e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que aborda mudanças alimentares, consumo e obesidade. Nesse mesmo SIG, os Centros regionais sul e sudeste participam ativamente, focando sobretudo nas questões que envolvem culturas alimentares.

As parcerias se efetivam de várias formas: reuniões virtuais mensais, nas quais se discutem temas previamente escolhidos; elaboração de conteúdos como vídeos, cursos de curta duração para serem vinculados à plataforma; organização de eventos, como grupos de trabalho na 13ª RAM (julho/2019) e no IV ENPSSAN (setembro/2019); estágio de pós-doutoramento em instituição parceira. São ações que ocorrem em diversos níveis, mas têm como objetivos fortalecer os vínculos, discutir temas de interesse comum, identificar elementos que possam contribuir para a sistematização do conhecimento e seu posterior compartilhamento.

Ainda foram pensados mais dois SIGs: um que poderia ser considerado um desdobramento natural da própria vocação do Centro de concentrar projetos e pesquisas regionais parceiros do edital n°16/2016. E ainda, foi proposto o terceiro SIG que busca discutir ações e políticas públicas em SSAN, uma iniciativa de abarcar a transdisciplinaridade, partindo da parceria com a Faculdade de Nutrição (Fanut) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Além dos SIGs, o Centro vai trabalhar com pequenos módulos de curso EaD, que ficarão disponíveis na plataforma NutriSSAN e vinculado ao Centro de Aprendizagem em Rede (Ciar) da UFG. Outro aspecto em torno do acesso, é que se iniciou a organização da biblioteca virtual, tarefa que conta com dois bolsistas para a separação e catalogação de artigos sobre o tema que, posteriormente, serão integrados a trabalhos acadêmicos (teses e dissertações), pesquisas, relatórios, livros etc.

Outras atividades estão transcorrendo no Centro, como a produção de conteúdo que serão disponibilizados também na plataforma, embora ainda em fase de planejamento. Para um resultado de ordem prática, surgiu a possibilidade de trabalhar com membros de uma associação de pequenos produtores, parceira no projeto do edital de 2016, para desenvolver uma tecnologia social destinada a orientar os seus membros a criarem seu próprio material de vídeos. Esta possibilidade está sendo avaliada para atingir um resultado adequado às atuais condições de trabalho dessas pessoas.

Como é possível notar, o papel do Centro é gerar articulações e vínculos nos mais variados níveis. A ideia que prevalece é o seu caráter regional, que também não é hegemônico, mas permite organizar as atividades em torno de um conceito reconhecido, embora dependa de outros fatores tais

como economia, política, cultura, sociedade etc. e que torna o Centro em um grande desafio no sentido de alcançar o objetivo de integração local.

CENTRO REGIONAL DE C&T EM SSAN NORDESTE

Coordenado pelo Grupo de Nutrição em Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco, visa apoiar a formulação, implementação e avaliação de programas, projetos e atividades na área de nutrição em saúde coletiva e em segurança alimentar e nutricional na região, e facilitar a articulação com/ entre os já existentes a partir de uma abordagem holística do direito humano à alimentação e nutrição, firmemente ancorada no marco conceitual de referência da soberania alimentar e da indivisibilidade de direitos. Entende-se que esta abordagem permite a integração efetiva da dimensão dos princípios de direitos humanos (participação, prestação de contas, não discriminação, transparência, dignidade humana, empoderamento/ apoderamento, estado de direito, exigibilidade, não retrocesso), enquanto orientação dos processos, bem como da dimensão da natureza dos direitos (universalidade, indivisibilidade, interdependência, inalienabilidade etc.) que são fundamentais para a identificação e seleção adequadas das metodologias e instrumentos a serem utilizados no estudo de qualquer tema relativo à alimentação e nutrição em sua verdadeira complexidade.

Em relação ao estabelecimento de SIGs, o primeiro a ser articulado foi o que se dedica à promoção e proteção do direito humano à alimentação e nutrição adequadas (SIGDHANA). Este SIG propõe-se a ser um grupo que adquira uma dimensão nacional e mesmo internacional, tanto em âmbito latino-americano como no âmbito de países de língua portuguesa. Inicialmente, a partir de agosto de 2018, foram feitos contatos com os embriões dos outros Centros regionais, buscando o estabelecimento de parcerias que pudessem viabilizar o lançamento do grupo. Ao mesmo tempo, foram feitos contatos preliminares com redes e organizações que trabalham com o direito à alimentação e nutrição adequadas, tais como a FIAN Internacional (Food First Informationand Action Network), a Rede Global para o Direito Humano à alimentação e nutrição, a RedSAN PLP (Países de língua portuguesa), o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança

Alimentar e Nutricional, entre outras. Desde o primeiro momento, tem-se contado com a parceria solida da Unesp de Botucatu, que assumiu a coordenação compartilhada do SIG, juntamente com o departamento de nutrição da UFG, com a FIAN Brasil, e uma conjunção de esforços entre o Conselho Regional de Nutricionistas da 6ª região e do fórum baiano de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Nutrção Adequadas (DHANA).

Este SIG, que já vem desenvolvendo trabalhos desde outubro de 2018, atua em duas áreas prioritárias relacionados ao DHANA:

- Organização e facilitação de uma série de reuniões temáticas sobre tópicos relevantes à promoção da exigibilidade do DHANA, utilizando a plataforma NutriSSAN, com sessões abertas ao público em geral, mas dirigidas prioritariamente ao público envolvido com a estruturação e funcionamento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em especial no que tange à realização do DHANA da população servida pelas políticas de SAN. Neste grupo se incluem movimentos sociais diversos (pequenos produtores rurais, pescadores, religiões de matriz africana, movimento negro, quilombolas, indígenas, comunidades urbanas de periferia etc.), servidores públicos envolvidos na gestão e funcionamento do SISAN, pesquisadores, professores e estudantes interessados no tema, outras pessoas interessadas. As sessões são facilitadas de maneira alternada por palestrantes oriundos dos diferentes grupos que compõem o público, de maneira a propiciar um efetivo intercâmbio de opiniões e experiências. As reuniões vêm se realizando desde janeiro de 2019, contando com a participação em média de 60 a 70 pessoas. A agenda é pública e os temas podem ser sugeridos para inclusão, tendo em vista o interesse de diferentes grupos. Como exemplos podemos citar reunião facilitada por liderança do povo indígena Kuna, do Panamá, onde foi relatada a experiência deste povo que goza de plena autonomia política e econômica, em definir sua política de soberania alimentar,

e feita uma comparação com povos indígenas no Brasil, em que se está longe disto. Uma segunda foi a oportunidade de presenciar um debate de quatro ex-presidentes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) sobre a proposta de extinção do referido conselho, pelo atual governo, tema bastante atual. E finalmente, houve a oportunidade de ouvir a experiência da FIAN Internacional em facilitar a cooperação entre as Universidades e seu corpo docente e discente com os movimentos sociais, em diferentes países, com o objetivo de dar resposta à grave crise de insegurança alimentar em muitos países do mundo. Neste momento, estamos discutindo a expansão da atividade para o público de língua inglesa, por meio de captação de recursos em parceria com o Departamento de Nutrição e estudos da alimentação da Universidade de Syracuse (New York) e com a Universidade de Coventry (Reino Unido), para viabilizar tradução simultânea e/ou legendas (Quadro 3).

- Em paralelo a isto, o SIG está elaborando uma proposta de capacitação de multiplicadores voltados à promoção da exigibilidade do DHANA em suas diferentes dimensões. A proposta é que este treinamento inclua componentes de EaD e educação popular presencial, dentro do marco de referência da pedagogia da problematização e educação popular. A ideia é que se formem grupos de multiplicadores por comunidade, por área de atuação, por programas, nos diferentes estados e municípios, e que este processo local seja catalisado por ativistas que já tenham tido experiência com a metodologia e/ou com o tema, funcionando como facilitadores locais. Estes facilitadores, por sua vez, serão apoiados por supervisores em âmbito estadual e âmbito nacional. Propõe-se que o curso tenha 4 meses de duração no máximo, e que cada grupo concluiria o seu curso com o estabelecimento de um processo de exigibilidade do DHANA no âmbito de sua área

de atuação, e com o projeto de replicação do projeto em sua área de influência. A elaboração do curso tem contado com a participação regular nas reuniões de trabalho, via NutriSSAN, de representantes do Centro de C&T em SSAN Sudeste/ Unesp Botucatu, do Fórum Baiano de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, do CRN 6ª região e da FIAN Brasil (Quadro 3). Em 2019, o curso seria dirigido ao público brasileiro, e em 2020 a experiência seria ajustada à realidade latino-americana, e em 2021 à realidade dos povos de língua portuguesa.

Quadro 3: Parcerias do Centro de C&T em SSAN – Nordeste. Brasil, 2018

Parcerias	Objetivo
Fian Internacional (Food First Informationand Action Network/ Rede de Ação e Informação pelo Direito a se Alimentar); Fian Regionais na América Latina e no Brasil;	Aprofundamento e atualização sobre a situação de promoção e proteção do direito humano à alimentação e nutrição adequada;
RedSAN Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;	Aprofundamento da temática com Países de Língua Portuguesa;
Syracuse University Nutrition and Food Studies Department, NEW York. EUA;	Aprofundamento sobre o tema de Sistemas alimentares e DHANA;
Universidade Federal de Goiás; Centro de C&T em SSAN Sudeste/ Unesp Botucatu; Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) - 6ª Região Fórum Baiano de Soberania, SAN;	Co-coordenação do SIGDHANA;
Universidade Federal de Sergipe – UFS; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade de Pernambuco – UPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.	Co-coordenação do SIG Projetos.

Fonte: elaborado pelos autores.

O segundo SIG se encontra em fase de articulação e tem o propósito de reunir e articular os projetos de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) desenvolvidos no Nordeste, com destaque para aqueles apoiados pelo MCTIC. Serão realizados encontros mensais para

apresentação e discussão dos projetos, mapeando aspectos convergentes e diferenciais com o intuito de visualizar o estado da arte da produção científica na área de SSAN na região Nordeste do Brasil. Busca-se também com isso expor as inovações, potencialidades e desafios na temática, de modo a nortear o desenvolvimento de estratégias para o avanço na produção do conhecimento e tomada de decisões frente aos problemas relativos à SSAN.

Propõe-se que sejam feitas duas reuniões por mês para exposição e discussão dos projetos/ resultados. Ainda, que se aproveite o IV Encontro Nacional de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ENPSSAN), em setembro de 2019, para fazer uma síntese de ideias e resultados dos Projetos da Região Nordeste para apresentação no evento.

Com base nesta discussão está se propondo a construção de um Seminário de Pesquisa em SSAN no Nordeste para 2020. As parcerias visam desde o aprofundamento teórico, atualização temática, até o apoio à própria coordenação do SIG Projetos, que será feita de forma colegiada e compartilhada por pessoas designadas pela Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (Quadro 3). Este SIG visa dar visibilidade e fomentar a difusão de saberes e tecnologias sociais promovidas ou desenvolvidas no âmbito dos projetos de pesquisa-extensão apoiados pelo edital do MCTIC/CNPq nº 16/2016 na Região Nordeste, e mais alguns projetos da Chamada MCTIC/CNPq nº 19/2017 – NEXUS, além de proporcionar a articulação e diálogos sobre SAN entre instituições. Atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos projetos também contribuirão para a exigibilidade e realização progressiva do DHANA.

CENTRO REGIONAL DE C&T EM SSAN NORTE

Coordenado pelo Grupo de Pesquisas em Alimentos e Nutrição/ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Centro visa investigar as potencialidades da biodiversidade amazônica. Objetiva a geração de renda e

melhorias das condições de saúde, nutrição, segurança alimentar e nutricional, além da valorização dos alimentos regionais, da tradição alimentar e das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC).

Em 2013, o Inpa,[4] desenvolveu um projeto contemplado pela chamada pública n° 82/2013, iniciando a parceria com o MCTIC. A partir desse projeto multicêntrico foram construídas parcerias com organizações não governamentais, movimentos e associações, voltados à temática de Tecnologias Sociais em SAN, permitindo criar uma rede que atuasse no desenvolvimento socioeconômico regional. Salienta-se que esta temática é recente no universo acadêmico, principalmente em instituições que visam prioritariamente à pesquisa, limitando o número de grupos identificados.

Desta maneira, as pesquisas do grupo, que antes eram prioritariamente voltadas à saúde da população, passaram a agregar temas voltados à agricultura familiar, geração de renda e a questões sociais. Seguiu-se, portanto, uma estratégia de articulação com outros grupos para ampliar a rede, agregando pesquisadores que atuam em SSAN e EAN, uma jornada árdua, visto que a dimensão geográfica e a dificuldade logística desta região provocam muitas limitações para a agregação de pesquisadores de outras localidades. Este é o grande desafio que se pretende transpor com a utilização da Plataforma NutriSSAN.

Dentro desta perspectiva, com prioridade no fortalecimento dos grupos de pesquisa nestas temáticas, está em articulação o SIG SSAN Norte que visa apoiar as iniciativas de ensino, pesquisa e extensão em SSAN na região Norte, agregando os coordenadores das duas Chamadas da Rede Latino-Americana de SAN (Quadro 4).

---

4 Chamada nº 82/2013 com projeto denominado “Capacitação de professores, merendeiras e agricultores familiares para a promoção da alimentação saudável na escola: um estudo multicêntrico”.

Quadro 4: Parcerias do Centro de C&T em SSAN – Norte. Brasil, 2018

Parceria	Objetivo
Secretaria de Estado de Educação – Amazonas;	Hortas escolares com PANC;
Universidade Federal do Amazonas – UFAM;	Políticas públicas de superação de InSAN; Centro Colaborador em Alimentação Escolar – Cecane;
Instituto Federal do Amazonas – IFAM;	Horta PANC; Tecnologia de pescado;
Universidade do Estado do Amazonas – UEA;	Fortalecimento do SISAN na região Norte;
Rede Maniva de agroecologia – REMA;	Agroecologia, agricultura familiar orgânica;
Consea/ Caisan Amazonas;	Protocolo de formação de conselheiros;
Slow food convívio Manaus;	Extensão, alimentos regionais e PANC;
Universidade Federal do Acre – UFAC; Universidade Federal de Rondônia – UFRO;	Articulação e fortalecimento de pesquisas sobre SSAN;
Universidade Federal de Rondônia – IFRO;	Sistemas agroflorestais e agroextrativistas;
Embrapa Amazonas;	Políticas públicas de superação de InSAN;
Embrapa Roraima;	Quintais sustentáveis e PANC;
Universidade Federal do Pará – UFPA;	Saberes e práticas alimentares de quilombolas; Boas práticas de produção de peixe;
Instituto Federal de Roraima – IFRR;	Agroecologia e SAN na formação superior indígena;
Coordenação de Pesquisa em Tecnologia – Inpa;	Agricultura familiar e Tecnologia de Pescado;
Centro de C&T em SSAN/Unila.	Participação no SIG Guias alimentares na América Latina.

Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar de o Centro não ter sido formalmente inaugurado, a articulação deste SIG tem sido realizada concomitante ao projeto que objetiva o fortalecimento do SISAN qualificando e apoiando os membros dos Consea e das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) de quatro estados da região Norte, na construção e implementação das políticas e do plano de SAN. Tal projeto é coordenado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e fortalece os contatos com as demais instituições da região.

O SIG SSAN Norte também foi pensado devido à existência de outros projetos multicêntricos e/ou que envolvem as políticas públicas, cujas coordenações estão no Amazonas, como o Centro Colaborador da Alimentação Escolar (Cecane) e o projeto de ampliação e qualificação de agricultores familiares do movimento *Slow Food*. O primeiro por ter acesso aos municípios do Amazonas e com isso às universidades e institutos federais; o segundo por fazer parte de um projeto multicêntrico envolvendo todas as

regiões do país. Evidencia-se, portanto, a vocação do grupo para a capacitação e formação de recursos humanos e, desta maneira, a necessidade de estratégia de articulações para manter as parcerias destas instituições de referência. A proposta fortalece uma rede de instituições da região Norte para o intercâmbio de pesquisadores. No primeiro momento os diálogos estão sendo entre os estados da região, e no segundo momento será com o restante do país e os países da América Latina que colaboram com os projetos da Chamada n° 16/2016.

O segundo SIG, referente à temática PANC, surgiu novamente do desdobramento do projeto da Chamada nº 82/2013 com a demanda da Secretaria de Educação na implementação de hortas PANC nas escolas, como instrumento pedagógico para a educação ambiental, nutricional, e agroecológico; pela proximidade e facilidade de contar com o pesquisador precursor deste tema na área acadêmica; além de o Inpa ser referência em análise de alimentos na região, fazendo parte do projeto Biodiversidade para Alimentação e Nutrição (BFN). Soma-se, ainda, o crescente interesse sobre este tema, bem recente nas áreas de gastronomia, nutrição, agronomia, antropologia, botânica, entre outras. Os Centros de C&T em SSAN Norte e Sul se articularam para coordenar em conjunto o SIG Guias Alimentares na América Latina.

As ações do Centro para estes SIGs têm como características a formação e capacitação de recursos humanos, especialmente de multiplicadores; a multissetorialidade; a integração dos diferentes atores; o planejamento participativo das ações pela comunidade acadêmica; a interinstitucionalidade; a abrangência e, por último, o grande impacto social. Tais capacitações são de competência das instituições de ensino-pesquisa, gerando e difundindo os conhecimentos destinados à melhoria da distribuição de renda e riqueza, respeito ao meio ambiente, convergindo todas estas ações para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para alcançar os objetivos, espera-se que o Centro conte, também como parceiros, com organizações da sociedade civil e com representantes dos movimentos sociais, que irão contribuir na identificação das ações já existentes e subsidiar as ações futuras (Consea e Rema). Assim, todos poderão contribuir com políticas públicas direcionadas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável do país e dos povos de cada região (Quadro 4). Desta forma, o Centro integra-se adequadamente para servir de apoio às políticas,

programas e ações que visam à redução da exclusão social por meio dos programas relativos à segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar agroecológica, saúde, meio ambiente, água e saneamento e tecnologia social.

CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SSAN SUDESTE

O Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação em SSAN (Interssan), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), visa promover a interlocução entre instituições e sociedade para produzir e ampliar o acesso às tecnologias sociais e gestão de políticas públicas, além de formação e promoção de práticas alimentares que proporcionem saúde e bem-estar. Toma como fundamento o DHAA e o direito a terra; como desafio a transformação dos sistemas alimentares para que se tornem sustentáveis, resilientes, justos, inclusivos e promotores de saúde.

O Interssan envolve a comunidade acadêmica da Unesp, por meio do Grupo Integrador do Ensino, Pesquisa e Extensão da Unesp (Gissan), congregando grupos de pesquisa, ensino e extensão de 17 das 34 unidades acadêmicas da Universidade e envolve a sociedade civil e o poder público dedicados às políticas de SAN integrantes da Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária (Rede-SANS). A sede física do Interssan encontra-se no Instituto de Biociência de Botucatu (IBB), que se articula com os coletivos de unidades acadêmicas da Unesp em municípios do estado de São Paulo. Entretanto, os territórios de articulação envolvem desde o local e regional até o nacional e parcerias internacionais, em especial na América Latina e África. A integração ocorre predominantemente em meio virtual (plataforma NutriSSAN).

Para tanto, dedica-se ao desenvolvimento de habilidades e competência em processos de formação e educação, às soluções tecnológicas coletivamente construídas e ao fortalecimento dos mecanismos de governança das políticas públicas do SISAN. O público envolvido no processo inclui, além da comunidade acadêmica, também agricultores, consumidores, beneficiários de programas sociais, agentes sociais, gestores, técnicos e trabalhadores. Adota como estratégia o trabalho em rede, a participação social e a intersetorialidade. Assim, o desenvolvimento de pesquisas ocorre em parceria com pesquisadores nacionais e estrangeiros (agroecologia,

agricultura familiar e campesina, terra, território, educação, comunicação, ambientes alimentares, obesidade).

No Interssan é adotado o conceito de território para designar as comunidades da Unesp e também aquelas de iniciativas a partir das quais são geradas as tecnologias sociais, os processos de formação e comunicação e de gestão. O trabalho é articulado e integrado com apoio da Plataforma NutriSSAN e o Portal Interssan.[5] Um sistema de Wiki permite a socialização das atividades em andamento, assim como a interlocução com o público e articulação com outras redes das quais o Interssan faz parte ou que anima.

Ainda, dá apoio operacional ao site da Rede Latino-Americana de SSAN, responde pela articulação dos pesquisadores do Sudeste na NutriSSAN, bem como à coordenação de três projetos na Chamada nº 82/2013 e quatro na Chamada 16/2016. Além do SIG de articulação de pesquisadores da região sudeste e da América Latina, também atua na coordenação dos SIGs Obesidade, Processos de formação e articulação do Interssan e CPLP (Comunidades de Países de Língua Portuguesa) em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Este último é realizado em parceria com o Mecanismo de Facilitação da Participação das Universidades no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (MU-CONSAN-CPLP).

As parcerias têm possibilitado uma série de ações e atualizações teórico-práticas sobre os temas relevantes ao Centro (Quadro 5). Alguns exemplos de cursos de extensão EaD organizados junto à Plataforma NutriSSAN incluem: SISAN e com Consea Nacional dirigido aos povos de matriz africana; Fortalecimento do SISAN; Curso de extensão para graduandos (Chimborazo, Equador); Linha de cuidado do sobrepeso e obesidade; Interanutri: interdisciplinaridade, alimentação e nutrição em diferentes cenários; Especialização EaD em SSAN (dupla titulação com a Universidad Técnica Particular de Loja/UTPL-Equador, Unilab-Brasil, Unizambeze-Moçambique). Outras ações incluem o fortalecimento da SAN nos programas de pós-graduação (disciplina interunidades da Unesp, intercâmbios internacionais com oferecimento e participação em disciplinas, avaliação de cursos, entre outros); assessoria ao Consea e Caisan-SP (comissão técnica de elaboração do Plano

5 Ver: www.interssan.com.br

Estadual de SAN, sistematização de documentos, entre outros); oficinas e assessorias para o fortalecimento do SISAN (São Paulo, Paraná e outros) no âmbito estadual, regional e municipal. Uma atividade de grande importância para a coesão da Rede Latino-Americana de SSAN e para a Plataforma NutriSSAN é a interação sistemática entre os Centros de C&T, seja na cooperação dos SIGs, seja na própria animação do processo.

Quadro 5: Parcerias do Centro de C&T em SSAN – Sudeste. Brasil, 2018

Parceria	**Objetivo**
Universidades de todas as regiões do Brasil, países da América Latina, África, América do Norte, Europa e Ásia. Poder público Estadual de São Paulo (incluindo autarquias), Paraná e Mato Grosso do Sul, prefeituras de São Paulo, Organizações não governamentais.	Desenvolver trabalho interdisciplinar para o fortalecimento da pesquisa, ensino e extensão em SSAN envolvendo: Cooperação internacional para o ensino de graduação e pós-graduação e para a educação informal, desenvolvimento de pesquisas e extensão. A SAN no Sistema Único de Saúde com ênfase na obesidade. Agroecologia, conflitos socioambientais, reforma agrária e agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais.
Principais:	
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab;	Articulação para Rede de Pesquisa em SSAN na CPLP;
Universidad Técnica Particular de Loja – UTPL/ Equador; Universidad de Córdoba/ Argentina; Universidad de BIO-BIO/ Chile; Universidade de Antioquia/ Colômbia;	Sistemas alimentares, tecnologias sociais e Obesidade;
Universidade do Porto/ Portugal; University of Wisconsin/ Estados Unidos;	Obesidade/ intercâmbio e pesquisa;
Unizambeze/Mozambique	Sistemas alimentares/ intercâmbio e pesquisa;
Consea/Caisan – SP ; Consea/Caisan – PR; Universidade Federal do Paraná (UFPR) /Universidade de São Paulo (USP); Prefeitura de Botucatu;	Fortalecimento SISAN;
Centros de C&T em SSAN;	Articulação e fortalecimento da NutriSSAN e da Rede Latino-Americana de SSAN;
Rede SANS;	Fortalecimento da participação social do SISAN;
Articulação Paulista de Agroecologia	Promoção da Agroecologia nas ações de SAN;
Agentes Pastorais Negros do Brasil	Formação em SAN;
Instituto Giramundo Mutuando	Fortalecimento da agricultura familiar;
Instituto Harpia Harpyia.	Mediação de conflito socioambiental na Canastra.

Fonte: elaborado pelos autores.

CENTRO REGIONAL DE C&T EM SSAN SUL

Coordenado pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Soberania, Segurança e Educação Alimentar e Nutricional (NuSSEAN) da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), o Centro Latino-Americano de Ciência e Tecnologia em Soberania, Segurança e Educação Alimentar e Nutricional (CeLASSAN) objetiva formar e articular, em perspectiva latino-americana e interdisciplinar, agentes de SSAN em associação à educação alimentar e nutricional (EAN) para o fortalecimento das habilidades sociais, científicas e das práticas culturais e para o aprimoramento e atualização de estratégias de comunicação, educação e promoção em SSAN. Esta atuação articula-se em diversos espaços: universidades, escolas, organizações da sociedade civil, órgãos públicos entre outros que demandem uma parceria com o CeLASSAN.

É válido lembrar que o Núcleo que está na origem do Centro é, por sua vez, produto da participação de um grupo de docentes da Unila que, a partir de 2013, desenvolveram um projeto contemplado pela chamada pública nº 82/2013,[6] iniciando, assim, um intenso trabalho de parceria com outras universidades latino-americanas. A criação do Núcleo teve entre as suas principais motivações a intenção de fortalecer, dentro da Unila, as articulações entre ensino, pesquisa e extensão em temáticas ligadas direta e indiretamente à SSAN e EAN. O envolvimento de estudantes e docentes ativos em cursos diferentes (Saúde Coletiva, Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, Antropologia, Arquitetura), e procedentes de vários países da América Latina, teve, por sua vez, papel importante na projeção da Unila na perspectiva da Rede Latino-Americana de SSAN, a partir de 2018.

Ao longo desse período, a Unila, através do Núcleo e das pessoas dedicadas ao aprofundamento e à disseminação das temáticas de SSAN e EAN, tem desenvolvido uma série de atividades que, hoje, ajudam a fundamentar a sua atuação como participante da Rede, mediante a Plataforma NutriSSAN. Agregar e articular, nesse sentido, são entendimentos e ações primordiais para que o uso de tecnologias adequadas a um campo tão

---

6 Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq nº 82/2013 - Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da UNASUL e ÁFRICA.

diversificado e sensível seja efetivo. Dessa forma, está se configurando uma linha do tempo em que, a partir de um grupo inicial de docentes, foi possível alargar a atuação a um grupo maior de docentes, servidores técnicos e estudantes da Unila, num primeiro momento com parcerias locais (órgãos públicos, outras instituições de ensino superior em Foz do Iguaçu, e organizações e grupos da sociedade civil), e, finalmente, na perspectiva mais ampla dos demais países da América Latina. Paralelamente a essa estratégia de articulações vem se estendendo uma ação que visa a destacar a necessidade de manter coesas as instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, numa perspectiva multidisciplinar.

Foi nesse sentido que, depois da realização de um curso de especialização "Alimentos, Nutrição e Saúde no espaço escolar" (2014-2016), da organização do e-book *Culturas alimentares na América do Sul: memória, diversidade e soberania*, e do desenvolvimento de projetos e programas de extensão como "Acervo Latino-Americano de Segurança Alimentar e Nutricional", "PANC na Escola: educação ambiental e soberania alimentar com Plantas Alimentícias Não Convencionais em Foz do Iguaçu-PR", "Alimento saudável e seguro: adote boas práticas", entre outros, a constituição oficial do CeLASSAN sinaliza, ao mesmo tempo, uma continuidade com essas experiências e a passagem para outro patamar de atuação.

Assim, o papel que o Centro desempenha, na articulação regional sul, mas não só, com e entre as pesquisadoras e os pesquisadores dos 27 projetos aprovados na chamada MCTIC/CNPq nº 16/2016 em Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da Unasul se torna mais relevante graças ao uso da Plataforma NutriSSAN. Através dela, e com o envolvimento de um grupo mais amplo de profissionais, e um número ainda maior de parceiros nacionais e internacionais, pretende-se contribuir para o sucesso da Rede, promovendo, entre outras atividades, a realização e o desenvolvimento de SIGs, como se mostra a seguir.

O SIG "Guias Alimentares na América Latina: instrumentos de comunicação, educação e promoção em saúde para a soberania e segurança alimentar e nutricional" é um exemplo da forma com que no CeLASSAN se promove a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Ele origina-se da constatação, feita em aulas, sobretudo da disciplina de "Alimentos, nutrição e saúde", no curso de graduação Desenvolvimento Rural e Segurança

Alimentar, de que, apesar de existirem em todos os países da América Latina esses instrumentos, denominados quase sempre “Guias Alimentares”, voltados à população de cada país, com orientações que relacionam e condensam aspectos sociais, culturais, nutricionais, higiênico-sanitários, considerando ainda advocacia em promoção da saúde por um consumo alimentar saudável e seguro em quantidade e qualidade à população e que assegure o Direito Humano à Alimentação Adequada, eles não parecem atingir de fato, de forma disseminada, toda uma população.

Assim, este SIG pretende reunir pesquisadores de 19 países latino-americanos (incluindo o Brasil), além dos outros quatro Centros de C&T em SSAN, para aprofundar uma reflexão sobreo uso do guia alimentar como ferramenta de EAN e SSAN e para proposições de estratégias de difusão e apropriação por parte do público no alcance de práticas alimentares saudáveis e seguras. Com encontros mensais abertos ao público, reunindo todos os parceiros, via plataforma NutriSSAN, este SIG pretende inicialmente elencar apresentações em perspectiva latino-americana de como os guias foram elaborados e que aspectos são priorizados neles, estabelecendo relação com os aspectos socioculturais, trazendo a percepção dos pesquisadores sobre este artefato cultural no processo de comunicação, educação e promoção em saúde no debate da SSAN. A segunda etapa desse SIG envolverá um trabalho interno da equipe, também em encontros mensais, na discussão de temas geradores (potencialidades e limitações dos guias como instrumento de SSAN, publicações científicas sobre o seu uso e repercussões, temáticas importantes aos guias, regionalização do material entre outros elementos) que originarão um e-book apresentando as discussões tecidas e propostas ao longo dos encontros.

Nesse sentido, não se poderia imaginar a realização de um empreendimento como esse sem o recurso a tecnologias que, como a Plataforma NutriSSAN, possibilitam o compartilhamento de experiências e de propostas sem o investimento de recursos financeiros vultuosos.

O mesmo pode ser dito para todas as demais articulações em desenvolvimento e atividades que o CeLASSAN vem construindo e promovendo, na certeza de que essas ações vão ao encontro de uma política de Estado cada vez mais urgente e necessária, inclusive na relação entre esfera acadêmica, esfera governamental e saberes populares.

Outro SIG proposto pelo Centro, além do SIG de Guias Alimentares e do SIG de articulação regional dos pesquisadores da região Sul e América Latina, inclui o "SSANPOPS: Soberania e segurança alimentar e nutricional de populações campesinas, indígenas e tradicionais".

Ampliando e fortalecendo a rede no Sul, o CeLASSAN foi convidado a colaborar na coordenação do SIG ASSSAN (Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), proposto pelo Círculo de Referência ASSSAN, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Este SIG debate temas de territorialidade, agrobiodiversidade e Direito Humano à Alimentação Adequada de comunidades tradicionais, agricultores familiares e camponeses, além de temas convergentes a estes em perspectiva sistêmica e interdisciplinar. Por essa afinidade temática, o SIG em desenvolvimento pelo CeLASSAN, "Soberania e segurança alimentar e nutricional de populações..." apresenta, portanto, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul como parceira. Ainda no Brasil, conta com a colaboração da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Federal do Oeste do Pará e Universidade Federal de Roraima, e em âmbito internacional, Argentina (Universidad Nacional de Rafaela) e Paraguai (Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción"). Estes parceiros, em diferentes áreas de formação, desenvolvem projetos e pesquisas no campo da antropologia rural, de populações campesinas, indígenas e tradicionais, de questões alimentares e ambientais, do direito socioambiental e direitos humanos, da agroecologia, da territorialidade na interface com a SSAN.

O curso de extensão na modalidade ensino a distância "Educa-SAN: atualização em segurança alimentar e nutricional para professores de Foz do Iguaçu-PR" é uma primeira experiência do CeLASSAN para formação em EaD, realizado em 2019, tendo como parceira a Secretaria Municipal de Educação do município. Para o ano de 2020, o curso se estende para Argentina, Chile e Colômbia, tendo como parceirass a Universidad Nacional de Córdoba, Universidad de Chile e Universidad de Antioquia, porém dessa vez com um enfoque latino-americano da SSAN. As parcerias apresentadas na Quadro 6 indicam a amplitude dos debates nos SIGs.

Quadro 6: Parcerias do Centro de C&T em SSAN – Sul. Brasil, 2018

Parceria	Objetivo
Universidades/entidades governamentais dos 19 países latino-americanos; Centros regionais C&T SSAN (Norte-Inpa, Nordeste-UFPE, Sudeste-Unesp e Centro-Oeste-UFG);	Problematização em âmbito latino-americano sobre o uso dos Guias Alimentares enquanto instrumentos de SSAN e promoção/letramento em saúde, identificando potencialidades dos materiais para fortalecimento de práticas alimentares saudáveis, seguras e culturalmente reconhecidas, na identificação de suas fragilidades, de modo a gerar debates propositivos e estratégias de aplicação de uso dos guias e sua maior difusão nas comunidades;
Universidad de Chile – UChile; Universidad de Antioquia – UdeA; Universidad Nacional de Córdoba; Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu-PR;	Articulação para desenvolvimento de curso de extensão EaD – formação de agentes em SSAN e EAN em perspectiva latino-americana;
Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción"; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal de Roraima; Universidad Nacional de Rafaela;	Fortalecimento das práticas culturais e dos modos tradicionais de produção de alimentos, com vistas à soberania alimentar e nutricional e à autonomia territorial de povos e comunidades campesinas, tradicionais e indígenas;
Universidades da região sul do Brasil com projetos aprovados na Chamada CNPq/MCTIC Nº 16/2016;	Articulação e fortalecimento da rede de pesquisadores na região Sul sobre SSAN;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.	Coordenação compartilhada do SIG Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN)/UFRGS.

Fonte: elaborado pelos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, os Centros de C&T em SSAN, por meio de suas parcerias nacionais e internacionais, propiciam espaços de reflexões e construções que agregam colaboradores de áreas distintas de conhecimento, com diferentes especialidades, porém que convergem e devem convergir entre si com a finalidade maior de se criar uma estratégia comunicacional dotada de complexidade e problematização, dentro de um princípio dialógico, em oposição a uma postura de comunicação unidirecional.

Assim, investe-se em uma rede com visões não "compartimentadas", mas compartilhadas, não dotadas de inteligência "parcelar", mas de inteligência

agregadora, não "mecânicas", mas reflexivas, não reducionistas, mas sistêmicas, ou seja, investe-se em visões constituídas do "*complexus*", que "significa originariamente o que se tece junto", pela multidimensionalidade própria dos problemas que, distintos, podem ser ligados. (MORIN, 2003)

Esta rede é primordial também na medida em que aproxima, virtualmente, pesquisadores, docentes, estudantes, e outros grupos, separados geograficamente por municípios, estados, países e continentes, possibilitando o planejamento futuro de cartografias de SSAN historicizadas e impulsionadas pelos Centros com apoio do MCTIC, amplificadas, ressignificadas e legitimadas pelos parceiros.

Desse modo, esta rede é uma instância para construção de diálogos e troca de experiências com vistas ao desenvolvimento de metodologias, projetos e produtos para o fortalecimento da SSAN, superando a relação estabelecida entre os cinco Centros regionais, prevendo o desenvolvimento de uma comunicação em rede de alcance ainda maior.

A atuação em rede para aprimoramento da pesquisa em segurança alimentar e nutricional com apoio de ferramentas de tecnologia da informação é uma possibilidade de fortalecimento da área. Para tanto, é fundamental considerar o contexto das relações estabelecidas entre os sujeitos, tecnologia, normas, valores.

A articulação em rede dos projetos em SSAN do MCTIC com apoio da Plataforma NutriSSAN ainda está em fase inicial, e como a adesão/ participação é voluntária, depende da atuação ativa de cada pesquisador/ grupo. Entretanto, a ferramenta tem se mostrado como mais um suporte aos pesquisadores para atuação colaborativa inter e transdisciplinar, viabilizando reflexões críticas sobre temas complexos relacionados à SSAN e ações participativas nos territórios. Esse diálogo é mais do que necessário, uma vez que o tema da alimentação é complexo, rizomático e é uma preocupação central em qualquer país. Levando em consideração as dimensões continentais do território brasileiro, evidencia-se a importância desta inciativa. A ferramenta vem apoiando a conexão dos pesquisadores da Rede Latino-Americana de SSAN, mas está aberta ao uso de outras redes de modo complementar e cooperativo. Por meio da agregação de pesquisadores e informações, os Centros e a Comissão Assessora são mediadores entre os pesquisadores e os tomadores de decisão em ciência

e tecnologia. Desse modo, é possível construir e orientar de forma colaborativa as políticas na área, conforme identificação de necessidades de agenda e de lacunas de conhecimento. Os próximos passos estão em construção e discussão com os Centros e Comissão Assessora da NutriSSAN, incluindo novas ferramentas de tecnologia da informação que apoiem a colaboração participativa, repositórios de conhecimentos produzidos e maior integração entre envolvidos na rede.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. E. M.; BOSI, M. L. M. Network as transconcept: elements for a conceptual demarcation in the field of public health. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, p. 1-6, 2016.

BARON, J. S.; SPECHT, A.; GARNIER, E. *et al*. Synthesis Centers as Critical Research Infrastructure. *BioScience*, Washington, D.C., v. 67, n. 8, p. 750-759, 2017.

BELLOWS, A. C.; VALENTE, F. L. S.; LEMKE, S. *et al*. *Gender, Nutrition, and the Human Right to Adequate Food*: toward an inclusive framework. New York: Routledge, 2017.

BRASIL. *II Plano nacional de segurança alimentar e nutricional plansan 2016-2019 revisado*. Brasília, DF: CAISAN, 2018a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/PLANSAN%202016-2019_revisado_completo.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência. *Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*: 2016-2022. Brasília, DF: Ministério da Ciência, 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência. *Manual da NutriSSAN*: plataforma tecnológica para apoio às colaborações integradas em soberania e segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: Ministério da Ciência, 2018b. Disponível em: https://nutrissan.rnp.br/c/document_library/get_file?p_l_id=15171513&folderId=15172561&name=DLFE-29307.pdf. Acesso em: 21 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência. *Plano de ação em ciência, tecnologia e inovação em segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2018c.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 3.329-B. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 1-13, dez. 2015. (Oficio nº 1.515). Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C92F7FD57717A923D8E77444334F7CAD.proposicoesWebExterno1?codteor=1400847&filename=PL+3329/2015. Acesso em: 22 abr. 2019.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GLOBAL PANEL ON AGRICULTURE AND FOOD SYSTEMS FOR NUTRITION. *Food systems and diets*: facing the challenges of the 21st century. London: Global Panel on agriculture and food systems for nutrition, 2016.

JAIME, P. C.; DELMUÈ, D. C. C.; CAMPELLO, T. *et al*. Um olhar sobre a agenda de alimentação e nutrição nos trinta anos do Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1829-1836, 2018.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. *In*: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. (org.). *Para navegar no século XXI*: tecnologias do imaginário e cibercultura. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. *Nações Unidas*, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 22 abr. 2019.

RODRIGUES, D. V.; PORTO, F. C. A construção coletiva da aprendizagem na Transiarte: das linguagens artísticas à cultura tecnológica. *In*: HILÁRIO, R.; CASTIONI, R.; TELES, L. (org.). *Proeja-transiarte*: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. Brasília, DF: Verbena, 2012. p. 152-172.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas*: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2005.

SWINBURN, B. A.; KRAAK, V. I.; ALLENDER, S. *et al*. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: the lancet commission report. *The Lancet*, Boston, v. 393, p. 1-56, 2019.

WILLET, W.; ROCKSTRÖM, J.; LOKEN, B. *et al*. Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet*, Boston, v. 393, p. 447-492, 2019.

CAPÍTULO 2

EXPERIENCIA EN EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DE TECNOLOGÍAS SOCIALES EN EL CAMPO DE LA SOBERANÍA Y SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN AMÉRICA DEL SUR[1]

ANA LÍA GONZÁLEZ
ANNA CHRISTINA PINHEIRO FERNANDES
CLAUDIA ALBRECHT
DOLORES ROMAN
JACQUELINE ALEJANDRA ARANEDA FLORES
JOSÉ MANUEL FREDDY DELGADO BURGOA
MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA
MARITZA JANETH CASTILLO CARRIÓN
REGINA POPELKA
RUTH IRENE MARTINEZ ESPINOSA
THABATA KOESTER WEBER
YUDI PAULINA GARCÍA RAMÍREZ

INTRODUCCIÓN

Esa obra colectiva nos desafía a la reflexión sobre las tecnologías sociales y de comunicación como recursos educativos en alimentación y nutrición. Desde nuestra posición, las tecnologías sociales se traducen por innovaciones en el sistema alimentario, y la comunicación se refiere a las redes académicas de cooperación, como es el caso de la Red Latinoamericana de

1 El Ministerio de Ciencia, Tecnología, Innovaciones y Comunicaciones (MCTIC) de Brasil proporcionó subsidios financieros y operativos para la articulación de los procesos aquí reportados. Projeto: Rede SSAN-UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável (CONVÊNIO UNESP/MCTI/ 01.0001.00/2013).

Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (Rede Latinoamericana de SSAN) que es una red operativa, que como se demostrará, viene siendo inducida con el propósito de fortalecer la enseñanza, la investigación y la extensión en soberanía y seguridad alimentaria y nutricional en América Latina.

El campo de la Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional es demasiado amplio y el concepto de Sistema Alimentario representa el elemento integrador y promotor en este campo de saberes y prácticas. El sistema alimentario articula el análisis de las diversas actividades alimentarias y recorre el flujo del alimento sin despreciar a los actores involucrados. Así, los procesos de producción, desde la siembra a la cosecha, el almacenamiento y la transformación de productos, la distribución, la comercialización y el consumo, se perciben de forma interconectada y a partir de relaciones existentes. Puesto que para que el alimento se mueva de un lado a otro y se transforme, hay que considerar la existencia de sujetos e instituciones que son los actores del sistema. Y bajo el mismo paradigma, hay necesidad de considerar que el comportamiento y las acciones de los individuos influyen en las relaciones de consumo. (CASSOL; SCHNEIDER, 2015)

Las referencias al derecho humano a la alimentación adecuada (DHAA) como un derecho universal (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 1999), las políticas de Seguridad Alimentaria y Nutricional y la Soberanía Alimentaria como bandera de disputa, han contribuido a la construcción de sistemas alimentarios más justos, sostenibles, inclusivos, resilientes y promotores de salud. En el seno de esta discusión están los pensamientos que sostienen la lógica del desarrollo endógeno, de los saberes y tecnologías locales, de la economía solidaria, de la educación crítica emancipadora, intra e intercultural, del diálogo de saberes y de las epistemologías del sur que plantean el pluralismo epistemológico y de la propia extensión universitaria que plantea una interacción con la sociedad, considerada como parte fundamental de los procesos de investigación y de generación de conocimientos.

El desarrollo endógeno está relacionado con la utilización, la ejecución y la valorización de los recursos y saberes locales y la capacidad de control del proceso de acumulación acelerada de capital (DELGADO;

RICALDI, 2012) que permita una distribución equitativa de los recursos y del capital, pero también asimilando otras lógicas económicas no capitalistas. Ocurre cuando la comunidad local es capaz de utilizar el potencial de desarrollo y liderar el proceso de cambio estructural. Requiere la existencia de un sistema alimentario que no sólo considere la producción sino toda la cadena de valor, es decir que va desde la producción, la transformación, la distribución, la comercialización y el consumo, capaces de generar no sólo rendimientos crecientes, mediante el uso de recursos disponibles y la introducción de innovaciones, garantizando la creación de riqueza y la mejora del bienestar, sino fundamentalmente la sustentabilidad alimentaria.

Este concepto es convergente a los de la economía solidaria, llamada también economía comunitaria, indígena o campesina, complementaria a la economía de mercado, cooperativista y economía estatal, que en Bolivia se ha denominado en la Constitución Política del Estado, Economía plural (BOLIVIA, 2009) y también converge con la de los saberes y tecnologías locales, así como comunica con los principios de la extensión universitaria como ella ha sido concebida en diversos sistemas de enseñanza de América Latina, teniendo como marco el movimiento de Córdoba, que ya ha cumplido un siglo (BUCHBINDER, 2018), pero que ha avanzado hacia una comunicación intercultural que parta del diálogo de saberes entre la ciencia moderna y la sabiduría de los pueblos del mundo que han mantenido una visión diferente y que empiezan a surgir a partir de su revalorización y se concreta en el diálogo intercientífico. (DELGADO; RIST, 2016)

Queda claro entonces que el movimiento reformista de 1918 impulsó un modelo de universidad totalmente diferente del existente por entonces en Argentina y sumamente novedoso a nivel mundial. Este modelo de universidad se caracterizó tanto por su representación respecto del concepto de la extensión asociada a la "función social de la universidad", a la "proyección al pueblo de la cultura universitaria" y a la "atención a los problemas nacionales", como por el resto de sus postulados que definían de manera integral a una universidad con autonomía (económica, administrativa, política y académica), gobernada democráticamente por su propia comunidad universitaria, con docencia libre, con ingreso irrestricto y asistencia social a los estudiantes, propiciando la creación de

nuevas carreras y facultades e impulsando la igualdad latinoamericana y a una formación cultural de los profesionales.

Por su parte, una tecnología social se refiere a una estrategia que vaya más allá de lo productivo, cuya lógica se da por relaciones solidarias de producción, transformación, distribución, comercialización y consumo, que sin embargo implica también en una posición política de resistencia a la lógica hegemónica que dota valor de cambio a todo lo que es materialidad, destituyendo otros valores humanos del producto final. Uno de los conceptos de tecnología social actualmente en boga es aquel que las tecnologías sociales son soluciones colectivamente construidas direccionadas a la transformación social y la sostenibilidad de emprendimientos solidarios. Así, podemos inferir que una tecnología educativa o de comunicación, concebida en la lógica participativa revalorizadora, inclusiva y emancipatoria, puede ser caracterizada como una tecnología social. En este caso, estamos levantando elementos para una reflexión sobre las tecnologías educativas y de comunicación que ha servido de soporte a las acciones de la Red Latinoamericana de SSAN.

La educación puede ser entendida como un proceso de construcción del conocimiento mediado por la comunicación. (FREIRE, 2015) Sea cual sea el propósito de la educación, la construcción del conocimiento sólo se efectúa si esa comunicación es significativa. Para que la comunicación significativa suceda, es necesario que los contenidos tengan sentido (FREIRE, 2015) y, hace toda diferencia si lo que se pretende comunicar es el efecto favorable de la adopción de un comportamiento o cuando se desea enseñar cómo ejecutar un procedimiento técnico. En el caso de la Educación Alimentaria y Nutricional, el propósito es comunicar los efectos favorables de las opciones alimenticias, las cuales deben tener sentido en un determinado ambiente alimentario y medio cultural, involucrando un escenario mucho más complejo. Un procedimiento técnico puede representar una innovación tecnológica a ser reproducida, pero también una solución tecnológica a ser resignificada o desarrollada en un determinado escenario cultural y tecnológico.

Según la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), la Información y Educación en Alimentación y Nutrición (ICEAN), puede definirse como un conjunto de actividades

dirigidas a mejorar los conocimientos, actitudes y prácticas de las personas, con el propósito de generar cambios voluntarios en las prácticas alimentarias que afectan su estado nutricional. (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓNY LA AGRICULTURA, 2011) El objetivo general es promover la mejora del estado nutricional y el bienestar de la población.

Las prácticas en ICEAN deben ser socioculturalmente sensibles, económicamente viables y técnicamente factibles. Deben tener en cuenta el contexto local y considerar la activa participación y promoción de la autonomía de la población objetivo. En este aspecto la participación de la academia se hace en doble sentido, sea por la formación de profesionales competentes para liderar esos procesos, sea insertándose en los procesos en curso, buscando la transformación social y la mejora de la calidad de vida de las personas. Además, la academia tiene un papel fundamental en incidir en la construcción, revisión y evaluación de las políticas públicas que posibiliten la implementación de las acciones a nivel de territorio y la relación de la academia y la sociedad.

Fue en medio de ese contexto de aproximación de la investigación a la Política Pública de Seguridad Alimentaria y Nutricional y buscando integrar la investigación en las acciones de enseñanza y extensión en América Latina que surgió la Red Latinoamericana de Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional a partir de un proceso inducido inicialmente por la Unión de las Naciones Sudamericanas (Unasur) bajo la coordinación del gobierno brasileño. Este ensayo busca presentar las acciones resultantes de ese proceso en diálogo con las tecnologías sociales y de comunicación como recursos educativos en alimentación y nutrición.

SUPUESTOS Y POSICIÓN TEÓRICOS METODOLÓGICOS

Las ideas de autores como Morin, Ciurana e Motta (2003), Maturana (2001), Castells (2000), Freire (1996, 2004, 2015), Santos e Almeida Filho (2008) dieron apoyo teórico y apoyaron la concepción del modus operandi de la Red Latinoamericana de SSAN. La teoría de la complejidad y el pensamiento sistémico como fundamento para el trabajo inter y transdisciplinario, la revalorización de los saberes locales y ancestrales, el diálogo

de saberes e intercientífico fueron fundamentales para entender que la alimentación debe ser vista desde diferentes dimensiones (nutricionales, sociales, económicas, culturales, ambientales) y metodologías, donde el método mixto (cuantitativo y cualitativo) y el pluralismo epistemológico permitió asimilar las diferentes visiones de mundo, donde lo indígena, campesino, local, han sido excluidos, obviando y negando las ricas culturas y sabidurías alimentarias de pueblos como los mayas, nahuales, quechuas, aymaras, mapuches, guaraníes en Latinoamérica, o las de la India y China, principalmente.

Castells (2000) ayuda a comprender la sociedad en red y el papel de las tecnologías de la información y el potencial del trabajo en red. Las ideas de Freire pautan los presupuestos educativos de promoción de la autonomía, de una educación crítica y problematizadora. Santos e Almeida Filho (2008) destacan el papel de compromiso social en la universidad y en la transformación de la realidad, así mismo la principal contribución de Sousa Santos se da en la discusión del papel de la universidad y también de la hegemonía de la ciencia del hemisferio norte, que no responde a las reales demandas sociales del sur porque no considera las epistemologías del sur y plantea un pluralismo epistemológico. Otros referenciales para el trabajo provienen de consensos internacionales sobre Seguridad Alimentaria y Nutricional y de las propias políticas nacionales en el área.

El papel de la Universidad y de las redes es constituirse en un espacio de reflexión acerca de las diferentes realidades y dentro de ese proceso, preocuparse sobre el papel del Estado y su efectividad para promover las políticas públicas. En el marco de la unión entre el Estado y la sociedad civil, el papel de la autonomía se conjuga con el de contribuir con el conocimiento académico en esta permanente redefinición de la interrelación gobierno/ sociedad/ mercado, repensando e introduciendo herramientas para el establecimiento, evaluación y implementación de políticas públicas orientadas a la erradicación del hambre y la pobreza. La Universidad y las redes temáticas, son pilares fundamentales en la sensibilización de la sociedad civil sobre el rol individual y colectivo para impulsar la implantación de políticas públicas y el comportamiento responsable y ético que permita en conjunto alcanzar los objetivos de hambre cero y producción y consumo responsables.

Delgado y Rist (2016, p. 345) mencionan que: “Lamentablemente, la educación actual y los medios de comunicación están dirigidos a influir en la sociedad para consumir alimentos que oferta el mercado internacional, satisfaciendo no sólo los requerimientos mínimos nutricionales de los seres humanos sino las ambiciones de las empresas transnacionales de la alimentación y sus alimentos en todos los países del mundo”.

Al respecto, también es necesario mencionar que desde la ciencia moderna han surgido en los últimos 50 años serios cuestionamientos a esta visión fragmentaria de la alimentación. Por ejemplo, Piña (2011, p. 13) menciona que: “Ha existido un reduccionismo lógico de pensar la alimentación como un aspecto social mensurable y eminentemente biológico, representado simplemente por el estado de salud optimo, reducido a su estado nutricional que se constituye como una aproximación útil para fines de control sanitario, pero no para fines de interpretación de los contextos del complejo cultural en los cuales se realiza”. Contreras y Gracia (2005, p. 14), mencionan que: “independientemente de la importancia que se le conceda a la cultura y a la biología como determinante de la alimentación, existen también consecuencias derivadas de ingerir determinados alimentos que son fundamentalmente biológicos”. Por lo tanto, es necesario precisar que la alimentación y la nutrición son conceptos complementarios y fundamentales y que, en conjunto con la identificación y lectura de los ambientes alimentarios, posibilitan la comprensión del fenómeno de la sindemia de obesidad recientemente levantado por algunos autores. (SWINBURN et al., 2011)

La necesidad más básica y primaria que toda sociedad tiene que atender es la alimentación; por tanto, todos los esfuerzos de las comunidades o grupos sociales, incluida la que conforman las naciones indígena originario campesinas (Bolivia), así como otros pueblos y comunidades tradicionales está en cómo organizan la producción, la redistribución y el consumo de alimentos de su población. La forma en que un grupo social cubre sus necesidades está influida por dos aspectos: i) físicos, como el entorno natural, el clima o el tamaño de la población; ii) culturales y políticos como las necesidades simbólicas y culturales, las relaciones de poder, la división del trabajo o la tecnología disponible. Por ello, las necesidades alimentarias así” como la forma

de cubrirlas, cambian según el tiempo y el espacio, donde la relación de la sociedad con la naturaleza es determinante.

LA ALIMENTACIÓN Y NUTRICIÓN DESDE LOS NUEVOS PARADIGMAS DE LAS CIENCIAS Y EL DESARROLLO: EL DIÁLOGO DE SABERES E INTERCIENTÍFICO Y LA TRANSDISICIPLINARIEDAD

Ante la crisis alimentaria en el mundo, consideramos importante el análisis y la reflexión epistemológica de lo que han sido los conceptos dados como válidos por la ciencia occidental moderna sobre el desarrollo, la alimentación y la salud.

Por otro lado, desde el diálogo intercientífico, se plantean como uno de los seis valores del vivir bien el saber alimentarse que "es alimentarse con calidad y productos naturales; saber combinar las comidas y bebidas adecuadas a partir de las estaciones del año, respetando los ayunos y ofrendando alimentos a la Madre Tierra". (BOLÍVIA, 2012, p. 2)

Al respecto, Delgado y Delgado (2014, p. 36) plantean que: "Desde los movimientos indígena originario campesinos, de su cosmovisión, identidad y la lógica de la cultura de la vida, se plantea la alimentación como un hecho sociocultural económico y espiritual donde confluyen y se interrelacionan lo individual con lo comunitario y viceversa. Esto significa que el alimento debe ser accesible para todas las formas de existencia, es decir, no solo para el ser humano como individuo sino para todos los seres que habitan la Madre Tierra, incluyendo animales, plantas y seres del más allá", donde los alimentos también son parte importante en la relación con los muertos o más bien con los que han pasado a otra vida".

Delgado y Delgado (2014, p. 36) también mencionan que:

> En la religiosidad andina, los dioses son criadores, dadores de vida; la Pachamama da de comer, tata inti da calor, mama cocha da agua. Entonces, cuando se hace referencia a esa relación entre la sociedad, la naturaleza y dios o dioses, es a través de los alimentos que dan vida, pero también es a través de los alimentos con los que se contacta con la muerte.

Esto es expresado en las festividades de difuntos y de todos los santos, donde se recuerda y se conecta con los familiares y ancestros que han dejado este mundo a través de los alimentos que más gustaban a los difuntos, como lo demuestran Delgado y Ricaldi (2012) editores, en el libro: Dialogo intercultural sobre la vida y la muerte. Por tanto, para la cosmovisión andina el alimento es sagrado y su manejo y técnicas son sagrados, para esta vida y para la otra.

Según Huanacuni (2013, p. 2), "el alimento es fuente de energía física, mental, emocional y espiritual, por lo tanto, alimento digno es alimento natural y sano, es producto de frutos no producidos solo para el mercado, sino para la vida, pues emergen desde el afecto, desde la espiritualidad, generando así" frutos que tienen ch'ama (fuerza física) y Kama (fuerza espiritual), pues desde el acopio de la semilla se cuida que estas sean sanas. Todo el proceso de producción, desde la siembra hasta la cosecha, se basa en el profundo respeto a la vida y a los ciclos naturales de la Madre Tierra y el Padre Cosmos, así" como la práctica de los motocultivos rotativos que permiten que el alimento guarde todos los nutrientes de la Madre Tierra".

Delgado y Delgado (2014, p. 37) concluyen que: "[...] para los andinos (as), el alimento tiene también una dimensión simbólica, espiritual que sirve de conexión con ámbitos supra humanos y trascendentales. Existe un cariño y conexión con la madre naturaleza al sembrar y cosechar, ya que es una relación de complementariedad y agradecimiento a la tierra proveedora de tanta riqueza. Tener acceso a alimentos sanos y nutritivos y que las cosechas sean exitosas, es sinónimo de riqueza espiritual y bendición". Esta concepción del alimento, es universal en las naciones indígenas originarias campesinas del mundo, así" se ha comprobado por los programas internacionales Compas y Captured, que han trabajado en 7 países en América Latina, 4 en África y 2 en Asia.

En Bolivia, aunque existe una tradición y sabiduría de las naciones indígenas sobre la alimentación, en la academia este tema no ha sido tocado con la profundidad que amerita, tanto en sus aspectos objetivos como subjetivos, tangibles e intangibles, cuantitativos y cualitativos, debiendo ser analizada multidimensionalmente, como se lo está haciendo

en el doctorado en: Dialogo de saberes, agroecología y nuevos paradigmas de las ciencias y el desarrollo de la Universidad Mayor de San Simón.

Sin duda, podemos coincidir de que la alimentación se constituye ante todo como uno de los pocos terrenos relevantes y fundamentales para la vida en el planeta, por tanto, son también susceptibles de una cuantificación y cualificación precisa y mediatizada, pero como una acción reciproca de la naturaleza y la cultura, que todavía no ha sido tomada en cuenta por las comunidades científicas más duras o neopositivas de la ciencia occidental moderna y que requiere un profundo análisis epistemológico.

Desde el diálogo intercientífico, según Haverkort y demais autores (2013), se parte del principio de que todos los sistemas de conocimientos en el mundo son ciencias. Este reconocimiento previo incluye a la sabiduría de los pueblos indígenas originarios, con una propia epistemología, gnoseología y ontología. Considera el proceso por el que se precisan los diferentes desarrollos de las ciencias dentro de sus propias dinámicas y se dedican a la interacción y el aprendizaje conjunto entre ciencias. El diálogo intercientífico también considera el intercambio de métodos y resultados de investigación, y la búsqueda de respuestas para adaptar sus propios paradigmas y crear juntos una pluralidad de ciencias, donde la complementariedad puede coexistir con la inconmensurabilidad.

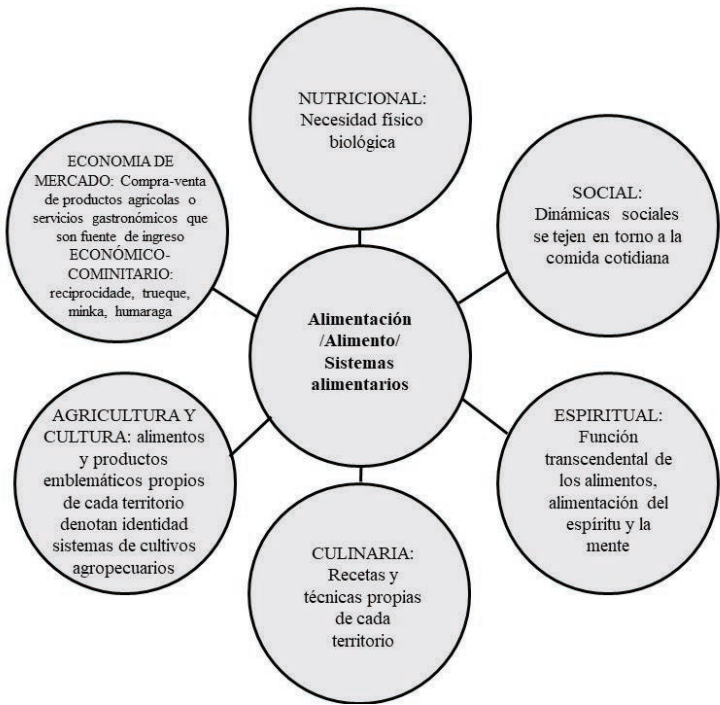
Un paso previo a un diálogo intercientífico, es sin duda la construcción del diálogo intercultural, que se basa en la revalorización de los saberes locales y la sabiduría ancestral de las naciones indígenas originarias, en diálogo con la ciencia occidental moderna y otras ciencias y culturas. El diálogo y complementariedad de conocimientos y ciencias es planteada en varias publicaciones de COMPAS y AGRUCO, destacando Delgado y Escobar (2006).

Por tanto, el diálogo intercientífico es el encuentro y articulación entre las ciencias biológicas-naturales y las ciencias sociales-humanas con las ciencias endógenas como son por ejemplo el ayurveda en la India, la medicina china o la sabiduría kallawaya en Bolivia, solo para citar algunas ciencias ancestrales en resurgimiento.

Desde la ciencia occidental moderna, un avance muy importante en los últimos 50 años ha sido y es el surgimiento de la investigación y perspectiva transdisciplinar que rompe pero sin rechazarla, con las barreras

disciplinares, buscando un análisis multidimensional y holístico, existiendo desde la ciencia occidental moderna importantes avances desde la investigación transdisciplinar y la ciencia holística que se toma como puentes importantes para el diálogo intercientífico, considerados fundamentales para el análisis de los sistemas alimentarios como los que se realizan en Bolivia y Kenia en la perspectiva de un proyecto de investigación sobre la sustentabilidad alimentaria, coordinado por el Centro de Desarrollo y Medio Ambiente de la Universidad de Berna, Suiza.

La alimentación desde la perspectiva multidimensional y transdisciplinar, implica la consideración de las siguientes dimensiones: social, económica, cultural y política, como se demuestra en el Figura 1.

Figura 1: Perspectiva multidimensional y transdisciplinar de la alimentación y los sistemas alimentarios sustentables

Fuente: Delgado y Delgado (2014, p. 37).

Aportes de los sistemas agroalimentarios y las estrategias de vida de las naciones indígenas originarias campesinas a las políticas de seguridad y soberanía alimentaria.

Además, implica la consideración de la visión de las naciones indígenas originarios campesinas, donde se destaca lo espiritual y lo simbólico de los alimentos que se manifiesta en la energía vital o ispalla (en aymara) que no es lo mismo que energía calórica. La ispalla es la esencia o el ajayu (en aymara) de los alimentos expresada en el cariño transmitido en todo el proceso productivo, en su transformación (si se diera el caso) y en la elaboración de las comidas. Delgado (2002) menciona que según testimonios de campesinos de Tapacarí en Bolivia, es el diosito de la semilla.

Otro concepto importante para el diálogo intercientífico es el paradigma cualitativo, que aplicado a la alimentación, es un enfoque utilizado por una comunidad científica que abarca las visiones del mundo consistentes en teorías y métodos de investigación cualitativa, basada en el uso de métodos como la historia oral, las historias de vida, el análisis del discurso, la observación participante, las percepciones de la gente. Por tanto, el uso de métodos cualitativos para determinar el valor de los alimentos, rompe como único criterio de valoración las determinaciones cuantitativas del valor nutritivo, buscando más bien su complementariedad.

El concepto y análisis de la alimentación desde el diálogo intercientífico, considerando la perspectiva y la investigación transdisciplinar y los métodos cualitativo y cuantitativo, deben permitir diseñar investigaciones científicas endógenas que permitan el diálogo con la investigación científica occidental moderna.

Al respecto, Haverkort y demais autores (2013) mencionan que la investigación endógena es: "la investigación llevada a cabo por las comunidades de conocimiento indígenas y locales que utilizan las formas indígenas de aprendizaje, los métodos transdisciplinarios y el aprendizaje de cooperación con otras ciencias, con el objetivo de desarrollar las ciencias endógenas con apoyo de una comunidad que se basa en el diálogo intercientífico. Por tanto esta investigación es eminentemente participativa y revalorizadora de los saberes ancestrales y la sabiduría de las naciones indígenas originarias campesinas".

El diálogo de saberes es la premisa fundamental del diálogo intercientífico, que implica buscar los puentes y la interrelación entre los conocimientos sobre la alimentación desarrollados desde la ciencia occidental moderna, con los saberes ancestrales y la sabiduría de las naciones indígenas originarias campesinas. Desde el diálogo de saberes y el diálogo intercientífico, se propone reconstruir una concepción y visión alternativa de la alimentación en la perspectiva de plantear un sistema alimentario basado en los sistemas tradicionales de las naciones indígenas originarias campesinas y el sistema alimentario agroecológico.

Siguiendo esta perspectiva, como estrategia de producción y reproducción de la vida social, la alimentación constituye un complejo sistema en el cual interactúan una amplia gama de factores como su proyección histórica de la vida social y que al mismo tiempo es una proyección de su fisiología. Esto significa, que de ningún modo se constituye como un fenómeno estático ni aislado, su dinámica es de constante consumo-producción y reproducción de significaciones, de percepciones y de saberes, fenómeno que lo convierte en un espacio y tiempo dignos de interpretarse como totalidad.

EL RECORRIDO EN LA ARTICULACIÓN DE LA RED LATINOAMERICANA DE SSAN

La Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) como política pública, que a partir de 2006 con la Ley Orgánica de SAN que creó el Sistema Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional, destacó a Brasil en el escenario internacional en lo que se refiere a las políticas de garantía de derechos sociales. La propia creación de Unasur ocurrió en un momento en que América del Sur buscaba la cooperación mutua entre los países para el fortalecimiento de las políticas sociales. En este escenario, en 2012, entre las prioridades para el plan de acción del Consejo de Ciencia e Innovaciones de la Unasur (COSUCTI) fue sugerido por Brasil y acatado por los Ministros de Estado, la creación del “Programa de desarrollo de estrategias de carácter socioeducativo y sociotécnico en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional” (Programa SSAN-Unasur). Este programa presentaba un sistema de gobierno compuesto por una coordinación ejecutiva presidida

por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovaciones (MCTIC) de Brasil y una coordinación técnica vinculada a la coordinación ejecutiva dirigida por Brasil. Esta coordinación técnica debería estar compuesta por un investigador de cada país indicado por el gobierno y otro por sus pares nacionales. La indicación gubernamental nunca ocurrió y el punto focal de cada país fue identificado entre los investigadores asociados a proyectos vinculados con la academia brasileña.

Componentes del Programa SSAN-Unasur:

> I - Institucionalización del Programa SSAN-Unasur y de la Red SSAN-Unasur y desarrollo de políticas de SAN;
>
> II - Investigación, innovación y extensión en la Red SSAN-Unasur;
>
> III - Evaluación, divulgación y diseminación de tecnologías sociales de la Red SSAN-Unasur;
>
> IV - Creación de Centros de Tecnología y Soberanía y Seguridad Alimentaria en la Red SSAN-Unasur.

El Programa SSAN-Unasur estuvo activo hasta finales de 2015 (FASE I). En 2016 el programa de trabajo de la fase II fue aprobado, pero no alcanzó a ser ejecutado. La propuesta de la fase II tuvo activa participación de los investigadores que representaban puntos focales de la Red SSAN-Unasur.

Hasta el primer semestre de 2015, en lo que se refiere al componente I, se realizaron reuniones sistemáticas de la coordinación ejecutiva, se pactó el estatuto del programa (que no llegó a tener su aprobación final). Se realizaron seminarios anuales y un foro y visitas técnicas a Ecuador, Chile, Colombia, Argentina y Bolivia, con el propósito de divulgar el trabajo y articular la Red SSAN-Unasur. También se identificaron puntos focales en cada una de las regiones de Brasil, además de la Universidade Estadual Paulista Júlio de MesquitaFilho (Unesp).

Para cumplir el plan de trabajo en los componentes II e III, Brasil lanzó una convocatoria y aprobó 25 proyectos coordinados por investigadores brasileños con asociados en América del Sur (n = 21) y África (n = 4). Estos proyectos tenían carácter de educación, investigación y extensión

y rindieron procesos locales de formación y desarrollo, además de producciones académicas e intercambios y alianzas.

Aunque el Programa SSAN-Unasur no haya continuado, la Red SSAN-Unasur se ha mantenido articulada y desarrollando sus actividades, algunas de las cuales con el apoyo del gobierno brasileño. En 2018, por indicación del gobierno brasileño, la Red pasó a llamarse Red Latinoamericana de Enseñanza, Investigación y Extensión en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (Red Latinoamericana de SSAN).

En 2016 Brasil lanzó una segunda convocatoria en apoyo a la inducción de la Red SSAN-Unasur. Se aprobaron 89 proyectos, ejecutados en dos años a partir de 2018. Para la articulación de estos proyectos se cuenta con la NutriSSAN (Plataforma de Enseñanza, Investigación y Extensión en Soberana y Seguridad Alimentaria y Nutricional), una iniciativa del Ministerio de Ciencia, Innovaciones y Comunicaciones (MCTIC) de Brasil, con apoyo de la Red Nacional de Investigación (RNP). Además de la tecnología virtual, la RNP coordina la gestión de los Grupos de Interés Especial (SIG) involucrando alianzas para propuestas conjuntas de formación, intercambio, investigaciones y otras producciones.[2]

Otra estrategia del MCTIC fue la creación de los Centros de Ciencia y Tecnología en SAN, uno en cada región de Brasil. El primero, en la región del Sudeste, fue creado en la UNESP. Interssan/Unesp[3] incluye un comité gestor constituido por representantes de la Sociedad Civil, del Poder Público y de la Academia y busca hacer la interlocución entre la Universidad (35 investigadores de la Unesp de 17 unidades académicas) con las demandas de la sociedad. Tiene alianzas en diferentes regiones de Brasil y países, en especial América Latina y África. Interssan trabaja en tres frentes: formación, tecnologías sociales y políticas públicas. Tiene una fuerte inserción en la articulación de la Política Pública de SAN del Estado de São Paulo. Especialmente en el Estado de São Paulo,

2 Plataforma NutriSSAN: https://nutrissan.rnp.br

3 Ver: www.interessan.com.br

la Red-SANS[4] es la que hace esa articulación con la política de SAN como integrante del Interssan.

Este ensayo fue elaborado por investigadores que vienen actuando como puntos focales de la Red Latinoamericana o que hacen parte de iniciativas que involucran al Interssanen la Red Latinoamericana de SAN y que según nuestro entendimiento atienden el alcance de esta colección.

A partir de encuentros y otras actividades desarrolladas en el contexto de la Red SSAN-Unasur, fue instalada una red de Puntos Focales Técnico-científicos, provisoriamente elegidos entre los colaboradores de los proyectos en curso, garantizando que las acciones e iniciativas de la Red latinoamericana de SSAN (SIG Obesidad, Intercambios, investigación, etc.).

ESTRATEGIAS RESULTANTES Y ACCIONES DESARROLLADAS

El proceso inducido por la Red SSAN-UNASUR resultó en la articulación de investigadores para el desarrollo de actividades de enseñanza, investigación y extensión en SSAN a partir del interés y la experiencia de cada país. Han sido actividades de carácter operativo y puede involucrar procesos multilaterales o bilaterales. Se percibe una capacidad de articulación en la que los grupos pueden organizarse fácilmente en función de demandas e intereses. A continuación se citan ejemplos de esas actividades operativas a partir de los países.

SIG OBESIDAD

El SIG obesidad surgió como un grupo operativo para estudiar e intervenir en el escenario de la obesidad en los países de América del Sur, por medio de intercambio, sistematización y divulgación de informaciones y experiencias, así como de la colaboración en investigaciones. Las universidades coordinadoras son representadas por la Universidad Estadual Paulista (Unesp, Brasil), Universidad Nacional de Córdoba (UNC, Argentina), Universidad del Bio Bio (UBB, Chile) y Universidad del Desarrollo (UDD, Chile), Universidad Particular Técnica de Loja

4 Ver: www.redesans.com.br

(UTPL, Ecuador), Corporación Universitaria Remington (Uniremington, Colombia), con reuniones sistemáticas de presentación de los temas por país y posterior sistematización en fascículos (http://interssan.com.br/grupo-de-interesse-especial-de-obesidade-sig-obesidade/)

Además de los encuentros virtuales, el grupo participante en el SIG obesidad busca promover encuentros presenciales. En 2018 se promovieron dos encuentros presenciales del grupo, el primero viabilizado por el Centro de Ciencia, Tecnología e Innovación para Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional (Interssan - Unesp), en Brasilia, Brasil, durante el 1° Seminario de la Red Latinoamericana de SSAN, y el segundo promovido por la Universidad Nacional de Córdoba (UNC), en Córdoba - Argentina, durante la celebración de la XXI Jornada de Actuación en Medicina Nutricional y Obesidad.

Con la expectativa de agregar al SIG-Obesidad representantes de todos los países del continente en las actividades, en el año de 2019 Colombia comenzó a participar del grupo que primero estaba compuesto por Argentina, Brasil, Chile y Ecuador. Así, con el objetivo de producir contenido que sea significativo para las políticas y las prácticas de promoción y control de la obesidad se planea ampliar la participación de estudiantes y técnicos en reuniones abiertas de divulgación y debate con el propósito de incidir positivamente en las políticas de prevención y control de la obesidad de los países.

INTERCAMBIOS CON ARGENTINA

En 2016, comienza la vinculación de la Escuela de Nutrición (EN) de la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad Nacional de Córdoba (UNC) a partir de la Misión Técnica de la Red SSAN-Unasur, y docentes-investigadoras del Instituto de Investigación de Biociências de la Universidad Estadual Paulista (Unesp) con el fin de ampliar las acciones mediante la creación de núcleos de Docencia, Investigación y Extensión sobre el tema Seguridad Alimentaria Nutricional. Desde 2017, en el marco del convenio entre la Unesp y la

UNC (RR n ° 027/2014)[5] se concreta la integración académica a través de la movilidad docente desde el espacio académico de la Asignatura Política Alimentaria (EN-UNC) al Instituto de Biociências de la Unesp, con eje en "Sistemas Alimentarios en Transición Agroecológica y Circuitos Cortos de Comercialización"; en el Programa del Centro Latinoamericano de Formación Interdisciplinaria (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva y la UNC), que generó la vinculación de docentes-investigadores-extensionistas becarios de Latinoamérica con movimientos sociales-populares y la posibilidad de la tecnología social para acompañar los procesos de democratización y participación en el territorio; la visita académica del alumno de pos-graduación de la Unesp a la EN-UNC que permitió, en el marco de su proyecto de tesis doctoral, generar una línea de trabajo en conjunto con la intencionalidad de rescatar saberes académicos circulantes de los distintos espacios académicos en cuanto a la Soberanía y Seguridad Alimentaria Nutricional, y el derecho a la alimentación.

Potencialidades

En desarrollo de un convenio de cooperación específica en el marco de un Proyecto de Cooperación Internacional para temas de Políticas Públicas y Obesidad con el objetivo de contribuir al fortalecimiento y desarrollo de la relación institucional a través del intercambio de experiencias de Educación, Investigación y Extensión en Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina.

La firma de la Carta de Córdoba por parte de las coordinaciones de las universidades participantes del grupo, reafirma el compromiso de abogar por la mejor de la salud de nuestros pueblos.

Debilidades

La necesidad de mayores esfuerzos para crear oportunidades para la participación y formación de investigadores con interés en el tema.

5 Acuerdo de Cooperación n° 027/2014 entre la Universidad Estadual Paulista y la Universidad Nacional de Córdoba.

Lecciones aprendidas

La continuidad de los encuentros a distancia y presenciales además de la elaboración y publicación de los fascículos da cuenta del esfuerzo de los participantes por poner de manifiesto las realidades locales y regionales para la visualización del problema e incidir en las políticas públicas. Es necesaria la continuidad de acciones y el sostenimiento de la red sumando la participación de otros actores sociales.

INTERACCIONES CON BOLIVIA

Desde Bolivia, la revalorización de los saberes locales y ancestrales, el Diálogo de saberes e intercientífico, la transdisiciplinariedad y el Desarrollo en-dógeno sostenible para vivir bien, son los aportes fundamentales que se han venido dando desde la Constitución Política del Estado y los avances en las políticas públicas, articuladas a la experiencia de casi 20 años con un programa internacional denominado Comparando y Apoyando el Desarrollo Endógeno (COMPAS) en África, India y Latinoamérica y con un proyecto denominado Hacia la sustentabilidad alimentaria en África (Kenia, Zambia y Ghana) y Sudamérica (Bolivia, Colombia y Brasil) que todavía esta en curso hasta el 2020, han sido la base de los aportes realizados, donde la concentración se ha ido dando en el objetivo de lograr la sustentabilidad alimentaria en los sistemas alimentarios existentes en cada contexto.

Potencialidades

El investigador de Bolivia, que ha sido coordinador de este progra-ma internacional en Latinoamérica y exdirector del Centro Universitario AGRUCO, ha contribuido con una mirada transdisciplinar y de diálogo de saberes e intercientífico y sobre la investigación participativa y reva-lorizadora, orientado a los conceptos de desarrollo endógeno sustentable para vivir bien. Ha actuado como colaborador de proyectos desarrolla-dos por investigadores de la Unesp, otras universidades en Brasil y otros proyectos y universidades en Colombia, como invitado en diferentes ocasiones y que se ven reflejadas en varias partes de este artículo. Estos aportes han permitido integrar más los conocimientos desde la nutrición

con una visión de la cultura alimentaria de los pueblos latinoamericanos, permitiendo desarrollar enfoques transdisciplinares, conceptos y teorías que aportan a las políticas publicas, a la formación, la investigación y la interacción social en seguridad y soberanía alimentaria.

Debilidades

La principal debilidad en el proceso de la red ha sido la falta de continuidad y cumplimiento de los acuerdos iniciales, principalmente por los cambios dados en el gobierno brasilero, sin embargo consideramos que estos procesos se están dando por otros medios y redes que se han constituido de forma paralela a partir de las mismas universidades participantes.

Lecciones aprendidas

Un aporte sustancial, se considera el asumir el concepto de sustentabilidad alimentaria a partir de un instrumento y técnicas muy participativas de evaluación de la sustentabilidad denominado FoodSaf, desarrollado a través de trabajos de tesis doctorales en África, Sudamérica y Suiza.

INVESTIGACIÓN CON CHILE

En Chile con la Universidad del Bío Bío y la Universidad del Desarrollo se han discutido proyectos dirigidos a la prevención y control de la obesidad, principalmente desde la mirada de la política pública y la implementación de medidas estructurales. En un primer momento como consultoras en la elaboración de un instrumento de evaluación de las políticas y en un segundo momento en la planificación conjunta y captación de recursos en las agencias de fomento de ambos países.

Potencialidades

En las últimas décadas, tanto Chile como Brasil se han destacado en la formulación e implementación de políticas públicas orientadas a enfrentar el problema de la obesidad y también de la seguridad alimentaria. Ejemplos son las Guías Alimentarias para la población brasileña (BRASIL, 2014) y las regulaciones chilenas para alimentos altos en nutrientes críticos con la inserción del etiquetado frontal de advertencia para alimentos

envasados y la restricción de su publicidad dirigida a menores de 14 años. (COLOMBIA, 2015) Por lo tanto, existe un gran potencial de intercambio de experiencias e interacción entre los grupos de trabajo.

Debilidades

Una de las limitantes podría ser la barrera de los idiomas, lo que dificulta en cierta forma la fluidez de los trabajos, cuando son extensivos a la comunidad externa a los grupos de trabajo.

Lecciones aprendidas

La integración de los equipos requiere el compromiso y la vinculación institucional, por un lado. Y por otro, la construcción de insumos que aportan al desarrollo académico tales como publicaciones, proyectos de investigación, intercambios y otros, deben ser el pilar del proceso, ya que éstos son los medios de verificación de la producción académica que deben ser reportados a las instituciones.

INTERCAMBIOS CON COLOMBIA

Con la Universidad de Antioquia, la Unesp ha recibido la contribución en disciplinas del postgrado en Alimentos y Nutrición, colaboró con contenido en un diplomado en Seguridad Alimentaria y Nutricional; ha participado en las discusiones de propuestas de postgrado, así como ha recibido contribuciones a propuestas propias. Ha habido intercambios de alumnos de pregrado y postgrado, incluyendo co-orientación. Otras asociaciones vienen surgiendo con la Universidad Nacional y la Corporación Universitaria Remington principalmente con espacios de debate frente a las situaciones que viven los países con relación a la Seguridad Alimentaria y Nutricional y la producción académica.

Potencialidades

En Colombia, tanto en las universidades públicas como en las privadas, existe la preocupación por crear espacios de identificación de alianzas estratégicas en la defensa de la soberanía alimentaria y nutricional y del derecho humano a la alimentación, encuentros de validación entre

expertos que creen una permanente comunicación entre redes de actores académicos y de la sociedad. (ALBORNOZ; ALFARAZ, 2006) Colombia en 2014 se comprometió con la actualización de sus Guías Alimentarias con el propósito de promover la salud, prevenir la malnutrición y contribuir en la reducción del riesgo de enfermedades crónicas no transmisibles relacionadas con la alimentación y la actividad física, teniendo en cuenta el entorno físico y los factores sociales, económicos y culturales de la población. La interacción con la experiencia de otros países fortalece esta iniciativa. (COLOMBIA, 2015)

Debilidades

Una limitante en la comunicación en red puede ser las tecnologías de información y comunicación que se tienen en algunos países, eso principalmente ha hecho que los investigadores busquen otras alternativas de solución a la hora de usar plataformas digitales que optimicen la comunicación a distancia.

Lecciones aprendidas

Sin duda alguna una de las lecciones aprendidas es el intercambio cultural y científico que tiene las alianzas entre los investigadores, principalmente de los países que participan de la red. La visualización del trabajo y las líneas de investigación de los participantes permite crear nuevos vínculos y asociaciones.

EXPERIENCIAS EAD CON ECUADOR

Con la Universidad Técnica Particular de Loja (UPTL) en Ecuador se desarrolló un curso de Especialización en Seguridad Alimentaria y Nutricional, en doble titulación dirigido a los técnicos de Brasil involucrados con el Sisan en el Estado de São Paulo y Paraná y los Técnicos del Ecuador. Fueron dos grupos simultáneos para atender las especificidades de la lengua y de las políticas de cada país, logrando especializar a 16 personas en Ecuador y a 80 en Brasil. Fue también desarrollado un curso de Extensión para Estudiantes de pregrado con la Escuela Superior Politécnica del Chimborazo, el cual fue impartido a 200 estudiantes.

La participación de los expertos de la Unesp en el 2014 en el Seminario Internacional "Alimentos Iberoamericanos: Propiedades Nutricionales y Funcionales", constituyó el inicio para traer a la mesa de discusión el tema de la soberanía y seguridad alimentaria; que posteriormente avanzó con los encuentros realizados en el 2015 con investigadores de doce universidades ecuatorianas, Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias, municipios, Conferencia Plurinacional e Intercultural de Soberanía Alimentaria, habiendo logrado sensibilizar a docentes e investigadores sobre la importancia de crear espacios de discusión sobre este tema que se han implementado en varias universidades. Se puede mencionar que Brasil ha constituido un referente y tema que ha sido el impulsor para la seguridad alimentaria.

Potencialidades

Los investigadores y otros grupos de la sociedad civil, les entusiasma el interés de unirse para crear y fortalecer espacios de intervención en seguridad alimentaria en diferentes instancias, como municipios, universidades, instituciones públicas.

Debilidades

Las coyunturas políticas han dificultado la integración formal de una red de investigadores.

Lecciones aprendidas

La relación institucional y entre investigadores es el pilar que sostiene y da vida a la cooperación bilateral, va más allá que las políticas o estrategias de gobierno, permite alcanzar logros en beneficios de la población y el desarrollo social de los países.

CONSIDERACIONES FINALES

La Red Latinoamericana de SSAN surgió a partir de una acción gubernamental inducida con el propósito de ampliar la participación de la academia en el fortalecimiento de las políticas públicas de seguridad alimentaria y nutricional. En la articulación de una red de investigadores de diferentes

países que buscan actuar en cooperación para la elaboración de proyectos, asesorías a partir de la práctica de cada uno, intercambios e oportunidades para compartir experiencias. Los convenios institucionales aparecen como medio de legitimar esas alianzas y el apoyo de agencias de fomento y otros órganos de gobierno, sea en la inducción o mantenimiento de esas iniciativas se muestran imprescindibles. Los esfuerzos para ampliar la iniciativa involucrando a más países, instituciones e investigadores son percibidos como un importante desafío a los investigadores.

El trabajo en red mediado por procesos inducidos, con apoyo consistente y sistemático de las tecnologías de información, representa un gran potencial para el desarrollo de acciones de Educación, Investigación y Extensión en América Latina. De un lado hay que emprender esfuerzos entre los investigadores para la incorporación sistemática de esas actividades "en línea" en sus agendas, por otro hay que garantizar los medios físicos de comunicación y un mínimo de recursos para la gestión de esos procesos.

De esta forma, los resultados mostraron la institucionalización de las relaciones entre las entidades involucradas con importantes actividades de intercambio mediadas principalmente por estrategias en línea que facilitan los procesos de formación y autoformación, al mismo tiempo que se traducen en una importante herramienta para las tecnologías sociales, para la promoción de la Soberanía y Seguridad Alimentaria y Nutricional desde el ámbito local hasta el global.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, M.; ALFARAZ, C. (ed.). *Redes de conocimiento*: construcción, dinámica y gestión. [*s. l.*]: RICYT, 2006.

BOLÍVIA. Constitución Política del Estado. *Caceta Oficial de Bolivia*, El Alto, fev. 2009. Disponível em: https://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/normas_leyes/NCPE_oficial.pdf. Acesso em: 29 set. 2020

BOLÍVIA. Lei Marco de La Madre Tierra y Desarrollo Integral para vivir bien. Establece la visión y los fundamentos del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien, garantizando la continuidad de la capacidad de regeneración de los componentes y sistemas de vida de la Madre Tierra, recuperando y fortaleciendo los saberes locales y conocimientos

ancestrales, en el marco de la complementariedad de derechos, obligaciones y deberes; así como los objetivos del desarrollo integral como medio para lograr el Vivir Bien, las bases para la planificación, gestión pública e inversiones y el marco institucional estratégico para su implementación. *Caceta Oficial de Bolivia*, El Alto, 15 out. 2012. Disponível em: https://bolivia.infoleyes.com/articulo/66664. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministerio de Salud de Brasil. *Guía alimentaria para la población brasileña*. Brasília, DF: Ministerio de Salud de Brasil, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_alimentar_populacao_espanhol.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

BUCHBINDER, P. La Reforma Universitaria en vísperas de su centenario: notas sobre su historiografía. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*, Buenos Aires, v. 3, n. 49, p. 176-196, 2018.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p. 143-180, 2015.

CASTELLS, M. Toward a Sociology of the Network Society. *Contemporary Sociology*, Washington, D.C., v. 29, n. 5, p. 693-699, 2000. Disponível em: http://links.jstor.org/sici?sici=00943061%28200009%2929%3A5%3C693%3ATASOTN%3E2.0.CO%3B2-8. Acesso em: 15 maio 2019.

COLOMBIA. Ministerio de Salud. *Documento técnico Guías Alimentarias Basadas en Alimentos*: para la población colombiana mayor de 2 años. Bogotá: Ministerio de Salud, 2015. Disponível em: https://www.minsalud.gov.co/sites/rid/Lists/BibliotecaDigital/RIDE/VS/PP/SNA/guias-alimentarias-basadas-en-alimentos.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

CONTRERAS, J.; GARCIA, M. *Alimentación y cultura*: perspectivas antropológicas. Barcelona: Ariel S.A., 2005.

CHILE. Ley 20.606, de 6 de junio de 2012. Sobre composición nutricional de los alimentos y su publicidad. *Diario Oficial de la República de Chile*. Santiago, 6 jul. 2012. Disponível em: http://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1041570. Acesso em: 15 maio 2019.

DAGNINO, R. *Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia*: alternativas para uma nova América Latina. Ed. UEPB: São Paulo, 2010.

DELGADO, F.; DELGADO, M. *Vivir y comer bien en los andes bolivianos*: aportes de los sistemas agroalimentarios y las estrategias de vida de las naciones indígenas

originarias campesinas a las políticas de seguridad y soberanía alimentaria. La Paz: FAO, 2014.

DELGADO, F.; ESCOBAR, C. (ed.). *Diálogo intercultural e inter-científico*: para el fortalecimiento de las ciencias de los pueblos indígenas originarios. La Paz: COMPAS: AGRUCO: UMSS, 2006. (Serie cosmovisión y ciências, n. 2).

DELGADO, F. *Estrategias de autodesarrollo y gestión sostenible em ecossistemas de montaña*. La Paz: AGRUCO: Plural Editores, 2002

DELGADO, F.; RICALDI, D. *Desarrollo endógeno y transdisciplinariedad en la educación superior*: cambios para el diálogo intercientífico entre el conocimiento eurocéntrico y el conocimiento endógeno. La Paz: Plural editores, 2012. (Serie cosmovisión y ciencias, v. 5).

DELGADO, F.; RIST, S. (ed.). *Ciencias, diálogo de saberes y transdisciplinariedad*: a portes teórico metodológicos para la sustentabilidad alimentaria y del desarrollo. Cochabamba: Agruco, 2016.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Influencing food environments for healthy diets. Rome: FAO, 2016.

FREIRE, P. *Educação como prática de liberdade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HAVERKORT, B.; DELGADO, F.; SHANKAR, D. *et al*. *Hacia el diálogo intercientífico*: construyendo desde la pluralidad de visiones de mundo, valores y métodos en diferentes comunidades de conocimiento. La Paz: Plural editores, 2013.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. La nutrición y los sistemas alimentarios: un informe del grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del comité de seguridad alimentaria mundial. Roma: HLPE, 2017.

HUANACUNI, F. Alimentación digna y con dignidad, documento de trabajo realizado para AGRUCO. Cochabamba: Agruco, 2013.

MATURANA, H. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Ed.UFMG: Belo Horizonte, 2001.

MORIN, E.; CIURANA, E. R.; MOTTA, R. D. *Educar na era planetária*: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Comentário Geral número 12: o direito humano à alimentação. New York: Organização das Nações Unidas, 1999.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓNY LA AGRICULTURA. Buenas Prácticas en Información, Comunicación y Educación: alimentario nutricional en la República Argentina. Buenos Aires: FAO, 2011. Disponível em: http://fao.org/docrep/019/as486s/as486s.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.

PIÑA, P. A. Por un marco teórico conceptual para los estudios de antropología de la alimentación. *Annales de antropología*, Cidade do México, v. 35, n. 1, p. 11-29, 2001.

SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. A *Universidade no Século XXI*: para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008.

SWINBURN, B. A.; SACKS, G.; HALL, K. D. *et al*. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. *The Lancet*, Boston, v. 378, n. 9793, p. 804-814, 2011.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA EM EQUIPAMENTOS SOCIAIS URBANOS DE ALIMENTAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL[1]

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO
FABIANA BOM KRAEMER
FLÁVIA MILAGRES CAMPOS

INTRODUÇÃO

Não há *a priori* uma teoria para construção de cidadania, porque também não há um estado inicial e outro resolutivo de um cidadão: nos afirmamos como cidadãos a todo momento. O processo é contínuo e se dá no interior das relações sociais com uma infinidade de possibilidades em seu cotidiano. Os contornos de cidadania hoje são delineados por sociedades organizadas em territórios modernos, os Estados-nação, sob o comando de um governo instituído que determina suas políticas. (GIDDENS, 2001) Nesse sentido, somos cidadãos brasileiros porque aceitamos e nos sujeitamos às políticas brasileiras, e isso nos difere de argentinos, tailandeses ou dinamarqueses. Ainda assim, ser cidadão não se resume a uma natureza constante ou homogênea de ser brasileiro, argentino ou tailandês. A formação cidadã passa por um processo conflitivo do espaço público que propicia espaços necessários de vivência da dignidade humana, em

1 Texto derivado de projeto de pesquisa intitulado “Educação alimentar em equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional”. Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTIC nº 016/2016-9).

efetiva igualdade de condições, mas respeitadas as diferenças próprias de cada um. (CORRÊA, 2002)

Para se apropriar de um papel social e se sentir cidadão, há que reconciliar-se com o sentimento de todos os brasileiros, reconciliar "[...] a consciência comum consigo mesma ao propor explicações, até mesmo contraditórias, a respeito do mesmo fato [...]" (BOURDIEU, 2015, p. 23), que somos brasileiros. Segundo o sociólogo, noções comuns são fortes e vivem como naturais, muitas vezes até como óbvias no senso comum. Mas na prática de pesquisa, quando retiramos a noção de cidadania do senso comum para pensá-la conceitualmente, rompemos com a experiência imediata, e buscamos aprofundar explicações em uma espécie de quadro teórico, confrontando-a com experiências anteriores de pensadores e teóricos, que nos escapam numa leitura instrumental das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Há diferentes concepções sobre política, e, na perspectiva deste estudo, o documento que denominamos Política Pública é a expressão legitimada de uma política que funciona no interior das relações econômicas como sistema de poder e, segundo debate entre Chomsky e Foucault, "define as formas, as permissões e proibições regulares de nossa conduta. Afinal de contas, a essência de nossa vida consiste no funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos". (CHOMSKY, 2014, p. 46)

Afirmar a cidadania como um papel social pode ser uma solução fácil que nos mobiliza para consumos possíveis no dia a dia, narrativas sobre o que comer que fazem sentido no convívio social, mas nem sempre tomam para si o sentimento de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Consideramos um processo educativo em prol do direito humano quando o comer, ou o falar sobre o comer, garante liberdades básicas para cada um, liberdade que promova melhores condições de vida para todos. Nesse sentido, se sentir cidadão se mistura com um aprendizado na vida, com uma educação que nos invade e mistura ideologias, conforme pudemos observar no estudo de Nascimento e demais autores (2017) sobre o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (2012).

As novas velhas formas de comensalidade envolvem um convívio social transmidiatizado em uma cultura *over* de informações sobre SAN e

DHAA, que bricola o que já existia com formas híbridas, colagens e sincretismos de significados que expressam o que Levi Strauss denomina um “tesouro de ideias”. (LÉVI-STRAUSS, 1976) Essa dinâmica na realidade cotidiana, porém, pode tornar concepções e princípios, como o DHAA, contraditórios e confusos, ou até mesmo invisíveis.

Este estudo se propõe a olhar para construção de cidadania em projetos de SAN, elaborados por diferentes atores sociais durante um curso de ensino a distância sobre a temática da educação alimentar e nutricional e equipamentos sociais urbanos. Isto possibilitou olhar para a realização do DHAA através das ações de indivíduos e comunidades concretas, tratando da melhoria das condições territoriais para lidar com o mal-estar e construir formas de viver bem juntos, entendendo que assim se realiza o DHAA. O território, desta forma, é compreendido como um produto social, resultado da dinâmica dos modos de produção e reprodução social. Neste sentido, é nos microterritórios ou lugares que os atores locais questionam os sistemas hegemônicos do território. (JARAMILLO, 2018) Os lugares definidos nos projetos estão conectados aos atores sociais e a narrativas midiáticas que neles habitam, constituindo núcleos complexos para análise: como a comensalidade em espaços como feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão?

Os equipamentos sociais têm vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade e cooperação na implementação de participação política e dinâmicas cidadãs em suas práticas cotidianas. São espaços que se revestem de informações e incorporam tendências nas práticas comunicacionais. Os meios de comunicação, assim, são, segundo Baccega (2009), ágora de publicidade onde os sujeitos se encontram e aí bebem, ressignificando o mundo editado, ocupando e sobrepondo-se aos espaços. Em nosso estudo entendemos que os equipamentos sociais têm potencial socioeducativo para aumentar a capacidade de resposta dos grupos sociais aos vários riscos existentes no espaço público urbano.

Um equipamento social é um espaço social nuclear na valorização da cultura alimentar local, promoção da cidadania e da realização do DHAA. Em consonância com a terceira diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional configura um lócus de educação alimentar e

nutricional (EAN), pesquisa e formação nas áreas de SAN e DHAA. A incorporação dos sentidos de cidadania está marcada por uma permanente negociação na construção de novos esquemas de percepção, novas sensibilidades e subjetividades estabelecidas entre ensinar/aprender, saber/poder e realidade/verdade. Nesta perspectiva, a condução/compreensão/interpretação deste fenômeno complexo de construção de cidadania necessariamente envolve o entrelaçamento de diferentes saberes que circulam nestes entroncamentos de relações e distancia-se de um cardápio de mudanças padronizadas de comportamento humano: cidadania não é algo que se consome de pronta entrega.

As práticas educacionais e comunicacionais são processos de continuidade que provocam efeitos a longo prazo na incorporação de cidadania e alternativas para excluídos e marginalizados invisíveis da sociedade. Se por um lado a conceituação de cidadania é uma reflexão que rompe, pelo menos parcialmente, com a realidade, por outro, é na experiência que a concepção de cidadão conecta sujeito e sociedade. Segundo Bondia (2002, p. 28), "A experiência já não é o que nos acontece e o modo como lhe atribuímos ou não um sentido, mas o modo como o mundo nos mostra sua cara legível, a série de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade do que são as coisas e dominá-las". Assim, entendemos que o desenvolvimento de projetos representa um exercício de incorporação de experiências e orientações políticas e em nosso campo de estudos – o ensino a distância (EaD) de SAN e DHAA aglutinou um conjunto de técnicas e metodologias na busca por soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida.

A pesquisa social foi um fio condutor que nos auxiliou a compreender a convivência de contradições humanas orquestradas por e no ambiente de aprendizagem envolvendo alimentação. Embora estejamos em um campo de práticas educacionais a distância, explorando uma Tecnologia de Informática e Comunicação (TIC), no escopo dessa pesquisa, o EaD foi somente o corpus do objeto de estudo, a construção de cidadania.

O caráter educativo circunscreve a renovação/ressignificação de valores hegemônicos, reconhecendo-os para poder intencionalmente problematizar a disposição para imposição de normas e padrões de EAN que aparece nos documentos de Políticas Públicas. Problematizar é uma

estratégia metodológica que visa convergir sentidos e significados espalhados no cenário da pesquisa, de modo que se possa, em seguida, a partir desse conjunto, despir termos soltos de polissemia e superficialidade transformando meras palavras em conceitos operacionais para a análise.

FUNDAMENTOS SOBRE CIDADANIA

A conceituação foi a primeira etapa do percurso metodológico desse estudo. A seleção de argumentos teóricos aprofundou raízes dos termos situando-os em uma trajetória de pensamento contextualizada no cenário de uma arquitetura aberta da internet onde estava o EaD. Ao inscrevê-los numa seleção de fundamentos e argumentos teóricos, definimos um ponto de vista das ciências sociais e humanas, nos protegendo de armadilhas generalizadoras. O conceito de cidadania foi objeto e ao mesmo tempo ferramenta para o pesquisador. Se temos hoje esse termo cidadania em nosso vocabulário, temos também significados que fazem sentido na prática, quando compomos nossos discursos com ele. Por outro lado, se esse termo já existe há tempos, já fez parte de outras experiências até anteriores à formação da palavra latina *civitas*.

Segundo Elisa Reis (1998), a ideia que leva ao conceito de cidadania é anterior à palavra latina *civitas*, remete ao sentimento de igualdade, inicialmente religioso e depois político, na formação de comunidades, *polis,* como consequência de guerras e como resultado ou motivador do sentimento de lealdade entre as pessoas que moravam próximas umas das outras. Na era medieval, o burguês tornou-se *o protótipo do cidadão* e a cidade seu habitat natural, enquanto na visão moderna, a cidadania está associada ao desenvolvimento do capitalismo e a institucionalização do Estado-nação.

Para Boaventura de Santos (2009) o paradigma da modernidade ocidental estava assentado em uma tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social. Estado, mercado e comunidade seriam eixos a partir dos quais se processaria a regulação, tendo em vista o princípio da obrigação (obrigação vertical entre cidadãos e Estado, obrigação horizontal entre parceiros de mercado, obrigação horizontal entre membros de uma comunidade). A ciência, o direito e o senso comum, por outro lado, seriam

eixos relacionados à emancipação, estabelecendo-se a tensão. No entanto, a ciência e o direito foram se tornando eixos de regulação, ao convergirem com o capitalismo, o que levou a tensão a tender para a regulação social e consequente déficit de emancipação. Assim, para o autor, mercado, ciência e direito se associaram em um projeto regulativo hegemônico que vem bloqueando as alternativas emancipatórias nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Guardadas as devidas proporções, o pensamento de Boaventura nos permite trazer essa tensão "regulação/emancipação" para os equipamentos sociais urbanos, a fim de problematizar como se fazem presentes os potenciais regulatórios e os emancipatórios nesse espaço, a partir das ações de EAN. Ainda que como categoria pensada no marco de tradições culturais nacionais, a cidadania, ao mesmo tempo como objeto e ferramenta de análise, nos ajuda a pensar subjetividades e esquemas de percepção que estão atuantes na formulação das ações de EAN, bem como são construídas por elas e criam possibilidades para lutas emancipatórias, que se confrontam com as formas de dominação e exclusão presentes no território.

Consideramos passo necessário refletir sobre como essa tensão se coloca nas ações de EAN, como se contrapõem na ação localizada no território a lógica da eficácia e da instrumentalização e a lógica da solidariedade e da participação. Pensar ao mesmo tempo as possibilidades locais de resistência à dominação e como a própria resistência em algum momento acaba, por sua vez, fundando novas relações de poder. (FOUCAULT, 2008) Então, para tomar os equipamentos sociais como campos de experimentação social, criando oportunidades de pensar alternativas ao que está dado, parece-nos apropriado a abordagem das questões da cidadania, que envolvem o sentimento de pertença, a participação política, o cumprimento de deveres, a luta por direitos e por uma vida digna.

> Espaços públicos de vida digna constroem-se paulatinamente por meio de frentes comuns de combatividade solidária, aptas a transformarem as lutas locais e regionais em momentos de um processo maior, tendo como horizonte de sentido a partilha dos espaços sociais de que os cidadãos necessitam para a realização coletiva de suas identidades e diferenças. (CORRÊA, 2003, p. 53)

Numa perspectiva teórico-conceitual de metodologia, o conceito de cidadania baliza questões sociais profundas da sociedade contemporânea, como processo de emancipação, distribuição de renda e estratificação social, o que orienta novas construções e usos nas práticas de EAN desenvolvidas em equipamentos sociais. No contexto da pesquisa, esse conceito opera como ferramenta para a análise de conteúdo a depender do corpo de hipóteses que compõem esse estudo.

Nossas questões envolvem inclusão social: se ser ou estar cidadão significa fazer parte a um corpo maior, pertencer a uma unidade comum, então a cidadania seria uma afirmação de prerrogativas que estariam garantidas pelas leis ou políticas públicas? E, junto a essa questão, o cidadão em uma condição de consumidor de direitos pode se fechar numa esfera privada e conflitar com o cidadão no sentido daquele que se envolve com as questões públicas?

A construção de categorias analíticas é derivada de um conjunto de pressuposições teóricas que nos posiciona eticamente diante dos modos como vemos cidadania nos planos de ação. Os processos de EAN seguem diretrizes de políticas públicas que legitimam suas ações e capitalizam os agentes gestores dos planos, o que nos motiva a compreender como esses agentes aplicam em suas práticas essas diretrizes. Defender o DHAA ou a soberania alimentar e SAN se dá no discurso de formas diferenciadas, e são essas diferenças que nos levaram a pergunta-guia: como os planejadores de EAN em equipamentos públicos objetivam o sentimento de cidadania? Como esperam que seu público-alvo vivencie ou consuma seus direitos garantidos por lei?

Entendemos que conhecer a construção de cidadania nos projetos de EAN elaborados por diferentes atores sociais em equipamentos sociais urbanos durante a realização de um curso de ensino a distância foi um caminho para chegar a essa compreensão sobre o que é construído como cidadania no universo privativo dos agentes. O plano de ação configura um exercício de pertencimento e inclusão social em questões públicas permeado por sentidos. Nos resta conhecer o desdobramento dessas questões públicas no universo mais privativo dos textos elaborados por esses agentes.

A práxis representa um campo de saber onde é possível perceber as mediações entre agente social e sociedade, entre o saber construído pelos atores e arranjos estruturados – solo dessas relações que se renovam e multiplicam. (PINHEIRO; LUZ, 2003) Demasiado complexa, as práticas discursivas presentes nos projetos demandam uma extrema vigilância de utilização de técnicas e de sua adequação à construção do sentir-se cidadão. Segundo Bourdieu (1989, p. 63), "[...] os trabalhos científicos são parecidos com uma música que fosse feita não para ser mais ou menos passivamente escutada, ou mesmo executada, mas sim para fornecer princípios de composição". Assim sendo, nos interessa os princípios de construção do conceito de cidadania nos planos de ação de agentes sociais.

A CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO: O UNIVERSO ESTUDADO E A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE

Os projetos em análise, um total de 22 (vinte e dois), foram produzidos durante o curso "Educação Alimentar em Equipamentos Sociais Urbanos", desenvolvido no Laboratório Digital de Educação Alimentar (LADIG'E) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O curso faz parte da proposta do CNPq e MCTIC na construção de uma rede de enfrentamento à desigualdade social na América do Sul, sendo oferecido na modalidade à distância, de forma gratuita.

O público-alvo abrangeu profissionais que realizam ou desejam realizar trabalhos educativos e estejam comprometidos com o DHAA, que em sua maior parte foi composto por nutricionistas.

O curso foi desenvolvido em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no qual foram disponibilizados textos, videoaulas e exercícios. O plano de trabalho estabeleceu um total de 160 horas, distribuídas em módulos, e cada módulo possuía uma aula gravada, um texto base com roteiro norteador para leitura e uma tarefa a ser realizada pelo aluno e compartilhada nos fóruns interativos. Para o aluno receber o certificado,

foi preciso realizar 70% das atividades de compartilhamento em fóruns e entregar todas as tarefas de cada módulo.

As tarefas desenvolvidas individualmente pelos participantes a cada módulo do curso, segundo a experiência de cada um, foram compartilhadas no grupo, em um espaço interativo mediado por tutores. Essas tarefas foram consolidadas em um projeto final por participante, que deveria dialogar com o universo simbólico das comunidades escolhidas por eles, constituindo-se em uma matriz útil para a problemática local. Assim, os projetos foram elaborados com a finalidade de atender demandas locais dos territórios em que se encontravam os equipamentos sociais escolhidos pelos participantes.

As tarefas relacionavam-se ao conteúdo programático do curso que foi construído em ordem crescente de complexidade, de modo que ao final os projetos já estivessem delineados e contemplando os conteúdos trabalhados (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição dos conteúdos contemplados no projeto final do curso EaD "Educação Alimentar em Equipamentos Sociais Urbanos"

	Item do Projeto	Descrição
1	Soberania e segurança alimentar e nutricional em equipamento social de alimentação	Definição do equipamento social escolhido pelo participante, com suas funções, público-alvo, local geográfico e social, bem como formas de custeio.
2	Educação alimentar e nutricional na desigualdade social	Estabelecimento do plano de ação de EAN, contendo território/local, objetivo, metodologia e avaliação, de acordo com as possibilidades de realização de cada participante e local.
3	Cultura alimentar e culinária	Criação de uma peça de comunicação digital para atrair o público-alvo à ação de EAN proposta.
4	Construtivismo	Elaboração de um mapa do território em que o equipamento social escolhido se encontra, empregando a estratégia de cartografia social buscando identificar o que é importante para o participante e o equipamento escolhido, como parceiros, fluxos e conflitos existentes no território.
5	Ferramentas e redes digitais	Estabelecimento de rede de conexões, a fim de viabilizar uma boa comunicação para o equipamento social, com orientação para criação de um blog.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Entendemos que o desenvolvimento conceitual provém do debate de múltiplas perspectivas e da mudança simultânea das representações

internas em resposta a essas perspectivas. Assim, embora os projetos tenham sido desenvolvidos individualmente, as interações entre participantes do curso e tutores, no espaço interativo, estimuladas a cada módulo, permitiram discussões e exposição de diferentes perspectivas ao longo do curso. As reflexões foram motivadas, mas de modo atrelado à realidade experimentada pelos participantes em suas trajetórias anteriores. Entendemos experiências aqui como vivências objetivadas e maturidade em relação ao que era uma questão no debate. Materializar questões alimentares foi uma forma para não se perder nas reflexões sobre DHAA. O dimensionamento dessa materialidade (objetos dos módulos temáticos), planejado com antecedência, foi a estratégia para não cair em um pragmatismo. Os projetos, portanto, não são mera compilação das tarefas de cada módulo, mas sua versão final com possíveis reformulações, adaptações, inclusões ou exclusões de conteúdos após a interação com os demais participantes.

A análise do material foi baseada no referencial da análise de conteúdo (BARDIN, 2010), um conjunto de técnicas de análise das comunicações, marcado por uma grande disparidade de formas e que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Trata-se, portanto, de um tratamento da informação contida nas mensagens, mas não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o "continente", que permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A exploração do material iniciou-se com uma leitura flutuante desses projetos, a fim de conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. A seguir, escolhemos os planos de ação de EAN de cada projeto como *corpus* da análise de conteúdo.

Optou-se pelo recurso da análise temática, que pretende tomar em consideração a totalidade de um texto segundo a frequência de presença, ou não, de itens de significação. Num primeiro passo, portanto, obedecendo ao princípio da objetividade, foram sistematizados elementos de significação dos projetos para uma classificação em um conjunto de categorias apropriadas ao objetivo desse trabalho e constitutivos da mensagem. A partir das quatro etapas que cada projeto definiu em seu plano de ações de EAN, foi feito um quadro sistematizado em que foram construídas as categorias analíticas, a partir dos dados da cultura local apresentados.

A definição das categorias e classificação dos elementos constitutivos da mensagem propiciam a realização de inferência, que, por sua vez, responde às questões relativas às condições de produção da mensagem ou sobre os seus efeitos.

Na segunda etapa, foi realizada a codificação do *corpus*, sendo que os dados brutos foram transformados sistematicamente e agregados em unidades de significação, permitindo atingir uma representação do conteúdo. A seguir, as unidades de registro foram codificadas em unidades de contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A identificação e a classificação das unidades de análise fizeram emergir três categorias, que foram definidas a partir de pontos de convergência nos conteúdos apresentados (Quadro 2).

Quadro 2: Classificação de categorias de análise

Aspecto Analisado	Categorias	Amostragem
Tema central: construção de cidadania	1.Estrutura de relações institucionais 2. Inclusão social na EAN 3. Políticas Públicas	Elementos do plano de ação de EAN dos projetos: diagnóstico educativo e/ou território, objetivo(s), metodologia e avaliação

Fonte: elaborado pelas autoras.

O método das categorias permitiu a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem podendo estabelecer um quadro geral (Quadro 3).

Quadro 3: Análise de Conteúdo

Categorias	Componentes	Número de itens presentes	Total por Categoria
Estrutura de relações institucionais	Banco de alimentos, doações institucionais	1	18
	Restaurantes ou cantinas com assistência social	7	
	Hortas escolares e comunitárias	6	
	Feiras, redes de apoio comercial e de distribuição	3	
	Núcleos de saúde pública (NASF, USB)	1	
Inclusão social na EAN	Práticas culinárias	6	25
	Rodas, dinâmicas e debates	8	
	Atividades de horta e agroecológicas	5	
	Rede colaborativa	6	
Políticas Públicas	Programas: PNAE[a], PAA[b], PRONAF[c]	7	17
	Centros: CECANE[d], NASF[e], UBS[f]	4	
	Guia Alimentar: culinária emancipatória, rotulagem, valorização cultura local, ambiente sustentável	6	
Número total de elementos selecionados para análise		**60**	

Legenda: [a.]Programa Nacional de Alimentação Escolar, [b.]Programa de Aquisição de Alimentos, [c.]Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, [d.]Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, [e.]Núcleo de Apoio à Saúde da Família, f. Unidade Básica de Saúde.

Fonte: elaborado pelas autoras.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: UM ESPAÇO PARA COMENSALIDADE E CONSUMO DE ALIMENTOS

Os conteúdos que mais expressaram uma estrutura de relações institucionais, fossem elas entre agentes individuais ou coletivos, estiveram

atrelados a um espaço reconhecido pela comunidade local como próprio, por algum motivo, para consumo de alimentos e comensalidade. As instituições escolares, de atenção primária ou universitária, foram lugares muito citados como propícios para ações específicas de SAN e legitimam o DHAA nas relações sociais que envolveram acessibilidade, modos de distribuição e estabilidade do fornecimento.

Os aspectos físico, econômico e sociocultural dos equipamentos sociais circunscreveram seus agentes na interação entre eles próprios, e marcaram barreiras e possibilidades, limites e facilidades dos sistemas de produção e consumo de alimentos locais. Assim, uma feira passa a ser uma instituição pública de distribuição de alimentos se os agentes sociais afirmam possibilidades de SAN e DHAA. O local, ainda que seja uma rua ou praça sem grandes especificidades, se tornou um lugar específico de consumo e/ou produção de alimentos para coletividades com argumento de partilha e direito.

Restaurantes foram muito citados sem elementos de padronização ou regulamentação formalizada, mas sempre apresentados com uma disposição para alimentação saudável, articulados principalmente a um baixo custo e alta acessibilidade. Compreendemos que essas são justificativas de um equipamento social pautado por pressupostos de políticas contra fome e insegurança alimentar.

As atividades como horta foram citadas com intimidade de quem tem prática em relação aos projetos pedagógicos de escolas, montadas com diversidade dentro de pátios, terrenos ou subindo pelas paredes, eram feitas em parceria pelos alunos, professores e funcionários. Entendemos que, assim como os demais lugares citados, a horta se configurou como uma prática de SAN e DHAA quando convergia com atividades realizadas com assiduidade e continuidade nas práticas pedagógicas cotidianas.

Durante o curso EaD se trabalhou a perspectiva de diferentes espaços coletivos desenvolverem DHAA, SAN e soberania alimentar, tornando-se equipamentos sociais. Nesse sentido, procuramos não restringir a noção de equipamento social apenas aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como banco de alimentos, restaurantes e cozinhas comunitárias, embora se reconheça sua importância para promoção da SAN. Os participantes foram incentivados a olhar para os espaços coletivos

existentes na sua comunidade, no seu bairro, na sua cidade e procurar neles possibilidades de ação capazes de reforçar o DHAA. Consideramos que outros espaços coletivos, mantidos ou não pelo Estado, também podem assumir funções de promoção da SAN, já que não é somente entregando alimentos ou refeições que se reforça o DHAA. Escolas, unidades de saúde, centros comunitários, associações de bairro, de trabalhadores, de agricultores, religiosas, esportivas, feiras, hortas, bibliotecas públicas, bancos comunitários são lugares que podem funcionar como equipamentos sociais de SAN.

Observa-se que para a maior parte dos projetos, o equipamento social em evidência esteve vinculado ao poder público (em instituições de ensino, de saúde ou assistência social), e apenas seis vincularam as ações de EAN a centros comunitários, sindicatos, feiras e associações religiosas. Possivelmente, a inserção profissional dos participantes direcionou suas propostas para esses espaços mantidos pelo Estado. Em ambos os casos, entretanto, os participantes precisaram construir os argumentos para que os espaços coletivos indicados pudessem ser reconhecidos como equipamentos sociais de segurança alimentar e nutricional, em especial, para aqueles que não assumem a tarefa de distribuição de alimentos e/ou refeições. Como não estava explícito essa função social, percebemos que foi preciso reforçá-la de algum modo nos projetos.

Ainda que uma das atividades do curso tenha sido a cartografia social do território a que se vinculava a ação de EAN, a identificação de parceiros institucionais não pode ser reconhecida em todos os planos de ação. Poucos foram os projetos que citaram outras instituições como parceiras nas atividades previstas. Essas parcerias foram listadas principalmente nos projetos envolvendo programas estatais consolidados, como o PNAE, o que possivelmente indica, nesse caso, um discurso mais consolidado em relação à intersetorialidade de ações do que a interinstitucionalidade.

A intenção de conduzir o público-alvo das ações a se apropriar dos equipamentos, no sentido de sua ocupação territorial, *in loco*, esteve muito presente nos planos de ação. Em alguns deles, há mesmo uma preocupação em relação a estratégias para atrair o público. A participação apareceu como um critério recorrente de avaliação das ações, demonstrando a importância das relações sociais. Entretanto, cabe problematizar a limitação

do número e frequência de participantes como critério de avaliação, o que nos levaria a um debate sobre a dicotomia entre a lógica da eficiência e a lógica da participação.

Embora seja fundamental, a participação despretensiosa da população nos equipamentos não garante a possibilidade de apropriação do seu estatuto. Entendido aqui não como um estatuto formal, documental, mas como o conjunto de regras sociais que define e rege as práticas no equipamento. As ações de EAN incorporaram alguma possibilidade de o público interferir na forma como se estrutura – regras de convivência, organização da tomada de decisões, redefinição de papéis. Porém, nos levam a questionar se a participação despolitizada seria eficiente no processo de inclusão social discutidas no próximo item.

Em relação à estruturação de equipamentos sociais institucionalizados, a maior parte dos equipamentos descritos nos planos de ação estava vinculada ao Estado. Houve uma tendência a naturalização de uma estrutura polarizada e hierarquizada de relação público/instituição. Uma relação que, em geral, se estabeleceu entre o que detém o conhecimento legítimo e o que não o detém; entre o que tem o recurso material e o que não tem; entre o que tem poder legal e o que não tem. Refletindo sobre a polarização e tomando o pensamento de Bourdieu (1997), cabe reconhecer que a estrutura estabelecida, com suas regras de poder e hierarquias, faz parte de mecanismos de dominação que, sob pena de reproduzir representações nas próprias ações de EAN, apenas legitimam a dominação.

No entanto, as relações de poder entre os agentes nos microterritórios se afirmam cotidianamente, o que numa perspectiva crítica de educação continuada poderia abrir brechas na estrutura polarizada e hierarquizada dos equipamentos sociais institucionalizados, embora não tenha ocorrido. Em um dos planos de ação, por exemplo, cujo equipamento social relacionado tratava-se de restaurante, havia previsão de análise e sugestão de inclusão de alimentos no cardápio pelo público-alvo, o que parecia criativo. No entanto, tinha como balizador o valor nutricional do cardápio, anteriormente trabalhado no grupo como orientação. Uma educação crítica não polariza com guias alimentares; não se trata de negar a importância do valor nutricional dos cardápios, mas de criar coletivamente alternativas. Observamos que, embora os projetos criassem espaço de discussão

sobre o cardápio, compartilhando em certo grau a tomada de decisões, foram raros os espaços alternativos de reconhecimento do saudável fora dos padrões globais. A base em que se dá a seleção de alimentos aparece predefinida pelos planejadores de EAN, sem grande investimento sobre o que seria a melhor alimentação possível na perspectiva dos usuários.

O que nos parece que seria uma brecha nessa estrutura de poder não é o apoio a uma alimentação saudável globalizada e sustentável, mas o processo de, a partir dela, apreender quais são os mecanismos positivos que, produzindo a alimentação globalizada como a melhor, acarretariam efeitos de controle e poder. Para escapar à reprodução desse mecanismo, nos cabe perguntar: de que forma os movimentos de EAN voltados para construção de cidadania poderiam incorporar aspectos educacionais criativos e emancipatórios?

Estas considerações, não significam, entretanto, que nos equipamentos fora da alçada do Estado, as relações desiguais e a dominação não possam se estabelecer. Mas, nesse caso, a estrutura da relação público/instituição, em geral, se estabelece em outras bases não realçadas nos projetos que foram analisados nesse estudo.

INCLUSÃO SOCIAL NA AÇÃO DE EAN

A noção de inclusão/exclusão social passa de algum modo pelo trabalho – como atividade criativa humana de caráter ontológico e como forma de obter renda – pelos recursos materiais, pela assistência social, pela participação política, pelos direitos humanos e pela cultura, com os quais dialogamos no EaD. A abordagem da exclusão social é complexa e relaciona-se às desigualdades econômicas, políticas, culturais e étnicas. (DUPAS, 1998) Cabendo notar que essas diferentes manifestações da exclusão não necessariamente incidem isoladamente, mas podem se acumular, sobrepondo-se em determinados grupos sociais.

O alimento elevado ao seu caráter de acesso universal e de inclusão social pela emenda constitucional 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais, fixados na Constituição Federal (BRASIL, 2010), reforça a importância de uma série de políticas dirigidas à inclusão social e a grupos socialmente vulnerabilizados, tais como: assistência social, transferência

de renda, restaurantes populares, programas de controle das carências nutricionais, alimentação do trabalhador, alimentação escolar, políticas territoriais e afirmativas dirigidas a comunidades tradicionais e povos indígenas.

Nos projetos analisados, a comensalidade e a culinária foram o fio condutor de ações desenvolvidas presencialmente em equipamentos públicos ou em redes sociais. Observamos uma disposição para intervenção em prol de um comer junto nas ações propostas nos projetos, em que as mensagens disseminadas visavam mudanças e incorporação de regras sociais em torno da divisão de alimentos, legitimadas pelas orientações de Políticas Públicas. Assim, olhamos para os projetos considerando que a comensalidade, que de certo modo uniu as ações de EAN analisadas, pode servir para pensar diferentes dimensões desse binômio inclusão/exclusão social.

Uma hipótese para a valorização da comensalidade nas ações de EAN pode estar relacionada à inclusão deste conceito no Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), documento oficial que estabelece diretrizes alimentares oficiais para a população brasileira, configurando-se como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional nos diversos setores.

Essa comensalidade se apresenta a partir de orientações como: comer com regularidade e com atenção; comer em ambientes apropriados; e comer em companhia. Mas, como afirmam Wollz e Prado (2006, p. 50), "é complexa, plural e permite muitas definições". E é justamente pela sua plasticidade que podemos pensar a comensalidade como uma dimensão para discutir a inclusão social e/ou a exclusão social, seja num partilhar a mesa de forma agradável e ativa, seja orientada por um padrão cultural do "comer para viver".

A cultura alimentar local foi mencionada em várias etapas dos projetos, o que nos indica algo sobre a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local. No entanto, há que se problematizar uma certa contradição entre conhecer a cultura local e perpetuar uma só alimentação saudável, discutido na categoria anterior. Esses princípios de alimentação saudável e cultura local guardam entre si uma tensão silenciada, pois considerando a legitimação de um padrão nacional de

alimentação saudável, como a cultura alimentar local pode escapar a essa superioridade?

Esta questão nos faz lembrar a discussão de Giddens (1991) sobre a visão romanceada da comunidade, que muitas vezes está presente nas análises sociais quando as culturas tradicionais são comparadas às modernas. O autor enfatiza a importância das relações localizadas em termos de lugar, em que este não foi transformado pelas relações tempo-espaço distanciadas e, assim, nessas comunidades, em sua grande maioria, a população era relativamente imóvel e isolada, e a localidade contribuía para segurança ontológica de maneiras que são substancialmente dissolvidas em circunstâncias de modernidade. Nos cenários pré-modernos, as estruturas através das quais o lugar se constitui não são mais organizadas localmente. "O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados". (GIDDENS, 1991, p. 98) Mesmo mantendo sentimentos de identificação com lugares, eles mesmos estão desencaixados e se encontram também salpicados de influências muito mais distantes.

Nos projetos apareceu também a valorização da agricultura familiar, reconhecida como uma estratégia de inclusão social. Em nosso enfoque no curso apresentamos o fomento à agricultura familiar como forma de garantir a estabilidade desse produtor, principalmente, na distribuição de alimentos à população em situação de vulnerabilidade social. Experiências exitosas de sistemas de cultivo agroecológico têm sido divulgadas como exemplo de tecnologias orientadas à solução de problemas associados à exclusão social, como uma tecnologia social.

As tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas, uma vez que as tecnologias determinam posições e condutas de atores, condiciona estruturas de distribuição social, geram problemas sociais e ambientais e ao mesmo tempo facilitam ou dificultam sua solução, ou seja, os processos de mudança social estão em relação com as tecnologias. Assim, o desenvolvimento de "Tecnologias Sociais" reveste-se de uma importância estratégica para resoluções de problemas como exclusão social e pobreza. (THOMAS, 2009)

Esse tipo de tecnologia inserida em um contexto em que emergem interesses na elaboração de políticas sociais inclusivas precisa ser resultante do conhecimento criado coletivamente pelos atores interessados no

seu emprego. A capacidade local de geração de soluções tecnoprodutivas tanto adequadas quanto eficazes são desenvolvidas a partir da interação com a população e representam uma alternativa para facilitar a inclusão social e a melhoria na qualidade de vida.

As metodologias e procedimentos dos projetos de EAN priorizaram a informação a população-alvo, promovendo uma aproximação afetuosa com a comunidade. Apareceram planos de implementação de metodologias ativas de EAN reforçando a participação popular em debates e palestras sobre alimentação saudável a preço acessível.

Vale destacar a proposta de alguns planos de ação que previam a visita a outros locais/parceiros que desenvolvem atividade semelhante à proposta, como, por exemplo, hortas comunitárias. Essa estratégia aparece no sentido de dar ao público a oportunidade de conhecer experiências concretas de enfrentamento de desigualdades, ainda que em condições diferentes.

A inclusão esteve associada à construção de cidadania e aos Direitos Humanos: os projetos propagaram a inclusão social como decorrente do DHAA, quando este se realizava segundo os critérios do saudável. Ser saudável representou estar dentro do que nos faz cidadãos de direitos. Por outro lado, não se alimentar de modo saudável é estar excluído dos direitos, fosse por opção ou falta de opção.

Nesse sentido, realizar uma alimentação saudável funcionou como uma senha para se tornar cidadão e sujeito de direitos. O DHAA foi um imperativo flutuante nas entrelinhas dos projetos. No entanto, muitas metodologias nos pareceram distantes do que seria possível ser realizado *in loco*, o que nos levou ao seguinte questionamento: como os planejadores esperavam que seu público-alvo vivenciasse ou consumisse seus direitos garantidos por lei na prática?

As ações de EAN, os usos de chavões das políticas públicas envolvendo DHAA e SAN, assim como propagandas de alimentação saudável legitimaram as atividades de inclusão social desenvolvidas nos equipamentos sociais de alimentação e nutrição de um modo inocente diante da complexidade dos processos de exclusão social que vivemos hoje. Os conflitos entre a esfera privada de direitos e a construção de um espaço coletivo de direitos não foram apontados nas etapas dos projetos.

Conforme dito anteriormente, partimos do princípio que um processo educativo em prol do direito humano se realiza na conexão sujeito e sociedade, quando o comer, ou o falar sobre o comer, garante liberdades básicas para cada um, mas que promovem melhores condições de vida para todos. A apropriação dos direitos humanos faz sentido na prática, e, embora os equipamentos sociais dos projetos tenham mostrado vocação para compartilhar saberes e redes de solidariedade, são espaços com práticas comunicacionais alienadas de sua potência.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: UMA REFERÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Os debates sobre a alimentação como campo político, segundo Portilho, Castañeda e Castro (2010), passam a atingir atividades privadas, cotidianas e rotineiras de consumo alimentar, deixando de estar exclusivamente na esfera política institucional. No entanto, observamos o papel determinante do que se convencionou chamar de Política Pública. Equivale a uma parte do conjunto de Políticas sociais, que, como dimensão orientadora para construção da inclusão social, estão associadas ao resgate da cidadania e de sua universalização. As políticas sociais representam uma transferência unilateral de recursos, que gera conflitos envolvendo uma infinidade de agentes sociais como: congresso e câmara, presidência da República e ministérios, tribunais dos mais variados, partidos políticos, sindicatos, corporações, universidades e escolas, conselhos de classe, movimentos sociais, entre outros. Atualizando os embates cotidianos no processo político é legitimada a ordem social com prerrogativas e direitos para os cidadãos.

Assim, estar ciente e afirmar políticas públicas como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que visa reorganizar, qualificar e aperfeiçoar ações do SUS para o enfrentamento da situação alimentar e nutricional dos brasileiros, é também afirmar um papel de cidadão, de pertencimento a um corpo maior, a uma unidade comum, e nesse sentido foi analisado como um elemento formador de cidadania. Nas aulas de EaD os participantes foram orientados a seguir os textos de Políticas Públicas. Por exemplo, foi referenciado o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) 2016/2019, por apresentar programas

e ações relacionados à oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade alimentar, dentre eles a Rede de Equipamentos de Alimentação e Nutrição, como uma ação, entre outras, para contemplar a diretriz 1 da PNSAN – a promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável. (BRASIL, 2011)

A Política Pública interpretada, por um lado, como meio de manutenção da ordem vigente e, por outro, como resultado das lutas das classes populares por direitos é reconhecida por Padrão e Aguiar (2018), e por nós, como necessária em nosso sistema político-econômico. As autoras salientam, contudo, os limites da política pública na superação das desigualdades.

Nos projetos, a referência a Políticas Públicas exerceu papel determinante na construção das ações de EAN. Foram citadas políticas e programas como PNAN, PNAE, PRONAF, PAA, centros como CECANE, NASF, UBS, além do Guia Alimentar, conforme apresentado no Quadro 3 de análise de conteúdo, como forma de legitimar o pertencimento a uma unidade comum nacional. O posicionamento em defesa do DHAA nos textos nos pareceu instável sem esse apoio de citação. Caso contrário, o argumento ficaria frágil e a redação ficaria incompleta. As ações de educação alimentar propostas em prol do DHAA não eram apresentadas com a naturalidade de uma ordem do senso comum. O DHAA produziu-se como resultado permanentemente em suspenso do conflito sobre aquilo que os diversos atores sociais supõem que ele deva ser, ou seja, o que é orientado pelas Políticas Públicas.

Em muitos casos, a promoção de alimentação saudável estimulada nestas políticas pode se colocar como objeto de resistência, quando representam uma possibilidade de criar espaços de luta e de agenciar possibilidades de enfrentamento da desigualdade social, como vemos presente nas propostas de promoção de práticas educativas em alimentação e nutrição citadas nos projetos. Muitas vezes, práticas estas fundadas na promoção de uma alimentação saudável produzindo discursos de verdade sobre o comer bem, como tática para garantir uma SAN. No entanto, refletindo sobre essa militância presente nos projetos, ao mesmo tempo que buscam anular os poderes que impõem a desigualdade social, segundo Foucault

(2007), a resistência é, às vezes, o resultado das relações de poder, pois ela se dá onde há poder, e, assim, ela é tão produtiva e inventiva quanto o poder.

> Esses discursos da promoção de saúde, em que a alimentação saudável está incluída, [...], nos atravessam, constituem e oferecem uma ética [...] no sentido de um meio pelo qual podemos avaliar nossos desejos, atitudes e condutas em relação aos estabelecidos pelos especialistas. Como tal, a promoção da saúde e da alimentação saudável é uma forma do governo operar seu poder [...] fazendo de nós o que somos hoje. (KRAEMER et al., 2014, p. 1351)

Analisamos a maior parte das citações de Políticas Públicas como um recurso em busca da legitimação de cidadania. Cidadania neste caso seria estar ciente de direitos e deveres assegurados pelo governo, tendo nessa condição algum poder através da participação de decisões políticas. Os programas de restaurantes populares, em escolas e universidades, assim como os bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, foram legitimados como espaços de DHAA e SAN pelas Políticas de SSAN (BRASIL, 2008), são fruto de fóruns, conselhos, entidades diversas e movimentos militantes. Operacionalmente essas políticas chancelam as ações e conferem cidadania aos equipamentos e aos agentes sociais. São jargões e chavões que abrem portas para o DHAA e para proteção social.

Consideramos que as permissões e proibições regulamentadas no campo da alimentação e nutrição são relativamente novas na consolidação do DHAA e SAN. Constituem uma etapa inicial do campo da alimentação e nutrição na luta em defesa dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo que seria uma reincidência se considerarmos que os projetos reproduzem antigas relações econômicas nas relações e sistemas de poder. Feiras e bancos de alimentos, cantinas escolares, restaurantes universitários e cozinhas comunitárias dão existência ao papel social de cidadão quando reforçam a ideia de uma nação capaz de alimentar toda sua população.

De acordo com estudo de Nascimento, Carvalho e Prado (2017), sobre o Marco de EAN, entendemos que os documentos políticos são ganhos políticos essenciais para nosso campo, mas que orientam uma prática alienada de olhar crítico e sensível às ideologias que os sustentam,

> [...] uma vez que a perspectiva mais rica seria justamente ser capaz de debater os vários modelos de uma boa educação alimentar juntamente com uma série de questões do dia a dia de um 'fazer política' e defender o Direito a uma Alimentação Saudável e Adequada neste nosso país de desigualdades perversas. Não descrever ou apontar dificuldades, equivale a estar alienado em um ideal. Ainda que o ideal seja construído na realidade cotidiana, ele é inimigo do real no sentido que aprisiona mudanças e embates necessários ao processo de criação humana. (NASCIMENTO; CARVALHO; PRADO et al., 2017, p. 662)

Observamos que os projetos de EAN são reflexos de um círculo ideológico que (re)afirma a importância de uma boa educação e boa alimentação para toda a população, mas com frágeis estratégias em sua prática cotidiana para materializar um projeto futuro de uma nação soberana, com potência para distribuição igualitária de renda e alimentos. Porém, ficou claro que querem pertencer a esse projeto de nação. As fragilidades estratégicas para realizar o DHAA dentro das possibilidades reais brasileiras e falta de decisão política no enfrentamento da desigualdade social por parte dos dirigentes foram complementares em nossa análise sobre os projetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de EaD nos proporcionou material para reflexões sobre a construção de cidadania presente, em algum grau, no imaginário social. A formulação de projetos de EAN para equipamentos sociais urbanos de alimentação e Segurança Alimentar materializou um *corpus* de análise que nos permitiu um aprofundamento sobre a construção de cidadania dialogando com pensadores em debate no nosso século.

Os projetos não foram uma mera compilação de tarefas do curso, mas resultado de reformulações, adaptações, inclusões ou exclusões de conteúdos após a interação com os demais participantes e tutores. Eles refletem posicionamentos e incorporações das concepções de DHAA e SAN atualizadas nas políticas públicas. Assim, um curso abriga trocas simbólicas que operam reciprocamente, entre tutores e alunos, com apropriação de conteúdos. Os três conjuntos de conteúdo dos textos transitórios

e interativos desses projetos, divididos em categorias analíticas, foram organizados de acordo com pressuposições teóricas que fundamentam a construção de cidadania como um exercício cotidiano, ser detentor legítimo de direitos a cada novo dia. Assim, na transitoriedade do cotidiano, nos propomos a responder a pergunta guia: como os planejadores de EAN em equipamentos públicos objetivam o sentimento de cidadania? Como esperam que seu público-alvo vivencie ou consuma seus direitos garantidos por lei?

A identificação de equipamentos sociais urbanos de alimentação e segurança alimentar e nutricional demandou esforço de orientação por parte dos tutores, o que já havia sido previsto na seleção de materiais didáticos do curso, conforme apresentado anteriormente. Quais prerrogativas teriam um espaço de alimentação para ser considerado equipamento social? O que exatamente torna um restaurante ou uma feira dignos para serem legítimos afirmadores do DHAA? Essa foi uma questão articulada ao fato da cidadania e do DHAA serem atributos subjetivos articulados a temas com posicionamento e negociações políticos, assim como a compromissos éticos de desenvolvimento social.

Por outro lado, as ações de EAN são mais palpáveis, possibilitando legitimar os equipamentos e objetivar a construção de cidadania. Um restaurante é mais cidadão à medida que se ocupa mais de uma alimentação saudável de baixo custo e alta acessibilidade de modo sustentável. Da mesma forma, uma horta escolar legitima um status cidadão quando realiza práticas pedagógicas cotidianas envolvendo alimentação saudável.

Alimentação saudável é uma senha para construção de cidadania: um padrão de ser e estar no mundo que se confunde com os direitos humanos. Ter uma alimentação saudável é também um argumento de inclusão social. Ela povoou objetivos, diagnósticos e estratégias de EAN, afirmando vínculos fortes entre os atores sociais do projeto, o contexto sociocultural e atribuiu sentido de proteção social e cooperação. Da mesma forma, os conteúdos de SAN capitalizaram para inclusão social.

Concluímos que a participação social esteve muito presente nos textos, porém não aparece de modo politizado. A participação esteve ligada à presença e não ao modo de estar presente. O que nos levou a questão: a participação despolitizada seria eficiente na estruturação de equipamentos

sociais? Os equipamentos sociais projetados se apresentaram com uma estrutura polarizada e hierarquizada que reproduziam mecanismos sutis de dominação e controle. Nesse sentido, a politização seria uma condição para construção de cidadania como alternativa ao sistema hegemônico de produção e consumo.

A valorização da agricultura familiar apareceu reconhecida como uma estratégia de inclusão social. De maneira semelhante, a culinária também envolveu a cultura alimentar local, que foi mencionada em várias etapas dos projetos, o que nos indicou algo sobre a disposição dos planejadores de EAN em conhecer a prática alimentar local. No entanto, há que se problematizar uma certa contradição entre conhecer a cultura local e perpetuar uma só alimentação saudável. Esses princípios de alimentação saudável e cultura local guardam entre si uma tensão silenciada, pois considerando a legitimação de um padrão nacional de alimentação saudável, como a cultura alimentar local pode escapar a essa superioridade?

Observamos que o conteúdo articulado a argumentos orientadores de Políticas Públicas envolvidas no tema SAN e EAN legitima direitos e o pertencimento a uma vida política. Portanto, um discurso cidadão pressupõe um sujeito minimamente informado e politizado. Mas o cidadão em uma condição de consumidor de direitos pode se fechar numa esfera privada e conflitar com as questões públicas? Se assim for, estariam estes textos construindo uma concepção de cidadania irmã do novo liberalismo?

As ações de EAN e SAN em equipamentos sociais de alimentação constituíram-se num desafio para construção da cidadania, com muitas possibilidades a serem exploradas para efeitos de transformação nos processos de construção social no âmbito local.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, M. A. Comunicação, Educação e a construção de uma nova variável histórica. *Comunicação & educação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 19-28, 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

BONDIA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, n. 19, p. 20-169, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Ofício de sociólogo*: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão, seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional*: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Emenda constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 fev. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 16 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Guia de políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

CHOMSKY, N. *Natureza humana Justiça vs poder*: o debate entre Chomsky e Foucault. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

CORRÊA, D. *A construção da cidadania*: reflexões histórico-políticas. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2002.

CORRÊA, D. Cidadania e a construção de espaços públicos. *Desenvolvimento em questão*, Ijuí, v. 1, n. 2, p. 37-54, 2003.

DUPAS, G. A lógica da economia global e a exclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 121-159, 1998.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, A. *O Estado-nação e a violência*: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. São Paulo: Ed. USP, 2001.

JARAMILLO, A. N. M. Territorio, lugares y salud: redimensionar lo espacial en salud pública. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 1-12, 2018.

KRAEMER, F. B.; PRADO, S. D.; FERREIRA, F. R. *et al*. O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1337-1360, 2014.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

NASCIMENTO, M. N. C.; CARVALHO, M. C. V. S.; PRADO, S. D. Análise sobre orientações políticas de educação alimentar e nutricional. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 637-664, 2017.

PADRAO, S. M.; AGUIAR, O. D. Restaurante popular: a política social em questão. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, 2018.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M.; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

PINHEIRO, R.; LUZ, M. T. Práticas eficazes x modelos ideais: ação e pensamento na construção da integralidade. *In*: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. (org.). *Construção da integralidade*: cotidiano, saberes e práticas em saúde. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

REIS, E. P. *Processos e escolhas*: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum*: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

THOMAS, H. E. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na américa latina. *In*: OTTERLOO, A. (org.). *Tecnologias Sociais*: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: [*s. n.*], 2009. p. 25-81.

WOLLZ, L. E. B.; PRADO, S. D. Cinema e comensalidade: aspectos simbólicos da comida a partir da linguagem cinematográfica. *In*: FERREIRA, F. R.; PRADO, S. D.; VARGAS, E. P. *et al*. (org.). *Cinema e comensalidade*. Curitiba: CRV, 2016. p. 37-51.

CAPÍTULO 4

CULTIVANDO ALIMENTOS E NUTRINDO SABERES: EXPERIÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA COMUNIDADE DA RESTINGA[1]

AMÁLIA LEONEL NASCIMENTO
CLAUDIA ZULUAGA SALAZAR
JEIDI YASMIN GALEANO COBOS
MARIELEN PRISCILA KAUFMANN
MILENA SILVESTER QUADROS
ALBERTO BRACAGIOLI NETO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo relata-se a experiência de ensino e aprendizagem vivenciada durante 2017, no encontro entre a UFRGS e a comunidade da Restinga em Porto Alegre. Mediado pela Agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o encontro teve lugar na prática em docência de um grupo de pós-graduandas do PGDR/UFRGS, no curso Técnico em Agroecologia do IFRS *Campus* Restinga, concebido no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja). A descrição dessa experiência gira em torno de duas disciplinas: Introdução à Agroecologia em Territórios Rurais e Urbanos; e Vivências e Práticas Agroecológicas. De um lado, a experiência descreve o contexto da participação das

1 Este trabalho fez parte do Projeto de Reflexão e Planejamento da Docência e Prática de Ensino Integrada à Extensão entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) e o *Campus* Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

doutorandas como docentes, que veio suprir a falta de professores especialistas em Agroecologia no IFRS, assim como a necessidade de buscar espaços de prática em docência aos pós-graduandos do PGDR. Ambos, permitiram não só o fortalecimento da articulação entre instituições estaduais e federais, mas também locais, com o envolvimento dos discentes do curso em projetos escolares da comunidade, criação da feira ecológica no instituto, e a permanente troca de saberes com a sociedade rural dos bairros vizinhos da Restinga. Por outro, destaca o protagonismo da comunidade escolar no caminho da construção da agroecologia como ciência, movimento e prática, com forte identidade comunitária na produção e consumo de alimentos nutritivos e saudáveis, e busca por autonomia na garantia da SAN da Zona Sul e Extremo Sul de Porto Alegre.

A experiência está estruturada em sete partes, as quais apresentam e descrevem os atos e fatos que permitiram o seu desenvolvimento. A primeira corresponde à presente introdução. A segunda, contextualiza a construção do curso Técnico em Agroecologia, destacando-o como uma conquista comunitária da Restinga. A terceira, descreve o encontro entre a UFRGS e a Restinga, mediado pela agroecologia e a SAN. A quarta, faz um percorrido pelas metodologias participativas e ferramentas pedagógicas que conduziram o engajamento, motivação, autonomia e estímulo à reflexão crítica no aprendizado. A quinta, descreve especificamente o desenvolvimento do módulo em Segurança Alimentar e Nutricional e os vínculos com a Agroecologia no contexto da Restinga. A sexta parte, reflete em torno da potencialidade do movimento agroecológico gestado no curso, que ultrapassou os muros institucionais, apesar dos acontecimentos políticos no Brasil, causantes de retrocessos e fragilização das conquistas da sociedade civil e a democratização dos espaços públicos na busca pela autonomia e a SAN. Por fim, na sétima parte, aborda-se as considerações finais do trabalho.

DO SONHO À SALA DE AULA: CONSTRUÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA COM A COMUNIDADE DA RESTINGA

O *Campus* Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) está estabelecido no extremo-sul da cidade

de Porto Alegre, no bairro Restinga. É um dos 17 *campi* do IFRS e se caracteriza pelo papel preponderante da comunidade na sua criação, com a participação ativa de uma comissão comunitária na sua implantação desde o ano de 2006. A valorização do diálogo com a comunidade foi fundamental para o início das atividades de implantação do *campus*. Parte dessa conversação resultou na realização de seminários e de audiências públicas para a definição de cursos a serem oferecidos pela instituição desde sua fundação. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2019)

Através desse espaço de construção coletiva, também se formou o Curso Técnico em Agroecologia do IFRS *campus* Restinga, no segundo semestre de 2017, cujo registro no Projeto Político Pedagógico descreve a trajetória singular de criação deste curso, desde a submissão da proposta até a elaboração da grade curricular, metodologia, princípios filosóficos, organização didática, objetivos e perfil profissional dos alunos egressos, de forma coletiva e de modo colaborativo, com horário noturno, seleção por demanda social e modalidade Proeja. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017)

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi criado inicialmente através do Decreto n° 5.478 de junho de 2015 do Ministério da Educação. O decreto resultou de debates entre sociedade civil e decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2006, foi ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos, num processo de tentativa de democratização do ensino. (SILVA, 2018; BRASIL, 2012a) Entretanto, os acontecimentos políticos no Brasil após o golpe presidencial de 2016[2] trouxeram inúmeras dúvidas e inquietações

---

2 O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi iniciado com a aceitação da denúncia por crime de responsabilidade, realizada em 02/12/15, por Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, em virtude da abertura de créditos suplementares por decreto presidencial sem a autorização do Congresso Nacional e da contratação ilegal de operações

em relação ao futuro do Proeja no âmbito dos Institutos Federais. (SILVA, 2018) E o atual cenário de desesperanças e retrocessos em nosso país põe em risco o direito de jovens e adultos ao acesso e à permanência nos Institutos Federais, bem como a autonomia de gestão desses espaços públicos de ensino e propostas curriculares. Os cortes drásticos no orçamento da educação pública inviabilizam o funcionamento e manutenção dos Institutos Federais, resultam no imediato cancelamento de ações básicas programadas e impedem, inclusive, que a oferta de vagas públicas seja ampliada, contrariando a Meta 11 do Plano Nacional de Educação, que estabelece que as matrículas de Educação Profissional Técnica devem ser triplicadas até 2024. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2019)

Na multiplicidade de saberes complexos que circulam pelo bairro, a Restinga apresenta um cenário histórico de práticas de racismo, preconceito e exclusão social, com índices elevados de pobreza e violência. Entretanto, a luta política constitui-se repertório das ações dos moradores desse bairro. Através da atuação criativa e estratégica das lideranças comunitárias do bairro, esta sede do IFRS em Porto Alegre foi instalada na Restinga. É importante frisar que a mesma Zona Sul de Porto Alegre também constitui o local de diferentes ocupações por grupos indígenas, ancestrais à chegada dos colonizadores ao Rio Grande do Sul. Também é lugar de embates políticos quanto à demarcação dos espaços rurais da cidade, alvo de especulação imobiliária, e região periférica nos investimentos sociais e técnico-científicos. A histórica formação do bairro Restinga em Porto Alegre se deu pela exclusão, pois sua gênese é em um programa governamental de remoção de comunidades do centro para fora dos limites da área urbana – eufemisticamente nomeado “Remover para Promover”. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017; NUNES, 1990)

---

de crédito, as chamadas “pedaladas fiscais”. O *impeachment* acabou aprovado na Câmara dos Deputados em 17/04/16 e no Senado Federal, em 11/05/16. O Senado votou definitivamente pela cassação de Rousseff em 31/08/16, substituindo-a por Temer e marcando o encerramento do ciclo de quase catorze anos de governos PT. O *impeachment* presidencial é identificado como a estratégia de reorganização e de ascensão ao poder da “direita moderada” no país. (SANTOS; TANSCHEIT, 2019)

O curso Técnico em Agroecologia do IFRS *Campus* Restinga foi desenhado na confluência de cenários periféricos, de segregação urbana, elevada densidade populacional, carência de estruturas de atenção à saúde e situação de vulnerabilidade e risco social, assim como, em um olhar mais complexo, concomitantemente, a comunidade da Restinga é pioneira na criação de redes de proteção social, reivindicação de equipamentos públicos de saúde, transporte, justiça e bastante atuante no programa do Orçamento Participativo (criado pela administração popular na prefeitura municipal de Porto Alegre no início dos anos 1990). (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017; OBSERVAPOA, 2019) Aqui um trecho desse processo embrionário registrado no PPC do Curso Técnico em Agroecologia do IFRS *Campus* Restinga:

> [...] Em uma roda de conversa, dentro de uma sala de aula, uma das lideranças do bairro ali presentes sugeriu: – Façamos um curso de Agroecologia, pois a vida começa pelo alimento! [...] Durante os encontros que ocorreram semanalmente, algumas lideranças comunitárias da Restinga sugeriram que um dos focos do curso deveria estar na formação de multiplicadores (Educadores Populares) que pudessem atuar junto às famílias, estimulando o cultivo em hortas domiciliares ou associativas (em escolas, entidades comunitárias, organizações de moradores, ocupações, entre outros), cujos espaços pudessem servir para as aulas práticas. Priorizar as hortas comunitárias traduz uma necessidade e uma exigência de que a Agroecologia atue para a Segurança Alimentar e Nutricional de famílias em situação de risco social. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 11-12)

Da interação com coletivos e instituições, em especial com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), construiu-se uma rede de colaboração interinstitucional para suprir as necessidades e as carências de profissionais técnicos na área, bem como do uso de laboratórios e espaços didáticos dos quais o *campus* não dispunha. Através de acordos de cooperação e de convênios, criou-se a possibilidade de profissionais de

outras instituições realizarem a docência no *Campus* Restinga, assim como estudantes de pós-graduação fazerem seus estágios docentes nas turmas do curso de Agroecologia. A experiência de proposição do curso técnico de Agroecologia, vivenciada ao longo do ano de 2016, expôs as potencialidades da comunidade residente no bairro da Restinga, bem como as dificuldades institucionais em traduzir os princípios que regem a ética agroecológica no que diz respeito à participação coletiva que envolve múltiplos campos (políticos, culturais, econômicos, sociais). "[...] Observou-se a materialização dos conflitos históricos que imperam sobre saberes populares e conhecimento técnico-científico, e a maneira como diferentes visões de mundo, vida e sociedade se colocam na formação da agenda das instituições – no caso, o Instituto Federal". (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 16)

Para as autoras Quadros e demais autores (2017, p. 2-3), que participaram do processo de implantação do curso técnico de Agroecologia:

> Tal processo foi marcado por conflitos institucionais, superados através da intensa mobilização da população residente no território, cuja urbanização foi marcada por ações estatais de gentrificação. Experiências dolorosas de luta pela própria sobrevivência terminaram por serem ressignificadas através do desenvolvimento de estratégias de articulação e resistência por parte desta população, que conta com parcerias institucionais para a projeção de sonhos e desejos de futuro para a própria comunidade, ao mesmo tempo em que extraem das lembranças do passado a fonte de sua percepção. Neste sentido, o curso de Agroecologia se apresenta como mobilizador e potencializador deste movimento de transformação em defesa da vida, da diversidade e do pertencimento a terra e suas comunidades. [...] No entanto, ao mesmo tempo em que uma força se encadeava no que parecia constituir uma trama popular, uma contra força institucional, traduzida pela insegurança em assumir riscos numa escola cujo foco encontra-se nas áreas tecnológicas mais duras (tais como eletrônica e informática), produzia obstáculos para a realização deste projeto, mediante o qual transtornos e problemas poderiam ocasionar à instituição e, consequentemente, ao bairro.

Diante dos impasses e dificuldades encontradas para estruturar e concretizar a proposta em questão, a falta de professores especialistas em Agroecologia no IFRS e a necessidade de buscar espaços de prática em docência aos pós-graduandos do PGDR/UFRGS, surgiu a parceria entre as instituições federais no primeiro semestre do Curso Técnico em Agroecologia, a fim de concretizar as disciplinas de Introdução à Agroecologia em territórios rurais e urbanos (60h/aula) e Vivências e Práticas Agroecológicas I (100h/aula), cuja descrição dessa experiência é o objeto de estudo do presente trabalho.

QUANDO A UFRGS SE ENCONTRA COM A RESTINGA: UMA CONSTRUÇÃO COLABORATIVA

Diante da citada parceria construída com a UFRGS, quatro pós-graduandas do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) dessa universidade participaram do quadro técnico inicial de professores especialistas na área de Agroecologia, sob supervisão de professor universitário do PGDR, além da professora e também coordenadora do curso técnico em Agroecologia no IFRS, contribuindo, inclusive, na construção das ementas das disciplinas específicas iniciais, com escuta dos técnicos do IFRS e de lideranças comunitárias do bairro, em reuniões com esses representantes.

Cabe frisar aqui que um semestre antes da prática docente das referidas pós-graduandas do PGDR, foi necessário o estudo e planejamento prévio da inserção delas no IFRS como professoras colaboradoras. Para tanto, participaram como alunas no PGDR da disciplina de Reflexão e Planejamento da Docência, ministrada por seis professores de diferentes áreas da UFRGS, e sob o tema articulador Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional no Rural, integrado a diferentes eixos temáticos e que contou com a participação, em alguns encontros da disciplina, dos coordenadores de cursos articulados na proposta de parceria PGDR/UFRGS, IFRS e UERGS (Universidades Estaduais do Rio Grande do Sul). Tais coordenadores convidados puderam apresentar a realidade de seus cursos, dificuldades enfrentadas e agravadas nos últimos anos no ensino público dos IFs e das UERGs, necessidades de parcerias para fortalecimento, bem

como obtiveram retorno de disponibilidade de alunos de pós-graduação com experiência nas áreas em questão e discussão sobre as condições de parceria com a UFRGS, de forma a criar uma rede de colaboração para suprir as necessidades e as carências de profissionais técnicos na área.

As disciplinas ministradas pela equipe correspondiam ao eixo específico da Agroecologia do 1º semestre: Introdução à Agroecologia em territórios rurais e urbanos (60h/aula) e Vivências e Práticas Agroecológicas I (100h/aula), resumidamente descritas a seguir:

Introdução à Agroecologia em territórios rurais e urbanos

A Agroecologia como ciência multidisciplinar cujos princípios, análises e metodologias pretendem construir um estilo de agricultura de base ecológica e sedimentada no desenho de agroecossistemas sustentáveis. Trajetória pessoal, comunitária e territorial. História da agricultura: modernização e industrialização da agricultura; revolução verde e seus impactos.

Objetivo Geral: compreender os modos de vida e as bases científicas da Agroecologia e dos agroecossistemas.

Objetivos Específicos: compartilhar ferramentas teóricas, metodológicas e empíricas para atuar nos múltiplos cenários acadêmicos e profissionais que compreendam a origem e o enfoque agroecológico no âmbito rural e urbano; incentivar a análise holística dos contextos e dos territórios na construção de agroecossistemas sustentáveis que garantam segurança alimentar e nutricional; diagnosticar e planejar sistemas agroecológicos baseados nos recursos locais.

Vivências e Práticas Agroecológicas I

Introdução ao contato com a realidade do exercício profissional do Técnico em Agroecologia e com as técnicas de produção orgânica. Conhecer e interagir com as técnicas de produção orgânica, avaliando os diferentes aspectos positivos e negativos da sua rotina diária. Compreensão da lógica de funcionamento, análise e diagnóstico da unidade de produção. Identificar aspectos culturais, sociais, econômicos, produtivos, familiares da atividade de produção agroecológica

Objetivo Geral: proporcionar experiências vivenciais e práticas oriundas da Agroecologia.

Objetivos Específicos: refletir sobre o contexto rural e urbano, buscando identificar os elementos integradores e suas potencialidades nos arranjos agroecológicos; proporcionar as ferramentas metodológicas e vivências para a realização de diagnósticos agroecológicos; compreender e praticar as diferentes formas de produção agroecológica sob o contexto da agricultura urbana; conhecer e praticar técnicas de produção orgânica discutindo a relação que tem com a implementação de uma alimentação saudável e nutritiva.

Foi estudado o perfil dos primeiros alunos selecionados para o curso e levantado um diagnóstico simples em relação a idade, lugar de nascimento, filhos, ocupação, trajetória escolar, relação com o território, contato com o entorno rural ou urbano e, por fim, as expectativas dos alunos a respeito do curso técnico de Agroecologia, através das fichas de inscrição, entrevista de seleção com critérios de demandas sociais, e posterior oficina de sensibilização e apresentação da turma.

O acesso ao Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos é destinado aos portadores do certificado de conclusão do Ensino Fundamental, ou equivalente, maiores de 18 (dezoito) anos, e que ainda não tenham completado o Ensino Médio. O ingresso do curso ocorreu em conformidade com a legislação vigente, a Política de Ações Afirmativas e a Política de Ingresso Discente do IFRS. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017)

A turma era muito diversa em idade, tempo de afastamento do ambiente acadêmico, conhecimentos e vivências com o rural. A maioria dos alunos tinha interesse por finalizar o ensino médio e não propriamente pela Agroecologia. Tinha-se então a oportunidade de construir esse vínculo com o tema e responsabilidade em garantir condições que evitassem a evasão escolar na turma. Considerando a heterogeneidade da turma e que para muitos alunos aquele era o primeiro contato com o mundo rural, essas primeiras disciplinas seriam consideradas as mobilizadoras e motivadoras iniciais para o tema da Agroecologia e o trabalho nas práticas agrícolas.

Dessa forma, as disciplinas foram compostas pelos eixos que dialogavam entre teorias debatidas e práticas de campo:

- Processo de construção, no qual os estudantes e a comunidade puderam socializar conhecimentos sobre a sua história e a história da fundação da Restinga;
- Princípios de Agroecologia, no qual puderam estudar os princípios básicos para a agricultura: água, solo, ar e nutrientes;
- Transição agroecológica, no qual conheceram os processos e práticas para agriculturas mais sustentáveis e;
- Povos, comunidades e Segurança alimentar e Nutricional (SAN) no campo e na cidade, quando foi possível estabelecer relações entre a produção de alimentos sadios e a alimentação saudável.

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS

A proposta de utilização de metodologias participativas e ferramentas pedagógicas adequadas ao curso Proeja foram trabalhadas ao longo do semestre anterior pelas docentes pós-graduandas na disciplina de "Desenvolvimento e Segurança Alimentar e Nutricional no Rural: Práticas de Ensino Integradas à Extensão e Pesquisa". O objetivo da disciplina é apoiar processos reflexivos e analíticos sobre o contexto empírico dos territórios articulados ao desenvolvimento local e à SAN, bem como fornecer instrumental teórico, metodológico e didático para a construção de disciplinas que se constituem nos eixos temáticos, articuladas ao tema integrador e aos contextos empíricos locais. Em sintonia com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Agroecologia do IFRS *Campus* Restinga (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017), a proposta inicial se deu à luz da Pedagogia Freireana (FREIRE, 1985), orientada na relação de ensino e aprendizagem dialógica e questionadora:

> Assim, a categoria de reconhecimento, que estrutura o discurso dialético (HEGEL, 1992), bem como todas as formas dialógicas (GADAMER, 1998) de organizar o conhecimento e a comunicação, deve organizar

> todo o processo de ensino e aprendizagem, pois não começamos episodicamente, nem jamais encerramos a trajetória de aprendizagem, que é um processo criativo e inteligente, integrado ao mundo e agente modificador da realidade. Da mesma forma, essa estrutura dialética, base lógica do dialógico, pressupõe os contextos de vida em que os sujeitos da educação estão inseridos (HABERMAS, 1987). Por isso, a educação agroecológica, emancipatória e comprometida com a cidadania e com a construção da qualidade social da vida, deve necessariamente ser contextualizada, buscando compreender e superar as contradições, de forma dialógica e em busca da justiça social. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 38)

Foram dados os primeiros passos na construção coletiva pela equipe docente da ementa das disciplinas (objetivos, procedimentos didáticos, avaliação, conteúdo e cronograma), através de reuniões regulares entre as pós-graduandas, os docentes da disciplina orientadora na UFRGS, a coordenação do curso no IFRS, bem como servidores envolvidos no curso Proeja, bolsistas monitores e lideranças comunitárias, com registros em documentos e fotos.

Diante dessa estrutura e proposta metodológica de didática ativa e educação popular, foram planejadas ferramentas e técnicas específicas e flexíveis, descritas em planos de aula. Utilizou-se das técnicas de tempestade de ideias e mapas mentais colaborativos, bem como a proposta de interação entre as duas disciplinas ministradas, divididas nos módulos anteriormente apresentados.

Temas geradores foram propostos, com abordagem problematizadora de questões socioeconômicas, comunitárias e ambientais locais. (CADERNO..., 2016; CRUZ et al, 2014) A escuta ativa foi exercitada a fim de um direcionamento, integração e aprofundamento nos debates, com construção de Linha de Tempo com os alunos, com as bases históricas comunitárias e territoriais, exposição fotográfica dos quintais da Restinga e horta desenvolvida pelos alunos em curso. Ainda, a proposta de transformação da realidade através da técnica do Arco de Maguerez possibilitou o exercício da observação contínua da realidade, readaptando os

conteúdos de cada módulo. (BERBEL, 1999; COLOMBO; BERBEL, 2007; METODOLOGIAS..., 2016)

Oficinas de sensibilização foram destacadas para os primeiros encontros dos temas geradores, com tempestade de perguntas e ideias, dinâmicas em grupo, recursos audiovisuais etc. Foram realizados diagnósticos e planejamentos participativos, a exemplo das técnicas "árvore em curso – expectativas e compromissos", linha do tempo comunitária, quadro "comida no tempo dos avós, pais e filhos", planejamento coletivo da disposição da horta no terreno disponível, entre outras. (WEITZMAN, 2008)

Rodas de conversa foram conduzidas através da pedagogia da pergunta, em temas como História da Comunidade, Mulheres e Agroecologia, Comida de Verdade etc. (FREIRE; FAUNDEZ, 1985; BRASIL, 2012b) A presença de lideranças comunitárias da Restinga e convidados de outras regiões e países contribuiu na multiplicidade de olhares nas discussões propostas.

O reconhecimento do campo, bem como práticas de observação foram propostas diante da possibilidade para estimular a visão proposta de agroecologia em curso. Mutirões e saída de campo na Zona Sul de Porto Alegre também buscaram propiciar aos alunos o contato com a terra e perspectiva agroecológica de produção. As aulas referentes ao componente alimentar e nutricional contaram com degustação de receitas tradicionais e produtos agroecológicos relacionados à temática do dia.

As aulas expositivas foram acompanhadas de mídias digitais, como filmes e animações, fotografias, músicas, além dos resumos apresentados, dossiês e textos eletrônicos complementares. Os alunos frequentaram os laboratórios de informática para elaboração de materiais e cumpriram atividades virtuais via correio eletrônico. Houve ainda a participação dos alunos em eventos externos ao IFRS, como presença em seminário na Assembleia Legislativa do RS e roda de conversa no PGDR/UFRGS, parceiro do curso.

As atividades de campo foram realizadas com o intuito de dialogar com conhecimentos prévios abordados em sala de aula, transformando um espaço do *campus* Restinga, antes abandonado e aterrado, em laboratório-horta agroecológico, mantido pelos alunos e exposta à comunidade da Restinga ao final do semestre, em atividade cultural e comemorativa. O desafio técnico consistiu em melhorar as características físicas, químicas

e biológicas do solo, pois a área disponível era produto de um aterro com restos de construção. Trabalhos de preparo do solo e incorporação de matéria orgânica foram as tarefas iniciais para estabelecer um número considerável de mudas de frutíferas doadas por diferentes entidades.

Como processo avaliativo das disciplinas, levou-se em consideração a participação e interação em sala ao longo do semestre, apresentação de minisseminários em grupos, registro de diários de campo da horta e a mostra final dos trabalhos do semestre. Esta foi exibida em exposição aberta à comunidade escolar durante o último sábado letivo, com cartazes/banners, sementes e mudas dispostos em estruturas de material reciclado construídas pelos alunos junto à horta. Essas atividades tiveram suas notas distribuídas em pesos por módulo temático trabalhado na disciplina, de forma que houvesse uma diversidade de atividades e possibilidade de grupos a apoiar a heterogeneidade em sala de aula, dificuldades socioeconômicas já citadas, enfrentadas em diferentes níveis e momentos pelos alunos e evitasse a evasão escolar, seguindo também os preceitos do PPC, para se extrair uma média final e frequência escolar mínima para aprovação, a saber: "A avaliação deverá ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, processual, formativa, somativa, emancipatória e participativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos". (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 107)

Vale frisar que em processo democrático de eleição interna entre os alunos, uma das docentes colaboradoras pós-graduandas foi eleita como representante docente da turma para as reuniões de Colegiado do Curso, que conforme o PPC do curso:

> O Colegiado do Curso é um espaço normativo e consultivo, que tem por finalidade acompanhar a implementação do PPC, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas do IFRS, observar os relatórios de autoavaliação institucional e de avaliação externa para a tomada de decisões em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de suas atividades, analisar e refletir

> sobre o andamento do curso, visando ao aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 118)

Esta inserção permitiu a discussão em outras instâncias dos processos avaliativos e diferentes realidades enfrentadas pelos alunos ao longo do semestre. E também foi possibilitada pela discussão frequente em sala de aula das dificuldades pessoais e sociais enfrentadas no contexto complexo da comunidade e de um curso Proeja noturno, administrado com outras atividades pessoais e profissionais no contexto já descrito.

EXPERIÊNCIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A seguir é apresentada a descrição de experiências de ensino-aprendizagem em Segurança Alimentar e Nutricional, em especial no módulo final, referente a essa temática específica, ligada a Agroecologia e contextualizada neste ambiente social.

Iniciado o último módulo do semestre, referente à Cultura Alimentar e Fortalecimento da Soberania Alimentar na Agroecologia, foi escolhido um filme que dialogasse com questões culturais e periféricas, alimentares e agricultura urbana, em forma de pequeno documentário de ficção, com duração que atendesse à característica de curso noturno e muitos alunos trabalharem durante o dia.

O documentário/ficção *Apart Horta* (2015, 55min) é um filme que trata do cultivo urbano e orgânico de alimentos e da transformação de um condomínio pela interação em busca da alimentação saudável, cultivo de alimentos e busca de conexões com a natureza e a vizinhança. O filme se encaixava na proposta da aula Cultivando Alimentos, de sensibilização e introdução ao tema do último módulo, inclusive pelos relatos verídicos de experiências de hortas comunitárias intercalados à proposta de ficção. Foi disponibilizado pela diretora para exibição pública mediante prévios contato e autorização. Anteriormente à exibição em aula, o filme foi assistido algumas vezes pelas docentes pós-graduandas como planejamento da aula, a fim de identificar questões a serem discutidas com os alunos.

Ciente do desconforto de assistir a um filme em cadeiras escolares e das condições físicas dos alunos após mais um dia inteiro de trabalho, houve diálogo com os alunos na chegada da sala quanto ao interesse e disposição deles, bem como duração do filme e escolha dentro da proposta. Estando de acordo com a atividade, circulou entre a turma sementes de milho ecológico para pipoca, despertando a curiosidade de uma variedade desconhecida para eles. Um dos alunos questionou: "*Professora, desse milho aqui também sai pipoca? Sério*?" Foi feita pipoca na cozinha do IF, levada em saquinhos a pipoca ecológica para todos. O filme transcorreu entre sorrisos e comentários. Ao final, uma aluna comentou: "*Já acabou, professora*? *Quando o filme é bom, a gente nem vê passar*!" E foi criada uma roda de conversa.

Os alunos tomaram nota durante o filme para discutir o que achassem pertinente quanto ao tema da aula. Surgiram questões sobre hábitos alimentares, cultura alimentar, reconexões entre pessoas através da natureza e comida, relação campo-cidade e migração, cooperação e transformação social, alimentação saudável e comensalidade, origem dos alimentos, agricultura urbana agroecológica e comunitária, papéis de gênero do filme, pensar oposições do filme (campo-cidade, moderno-atrasado, casa-rua, natural-industrializado, trabalho-lazer, homem-mulher).

Quando questionados sobre o propósito da diretora em escolher narrar a história de uma mulher negra, nordestina que se muda para a grande São Paulo, um dos alunos responde imediatamente: "*Para acabar com a hegemonia do homem branco na agricultura*!". Importante saber que o *Campus* Restinga do IFRS dispõe de um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), um espaço acadêmico que estimula o debate das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, de interface com a comunidade, no qual são realizadas atividades programadas – estudos e pesquisas, documentação e produção de textos. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017)

Também chamou a atenção dos alunos a autonomia de quem planta e cozinha sua própria comida, os pequenos espaços aproveitados pelas personagens no plantio urbano, o interesse de plantar para ter suas próprias sementes, a mudança de estilo de vida para uma alimentação mais saudável diante da experiência de uma doença, a preocupação em não

perder as raízes culturais e hábitos diante de migrações e pressões sociais, a importância do trabalho comunitário e diálogo entre os vizinhos, o simbolismo do comer acompanhado, com tranquilidade, o reconhecimento do plantio da horta como um trabalho, gerador de prazer, autoconhecimento, autonomia e possível renda.

Abaixo, algumas perguntas geradas a partir do filme e discussão com a turma:

- A comida e as plantas podem fazer uma revolução na gente?
- Saber o que você come e de onde vem o alimento é importante?
- Por que nossos hábitos mudam? E as conexões com as pessoas também?

De volta do intervalo da aula, foi proposta aos alunos a construção de três colunas no quadro branco, que deveria conter os alimentos mais consumidos desde o tempo dos avós, dos pais até os dias de hoje. O roteiro anterior de debate e perguntas a seguir puderam auxiliar na reflexão sobre as mudanças alimentares e memória dos participantes durante o levantamento.

- Quais eram os alimentos que seus avós comiam?
- Quais eram os alimentos que sua mãe e seu pai comiam?
- Quais eram os alimentos que você comia quando criança?
- E o que você come hoje em dia? Houve mudanças? Quando aconteceram?
- Quem cuidava da alimentação no tempo dos seus avós? E no tempo dos seus pais?
- Você percebe diferenças entre a sua alimentação hoje e a alimentação nos tempos de seus avós, de seus pais e quando era criança?
- Por que existem estas diferenças?
- Por que deixamos de consumir alguns alimentos ao longo do tempo?
- É importante recuperá-los? Quais alimentos devem ser reincorporados em nossa dieta de hoje?

A disposição da temporalidade em colunas e não em “linha do tempo” otimizou o tempo disponível para a atividade e proporcionou um comparativo entre gerações dos alimentos/preparações que permaneceram, sofreram alterações ou mesmo se perderam dentro do histórico familiar, novos hábitos e um possível hibridismo alimentar.

Foram debatidos pontos como: a mulher e o trabalho fora de casa, o tempo de preparo das comidas tradicionais e sabor, a conveniência

do *fast food*, a saudabilidade da comida feita em casa, tentando iniciar o questionamento a respeito dos determinantes sociais da alimentação. Ao longo da discussão, receitas também foram trocadas, inclusive de pratos desconhecidos por muitos, mas que fazem parte do hábito familiar de alguns deles, trazidos de outras regiões ou de épocas mais remotas, mostrando a diversidade alimentar dum grupo comunitário.

Ao final da aula, foi feito o convite aos alunos para participar da Roda de Diálogo Alimentos Saudáveis para o Campo e a Cidade: A Agricultura Urbana, realizado no *campus* do centro da UFRGS, na sede do PGDR. A sensibilização para o tema da conexão entre alimentação e agricultura foi um motivador para a grande adesão dos alunos ao encontro, com espaço para relato da experiência de ensino-aprendizagem pela turma e coordenadora do curso. Atividades como estas, conectando a realidade da comunidade, trajetória, histórico e potencialidades com o debate em outras arenas de discussão e instituições, também ampliam contatos entre espaços acadêmicos e experiências de hortas urbanas, coletivas e agroecológicas em outras regiões da cidade.

PARA ALÉM DOS MUROS INSTITUCIONAIS: COMUNIDADE RESTINGA

A construção coletiva da proposta e implementação de um curso técnico em agroecologia, com horário noturno, seleção por demanda social e modalidade Proeja, junto com a comunidade da Restinga deu suporte a expansão de suas potencialidades, ampliou vozes, empoderou sujeitos e sujeitas e articulou novas conexões, não só com instituições estaduais e federais, mas também locais, com o envolvimento dos alunos do curso técnico em projetos escolares da própria comunidade, organização de eventos do IFRS de portas abertas, criação de feira ecológica no instituto e constante troca de saberes com agricultores de bairros vizinhos, na área rural de Porto Alegre.

Importante destacar que o curso tem se constituído como articulador dos múltiplos sujeitos e iniciativas que buscam fortalecer a produção e consumo de alimentos nutritivos e saudáveis da Zona Sul e Extremo Sul de Porto Alegre. Ainda, o protagonismo da comunidade escolar na

transformação dessas práticas se configura em mais um passo na tentativa de construção de identidade comunitária e busca por autonomia na garantia da SAN. (BURKHAR, 2000; LEÃO, 2013) Através da articulação dessa comunidade escolar, foi instalada uma feira agroecológica semanal dentro do *campus*, em parceria com uma associação de produtores agroecológicos do bairro vizinho, que costumam percorrer maiores distâncias para oferecer seus produtos em feiras em áreas centrais da cidade.

Pensar a agroecologia a partir desta multiplicidade nos levou a um movimento singular e potente. A experiência segue seu curso. Entretanto, os acontecimentos políticos no Brasil após o golpe parlamentar de 2016 trouxeram inúmeras dúvidas e inquietações em relação ao futuro do Proeja no âmbito dos Institutos Federais. (SILVA, 2019) Não sendo diferente a realidade enfrentada pelo IFRS *campus* Restinga, após sucessivos cortes do governo federal no cenário atual, o Instituto teve obras essenciais adiadas, risco de paralisação de aulas por interrupção de serviços básicos e redução do valor de bolsas de estudo, incluindo auxílios sociais estudantis.

Os retrocessos em cortes orçamentários contínuos fragilizam as políticas sociais de redução da fome, da miséria, da pobreza e da promoção da SAN. (VASCONCELOS et al., 2019) Ainda como ataque à SAN e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a Medida Provisória nº 870 (BRASIL, 2019), além de tentar extinguir o Conselho Nacional de SAN (Consea) – importante espaço em que os titulares de direito, muitas vezes invisibilizados, têm voz e influenciam as políticas públicas –, representa uma afronta à democracia e um retrocesso social. (CASTRO, 2019) Defender as conquistas da sociedade civil e a democratização dos espaços públicos torna-se prioridade nesse processo de busca pela autonomia e SAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional vivenciada pela população brasileira, coloca em uma posição comprometedora às instituições de educação, cujas ações de ensino e extensão podem vir a construir conjuntamente com a sociedade soluções a estas problemáticas. O fato de que a atuação profissional do Técnico em Agroecologia tenha como pilar a agroecologia com foco no direito instituído pela Lei Orgânica de SAN

(que cria o Sistema Nacional de SAN, bem como a Política Nacional de SAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação saudável e de qualidade), e a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do RS; e de que um programa de pós-graduação em desenvolvimento rural possibilite as práticas em docência com um curso como este, visibilizam um caminho em direção da busca por autonomia na garantia da SAN, para uma comunidade periurbana e com características particulares como a comunidade da Restinga.

REFERÊNCIAS

APART HORTA. Direção: Cecilia Engels. Roteiro: Cecilia Engels. Intérpretes: Ângela Correa, Sidney Santiago. Brasil: Plano Astral Filmes, 2015. 1 DVD (55 min).

BERBEL, N. *Metodologia da problematização*: fundamentos e aplicações. Londrina: Ed. UEL, 1999.

BORNSTEIN, V. J.; ALENCAR, A.; LEANDRO, B. B. S. *et al.* (org.). *Guia do Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conheça a história e as ações do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)*, Brasília, DF, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/proeja. Acesso em: 6 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. *Instrutivo*: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde; Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Marco de referência da educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*, Brasília, DF, 2012b.

BURKHAR, G. *Tomar a vida nas próprias mãos*: como trabalhar uma própria biografia o conhecimento das leis gerais do desenvolvimento humano. São Paulo: Antroposófica, 2000.

CADERNO Metodológico para formação de multiplicadores em SAN e DHAAS. Brasília, DF: RAIS, 2016.

CASTRO, I. R. R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 1-4, 2019.

COLOMBO, A.; BERBEL, N. A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. *Semina*: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, 2007.

CRUZ, P. S. C.; VASCONCELOS, A. C. C. P.; SOUSA, L. M. P. *et al*. (org.). *Educação Popular e Nutricional Social*: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEÃO, M. (org.). *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: Abrandh, 2013.

METODOLOGIAS participativas para ações de educação alimentar e nutricional: apostila do curso. Brasília, DF: [*s. n.*], 2016.

NUNES, M. K. *Restinga, memória dos bairros*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1990.

OBSERVAPOA. Observatório da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre, [2019]. Disponível em: http://www.observapoa.com.br. Acesso em: 10 jun. 2019.

QUADROS, M. S.; MEINERZ, A.; SANFELICE, D. *et al*. Entre margens e ancestralidades: o processo de construção coletiva do Curso Técnico de Agroecologia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Restinga. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM AGROLOGIA, 2., 2017, Seropédica. *Anais* [...]. Seropédica: SNEA, 2017. p. 1-14.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto político pedagógico do curso técnico em agroecologia*. Porto Alegre, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. Nota à Comunidade: corte de 30% do orçamento inviabiliza atividades no IFRS. *IFRS*, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/nota-a-comunidade-corte-de-30-do-orcamento-inviabiliza-atividades-no-ifrs/. Acesso em: 6 ago. 2019.

SANTOS, F.; TANSCHEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 99, p. 151-186, 2019.

SILVA, A. L. O Proeja nos Institutos Federais: desafios atuais. *Ensino em Foco*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://publicacoes.ifba.edu.br/index.php/ensinoemfoco/article/view/441. Acesso em: 6 ago. 2019.

VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L.; MEDEIROS, M. T. *et al*. Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 32, p. 1-13, 2019.

WEITZMAN, R. *Educação popular em segurança alimentar e nutricional*: uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, 2008.

CAPÍTULO 5

CURSO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL, ABASTECIMENTO E MERCADO INSTITUCIONAL[1]

GIOVANA PALUDO GIOMBELLI
JULIAN PERREZ-CASSARINO
ROZANE MÁRCIA TRICHES
GABRIELA ARRUDA CANOSA
LARISSA DA CUNHA FEIO COSTA

INTRODUÇÃO

O mercado institucional escolar tem sido um dos espaços privilegiados para possibilitar a construção social de mercados alternativos. Países como a Itália, Escócia, Tailândia, Japão, Gana, Nigéria e Estados Unidos têm adotado iniciativas visando aproximar a produção e o consumo de alimentos em âmbito escolar, por meio da compra de alimentos produzidos por agricultores familiares locais. Essas ações são focadas tanto no encurtamento da cadeia produtiva de alimentos, na sustentabilidade e no desenvolvimento rural, como também na aproximação com os hábitos alimentares do local e melhoria da qualidade da refeição servida. (MORGAN; SONINO, 2008; SOARES, 2011; TRICHES; SCHNEIDER, 2010)

No Brasil, esta construção de mercados alternativos é concretizada, principalmente, no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

1 Texto derivado do projeto intitulado "Agricultura familiar, abastecimento e mercados institucionais: conexões entre Brasil, Cabo Verde e Uruguai na Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional". Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

considerada uma das políticas alimentares mais antigas. Sua origem, de caráter predominantemente assistencialista, ocorre por volta de 1930, por influência de um grupo de nutrólogos sociais, entre eles Josué de Castro. (MALUF, 2007) Castro "denunciou o silêncio em torno da fome, provocado pelos interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política econômica da civilização ocidental que tornavam a fome de alimentos [...] um tema proibido". (MALUF, 2007, p. 79) Sendo que, em 1954, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, assumido como política de Estado de grande importância socioeducacional. No entanto, somente em 1979, o Programa passou a denominar-se de PNAE.

Anos depois, em 1988, a alimentação dos escolares de ensino fundamental passa a ser um direito constituído e um dever do Estado. Até 1994, o desenho e gerenciamento do Programa mantiveram centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios. Devido a interesses da indústria alimentícia, priorizou-se a distribuição de alimentos formulados e industrializados que eram comprados de um conjunto selecionado de empresas, por meio de licitação pública e distribuídos para todo o território nacional.

A consolidação da descentralização ocorreu a partir de 1998, quando a transferência de recursos passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo.

Em meados dos anos 2000, o PNAE configura-se fortemente como um programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que visa à garantia de toda a qualidade regular e permanente dos alimentos, sendo em quantidades suficientes, de forma que não comprometa outras necessidades essenciais e que estes alimentos respeitem a diversidade socioambiental. (MALUF, 2007)

Uma das ações para concretizar as proposições de SAN foi a revisão dos programas públicos alimentares, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Já na Resolução n° 15, de 16 de junho de 2003, o objetivo do PNAE passa a ser o de "suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares". (BRASIL, 2003, p. 2)

Em um primeiro momento, houve o aumento de recursos alocados e do público atendido. Mas, acima de tudo, a Resolução nº 32, de 2006, promulga entre suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável, além da promoção de alimentação saudável e adequada, a educação alimentar e nutricional. Porém, embora as regulamentações do PNAE no Brasil fizessem alusão à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável após o processo de descentralização e, mais fortemente, depois da implantação da política de SAN,[2] o processo de aquisições públicas para o Programa impedia a efetivação dos propósitos de adquirir produtos locais de pequenos produtores.

Para tanto, ponto fundamental nesse processo foi a mudança nos princípios e regulamentos das aquisições públicas, que ocorreu em 2009 com a promulgação da Lei n° 11.947, em seu Artigo 14, em que há a determinação que "o total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações". (BRASIL, 2009, p. 5; CORÁ; BELIK, 2012; REINACH; CORÁ; BONDUKI, 2012; TRICHES; SCHNEIDER, 2012) Essa nova legislação inaugura as tentativas de transformar a retórica em realidade e apoiar efetivamente o propalado desenvolvimento sustentável.

Esta lei surge como potencial reintegrador da cadeia de abastecimento, tendo condições de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos. (CARVALHO, 2008; TRICHES; SCHNEIDER, 2010)

Estudos indicam que a compra de produtos da agricultura familiar para o PNAE tem demonstrado potencialidades no que tange aos consumidores, indicando aumento na disponibilidade e na quantidade de alimentos de qualidade nutricional superior, como frutas, verduras e legumes e a valorização de produtos da cultura alimentar da região, o que provoca mudanças nas práticas alimentares e concepções das crianças. (BELIK; CHAIM, 2009; TRICHES et al., 2010; TURPIN, 2009)

---

2 Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Diante da interface entre agricultura e alimentação escolar, a atuação de diferentes agentes sociais surge como parte importante para uma articulação entre os setores. Conforme aponta Soares (2011), a integração de todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos fornecidos pela agricultura familiar para a alimentação escolar é importante na busca pela garantia da SAN. Para tanto, essa integração deve ocorrer em nível nacional e ser operacionalizada na gestão municipal, que deve atuar na articulação das partes e no desenvolvimento da produção local de alimentos. Com estas prerrogativas e com as novas formas de aquisição pública realizadas pelo PNAE, abrem-se janelas de oportunidades para implementar processos de reconexão entre produtores e consumidores que favoreçam a SAN de ambos. No entanto, se não forem formuladas metodologias que visem fortalecer esses laços e retroalimentar essas relações, a concepção da política se resumirá apenas em mais uma prática de intervenção governamental pontual.

Ou seja, a implementação do Programa, no que se refere à aquisição dos produtos da agricultura familiar, demanda diversas ações e atores para o redesenho das relações sociais, políticas e econômicas no âmbito local e regional, nem sempre muito simples de serem efetivadas.

Por outro lado, estudos recentes (ALTEMBURG, 2014; MOSSMANN et al., 2017) e observações a campo têm demonstrado que a partir do momento que estas engrenagens começam a se encaixar, os resultados se mostram extremamente favoráveis e o fornecimento de refeições aos escolares passam a assumir uma nova dimensão, tornando-se meios para a problematização dos processos educacionais e para o desenvolvimento local e regional.

Compreender essas dinâmicas torna-se um elemento central para a plena execução do PNAE e, nesse sentido, identificar os formatos institucionais construídos nas mais diversas realidades pode possibilitar a sistematização de informações que qualifiquem e ampliem a implementação do Programa, garantindo que este cumpra seu objetivo primordial de promoção da SAN.

Contudo, no Brasil ainda são escassos estudos e intervenções que abordam e reforçam o papel deste Programa como política pública que pode construir essas interfaces. Diante dessas prerrogativas é que se torna

importante elaborar metodologias para a construção de redes de cooperação técnica que subsidiem e incentivem estes processos. Da mesma forma, avaliar e sistematizar mecanismos sociais e econômicos que possibilitem a (re)estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento, buscando compreender de que forma a articulação em torno do programa de alimentação escolar promove laços que agregam diferentes atores sociais e favorecem a promoção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.

Diante do exposto, explana-se que este estudo fez parte de um projeto maior intitulado "Agricultura familiar, abastecimento e mercados institucionais: conexões entre Brasil, Cabo Verde e Uruguai na Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional",[3] desenvolvido entre 2013 e 2016. Este tinha por objetivo geral construir redes de cooperação técnica capazes de articular o consumo e a produção de alimentos, com foco no mercado institucional de alimentação escolar, como intuito de promover alimentação adequada e saudável e a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis nos estados do Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS) em diálogo com experiências e estudos dos países de Cabo Verde e Uruguai.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste projeto, foi utilizado a metodologia centrada nos marcos da chamada Pesquisa-ação. (THIOLLENT, 2006) A compreensão da realidade a ser pesquisada parte do conhecimento mútuo entre os atores envolvidos – pesquisadores e atores locais –, de modo que desde o princípio das ações do projeto procurou-se estabelecer uma dinâmica participativa de identificação das demandas e ações a serem desenvolvidas, dentro da temática proposta como escopo do projeto.

A pesquisa-ação parte do pressuposto de um compartilhamento das informações entre os atores locais e os autores (pesquisadores), caminhando no sentido de uma interação entre os dois de forma que um possa, à

3 Chamada MCTI/Ação Transversal – Lei nº 82/2013 – Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito da Unasul e África. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

sua maneira, cumprir também o papel do outro, atores tornando-se pesquisadores e vice-versa.

Foi nessa perspectiva que foram desenhadas as ações deste projeto, no intuito de mesclar a compreensão da realidade em voga, particularmente no que tange aos processos de aquisição dos produtos da agricultura familiar no âmbito do PNAE, com ações concretas que visam a problematização e qualificação dos processos em questão.

Este projeto, por sua vez, apresentava diversos objetivos específicos: realizar um diagnóstico sobre a implementação do PNAE nos três estados do Sul, identificando o atendimento à exigência de aquisição de produtos da agricultura familiar e afins; identificar os mecanismos de acesso construídos por parte das organizações de agricultores e Entidades Executoras (EEx); mapear a presença de produtos ecológicos no fornecimento do PNAE; promover seminários e encontros estaduais para divulgação e troca de experiências entre organizações de agricultores e consumidores, escolas, Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), EEx e demais atores envolvidos no processo, a fim de qualificar os processos de acesso ao PNAE; realizar intercâmbios entre Brasil, Cabo Verde e Uruguai para troca de experiências entre os países, a partir de atividades de pesquisa, extensão e ensino em formas alternativas de abastecimento e visando a construção de propostas comuns de abertura e ajustes do mercado institucional para a agricultura familiar.

E por fim, a partir desses objetivos, foi possível realizar a construção de redes virtuais de atores que promovam atividades de intercâmbio, formação, publicidade, articulação e sistematização de metodologias que abordem as formas alternativas de abastecimento no âmbito da agroecologia, bem como os processos de educação alimentar dos escolares e de adaptação dos agricultores familiares ao mercado do PNAE, a qual trata-se este manuscrito.

Assim, para que este objetivo pudesse ser realizado, foram promovidos, em 2015, três seminários estaduais nos três estados do Sul (PR, SC, RS) para formação e intercâmbio de experiências entre os diversos atores envolvidos no processo, bem como com os parceiros internacionais, como mecanismo inicial de articulação de redes ou fóruns microrregionais de SAN a partir do debate em torno do abastecimento e alimentação escolar.

Destes seminários estaduais saíram diversas demandas que deram subsídio para a construção e seleção dos conteúdos para idealizar o curso de Educação a Distância (EaD). Os principais eixos de demanda foram o funcionamento da política do PNAE, o contexto da produção ecológica, a educação alimentar e nutricional (EAN) e, principalmente, o envolvimento e articulação de diferentes atores dentro do Programa. Desta forma, considerou-se para este curso os seguintes atores sociais envolvidos com o PNAE: os gestores públicos que gerenciam a aquisição dos produtos da AF (nutricionistas, secretária da educação e/ou agricultura), os Agricultores Familiares (AF) responsáveis pela oferta de produtos, extensionistas – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), entre outros – como aporte técnico aos agricultores, Conselheiros de Alimentação Escolar (CAE) que realizam o processo de fiscalização do PNAE e conselheiros de segurança alimentar e nutricional (Consea).

A partir desses eixos temáticos, o curso EaD foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Karu-Porã (NEA-SSAN Karu Porã), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul – Paraná, utilizando a plataforma Moodle, para disponibilizar os materiais. O curso foi intitulado "Formação em Segurança Alimentar e Nutricional: abastecimento, agricultura familiar e alimentação escolar".

Foram ofertadas inicialmente 80 vagas (divididas 20 vagas para cada estado do Sul – PR, SC, RS e 20 vagas para o restante do país –; turma única. Inscreveram-se mais de 2 mil pessoas. Como critérios de seleção dos estudantes consideraram-se as categorias de atores (nutricionistas, extensionistas, agricultores, Consea, gestores públicos, CAE, outros), tempo de atuação na profissão e o breve histórico que cada um registrou na ficha de inscrição *on-line*. Em vista do grande número de inscritos e o número de moderadores, ofertou-se mais 22 vagas. Ressalta-se que a divulgação do curso ocorreu no Uruguai e Cabo Verde, com os parceiros do projeto. Ao final, 102 estudantes foram selecionados e divididos dentro das categorias de atores, como apresenta o Quadro 1:

Quadro 1: Atores selecionados por categorias e estados

ATORES	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA	PARANÁ	OUTROS ESTADOS	ESTRANGEIROS (URUGUAI, CABO VERDE)
Agricultores	2	2	3	1	-
CAE	1	1	1	-	-
Consea	2	2	2	-	-
Extensionista	3	3	3	3	-
Gestores públicos	2	1	4	2	-
Nutricionistas	14	14	15	13	-
Outros	1	1	1	-	5
Total por região	25	24	29	19	5
TOTAL	102 estudantes				

Fonte: elaborado pelos autores.

Esta seleção foi muito minuciosa, devido ao grande número de inscritos. Cabe destacar que a divisão por atores, nos estados de PR, SC e RS, ficou com 25 participantes para cada um dos estados. Destas vagas dividiram-se 14 nutricionistas, 3 extensionistas, 2 agricultores, 2 Consea, 2 gestores públicos, 1 CAE, e 1 outros (estudantes que não estava nestas categorias de atores). Quanto a outros estados, estavam destinadas 20 vagas, sendo 15 para nutricionistas, 1 extensionistas, 1 agricultor, 1 Consea, 1 gestor público e 1 CAE. E para estrangeiros estavam destinadas 5 vagas. Ao final, algumas categorias de atores não completaram o número de inscritos, portanto foram recondicionadas vagas para outras categorias que tinham mais inscritos, mesmo sendo de outros estados.

Outro ponto a ser considerado é justificar o porquê de algumas categorias de atores terem mais vagas que as outras. A princípio este curso EaD seria apenas para nutricionistas, considerando que os mesmos possuem um papel fundamental no PNAE. Mas para que eles possam desenvolver um papel efetivo dependem de muitas parcerias, desta forma abriram-se outras vagas para estes atores centrais que contribuem para o processo da aquisição de produtos.

O curso foi iniciado em 04/07/2016 e concluído em 19/12/2016 (duração de seis meses). A elaboração/seleção do conteúdo e metodologia do curso ficou a cargo de dois professores do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (Mestrado) da

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), duas estudantes do mestrado e por uma nutricionista voluntária. Quanto à correção das atividades e a mediação dos fóruns dos módulos, ficaram a cargo das estudantes de mestrado e da nutricionista voluntária.

O curso foi dividido em 10 etapas, sendo cada uma de duas semanas. Para cada módulo foi disponibilizada ao menos uma videoaula de 30 a 50 minutos com colaboradores externos que abordaram os temas propostos, incluindo ainda material obrigatório para leitura e material de apoio para maior aprofundamento sobre a temática, e ao final um estudo dirigido referente ao módulo. Durante essas duas semanas ocorriam fórum de debates *on-line* e *off-line*, ou seja, um espaço para o intercâmbio de informações entre os moderadores e participantes. Os debates *on-line* eram ofertados um dia dentro de cada módulo, onde um moderador ficava responsável por responder aos questionamentos, bem como proporcionar um momento dos estudantes interagirem entre si. E o fórum *off-line* ocorria conforme surgiam às dúvidas dos estudantes. Ressalta-se que nestes fóruns *off-line* os próprios estudantes realizam avaliações referentes aos módulos, destacando o quanto relevante o mesmo era. Entre o módulo IX e o módulo X, foram deixadas duas semanas para quem tivesse atividades atrasadas finalizar. Os módulos ofertados apresentaram as seguintes temáticas e objetivos, como ilustra o Quadro 2:

Quadro 2: Módulos ofertados no curso EaD, 2016

MÓDULOS	VÍDEO	MATERIAL OBRIGATÓRIO	MATERIAL DE APOIO
Módulo I - Princípios da SAN, abastecimento e Mercados Institucionais	Apresentado por Renato Maluf[4]	- Perez-Cassarino, et al., 2016 - Rigon e Bógus, 2015 - Triches e Bacarrin, 2016	- Belik, 2003 - Sisan, 2010 - Consea, 2006/ 2009 - Júnior, 2007 - Macedo et al., 2009
Objetivo: Introdução dos conceitos de SAN, abastecimento e Mercados Institucionais (MI). Realizar uma reflexão referente ao processo de abastecimentos de alimentos, a Política Nacional de SAN e o acesso dos MIs, particularmente o PNAE no município e/ou região de cada estudante.			

4 Renato Maluf: Professor Titular do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do CERESAN/UFRRJ, e integrante do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). Integrante da Chaire Unesco. Membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2017/19.

MÓDULOS	VÍDEO	MATERIAL OBRIGATÓRIO	MATERIAL DE APOIO
Módulo II - Elaboração de chamadas	Apresentado por Sara Regina Souto Lopes[5]	- Bacarrin et al., 2011 - Triches, 2015	- FNDE RESOLUÇÃO nº 26/2013 - Santana et al., 2015 - SEBRAE - Aguiar e Calil, 2016 - Lei 8.666/1993 - Lei 11.947/2009 - Lei 12.188/2010
Objetivo: Apresentar o que é uma chamada pública, como a mesma é planejada e executada, e principalmente os estudantes aprender a fazer uma chamada pública.			
Módulo III - Elaboração e gestão de projetos	Apresentado por José Antonio da Silva Marfil[6]	- SEBRAE 2014 - Silva, Dias, Júnior, 2015	- Modelos de contrato de compras
Objetivo: Conhecer a realidade local dos projetos de venda dos agricultores e aprimorar seus conhecimentos com novas possibilidades na elaboração e gestão de projetos para o PNAE.			
Módulo IV - Planejamento de produção e produção ecológica (agricultores)	Apresentado por Rubens Fey[7]	- Perez-Cassarino et al., 2013	- PROGERA, 2009
Objetivo: Realizar um projeto de venda para a chamada pública, embasado nos matériais deste módulo e dos módulos anteriores.			
Módulo V - Educação alimentar e nutricional (EAN)	Apresentado por Neila Maria Machado[8] e Élister L. B. Balestrin[9]	- Boog, 2004 - Triches, 2015	- Guia alimentar para a população brasileira (BRASIL, 2014)
Objetivo: Traçar um planejamento de atividades em EAN no ambiente escolar a ser desenvolvido em um ano, e quando possível aplicá-lo.			
Módulo VI - Formulação de cardápios	Apresentado por Rozane Márcia Triches[10] e Élister L. B. Balestin	- Gabriel et al., 2012 - Sousa et al., 2015	- Santos et al., 2015
Objetivo: Apresentar um cardápio elaborado para um município X, onde os estudantes avaliassem se o mesmo atende a dimensão nutricional, cultural, social e ambiental.			

5 Sara Regina Souto Lopes: Trabalha no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Atua na Coordenação de Planejamento da Diretoria Financeira do FNDE.

6 José Antonio da Silva Marfil: Produtor agroecológico de Bocaiúva do Sul – PR.

7 Rubens Fey: Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Laranjeiras do Sul – PR.

8 Neila Maria Machado: Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participa do Grupo de Pesquisa TearSAN – Teia de Articulação pelo Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional.

9 Élister L. B. Balestin: nutricionista da alimentação escolar no município de Capitão Leonidas Marques – PR.

10 Rozane Márcia Triches: Professora do Curso de Graduação em Nutrição e da Pós-Graduação Stricto Sensu em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul

MÓDULOS	VÍDEO	MATERIAL OBRIGATÓRIO	MATERIAL DE APOIO
Módulo VII - Receitas e preparo de alimentos	Apresentado por Amanda Marfil[11]	- Marfil, 2014	-
Objetivo: Elaborar um treinamento para as cozinheiras das escolas, contendo receitas a serem inseridas no cardápio das escolas em seus respectivos municípios.			
Módulo VIII - Qualidade dos alimentos (Conceito e vigilância sanitária)	Apresentado por Fabiana Thomé da Cruz[12]	- Cruz e Santos, 2016	-
Objetivo: Interpretar as leis da vigilância sanitária em situações reais do dia a dia, como quais os procedimentos a serem providenciados para um agricultor familiar poder regularizar uma agroindústria de laticínios.			
Módulo IX - Participação e controle social do PNAE.	-	- Pipitone, 2003 - FNDE, 2015 - Triches e Kilian, 2016	- Belik e Chaim, 2009
Objetivo: Conhecer o funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do município e criar um plano de ação para ajudar a qualificar o Conselho.			
Módulo X - Etapa Bônus: Experiências internacionais e nacionais de abastecimento alimentar, alimentação.	- Videoaula: Experiência de abastecimento alimentar e alimentação escolar em Cabo Verde. Apresentado por Vladmir F. Perreira.[13] - Vídeos de experiências brasileiras sobre o PNAE: PNAE em Erechim – Programa Rio Grande Rural/ PNAE de Messias/AL é destaque no Gazeta Rural/ Prefeitura de São Luís – PNAE: Alimentação Escolar Reforçada – Documentário/ Programa de Merenda Escolar Teodoro Sampaio – SP/ Alimentação Escolar - 1º Bloco/ Alimentação Escolar - 2º Bloco/ Alimentação Escolar - 3º Bloco/ Antes & Depois da Lei #65 - Lei Merenda Escolar/ Videoaula: A realidade brasileira de abastecimento alimentar.		
Objetivo: Apresentar vídeos sobre a alimentação escolar, com experiências no Brasil e Cabo Verde.			

Fonte: elaborado pelos autores.

Após o dia 19/12/2016, foi realizada a avaliação de cada estudante, para saber se todas as atividades propostas haviam sido realizadas para poder receber a certificação. Os estudantes que realizaram mais de 75% das tarefas receberam certificado de 72 horas do curso, emitido pelo Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos (SGCE) da UFFS.

11 Amanda Marfil: Produtora agroecológica de Bocaiuva do Sul – PR.

12 Fabiana Thomé da Cruz: Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento (PGDR/UFRGS).

13 Vladmir F. Perreira: Professor da Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais – Universidade de Cabo Verde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O impulso proporcionado pelo curso EaD foi fundamental, pois possibilitou beneficiar diretamente 102 pessoas com as atividades do projeto, tendo como público participante Conselheiros do CAE e Consea, nutricionistas, agricultores, técnicos de extensão, entre outros. Este público abrangeu todo o território nacional, Uruguai e Cabo Verde, sendo uma troca de experiências valiosa. Exemplos desta troca destacam-se no módulo II, sobre a elaboração de chamadas públicas os estudantes no chat iniciaram diversos debates referentes às compras da agricultura familiar, exigências de qualidade e padronização dos alimentos, mas tendo destaque principal a temática referente à terceirização da alimentação escolar. Um dos estudantes[14] destaca que:

> *Sabemos que as empresas terceirizadas não realizam a compra dos produtos oriundos da Agricultura Familiar (pelo menos a grande maioria), beneficiam apenas empresas de grande porte, desvalorizando o produtor local. Além disso, não temos como garantir a qualidade nutricional e segurança alimentar das refeições ofertadas aos escolares. Sou contra a terceirização, pois a mesma impossibilita o desenvolvimento do produtor familiar local, não visa à sustentabilidade e às vezes não respeita a cultura alimentar da região.* (Estudante 1)

Nesta discussão observou-se a necessidade de mais estudos referentes à terceirização da alimentação escolar e suas limitações quanto à aquisição de produtos da agricultura familiar.

Outrossim, destaca-se a importância dos materiais fornecidos (videoaulas, artigos, cartilhas etc) por terem uma linguagem clara a todos os estudantes, como demonstra um estudante no chat do módulo V referente a EAN:

> *Não possuo grande vivência neste módulo, principalmente por meu currículo escolar, fizemos agronomia, e acredito que este enfoque seja*

14 O projeto passou pelo comitê de ética da UFFS.

muito pouco abordado, porém a palestra sobre o tema na Vídeo Aula e experiência relatadas foram para mim muito esclarecedoras e motivadoras. Parabéns. O material de apoio também está nos auxiliando é muito bom. (Estudante 2)

Em diversas situações destacou-se a importância do chat para a troca de experiências entre países. No módulo VII –formulação de cardápios–, ocorreu uma discussão referente à inclusão ou não na comida de panela nos lanches das escolas. Os estudantes foram apresentando o que ocorria em seu município, e um dos estudantes estrangeiros destacou a importância dessa troca de experiência:

Estou gostando muito deste curso, é excelente para troca de experiência, principalmente entre países. Deu para perceber que a realidade de cada região, influencia na tomada de decisões, principalmente no cardápio a ser elaborado. E no nosso país ocorre a mesma situação. Existe aqui em Cabo verde, algumas escolas com alunos carentes, na qual a comida da escola é a única refeição do dia. Assim optou-se por colocar comida de panela no cardápio anual que é elaborado pela nutricionista do PNAE. Mesmo sabendo que nos lanches não é adequado este tipo de refeição, na nossa realidade é muito mais difícil planejar o cardápio sem comida de panela. (Estudante 3)

Vislumbra-se que mesmo as atividades sendo realizadas virtualmente, o chat de bate-papo contribuiu para troca de experiências e também para tirar dúvidas entre os estudantes.

Por outro lado, de forma indireta, acreditamos que estes participantes possam ser perpetuadores desse conhecimento adquirido e atingir novos indivíduos em seus ambientes de trabalho, sejam os conselhos, sejam as escolas ou instâncias públicas.

Destaca-se, do ponto de vista acadêmico, que o projeto possibilitou um avanço significativo na formação dos acadêmicos envolvidos como voluntários do projeto. Este contato levou a maturidade, conhecimento de diferentes realidades e possibilidade de aplicação de conteúdos das videoaulas à realidade.

Por outro lado, também foi possível observar um conjunto de fragilidades no processo. Em primeiro lugar, em relação aos cursistas, apesar do surpreendente número de inscritos e das tensões ao selecionar os escolhidos para fazer o curso, muitos cursistas não se dedicaram devidamente, atrasando envio de atividades e alguns chegaram a desistir e não foram certificados. Para tanto, recomenda-se a outras iniciativas a criação de um cadastro de reserva, que permita substituir cursistas menos comprometidos.

Este processo também demonstra a fragilidade do processo de EaD, que, apesar de ampliar consideravelmente o alcance dos processos de formação, não substitui o compromisso e a didática da formação presencial.

Ainda do ponto de vista dos limites, a questão da monitoria foi considerada como uma das mais relevantes no decorrer do curso, mas que se viu prejudicada nesta proposta pelo desejo da organização de ampliar o número de vagas, comprometendo a qualidade do processo de monitoria, refletido no pouco envolvimento de alguns cursistas, e a fragilidade no cumprimento de prazos em relação às tarefas de cada módulo.

Da mesma forma, o NEA possuía uma intenção inicial de capacitar estudantes que viessem se tornar futuros monitores, mas que ainda não se efetivou.

Dentro desta perspectiva, vislumbra-se ainda a construção de uma rede de instituições de ensino superior que fomente a pesquisa, a extensão e o ensino sobre SAN, com foco em formas alternativas de abastecimento dos mercados institucionais do país e em países africanos e latino-americanos.

Nesse sentido, entende-se como frágeis e mal pensadas a maioria das políticas para realização de cursos de EaD, que compreendem que a organização e disponibilização de materiais didáticos e a presença de uma boa plataforma virtual sejam suficientes. Pelo contrário, mesmo sendo EaD, o processo prescinde de recursos humanos e, neste caso, a monitoria das etapas.

Outrossim, foi a disponibilização de subsídios à comunidade científica e aos gestores dos municípios brasileiros, cabo-verdianos e uruguaios para a melhoria da articulação entre PNAE e agricultura familiar, com foco na SAN, em especial na oferta de refeições de qualidade, como por exemplo, indicadores que auxiliem na programação das compras da agricultura familiar e na elaboração de cardápios integrados à produção de alimentos.

Ao mesmo tempo, possibilitou o fortalecimento de políticas públicas voltadas à alimentação escolar e agricultura familiar, principalmente na melhoria da qualidade das refeições servidas e no desenvolvimento local.

E por fim, vale destacar, que por não possuir mais verbas, foi impossibilitada a continuidade e ampliação do curso, que na época possuía uma grande procura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso em EaD com Formação em Segurança Alimentar e Nutricional: abastecimento, agricultura familiar e alimentação escolar mostrou um grande potencial a ser explorado. Muitos inscritos que não foram selecionados destacavam nas redes sociais o quanto gostariam de participar, devido à carência de cursos que se apresentem neste formato, pois facilita para muitos que não podem participar de um curso presencial.

Por outro lado, observa-se a necessidade de engrenar ações mais diretas para entender a rede de articulações que formam os mercados institucionais, a segurança alimentar e nutricional, a agricultura familiar e a alimentação escolar. E principalmente construir mais redes virtuais de atores que promovam atividades de intercâmbio, formação, publicidade, articulação e sistematização de metodologias que abordem as formas alternativas de abastecimento no âmbito da agroecologia, bem como os processos de educação alimentar dos escolares e de adaptação dos agricultores familiares ao mercado do PNAE.

Além disso, destaca-se a importância desta parceria sul-sul com países africanos e latino-americanos em promover a construção de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis. Este curso EaD entra na dinâmica prevista na sétima diretriz do Plano de SAN (2011), que é voltada para a ampliação de ações de cooperação internacional, para ampliar e qualificar iniciativas de intercâmbio de boas práticas referentes aos programas voltados para a Agricultura Familiar, PNAE, entre outros.

Por fim, sem dúvida, o NEA-SSAN Karu Porã se tornou uma referência para o debate da SAN e mercados institucionais, o que demanda a elaboração de um programa de ensino/pesquisa/extensão amplo neste campo.

De qualquer forma, mesmo o NEA-SSAN tendo tomado um protagonismo, não foi possível no âmbito do Núcleo manter uma articulação mais intensa e duradoura com os parceiros internacionais e nacionais. Sua atividade terminou ficando mais concentrada na própria UFFS, que tem feito um esforço de ampliar sua articulação, mas que, sem apoios específicos para tal, são difíceis de serem conduzidos com recursos das próprias organizações. No momento, por exemplo, o NEA-SSAN Karu Porã executa uma pesquisa nacional sobre orgânicos no PNAE, em parceria com outras 5 universidades e institutos de pesquisa, mas que foi possível devido a presença de recursos que viabilizassem a pesquisa.

Por fim, falando da temática especificamente, há ainda correções a serem feitas, notadamente no caráter mais "sulista" que os materiais possuem, seja pela necessidade de redução de custos em sua produção, seja pelos contatos e conhecimento que os organizadores têm nesta realidade.

Estas questões estão longe de nos levar a uma avaliação negativa ou pessimista, mas embebe de realidade um processo que de pontual poderia ser tornado contínuo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. A.; CALIL, R. M. Análise e avaliação das especificações dos alimentos contidas em editais de chamadas públicas do PNAE. *Visa em debate*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 79-87, 2016.

ALTEMBURG, S. G. N. *A comida invisível*: representações sociais sobre a alimentação escolar entre a comunidade escolar e os agricultores familiares na região de Pelotas, RS. 2014. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

BACCARIN, J. G.; ALEIXO, S. S.; SILVA, D. B. P. *et al*. Alimentação escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado de São Paulo. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: SOBER, 2011.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.

BOOG, M. C. F. Contribuições da Educação Nutricional à Construção da Segurança Alimentar. *Saúde em Revista*, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 17-23, 2004.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional*: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/leis/item/3345-lei-n%C2%BA-11947-de-16-ejunho-de-2009. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 jul. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Cartilha nacional da alimentação escolar*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Resolução nº 15, de 16 de junho de 2003. Estabelecer critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jun. 2003. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4272-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-15,-de-16-de-junho-de-2003. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 jun. 2013.

BRASIL. Resolução nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelecer as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 ago. 2006.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, DF, n. 32, p. 115, 148, 2008.

CARVALHO, H. M. Modelo de produção agrária no Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE ENFRENTAMENTO AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE HUMANA E NO AMBIENTE, 1., 2012, Rio de janeiro. *Anais* [...]. Rio de janeiro: Fiocruz, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional*: a experiência brasileira. Brasília, DF: CONSEA, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Lei de segurança alimentar e nutricional*: lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. [*S. l.*]: Consea, [20--].

CORÁ, M. A. J.; BELIK, W. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Projeto Nutre SP*: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012.

CRUZ, F. T.; SANTOS, J. S.; SARTORELLI, A. *et al*. *Guia orientador para agroindústrias*: regulamentos, legalização e inspeção de alimentos no Brasil. Porto Alegre: [*s. n.*], 2016.

GABRIEL, C. G.; COSTA, L. C. F.; CALVO, M. C. M. *et al*. Planejamento de cardápios para escolas públicas municipais: reflexão e ilustração desse processo em duas capitais brasileiras. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 363-372, 2012.

GOMES JÚNIOR, N. N. G. *Segurança alimentar e nutricional como princípio orientador de políticas públicas no marco das necessidades humanas básicas*. 2007. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

LIMA, T. L. B. *O mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Patos de Minas*: o processo de implementação e representações sociais na agricultura familiar. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

MACEDO, D. C.; TEXEIRA, E. M. B.; JÊRONIMO, M. *et al*. A construção da política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. *Revista Simbio-Logias*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 31-46, 2009.

MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARFIL, A. *O sabor da agroecologia na alimentação escolar.* [*S. l.*: *s. n.*], 2014. (Apostila módulo I e II Alimentos agroecológicos: saúde da terra, do alimento e do corpo; módulo III e IV Alimentos agroecológicos: soberania e segurança alimentar).

MORGAN, K.; SONNINO, R. *The school food revolution*: public food and the challenge of sustainable development. London: Earthscan, 2008.

MOSSMANN, M. P.; TEO, C. R. P. A.; BUSATO, M. A. *et al*. Interface Between Family Farming and School Feeding: barriers and coping mechanisms from the perspective of different social actors in Southern Brazil. *Revista Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 55, n. 2, p. 325-342, 2017.

PEREZ-CASSARINO, J.; MICHELATO, A.; TRICHES, R. *et al*. A promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) por meio do mercado institucional: a experiência brasileira. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN)*: na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 223-246.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D.; MAYER, P. H. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. *Revista Cronos*, Natal, v. 14, n. 2, p. 129-152, 2013.

PETTAN, K.; MEDAETS, J. P. (org.). *Comercialização na agricultura familiar.* Botucatu: Instituto Giramundo Mutuando, 2009.

PIPITONE, M. A. P.; OMETTO, A. M. H.; SILVA, M. V. *et al*. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escola. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, 2003.

REINACH, S.; CORÁ, M. A. J.; BONDUKI, M. R. P. C. A inclusão da agricultura familiar nas chamadas públicas para compra de alimentos. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. p. 1-15.

RIGON, S. A.; BÓGUS, C. M. A Segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. *In*: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. (org.). *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN)*: na América Latina e Caribe. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. p. 31-54.

SANTANA, A. R.; LETÃO, C. A. T.; NUNES, D. A. *et al*. *Manual de instruções para aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar*. 3. ed. Palmas: Secretaria do Estado da Educação Palmas, 2015.

SANTOS, H. C. M.; FERNANDES, N. M.; MORENO, M. T. *et al*. *Manual de orientação de cardápios especiais*. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2015.

SEBRAE. *Agricultura familiar*: um bom negócio para o desenvolvimento local. Brasília, DF: Sebrae, 2014. (Edição para gestores públicos).

SEBRAE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Vendendo para as escolas*: cartilha do produtor João Pessoa: Usina Brasilis, [2---].

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JÚNIOR P. C. G. Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao programa nacional de alimentação escolar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 53, n. 2, p. 289-304, 2015.

SISAN. *Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. SISAN, [*s. l.*], 10 abr. 2010.

SOARES. P. *Análise do programa de aquisição de alimentos na alimentação escolar em um município de Santa Catarina*. 2011. Dissertação (Mestrado em Nutrição), Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SOUSA, A. A.; SILVA, A. P. F.; AZEVEDO, E. *et al*. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, 2015.

THIOLLENT, M. (org.). *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

TRICHES, R. M.; ALMEIDA, A. P. S.; MENEZES, M. A. *et al*. A aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar em dois municípios brasileiros. *In*: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. *Anais* [...]. Curitiba: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010.

TRICHES, R. M. Promoção do consumo alimentar sustentável no contexto da alimentação escolar. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 757-771, 2015.

TRICHES, R. M.; BACARRIN, J. G. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. *In*: TEO, C. R. A.; TRICHES, R. M. (org.). *Alimentação escolar*: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016. p. 89-109.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de alimentação escolar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 66-106, 2012.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

CAPÍTULO 6

DESAFIOS DA ATUAÇÃO EM GRUPOS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPLORANDO UMA EXPERIÊNCIA EM GRUPO NA ATENÇÃO BÁSICA DE SÃO PAULO[1]

KELLEM REGINA ROSENDO VINCHA
CLARICE LIMA ÁLVARES DA SILVA
ANA MARIA CERVATO-MANCUSO

INTRODUÇÃO

No Brasil, as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, vivenciadas nas últimas décadas, acarretaram transformações no modo de vida da população, o que impactou o acesso e a variedade de alimentos, bem como a disponibilidade média de calorias para o consumo. Tais mudanças também provocaram um aumento das doenças crônicas relacionadas à alimentação e nutrição, em especial da obesidade, gerando novas preocupações para os campos da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e da Saúde. (BRASIL, 2012a, 2014a)

Com o intuito principal de controlar e prevenir essas doenças, ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) que promovam mudanças no consumo alimentar dos indivíduos têm ganhado visibilidade. Atualmente, ela está reforçada pelo Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (2011-2022) (BRASIL, 2011) e

1 Esta produção é derivada de tese: VINCHA, K. R. R. Grupos educativos de alimentação e nutrição: Um cenário promotor da autonomia nas escolhas alimentares, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2017. Estudo teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

pelo Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019). (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017) O primeiro tem, entre seus objetivos, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas para a prevenção e o controle das doenças crônicas e seus fatores de risco, trazendo, como um meio de realização, as ações e os programas de EAN junto à população. O segundo visa garantir a SAN e o Direito Humano à Alimentação Adequada; tendo, como uma de suas metas, a promoção da alimentação adequada e saudável por meio de ações de EAN. A busca pela melhoria da alimentação da população também está contida no Plano Nacional de Saúde (2016-2019) (BRASIL, 2016), que orienta a implementação das iniciativas de gestão no sistema de saúde. Neste plano, a alimentação está incluída no objetivo da redução e prevenção de riscos e agravos à saúde, por meio de ações de vigilância, promoção e proteção da saúde.

A promoção da saúde tem como categoria norteadora, segundo Fleury-Teixeira e demais autores (2008), a autonomia em saúde; entendida como a ampliação da capacidade dos indivíduos de agir sobre os determinantes de sua própria saúde. Concebe-se que essa autonomia é fortalecida por um processo de empoderamento, onde os indivíduos aprimoram suas formas de pensar e agir criticamente sobre seus cuidados em saúde. (ANDERSON; FUNNELL, 2010) Nessa lógica, a EAN busca fortalecer a capacidade dos indivíduos em selecionar e utilizar melhor os recursos disponíveis para satisfazer suas necessidades nutricionais. (CERVATO-MANCUSO; FIORE; REDOLFI, 2015) Porém, reconhece-se que as formas como os indivíduos organizam suas escolhas e como criam possibilidades de satisfazer suas necessidades não dependem exclusivamente da vontade individual, pois essas são determinadas pelos contextos político, econômico, social e cultural em que vivem (BRASIL, 2014b), o que torna as ações de EAN um desafio ainda maior para os profissionais que atuam na viabilidade das interações entre os indivíduos, os planos e as políticas públicas.

As ações de EAN compõem a atenção nutricional como parte do cuidado integral dos indivíduos nas Redes de Atenção à Saúde, ordenadas pela Atenção Básica (AB). Esse nível de saúde é desenvolvido, no Brasil, idealmente por meio de práticas de cuidado democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos.

(BRASIL, 2012a, 2012b) Os grupos de EAN nessa ótica, desenvolvidos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), contribuem para a atenção e o cuidado nutricional da população a partir do uso de abordagens e recursos problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto à população (BRASIL, 2012c) e possibilitem transformações nas práticas alimentares dos indivíduos.

Todavia, estudos apontam que esses grupos são baseados em palestras ou operados com base em uma atitude informacional e prescritiva, bem como são desenvolvidos para atender especialmente à demanda de cuidados de usuários portadores de doenças crônicas, como obesidade, hipertensão arterial sistêmica e diabetes *mellitus*. (BRASIL, 2017; SPINA et al., 2018; VASCONCELOS; MAGALHÃES, 2016; VINCHA et al., 2014) Isso faz com que os profissionais priorizem ações configuradas em atendimentos individuais, voltados para a doença, mesmo estando no coletivo, limitando o alcance do potencial do grupo na promoção da saúde. Esses movimentos distanciados da proposta teórica metodológica da EAN se dão muitas vezes em razão das fragilidades na formação dos profissionais da saúde para sua aplicação em grupo e no processo de trabalho das equipes quanto ao planejamento e aspectos logísticos necessários para tal. (BRASIL, 2010; NOGUEIRA et al., 2016)

Uma abordagem de grupo com capacidade de planejamento e de transformações na vida dos participantes pode ser desenvolvida a partir do Grupo Operativo (GO), que apesar de ter sido criado em 1945, por Enrique Pichon-Rivière, ainda é atual no campo da saúde. Em teoria, o GO é definido como um conjunto de indivíduos, ligados no tempo e no espaço, que se propõem uma tarefa comum, que é o fazer dos participantes. É por meio de uma "tarefa" consciente e também pela dimensão do "afeto" que os participantes estabelecem redes de comunicação, que têm por finalidade a construção de aprendizados, a partir da resolução das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal. (MENEZES; AVELINO, 2016; PICHON-RIVIÈRE, 2009)

O GO na saúde é incentivado pelo Ministério da Saúde como modo de cuidado de usuários portadores de doenças crônicas, especialmente para as equipes da AB (BRASIL, 2014c) e tem sido progressivamente utilizado na promoção da saúde (VINCHA et al., 2017) devido aos benefícios de seu desenvolvimento, como a formação de vínculos profissionais-usuários, a

apropriação da informação e dos problemas, o aumento da capacidade de verbalização e de integração do grupo além do fortalecimento da autonomia em saúde. (SOARES; FERRAZ, 2007) Tais benefícios são oportunizados pela atuação do profissional, pois, segundo Afonso e Coutinho (2010) e Nogueira e demais autores (2016), em um GO o profissional é um copensador e um cooperador do grupo, que dinamiza as relações e facilita a circulação de informações e de reflexões a partir de uma relação de horizontalidade e proximidade com os participantes.

Estudos indicam que o GO pode ser uma possibilidade de referencial teórico para os grupos de EAN que buscam a promoção da autonomia nas escolhas alimentares dos participantes, porém há pouca evidência sobre sua aplicabilidade. Dessa forma, a análise de uma vivência pode contribuir para a identificação de barreiras e desafios na promoção da autonomia nas escolhas alimentares, bem como de fortalezas do GO como tecnologia social.

EXPLORANDO OS GRUPOS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS DESAFIOS

Foi desenvolvido um estudo qualitativo por meio da pesquisa-ação, que é uma pesquisa de cunho social, com base empírica, concebida e desenvolvida em associação com uma ação, na qual os pesquisadores e os participantes estão envolvidos de modo cooperativo e participativo na transformação da realidade em que estão inseridos. (THIOLLENT, 2000)

A ação do pesquisador, primeira autora, foi de coordenar grupos de EAN com base no GO, nos quais interveio, de modo consciente, na situação real dos participantes, avaliando a sua atuação na interação grupal. Nesta ação, simultaneamente, houve a produção de um conhecimento sobre a atuação de um nutricionista em grupos indo ao encontro das características da pesquisa-ação: contínua, proativa, participativa, intervencionista e problematizadora. (THIOLLENT, 2000)

O planejamento dos grupos se baseou nas propostas de Cervato-Mancuso (2017), Afonso (2010) e Naidoo e Wills (2009) para ações educativas, oficinas e intervenções promotoras de saúde, respectivamente. A fase exploratória foi composta por diagnóstico da situação, identificação dos problemas prioritários, elaboração de objetivos, enquadre, plano de

trabalho (eventuais ações) e definição de indicadores de avaliação de processo e de resultado. No diagnóstico e identificação dos problemas, abarcou-se a análise dos problemas alimentares e nutricionais da população atendida, a determinação e a definição dos fatores causais e o diagnóstico educativo, assim como os componentes cognitivos, afetivos e situacionais da alimentação e nutrição que deveriam ser trabalhados.

Os objetivos elaborados permearam a promoção da autonomia nas escolhas alimentares, o plano de trabalho foi composto pela tarefa dos encontros e estratégias educativas, as quais tiveram como base experiências de grupos na área da saúde. (AFONSO, 2010; GALATI; DIEZ-GARCIA; REGO, 2011) Na avaliação de processo realizou-se uma análise da implementação dos grupos, e na avaliação de resultados uma análise das mudanças obtidas a partir da intervenção. (CERVATO-MANCUSO; FIORE; REDOLFI, 2015)

A concepção dos grupos se fundamentou no referencial teórico do GO, e também nos referenciais da promoção da saúde e da alimentação adequada e saudável, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: Referenciais teóricos que embasaram a elaboração dos grupos de educação alimentar e nutricional

Referências	**Princípios**	**Contribuição**	**Referencial teórico**
Promoção da Saúde	Promover o empoderamento e a autonomia dos indivíduos por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais, para que eles interpretem suas necessidades cotidianas de saúde, analisando-as, e realizem suas próprias escolhas.	Os grupos educativos devem considerar a autonomia e a singularidade dos indivíduos.	Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2014b).
Educação Alimentar e Nutricional	Promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.	A intervenção deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto aos participantes.	Marco de Referência de EAN para as políticas públicas (BRASIL, 2012c).
Grupo Operativo	O grupo é rede de vínculos.	Nos grupos estão envolvidos papéis que se comunicam. A tomada de decisão do coordenador para sua ação tem por base os indicadores de avaliação do Grupo Operativo.	Teoria de Pichon-Rivière (PICHON-RIVIÈRE, 2009).

Referências	Princípios	Contribuição	Referencial teórico
Alimentação adequada e saudável	A alimentação expressa relações sociais, valores e história do indivíduo e dos grupos; autonomia dos indivíduos; reconhecimento da determinação social de natureza interdisciplinar e intersetorial; segurança alimentar e nutricional.	O fortalecimento da autonomia nas escolhas alimentares implica no favorecimento da interpretação e análise dos indivíduos sobre si e sobre o mundo e capacidade de fazer escolhas, governar e produzir a própria vida.	Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012a).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Para promover a alimentação adequada e saudável foi utilizado, como ferramenta, o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014a), que, fundado no entendimento da alimentação como um ato social, apresenta um conjunto de informações e recomendações que objetivam promover a saúde da sociedade como um todo. À vista disso, o documento expõe recomendações sobre a escolha dos alimentos, sobre a combinação dos alimentos na forma de refeições e sobre o ato de comer e a comensalidade, assim como problematiza possíveis obstáculos para a inserção de uma alimentação adequada e saudável no dia a dia dos indivíduos, famílias e comunidades.

REALIZAÇÃO GRUPOS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Os grupos foram realizados em uma UBS localizada na cidade de São Paulo (Brasil), a qual é vinculada à Universidade de São Paulo e é responsável pelo cuidado de 110 mil indivíduos. Desses, 455 foram atendidos pela equipe de Nutrição, durante o período da pesquisa, sendo a maioria do sexo feminino e com mais de 40 anos de idade. Assim, para representá-los e com o intuito de buscar a homogeneidade entre os participantes, foram utilizados os critérios de inclusão: ter idade mínima de 40 anos, buscar o atendimento devido a alguma doença crônica relacionada à alimentação e nutrição e comparecer no mínimo em três encontros dos grupos.[2]

---

2 Este estudo teve a aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, parecer número 1.035.608.

A seleção foi, por conveniência, realizada pela equipe de Nutrição por meio de triagens nutricionais, individuais ou grupais, durante dois meses. Quando o usuário apresentava os critérios, era feito o convite para participar do estudo, bem como se explicava a proposta dos grupos. Dessa maneira, foram convidados 32 usuários, divididos em dois grupos, sendo que 22 deles compareceram nos primeiros encontros.

Foram desenvolvidos dois grupos: o primeiro, em 2015, denominado de 'Gα', e o segundo, em 2016, denominado de 'Gβ'. Ambos foram coordenados por uma pesquisadora nutricionista, primeira autora, com o apoio de uma observadora. Todos os encontros foram gravados, em áudio e vídeo, com o objetivo de analisar a atuação profissional, favorecendo o acesso ilimitado aos registros das intervenções e o desvencilhamento de valores, sentimentos e atitudes surgidos na ação. (PINHEIRO et al., 2005)

Como instrumento de produção de dados sobre a atuação em grupos, utilizou-se o diário de campo, no qual a nutricionista anotava suas impressões, observações e inquietações sobre a ação (MINAYO, 2014), após o término dos encontros dos grupos e durante a análise dos vídeos.

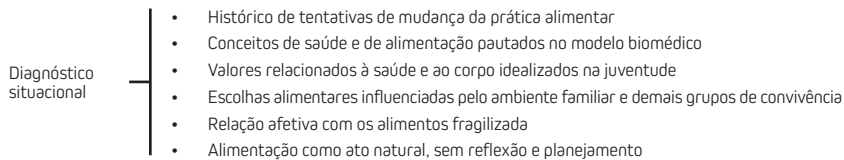
Ao término dos grupos, os registros presentes no diário de campo foram analisados por meio da Análise de Conteúdo Temática. (BARDIN, 2011) Nessa análise, procederam-se leituras exaustivas do documento e posterior identificação de categorias temáticas.

COMPARTILHANDO A VIVÊNCIA DOS GRUPOS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A seguir são apresentados o modelo de grupo de EAN com base no GO e os desafios da atuação do nutricionista nessa vivência.

Os grupos de educação alimentar e nutricional

Foi elaborado um modelo de grupo que abrange o resultado do diagnóstico da situação e dos problemas, da formulação dos objetivos, do enquadre e do plano de trabalho dos encontros. No diagnóstico da situação dos usuários da UBS, foi identificado que a maioria desses possuía os elementos apresentados na Figura 1, os quais os direciona a buscar com frequência o acompanhamento nutricional.

Figura 1: Elementos identificados no diagnóstico da situação dos usuários que buscam o acompanhamento nutricional

Fonte: elaborada pelas autoras.

Nesse sentido, foram elencados os problemas prioritários a serem trabalhados nos grupos: releitura do discurso social sobre alimentação e saúde; busca por referência mais próxima da condição atual de saúde; reflexão sobre as escolhas alimentares e seus determinantes; relação afetiva com os alimentos; e construção do grupo e demais grupos como espaços de apoio para a mudança e construção de novas habilidades e atitudes. Esses problemas foram classificados em componentes cognitivos (reflexão sobre as escolhas alimentares e seus determinantes), afetivos (reflexão sobre a condição atual de saúde, forma de se relacionar com os alimentos, apoio para as mudanças por meio do grupo e de outros grupos e fortalecimento da autopercepção) e situacionais (construção de novas habilidades e atitudes, capacidade de os participantes realizarem o autocuidado e suas escolhas alimentares).

A partir do diagnóstico e da identificação dos problemas, o objetivo geral estabelecido para a intervenção foi promover a autonomia nas escolhas alimentares dos participantes.[3] Já os objetivos específicos foram: construir um espaço social de apoio aos participantes, instigar reflexão da atual condição de saúde e das escolhas alimentares, ressignificar cuidados com a saúde e com as escolhas alimentares, estimular aprendizados e promover mudanças nas práticas alimentares. De forma complementar, formularam-se três objetivos educativos: cognitivo – os participantes serão capazes de relacionar as escolhas alimentares com suas condições de saúde; afetivo – os participantes serão capazes de reelaborar seus afetos

3 Autonomia nas escolhas alimentares em grupo foi compreendida como a capacidade dos participantes de avaliar as opções em saúde construídas e discutidas no coletivo; de decidir dentre as opções; de se sentir confiante sobre suas decisões e de definir soluções para alcançar suas próprias decisões, agindo perante os determinantes de suas escolhas e responsabilizando-se pelo cuidado.

e sentimentos sobre os alimentos e seus corpos; e ativo – os participantes trabalharão operativamente juntos para o alcance do objetivo, sendo corresponsáveis pelo grupo.

Foram então elaborados os enquadres dos grupos, apresentados no Quadro 2. A primeira experiência, Gα, foi realizada em nove encontros. Após a avaliação dessa e levantamento da necessidade de adaptação de elementos no plano de trabalho de forma a harmonizá-lo com a realidade das UBS, sucedeu-se o Gβ com seis encontros. Como características, o planejamento de encontros semanais favoreceria a construção do vínculo, permitindo que os grupos passassem da serialidade para grupo, ao passo que os encontros quinzenais beneficiariam o trabalho para as mudanças nas escolhas alimentares.

Quadro 2: Enquadres dos grupos de educação alimentar e nutricional baseados no Grupo Operativo

Características organizacionais	Gα	Gβ
Local dos encontros	Faculdade de Saúde Pública	Faculdade de Saúde Pública
Número de encontros	Nove	Seis
Frequência dos encontros	Semanal e quinzenal	Semanal e quinzenal
Dia e horários	Terças-feiras das 8h às 9h30min	Terças-feiras das 8h30min às 10h
Profissionais coordenadores	Coordenadora: pesquisadora com formação em Nutrição Observadora: estudante de pós-graduação, formação em Nutrição	Coordenadora: pesquisadora com formação em Nutrição Observadora: estudante de graduação do curso de Nutrição
Características dos participantes que permaneceram até o final dos grupos	6 mulheres e 1 homem Idade de 52 a 63 anos (média de 56,5) Escolaridade: 1 fundamental incompleto, 3 fundamental completo, 2 médio completo e 1 superior completo Ocupação: 4 do lar, 2 doméstica, 1 auditor automotivo	7 mulheres e 1 homem Idade de 47 a 78 anos (média de 61) Escolaridade: 1 médio completo, 2 fundamental completo, 5 superior completo Ocupação: 2 cuidador, 4 aposentado, 1 do lar e 1 coordenadora de escola

Fonte: elaborado pelas autoras.

As atuações da coordenadora e da observadora foram estipuladas. A primeira atuou como facilitadora e educadora, para que os grupos alcançassem os objetivos, analisando a multiplicidade de significantes do processo grupal. Suas funções eram: incentivar os grupos a expor opiniões e experiências, esclarecer dúvidas sobre saúde/doença e alimentação,

oferecer informações, sistematizar informações e conhecimentos, e identificar e trabalhar a dinâmica invisível do processo grupal. Já a segunda teve caráter observadora-participante, sendo que essa participação ficou restrita a momentos necessários de apoio ao grupo. Suas funções eram: observar os participantes – expressões corporais, sons, falas e silêncios – e a atuação da coordenadora.

Com o enquadre definido, foi elaborado o plano de trabalho que englobou a tarefa dos encontros e as ações que deveriam ser realizadas pela coordenadora. A tarefa é uma ação dinâmica e móvel, construída coletivamente pelos participantes. A tarefa explícita, delimitada pelos objetivos conscientes, foi identificada no planejamento, assim cada encontro possuía uma tarefa, na qual os participantes teriam que se comunicar, interagir e cooperar para que ela fosse concretizada. Já a tarefa implícita seria identificada e trabalhada no decorrer dos encontros, pois ela diz respeito às dificuldades, conscientes ou não, dos participantes.

Para a organização das ações da coordenadora, os encontros foram planejados em três momentos: 1) acolhimento: relação do encontro anterior, ressonâncias e vivências dos participantes; 2) integração/reflexão: desenvolvimento da tarefa com o uso de estratégias educativas e; 3) fechamento: síntese do aprendizado construído. Também foram definidas estratégias educativas para cada encontro, que foram planejadas com a intenção de estimular a comunicação, a integração e a reflexão nos participantes. As estratégias foram compostas por dinâmicas de grupo e atividades pensadas para que os participantes concretizassem a tarefa. Nos primeiros encontros, propôs-se trabalhar com dinâmicas de integração e atividades em duplas, para que ocorressem trocas de experiências e conhecimentos, e encontros de pares.

Em alguns encontros também se propôs a elaboração de metas de mudança nas escolhas alimentares que seriam feitas pelos participantes, a partir das discussões e de acordo com suas necessidades de saúde, de alimentação e de vida. A elaboração também trataria soluções que poderiam ser mobilizadas para a realização da meta. Apesar de o grupo estar envolvido nessa ação, a proposta de metas foi planejada para implementação individual, dado que cada participante contém suas particularidades.

A tarefa, elemento fundamental do GO, de cada encontro e as estratégias educativas são apresentadas no Quadro 3. Optou-se, aqui, por apresentar o plano de trabalho do Gβ, uma vez que ele emergiu do aprimoramento da primeira experiência.

Quadro 3: Plano de trabalho do grupo de educação alimentar e nutricional baseado no Grupo Operativo

Encontros		**Tarefa**	**Estratégias educativas**
Semanais	1	Iniciar a construção do vínculo por meio da criação de sentimento de identidade, como também refletirá sobre seus conhecimentos de alimentação.	Dinâmica de integração; Acolhimento das expectativas; Divisão em duplas; Estabelecimento de mudanças relacionadas às escolhas alimentares pelos próprios participantes.
	2	Refletir sobre as mudanças da alimentação, saúde e corpo.	Dinâmica de integração; Rememorização de gostos alimentares, do processo saúde-adoecimento e do estado nutricional.
	3	Repensar sobre a rotina de vida, incluindo as refeições/comensalidade.	Dinâmica de integração; Elaboração da rotina dos participantes, incluindo as refeições, por meio de recorte e colagem e/ou escrita; Entrega de muda de tempero como forma de extensão do grupo; Estabelecimento de mudanças relacionadas às escolhas alimentares pelos próprios participantes.
Quinzenais	4	Discutir e rever os alimentos que habitualmente consomem no café da manhã.	Dramatização de um caso, envolvendo o tema café da manhã, construído a partir das características do grupo; Café da manhã coletivo com discussão das preparações; Estabelecimento de mudanças relacionadas às escolhas alimentares pelos próprios participantes.
	5	Discutir sobre os alimentos que habitualmente consomem no almoço e no jantar.	Discussão das imagens de preparações de almoço/jantar contidas no Guia Alimentar para a População Brasileira; Estabelecimento de mudanças relacionadas às escolhas alimentares pelos próprios participantes.
	6	Retomar a construção do grupo reforçando o sentimento de que são capazes de realizar escolhas alimentares. Também avaliarão o trabalho em grupo.	Perguntas disparadoras de avaliação do grupo e autoavaliação; Apresentação do serviço como espaço de ampliação do cuidado; Troca das mudas por meio de amigo oculto.

Fonte: elaborado pelas autoras.

DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA EM GRUPOS BASEADOS NO GRUPO OPERATIVO

Na análise do diário de campo foram identificadas três categorias sobre os desafios da atuação do nutricionista em grupo, sendo elas descritas na sequência:

Comunicação – Esta categoria foi formada pela revelação da nutricionista ter percebido a sua dificuldade na coordenação dos grupos para equilibrar a comunicação entre todos os presentes nos encontros, às vezes tentando incluir participantes na discussão e às vezes excluindo-os; como também pela identificação da influência da convergência ou da divergência das características pessoais subjetivas da nutricionista com as características pessoais dos participantes na comunicação.

Deslocamento da apreciação individual para grupal – Esta categoria emergiu da identificação do autoquestionamento da nutricionista, se a mesma conseguia ou não contemplar todas as necessidades e demandas individuais dentro do coletivo, também do apontamento destacado pela nutricionista da não individualização sentida e relatada por participante e pela indagação presente quanto ao papel do coordenador no grupo, se ele pertence ou não ao coletivo.

Contradição na promoção da autonomia dos indivíduos – A categoria foi identificada pela declaração da nutricionista da dificuldade surgida de articular as recomendações de uma alimentação adequada e saudável, do conceito adotado no seu referencial teórico, com a rotina de vida dos participantes; igualmente pela presença do autoquestionamento sobre a promoção da autonomia em saúde dos indivíduos, as implicações e os limites profissional nesta intenção e atuação.

Para evidenciar os três desafios são apresentados trechos das anotações do diário de campo no Quadro 4.

Quadro 4: Desafios identificados da atuação do nutricionista em grupos baseados no Grupo Operativo

Desafios identificados	**Trechos de anotações produzidas no diário de campo**
Comunicação	Na filmagem, percebi que exclui a M.C. da discussão, ela se colocou mais quieta e eu também não a envolvi. Fico pensando se inconscientemente a exclui porque ela chegou atrasada no encontro e não participou da primeira atividade (Gα, E1). Sobre a comunicação, foi fluida, mas acredito que devido ser o primeiro encontro teve momentos que a fala ficou mais centrada em mim. E tiveram participantes que assumiram mais a fala, trazendo o cuidado para que nos próximos encontros que a comunicação seja mais equilibrada (Gβ, E1). Explico a atividade para Q. (que chegou atrasada) e ela se coloca prestando atenção na minha fala, mas quando eu falo do desenho, a mesma vai para trás da cadeira e cruza os braços (Gα, E7). Dei-me conta que transferi alguns sentimentos para M.V., e que tenho que me cuidar caso se ela venha aparecer nos próximos encontros. Pois tenho dificuldade de me relacionar com pessoas que são espontâneas demais e que chegam ser invasivas. Acho que porque também não esperava a sua presença no encontro, pois a mesma disse que tentaria participar e também pelo fato das duas participantes novas terem dominado a comunicação do grupo, mas que enfim o grupo deixou que isso acontecesse (Gβ, E3).
Deslocamento da apreciação individual para grupal	Durante o encontro, fiquei na dúvida se atendia todas as dúvidas do A., pois o mesmo trouxe várias dúvidas sobre o diabetes, tentei responder algumas e colocar outras para o grupo, mas acredito que não foi possível contemplar todas (Gα, E1). Analisando o encontro hoje, acho que poderia ser mais coletiva, por exemplo, quando uma participante falasse da sua rotina eu poderia já ter perguntado se alguém tem algo semelhante (Gα, E4). E. diz que não foi suficiente para ela, que é diabética há um ano. Que não conseguiu achar um regime, uma dieta para um diabético no grupo, que mesmo comendo só alimentos integrais continua com a glicemia alta (Gβ, E6). Mas, neste encontro, ficou nítido o vínculo do grupo, pois todos queriam participar e interagir o que tira um pouco do domínio do coordenador (Gα, E8).
Contradição na promoção da autonomia dos indivíduos	Tento colocar algumas recomendações de uma forma não impositiva como: de preferência para comer em companhia, tente mastigar mais os alimentos, tente fazer as refeições na mesa; e verifico que elas ficam prestando atenção, pensativas, com exceção de R. que continua desenhando. Lembro que tentei não valorizar algumas pessoas como a rotina de H. para consequentemente desvalorizar a rotina de outras como E. que faz as refeições no sofá na frente da televisão (Gα, E4). Em relação ao grupo, tive a sensação de ser alguns momentos prescritiva, o que não era a proposta. [...] Explico sobre a quantidade de substituição do pão, francês e fatia, pela bolacha e torrada e que cada um deve procurar o que sacia mais. Isso é prescritivo? (Gα, E5). Sobre a pertinência, que no caso do grupo é a mudança das escolhas alimentares e a construção da autonomia em saúde, percebo este vetor como o necessário de ser trabalhado. Acho que ele não está bem claro para o grupo em consequência de a maioria dos participantes estarem presentes por uma demanda que talvez não seja sua, e sim de algum profissional da saúde e/ou de algum familiar (Gα, E6). Dessa forma, não posso criticar ou me julgar pela discussão não ter ido ao caminho planejado, pois considerei a percepção das pessoas para o mesmo contexto. Ficou claro que o olhar das doenças crônicas que nós profissionais temos é muito diferente dos participantes, percebo que a preocupação é muito mais nossa do que deles, que a demanda é outra, que as pessoas precisam falar é de suas vidas e de seus sentimentos do que das doenças. De qualquer forma ainda fico na dúvida se retomo este tema no próximo encontro, pois acredito ser importante para as pessoas falarem sobre isso, na perspectiva de como foi descobrir a doença (Gα, E7). Segundo R., na avaliação do grupo, que número de encontros para proposta foi suficiente, mas que ela ficou pensando nas pessoas que vem procurando perda de peso, naquelas que estão começando o caminho que às vezes ajudaria ter algo que é pronto e que precisa experimentar, oferecer essa receita porque depois os encontros vão desmitificando isso. Que respostas prontas podem ajudar as pessoas ficarem mais tranquilas. Às vezes precisa de uma regra até me libertar disso, segundo ela (Gβ, E6).

Fonte: elaborado pelas autoras.

DISCUTINDO SOBRE A VIVÊNCIA DOS GRUPOS BASEADOS NO GRUPO OPERATIVO

Verificou-se que os referenciais que compuseram o modelo de grupo foram complementares, pois o GO, como uma teoria que visa à reflexão e aprendizagem, vai ao encontro de processos educativos contemplados na EAN e ao fortalecimento de identidades que coadunam com a promoção da saúde. Esses se complementam pelo desígnio de uma comunicação dialógica e problematizadora, onde todos ensinam e aprendem a partir da ressignificação de experiências e conhecimentos passados, que são expressos no presente para traçar um futuro de mudanças duradoras.

Entretanto, tal "comunicação" foi identificada como um desafio para o nutricionista que coordena grupos, com base na teoria do GO. Como percebido no Quadro 4, o profissional muitas vezes se mostra apreensivo quanto a essa habilidade, ora atuando de maneira autoritária, quando reconhece que interrompe processos de fala dos participantes, ora sendo submisso ao grupo e perdendo sua capacidade de coordenação quando não consegue inserir participantes na tarefa e/ou tem dificuldades de facilitar harmonicamente os diálogos entre os participantes. Assim, a atuação de facilitador e educador, com as funções de acolher; escutar; incentivar o compartilhamento de opiniões, saberes, dúvidas e experiências; esclarecer dúvidas sobre saúde/doença e alimentação; oferecer informações e sistematizar informações e conhecimentos, são ações conscientes, mas também são influenciadas pelo inconsciente, o que conduz ao caminho de conflitos. Para Zimerman (2000), para exercer essas funções o profissional necessita de conhecimento teórico sobre grupos, habilidades que são treinadas pela prática e atitudes internas que resultam da estrutura da personalidade, de valores e de ideologias.

A comunicação é um dos vetores de avaliação do GO, que envolve ações do coordenador e escuta, estímulo ao diálogo usando os papéis, diminuição da ansiedade diante do desconhecido, direcionamento, problematização, comparação, repetição e validação de informações. (MARCOLINO; REALI, 2016) Logo, constata-se que a comunicação em um grupo envolve a informação de alimentação e nutrição, mas também expectativas individuais e grupais; e relações interpessoais, incluindo a relação de poder.

(CUNHA; LEMOS, 2010; GAYOTTO et al., 2003) Dessa maneira, assumindo que a comunicação é um ato naturalizado, recomenda-se que ela seja analisada constantemente pelos nutricionistas, para que o desafio não se torne um ruído estático dentro do grupo. (VINCHA et al., 2017) Isso vai ao encontro do GO, pois, segundo Pichon-Rivière, a autoanálise faz parte da ação dos profissionais que coordenam grupos mesmo que não seja de forma sistematizada.

Acrescenta-se que, em relação aos grupos de alimentação e nutrição, essas necessidades ainda são transportadas para a EAN. Pois, apesar de a teoria do GO abarcar o processo educativo, sendo ele correspondente ao conceito da educação dialógica de Paulo Freire, como adotado no referencial teórico do Marco de EAN para as políticas públicas (BRASIL, 2012c; QUIROGA, 1989), os nutricionistas necessitam ter clareza de que a atuação em grupo também é influenciada pelo conhecimento, habilidades e atitudes para com a educação, sendo que os princípios de grupo e de educação devem ser sinérgicos.

Retomando Zimerman (2000), o autor ainda alega que os profissionais carecem de empatia, contingência, intuição, ética e respeito para a facilitação de grupos. Argumenta-se que os nutricionistas são formados com essas atitudes e valores, por meio das dimensões éticas e humanísticas, devendo na prática profissional problematizá-las constantemente, mediante a habilidade e competência de “aprender a aprender”. (BRASIL, 2001) Contudo, para Sá (2009), é preciso coragem e sabedoria para propor a formação permanente de tais atitudes e valores, pois eles são construídos e reconstruídos no cotidiano, não são uniformes entre os profissionais, nem se manifestam de um mesmo modo para um mesmo profissional, conforme atitudes e valores da nutricionista exibidos no Quadro 4, mudam a cada dia e diante de cada caso e de cada grupo, tornando-se a sua constância uma utopia.

Não obstante, releva-se que a busca por essa utopia pode ser frutífera para os nutricionistas; pois, através da autoanálise, eles conhecem e gerenciam seus sentimentos e emoções, transformando-se em melhores profissionais e pessoas. (MARTÍNEZ-LORCA; ZABALA-BAÑOS; AGUADO-ROMO, 2018) Os frutos da autoanálise podem ser colhidos por meio do uso do instrumento diário de campo, que favorece a sistematização das

informações e o registro de dúvidas, reflexões, ansiedades e temores em relação à atuação, que em leituras posteriores, podem criar significados e sentidos para o nutricionista. Nessa análise, enriquece-se experiências e aprende-se com o outro, tornando os grupos cenários de descobertas que estão veladas em cada um, (VINCHA, 2017) Porém, tal tarefa é complexa, sendo merecedora de apoio profissional, que na AB pode ser configurada pelas ações interprofissionais.

Essas ações podem acontecer pela educação interprofissional e pela prática colaborativa. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010) A educação por intermédio de discussões sobre os grupos desenvolvidos pela equipe e/ou sobre o processo de trabalho da própria equipe já que ela se configura como um grupo. Nessa lógica, indicam-se discussões sobre situações de dificuldades, de medos e de ansiedades encontradas na coordenação de grupos, na relação da equipe e a busca de rumos para solucioná-las. (SILVEIRA; RIBEIRO, 2005) Já a prática colaborativa pode suceder pela interação e complementação de dois ou mais profissionais, com diferentes experiências, na coordenação de grupos, criando a compreensão e a produção compartilhadas com a maximização dos pontos fortes e das habilidades dos profissionais envolvidos. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010)

No tocante à formação acadêmica, Martìnez-Lorca e demais autores (2018) argumentam que essas atitudes e valores devem ser incluídos nos currículos dos cursos de saúde, em razão deles persuadirem o cuidado. Especificamente ao nutricionista, essa formação é assegurada pelos cursos de graduação em Nutrição, que devem desenvolver nos alunos atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade. (BRASIL, 2001) As dimensões éticas e humanísticas são regidas pela moralidade, consequentemente, neste aprendizado, é preciso do conhecimento teórico e, igualmente, da problematização de vivências e de sentimentos emergidos de diferentes situações. (PUGGINA; SILVA, 2009) Florentino, Oliveira e Viana (2011), em um estudo, realizado no estado de São Paulo, sobre a formação ética do nutricionista, entendendo-a como a análise dos valores morais da vida, indicam que o ensino da ética recebe pouca relevância nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Nutrição, ficando-o, muitas vezes, de forma oculta na formação.

Os mesmos autores discorrem que o aprendizado das dimensões éticas e humanísticas acontece por meio do ensino dialético e do ensino indireto, nos quais as atitudes, valores e comportamentos são construídos na vivência com os professores, alunos e usuários, incluindo os meios de comunicação e as relações sociais. (FLORENTINO; OLIVEIRA; VIANA, 2011) Para contemplar esse aprendizado, as instituições de ensino devem garantir um ensino crítico, reflexivo e criativo, por meio da articulação do ensino, pesquisa e extensão/assistência e a implementação de metodologias e estratégias pedagógicas que estimulem os alunos a refletir sobre a realidade social. Essa implementação pode ser provida pelas dinâmicas de trabalho em grupo, que favoreçam a discussão coletiva e as relações interpessoais, conforme é instituído pelas diretrizes curriculares nacionais do curso em questão. (BRASIL, 2010)

Assim, participar de grupos durante a formação acadêmica pode favorecer a apropriação de atitudes e valores gerados pela interação com o outro, compreendendo que esses farão parte de uma atuação futura, sem, contudo, garantir a capacitação técnica necessária à execução dessa prática profissional. No entanto, uma vez que a vivência precisa ser debatida, explorada, teorizada e organizada para originar significado e sentido, processo que deve ser guiado pelos professores, e que esse aprendizado transcorre de maneira subjacente as técnicas da Nutrição, exprime-se que essa formação ocorra de maneira fragilizada. Desse modo, a consideração referida por Florentino, Oliveira e Viana (2011), de que o nutricionista carece de elementos norteadores de suas atividades, no que tange aos parâmetros de reflexão sobre seus sentimentos, pensamentos e ações para com o outro, parece genuína.

O desafio da "apreciação individual para grupal" aponta a dificuldade do nutricionista de ampliar o olhar para os indivíduos para um olhar grupal, que é mais do que a soma dos indivíduos, e ao mesmo tempo englobar a individualidade de cada participante dentro do grupo. É possível observar que na busca de desenvolver habilidades para incluir as necessidades individuais, as manifestações dos participantes presentes nos encontros, gera no profissional dificuldades de ação, constatadas nos trechos "acho que não foi possível contemplar todas" e "acho que poderia

ser mais coletiva". Deste modo, mesmo planejando essa inclusão, é essencial investir e compreender a formação do vínculo grupal.

A construção desse vínculo envolve a criação anterior do vínculo entre nutricionista e usuário, onde se manifestam ações atreladas ao passado que são transferidas para presente e projetadas no futuro do usuário por meio da repetição, como experiências prévias de orientações e/ou prescrições anteriores para modificações na alimentação. (PICHON-RIVIÈRE, 2007) Nos grupos pode ocorrer pelos participantes a transferência para o nutricionista de uma relação de dependência, com expectativas de que ele reforce normas sociais de alimentação, figuradas pelo controle, dado que é essa a relação historicamente concretizada pela EAN. Porém, sugere-se que à medida que o nutricionista não assume a repetição, devolvendo ao grupo suas demandas, mesmo que ela seja manifestada por um único participante, não permite o fechamento de um círculo vicioso de dependência, fazendo com que os todos visualizem no grupo possibilidades de novas transferências e relações. (VINCHA, 2017)

Alega-se, assim, que o equilíbrio entre o que é individual e o que é grupal ocorre por meio das relações interpessoais entre nutricionista-participantes, onde o primeiro deve centrar-se no segundo e não nas doenças ou nos corpos presentes, e entre participante-participante, onde as relações devem ser canalizadas para a solidariedade e intercâmbio de motivações para o cuidado nutricional. (VINCHA, 2017) Em concordância com Silveira e Ribeiro (2005), o resultado da dinâmica de um grupo referenciado no GO é uma dupla humanização, em que a prática profissional humaniza os participantes e os participantes humanizam a prática.

Isso permite dizer que os resultados de um grupo, no ângulo do GO, se inclinam mais para relações interpessoais construídas em ato do que o número de encontros ou das informações de alimentação e nutrição abordadas. Nessas relações, o nutricionista tem um papel ativo como facilitador da produção grupal e como educador das questões relacionadas ao campo, inserindo-se no processo de maneira distinta aos participantes, tendo ainda o desafio, conforme identificado em "o que tira um pouco do domínio do coordenador", de procurar constantemente a conexão entre o pertencer e o não pertencer ao grupo.

Argumenta-se que atuar em face às questões relacionadas ao campo parece já materializado na Nutrição, mas atuar sob a produção grupal, que envolve aspectos subjetivos, por meio de uma abordagem participativa e dialógica, conforme a concepção do GO e as recomendações oficiais de EAN, em um cenário desconhecido, onde as fragilidades profissionais ficam expostas, é uma ação penosa para o nutricionista diante de um sistema de formação e de atuação limitado de escolhas. Limitações essas inerentes aos processos grupais e educativos vivenciados na contemporaneidade, os quais se configuraram como pilares da atuação de um nutricionista em grupo. (VINCHA, 2017) Essa argumentação pode elucidar o distanciamento, apontado por Medeiros (2017), entre as práticas alimentares dos usuários e as ações de EAN desenvolvidas pelos nutricionistas de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica .

As limitações dos processos grupais e educativos vivenciados na formação são derivadas de deficiências na incorporação dos conceitos e conteúdos da saúde coletiva, pois apesar dos esforços realizados pela coordenação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e de um conjunto de universidades na área da saúde coletiva, ainda impera o modelo individual, biomédico e curativo da doença, comprometendo a atuação, o cuidado e a atenção nutricional dos usuários em grupo. Esse enfoque faz com que a atuação em grupos seja desenvolvida dentro de uma informalidade, sem métodos e sem avaliação (RIGON; SCHMIDT; BÓGUS, 2016), logo, sem qualificação.

Por fim, o desafio da "promoção da autonomia nas escolhas alimentares" parte do reconhecimento de que tal intenção tem sua limitação, visto que as opções de escolhas dos indivíduos são determinadas por uma coletividade, que, por sua vez, são determinadas por questões alimentares e nutricionais forjadas na organização das sociedades. (AZEVEDO; RIBAS, 2016) Considerando que hoje se vive em uma sociedade de consumo, pode-se presumir que adquirir/consumir alimentos e cuidar da alimentação e da saúde tornaram-se valores sociais. Saúde e alimentação, defendidos no modelo do grupo como elementos de subjetividade, na sociedade de consumo só possuem valores se forem vistos como mercadorias. Dessa forma, é em cima dessa subjetividade, de saciar desejos, necessidades e anseios que são insaciáveis, que os indivíduos são impelidos a consumir

de forma repetitiva, exagerada e irrefletida as opções colocadas por um sistema econômico capitalista. (BAUMAN, 2008)

Além disso, discutir a autonomia nas escolhas alimentares na perspectiva da promoção da saúde é também discutir o sistema de SAN da atualidade, questionando se, diante dos desafios para atender os princípios da alimentação adequada e saudável – prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente (BRASIL, 2012a) –, é possível estar em SAN. Posto que as opções são impostas pelo sistema econômico vigente, que gera condições sociais de desigualdade, pobreza, desemprego etc., as quais são benéficas ao capital e deletérias à saúde, vive-se hoje em insegurança alimentar e nutricional, como uma condição socialmente determinada. (AZEVEDO; RIBAS, 2016; SOUZA; SILVA; SILVA, 2013)

Sob o ponto de vista do conceito de SAN, compreende-se que a autonomia nas escolhas alimentares estimuladas e desenvolvidas nos grupos considera a dimensão alimentar, que se refere às questões de produção e de disponibilidade de alimentos e, enfaticamente, considera a dimensão nutricional, que incorpora as relações entre o ser humano e o alimento. (CERVATO-MANCUSO; FIORE; REDOLFI, 2015) Em anuência com Azevedo e Ribas (2016), promover saúde e alimentação adequada e saudável significa interferir nas repercussões socioambientais do sistema agroalimentar dominante e fortalecer a proposta de soberania alimentar do país, como também desenvolver ações educativas, mesmo que restritas em tempo e em espaço, com o ideário da promoção da saúde, pois, se este não existir, as ações serão destinadas à automatização e à linearidade e se distanciarão de um cuidado promotor de autonomia em saúde.

Verificou-se que a intenção do nutricionista em promover a autonomia dos participantes gerou um dilema profissional entre incentivar a libertação desses e a promoção dos conceitos estabelecidos de alimentação adequada e saudável pelas políticas públicas, conforme as indagações "isso é prescritivo?". É importante considerar que, se as ações em EAN, incluindo os grupos, se baseiam na construção do conhecimento dentro de seus modos de vida para escolhas alimentares mais saudáveis, as políticas buscam, ou deveriam buscar, o favorecimento dessas práticas alimentares na população, a partir de regulação de rotulagem e

publicidade de alimentos, taxação de bebidas e comidas ultraprocessadas e incentivos para produção e comercialização de alimentos *in natura* ou minimamente processados em todo o território, promovendo a criação de ambientes alimentares mais saudáveis. (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2017)

Atenta-se que, como ferramenta para o desenvolvimento dos grupos, foi utilizado o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014a), que apesar de encarar a alimentação como prática social, ofertando possibilidades de discussão sobre as escolhas alimentares com os participantes, ela pode se revestir em uma prescrição a depender da atitude do nutricionista, como verificado no trecho, Quadro 4, "*Tento colocar algumas recomendações de uma forma não impositiva como de preferência para comer em companhia, tente mastigar mais os alimentos [...]*", reduzindo as possibilidades em orientação alimentar. Uma vez que o Guia Alimentar é configurado em um documento norteador para as práticas profissionais, e foi elaborado em vista aos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Marco de Referência de EAN para as políticas públicas, questiona-se como incorporá-lo nos processos educativos, ultrapassando a busca de adesão de suas orientações. Expõe-se que essa ultrapassagem percorre a análise das políticas de alimentação e nutrição e do papel do nutricionista diante elas.

Nascimento, Carvalho e Prado (2017), ao analisarem as orientações políticas de alimentação e nutrição, apresentam a reflexão de que há um ocultamento ou naturalização da concepção de alimentação adequada e saudável, a qual é regida pelas concepções da SAN e da saúde, o que, segundo os autores, ecoa em ações dóceis e imperativas ao mesmo tempo. O discurso normativo da alimentação adequada e saudável das políticas públicas autoriza os nutricionistas a serem detentores deste saber, criando-se a narrativa de melhores escolhas alimentares, de aumento do consumo de determinados alimentos em detrimento de outros, de modos de preparar e comer os alimentos, entre outros, a qual diante de uma acriticidade pode responsabilizar e culpabilizar os indivíduos, reduzindo o seu estado de saúde a uma questão de decisão individual, distanciando-se da expressão da liberdade de escolhas alimentares.

Nesta discussão, corrobora-se com Medeiros (2017) que a ultrapassagem de orientação de conteúdos de alimentação inseridos nas políticas para a inserção desses nos processos educativos é consequência da interação do nutricionista com os usuários e de suas habilidades para lidar com a complexidade das práticas alimentares, com respeito às histórias de vida e à carga cultural. Mas é possível apontar a importância da consciência e da criticidade de que promover a autonomia nas escolhas alimentares perante o conceito de alimentação adequada e saudável promove não apenas a autonomia dos indivíduos, mas também uma ideologia política.

A questão exibida para o nutricionista que atua na perspectiva da promoção da saúde é refletir sobre as ideologias que perpassam por suas ações, se elas são palpáveis e motivadoras de construção de projetos de alimentação que envolvem sentido, cuidado, apoio e felicidade para os participantes. Pois acredita-se que discutir a alimentação a partir do cotidiano de vida dos indivíduos é incluir os contextos político, econômico, social e cultural vivenciados por eles, proporcionando-lhes, assim, possibilidades de identificação, de experimentação e de decisão sobre suas escolhas alimentares, sendo este o papel do nutricionista. Isso dialoga com os princípios das ações de EAN recomendados pelo Marco de Referência (BRASIL, 2012c), sendo eles: valorização da cultura alimentar e respeito às opiniões e perspectivas, participação ativa e informada dos sujeitos, a comida e o alimento como referências e a promoção do autocuidado e da autonomia, reforçando a importância da inclusão, do diálogo, da problematização, do vínculo e da alimentação como prática social. Por isso, considera-se que fortalecer a autonomia nas escolhas alimentares em grupo é reconhecer e promover o reconhecimento pelos participantes dos vários fatores, potencializadores e limitantes, que determinam o que, como, quando, onde e com quem eles se alimentam. (VINCHA, 2017)

Nessa lógica, os grupos também desempenham possibilidades de compreender e interpretar especificidades e singularidades locais, as quais são necessárias para compreender a complexidade e os desafios para o enfrentamento das demandas da SAN e da saúde, vivenciados nos dias atuais, pois, como alegado por Dias e demais autores (2017), as intervenções específicas subsidiam o debate para medidas ambientais, inclusive

para a construção e a implementação de políticas públicas, e as interações que essas estabelecem com as questões de alimentação e nutrição.

Propõe-se que os grupos de EAN, quando conduzidos pelo GO, contribuam para que os participantes reconheçam que suas escolhas alimentares não são apenas esforços individuais, mas também coletivos e sociais, e que, por meio do apoio de semelhantes, seja do próprio grupo, da família ou dos amigos, é possível criar alternativas de escolhas mais pensadas e mais compartilhadas, o que fortalece a autonomia nas escolhas alimentares. (VINCHA, 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do planejamento e da realização dos grupos, compreendeu-se que a articulação da EAN e do GO produziu uma corrente de elementos, como diálogo, vínculo, habilidades pessoais, práticas voluntárias e reconhecimento da determinação social da alimentação, nos grupos, os quais geraram um caminho a ser trilhado. Obter um caminho, diante de um sistema de escolhas alimentares tão complexo nos dias atuais, é fundamental para subsidiar princípios de partida e de chegada em intervenções nutricionais. Desta forma, é possível enunciar que o modelo de grupo de EAN exibido representa uma tecnologia social, uma vez que aproxima o nutricionista dos indivíduos e de suas práticas alimentares, além de favorecer a criação de espaços participativos, interativos e democráticos para os participantes.

O nutricionista em um grupo, referenciado na EAN e no GO, tem intrinsecamente na atuação diferentes papéis, de educador, de facilitador e de agente político das recomendações de alimentação adequada e saudável. Cabe enfatizar que essa atuação precisa ser discutida, estudada e treinada nas instituições de ensino e nos espaços de formação profissional. Uma ferramenta visualizada neste estudo, como produção de pesquisa, mas que pode ser adotada na formação e/ou na prática profissional, é o diário. Assim, sugere-se seu uso como fonte de reflexão das ações, que muitas vezes estão automatizadas, como também atributo de preservação das intencionalidades educativas.

Na vivência do modelo, o nutricionista é um copensador do grupo, o que traz dificuldades para o profissional, mas que quando refletidas e superadas podem torna-se fortalezas profissionais e pessoais. Em suma, o modelo propicia o fortalecimento da autonomia nas escolhas alimentares dos indivíduos, logo da promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, posto que pode despertar nos participantes habilidades, criticidade e ações perante os determinantes de suas escolhas alimentares.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. L. M. Como construir uma proposta de oficina. *In*: AFONSO, M. L. M. (ed.). *Oficinas em dinâmicas de grupo na área da saúde*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 133-230.

AFONSO, M. L. M.; COUTINHO, A. R. A. Metodologias de trabalho com grupos e sua utilização na área da saúde. *In*: AFONSO, M. L. M. (coord.). *Oficinas em dinâmicas de grupo na área da saúde*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. p. 59-83.

ANDERSON, R. M.; FUNNELL, M. M. Patient empowerment: myths and misconceptions. *Patient Education and Counseling*, New York, v. 79, n. 3, p. 277-282, 2010.

AZEVEDO, E.; RIBAS, M. T. G. O. Estamos seguros?: reflexões sobre indicadores de avaliação da segurança alimentar e nutricional. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 29, n. 2, p. 241-251, 2016.

BARDIN, L. *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. *Vida para consumo*: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. *Política nacional de promoção da saúde*: PNaPS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Contribuições dos núcleos de apoio à saúde da família para a atenção nutricional*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014c. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano nacional de saúde*: PNS 2016-2019. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de alimentação e nutrição.* Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de atenção básica*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de humanização*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos Humaniza SUS, v. 2).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012c.

BRASIL. Resolução nº 5, de 7 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 set. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf. Acesso em: 27 jun. 2017.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional – PLANSAN - 2016-2019*. Brasília, DF: CAISAN, 2017.

CERVATO-MANCUSO, A. M. Elaboração de programas educativos em alimentação e nutrição. *In*: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (coord.). *Mudanças alimentares e educação alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 174-181.

CERVATO-MANCUSO, A. M.; FIORE, E. G.; REDOLFI, S. C. S. *Guia de segurança alimentar e nutricional*. Barueri: Manole, 2015.

CUNHA, C. H. L.; LEMOS, D. V. S. *Grupos*: o poder da construção coletiva. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

DIAS, P. C.; HENRIQUES, P.; ANJOS, L. A. *et al*. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, p. 1-11, 2017.

FLEURY-TEIXEIRA, P.; VAZ, F. A. C.; CAMPOS, F. C. C. *et al*. Autonomia como categoria central no conceito de promoção de saúde. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 2115-2122, 2008.

FLORENTINO, A. M.; OLIVEIRA, C. S.; VIANA, M. R. O espaço (acadêmico) da reflexão ética na construção do agir profissional. *Ceres*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 75-84, 2011.

GALATI, G. C.; DIEZ-GARCIA, R. W.; REGO, E. H. A construção de um programa de educação nutricional para mulheres hipertensas. *In*: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO- MANCUSO, A. M. (coord.). *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. p. 287-296.

GAYOTTO, M. L. C. (coord.). *Liderança II*: aprenda a coordenar grupos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARCOLINO, T. Q.; REALI, A. M. M. R. Crônicas do grupo: ferramenta para análise colaborativa e melhoria da reflexão na pesquisa-ação. *Interface*, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 65-76, 2016.

MARTÍNEZ-LORCA, M.; ZABALA-BAÑOS, M. C.; AGUADO-ROMO, R. University teaching in how to manage emotions and establish a therapeutic bond with the patient. *Enfermería Clínica*, Barcelona, v. 28, n. 2, 2018.

MEDEIROS, M. A. T. Desafios do Campo da Alimentação e Nutrição na Atenção Básica. *In*: DIEZ-GARCIA, R. W.; CERVATO-MANCUSO, A. M. (coord.). *Mudanças alimentares e Educação Alimentar e Nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. p. 89-98.

MENEZES, K. K. P.; AVELINO, P. R. Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 24, n. 1, p. 124-130, 2016.

MINAYO M. C. S. *O desafio do conhecimento*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAIDOO, J.; WILLS, J. *Foundations for Health Promotion*. 3. ed. London: Bailliere Tindall, 2009.

NASCIMENTO, M. N. C.; CARVALHO, M. C. V. S.; PRADO, S. D. Análise sobre orientações políticas de educação alimentar e nutricional. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 637-644, 2017.

NOGUEIRA, A. L. G.; MUNARI, D. B.; FORTUNA, C. M. et al. Pistas para potencializar grupos na Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 69, n. 5, p. 964-971, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa*. Genebra: Editora Freelance, 2010.

PICHON-RIVIÈRE, E. *O processo grupal*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do vínculo*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PINHEIRO, E. M.; KAKEHASHI, T. Y.; ANGELO, M. O uso de filmagem em pesquisas qualitativas. *Revista Latino-Americâna de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 5, p. 717-722, 2005.

PUGGINA, A. C. G.; SILVA, M. J. P. Ética no cuidado e nas relações: premissas para um cuidar mais humano. *Revista Mineira de Enfermagem*, Belo Horizonte, v. 13, n. 4, p. 599-605, 2009.

QUIROGA, A. Complementaridade dos modelos de E. Pichon-Rivière e Paulo Freire. *In*: FREIRE, P.; PICHON-RIVIÈRE, E. (coord.). *O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 43-46.

RIGON, S. A.; SCHMIDT, S. T.; BÓGUS, C. M. Desafios da nutrição no Sistema Único de Saúde para construção da interface entre a saúde e a segurança alimentar e nutricional. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 1-10, 2016.

SÁ, M. C. A fraternidade em questão: um olhar psicossociológico sobre o cuidado e a “humanização” das práticas de saúde. *Interface*, Botucatu, v. 13, p. 651-664, 2009.

SILVEIRA, L. M. C.; RIBEIRO, V. M. B. Grupo de adesão ao tratamento: espaço de “ensinagem” para profissionais de saúde e pacientes. *Interface*, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 91-104, 2005.

SOARES, S. M.; FERRAZ, A. F. Grupos operativos de aprendizagem nos serviços de saúde: sistematização de fundamentos e metodologias. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 52-57, 2007.

SOUZA, D. O.; SILVA, S. E. V.; SILVA, N. O. Determinantes Sociais da Saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-56, 2013.

SPINA, N.; MARTINS, P. A.; VEDOVATO, G. M. *et al*. Nutricionistas na atenção primária no município de Santos: atuação e gestão da atenção nutricional. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 117-134, 2018.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, A. C. C. P.; MAGALHÃES, R. Práticas educativas em segurança alimentar e nutricional: reflexões a partir da experiência da estratégia saúde da família em João Pessoa, PB, Brasil. *Interface*, Botucatu, v. 20, n. 56, p. 99-110, 2016.

VINCHA, K. R. R. *Grupos educativos de alimentação e nutrição*: um cenário promotor da autonomia nas escolhas alimentares. 2017. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VINCHA, K. R. R.; CARDENAS, A. P.; CERVATO-MANCUSO, A. M. *et al*. Grupos de educação nutricional em dois contextos da América Latina: São Paulo e Bogotá. *Interface*, Botucatu, v. 18, n. 50, p. 507-520, 2014.

VINCHA, K. R. R.; SANTOS, A. F.; CERVATO-MANCUSO, A. M. Planejamento de grupos operativos no cuidado de usuários de serviços de saúde: integrando experiências. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 114, p. 949-962, 2017.

ZIMERMAN, D. E. *Fundamentos básicos das grupoterapia*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CAPÍTULO 7

RODA DAS AMIGAS: PERCEPÇÕES SOBRE SAÚDE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL[1]

VERIDIANE GUIMARÃES RIBAS SIROTA[2]
LEANDRA LETÍCIA ROCO
MÔNICA DE CALDAS ROSA DOS ANJOS

INTRODUÇÃO

Historicamente, a formação dos profissionais que atuarão em promoção da saúde é balizada pela tendência liberal de educação, que tem, dentre os modelos de formação, a educação tradicional e tecnicista, sendo insuficiente para atender as diretrizes de uma política educacional, pautada na educação progressista, em especial, na libertadora. (MEYER et al., 2006) Ainda, o modelo biomédico, cujas prescrições são padronizadas, normativas e unidirecionais (VASCONCELOS, 2010), desconsiderando aspectos da realidade e reduzindo o processo saúde-doença, unicamente, à dimensão biológica (BARROS, 2002), continua presente nos processos de formação destes indivíduos, impedindo uma atuação direcionada à educação em saúde e fortalecendo a atuação focada na prevenção de doenças. (MEYER et al., 2006; SILVA-ARIOLI et al., 2013)

No campo da Alimentação e Nutrição, percebem-se discursos despidos de qualquer contexto sociocultural, focalizados na doença e na normalidade antropométrica e bioquímica. (FREITAS; SANTOS, 2014; OLIVEIRA et al., 2008; VIANA et al., 2017) Além disso, usam-se as bases do

1 Texto derivado da pesquisa "Quintais Produtivos e sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional".

2 A primeira autora recebeu bolsa durante a Residência Multiprofissional em Saúde da Família, tendo como fonte financiadora o Ministério da Educação.

Nutricionismo, caracterizado pela matematização dos alimentos com base em nutrientes, ou do Terrorismo Nutricional, que distingue os alimentos em bons, ruins, saudáveis, não saudáveis, permitidos e proibidos, para prescrever, de forma alheia, imposições e regras alimentares. (AZEVEDO, 2015; DELMONDES, 2016; POLLAN, 2008)

Neste contexto, o ato de comer deixa de ser uma estratégia básica de sobrevivência e passa a ser um criador de angústias, dúvidas, culpa e medo, em que o sujeito perde o papel de protagonista no plano terapêutico, sendo silenciado pelos discursos normativos, que pouco, ou nada, interagem com sua história, hábitos alimentares e de vida e condições socioeconômicas (FREITAS; SANTOS, 2014), impedindo-o de perceber e de superar as situações-limites que o coisificam e o alienam, mantendo e ampliando as desigualdades sociais. (FREIRE, 2016)

Na intenção de resgatar o real significado do ato alimentar e, na contracorrente do modelo que se impõe na atualidade, a Carta Política da 5ª. Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2015) apresenta a defesa da Comida de Verdade, e enfoca que compete à educação incitar a consciência crítica, por meio do diálogo de saberes, sobre produção e consumo alimentar, entendendo a alimentação como um ato político.

Na busca por superar o modelo tradicional, faz-se necessário provocar a tomada de consciência, seguida da própria conscientização, promovendo a assunção destes indivíduos como sujeitos (FREIRE, 2016), devolvendo o protagonismo frente ao seu corpo, sua saúde, suas escolhas alimentares e seus modos de vida. Devolvendo, aos sujeitos, o poder da indagação, retirado por meio de um processo de "castração da curiosidade" onde, "nem sequer há uma demanda; o educador, de modo geral, já traz a resposta sem lhe terem perguntado nada". (FREIRE; FAUNDEZ, 2011, p. 67)

Nesse sentido, a Educação Popular em Saúde (EPS) sinaliza desafios para o avanço da democracia participativa, reafirmando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como a humanização e a integralidade. Para que esteja de fato incluída no cotidiano do trabalho no SUS, destaca-se a necessidade de processos dialógicos capazes de legitimar a contribuição dos diferentes saberes, como indispensáveis a um processo educativo, emancipatório e cidadão. (BONETTI; CHAGAS; SIQUEIRA, 2014)

Por vez, a construção do conhecimento, de acordo com alguns epistemólogos, como Freire (2016) e Fleck (2010), é social, histórica, cultural e local. Sendo social, se faz na intersubjetividade, na relação dialógica entre sujeitos, a partir da problematização da realidade. Corroborando esta compreensão, a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS) tem por princípios a: dialogicidade, humanização, amorosidade, problematização, construção compartilhada do conhecimento e emancipação (BRASIL, 2013), sendo necessário significar estes termos, com vistas à construção de um quadro conceitual valorativo comum, que possibilite a compreensão e inteligibilidade dos mesmos, tornando a transformação social próxima e concreta. (FREIRE, 2009)

Diante deste cenário, e com base na PNEPS-SUS e nos pressupostos da Educação Crítica Freireana, propõem-se apresentar o processo de construção de uma ação educativa.

METODOLOGIA

A ação educativa contou com a participação de mulheres que frequentavam uma Unidade Estratégia Saúde da Família (UESF), localizada em um bairro urbano de uma cidade da região metropolitana de Curitiba. No período, o território da UESF apresentava abrangência de 14 mil habitantes, conforme cadastro de usuários na própria unidade.

Para que fosse possível registrar e reflexionar sobre o processo educativo, realizando-se gravações em áudio dos encontros, a fim de identificar as percepções em relação à alimentação saudável e saúde, codificar as situações-limites e planejar as ações subsequentes do grupo, encaminhou-se a emenda ao Comitê de Ética em Pesquisa para aprovação (CAE 42743415.0.0000.0102). Após aprovação, a pesquisa de abordagem qualitativa, transversal e exploratória foi realizada no segundo semestre de 2017, entre julho e dezembro, tendo como temática a Alimentação Adequada e Saudável e Saúde.

Mulheres que frequentavam a UESF foram convidadas a participar, de forma voluntária, de um grupo dialógico, criado especificamente para a pesquisa. O convite foi realizado por meio de cartas entregues nas casas e telefonemas realizados pela nutricionista residente, autora principal

desse trabalho, e Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). As interessadas deveriam ter idade igual ou superior a 18 anos, não havendo nenhum outro critério de exclusão ou inclusão, tais como sexo, raça, escolaridade, condição social e econômica, nível de escolaridade ou profissão. Ao aceitar participar da pesquisa, assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para tal, o grupo dialógico foi fundamentado nos pressupostos da Educação Crítica Freireana, sendo estruturado com base na Investigação Temática (FREIRE, 2016), mais especificamente, nos Círculos de Cultura. (FREIRE, 2009) A escolha deste referencial ocorreu por compreender a necessidade da: intersubjetividade, dialogicidade, presença de sujeitos ativos, construção de um quadro significativo comum, criticidade e humanização crítica, de modo a transformar a percepção sobre a temática proposta.

A utilização dos Círculos de Cultura (FREIRE, 2009), como referencial para a condução do grupo dialógico, justifica-se pelo intuito de ensejar uma vivência participativa com ênfase no diálogo, campo essencial para a práxis, buscando a superação das situações-limites que ocorre na medida em que homens e mulheres, considerados sujeitos históricos, integram-se à realidade e desvelam, por meio da intersubjetividade, da socialização de saberes e práticas e da problematização, as dinâmicas sociais que mantêm o *status quo,* impedindo a transformação da visão primeira em crítica e, consequentemente, da própria realidade. O desenvolvimento do Círculo de Cultura consiste na investigação temática, pela qual se buscam os temas centrais (geradores e dobradiças) para o diálogo, que são codificados e descodificados pelos sujeitos, por meio da problematização, superando-se a visão ingênua e possibilitando a transformação do olhar para o contexto vivido. (FREIRE, 2016)

O grupo, denominado pelas participantes de *Roda das amigas,* foi formado por 19 mulheres, sendo conduzido pela autora principal. Os registros foram realizados por meio de gravação de áudio e anotações em diário de campo, com a inclusão de aspectos verbais e não verbais, sendo considerado o *corpus* de análise. Durante o período da pesquisa foram realizados seis encontros, com frequência mensal e duração média de duas horas.

Como apontado, a intersubjetividade foi norteadora dos encontros, de modo a acolher as historicidades compartilhadas pelas participantes do grupo, compreendendo-se que o desvelamento das situações-limites não ocorre de forma isolada, mas nas relações entre sujeitos. (FREIRE, 2016) Nesse sentido, não foram realizados depósitos ou transmitidos conhecimentos considerados prontos e acabados às participantes, a exemplo do que ocorre na educação tradicional, conhecida por educação bancária, mas incentivou-se a liberdade de expressão e a criatividade como pilares de uma educação libertadora. (FREIRE, 2016)

Com exceção do primeiro encontro, cujo objetivo era identificar as percepções iniciais que as participantes tinham sobre alimentação adequada e saudável e saúde, os temas trabalhados, nos encontros subsequentes, não foram preestabelecidos, sendo estruturados a partir da identificação de situações-limites, questionamentos e apresentação de expectativas pelas participantes em cada encontro. Para tanto, fez-se uso da Análise de Discurso (AD), abordagem francesa, que foi adotada como referencial teórico e metodológico. (ORLANDI, 2009)

O áudio de cada encontro foi transcrito na íntegra, usando-se os registros do diário de campo como complementares. Realizou-se a leitura exaustiva do *corpus*, buscando identificar as percepções que as mulheres tinham sobre a temática da Alimentação Adequada e Saudável e Saúde, bem como acerca de dúvidas e mitos circulantes. Ainda, atentou-se para possíveis silenciamentos, provocados pela posição das mulheres como "pacientes", frente à posição da nutricionista, que conduzia a atividade. As percepções recortadas dos discursos auxiliaram na seleção dos temas que seriam trabalhados nos encontros subsequentes. Os critérios usados para a seleção pautaram-se: na frequência com que uma questão aparecia no discurso; nos sentimentos expressados pelas mulheres, ao se depararem com a questão (medo de comer, prazer *versus* proibição, culpa, por exemplo); e na curiosidade que a questão gerava, com a indicação de quererem saber mais sobre o tema. Algumas percepções identificadas no discurso foram apresentadas nos encontros, de modo a melhor compreender os ditos e os não ditos presentes nas falas das mulheres em relação aos temas de cada encontro.

Ressalta-se que as falas foram consideradas como do grupo e não de cada participante, separadamente, devido à interferência que o discurso pode sofrer nesse tipo de condução metodológica. A AD considera que o sentido das palavras está atrelado a uma determinação histórica do contexto em que se encontra o sujeito, não tendo as palavras origem no indivíduo, mas na história, nas relações e na vida. (ORLANDI, 2009)

No primeiro encontro, o propósito do grupo foi apresentado, sendo considerado um espaço dialógico de acolhimento, apoio e problematização das situações cotidianas, saúde e alimentação. Cada participante foi estimulada a apresentar a colega, pontuando o motivo que a levou a se interessar pelo grupo. Após, algumas perguntas foram realizadas com a intenção de compreender: 1. Como as participantes conceituam saúde e alimentação saudável; 2. Se as participantes consideram a própria alimentação saudável e por quê; 3. Se as participantes percebem as dificuldades para alcançar a alimentação saudável e; 4. Se as participantes consideram que as escolhas alimentares promovem – ou não – saúde. Ao final, cada participante desenhou uma mandala sobre o questionamento: o que significa a alimentação em minha vida?, a fim de levantar percepções inconscientes sobre a relação estabelecida com o comer.

No último encontro, as perguntas citadas acima, realizadas no primeiro encontro, foram novamente feitas com o objetivo de verificar se as mulheres ressignificaram suas percepções iniciais, tomando consciência dos fatores que interferem no acesso à alimentação adequada e saudável, bem como na promoção da saúde.

O planejamento dos demais encontros não serão tratados como parte dos métodos, tendo em vista que foram planejados a partir de elementos identificados e analisados a cada encontro. Tais elementos foram considerados resultados norteadores, visto que auxiliavam na construção de estratégias que seriam trabalhadas com as participantes, sendo o processo apresentado junto aos resultados e discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres que participaram dos encontros tinham idade entre 29 e 77 anos. Algumas relataram não trabalhar fora do lar, outras disseram ser diaristas

ou costureiras e uma alegou ser proprietária de uma padaria. A maioria, antes de se mudar para a cidade atual, morava em sítios com a família, no interior do Paraná e de Minas Gerais. Todas residiam com o companheiro e/ou com os filhos. Somente uma participante declarou não ser alfabetizada. Três mulheres já haviam participado de um grupo sobre Alimentação e Nutrição, realizado em ano anterior, com a mesma mediadora.

No primeiro encontro, quando as mulheres foram questionadas sobre o motivo da participação no grupo, percebeu-se um posicionamento passivo frente à possibilidade de construção do conhecimento, não se considerando detentoras do saber e valorizando o saber institucionalizado e científico, construído na academia.

> [...] *ela gosta de mexer na terra, de plantar, gosta de cozinhar também e veio aqui para aprender mais.*
>
> *O objetivo dela aqui é se disciplinar. Ela falou que já participou da consulta e não está conseguindo se disciplinar, então ela quer aprender mais, quer ver se consegue (risos).*[3]

O posicionamento como menos sabedoras pode ser devido aos processos de opressão instituídos nas relações com profissionais da área da saúde, que prescrevem soluções para problemas identificados durante os atendimentos, desconsiderando experiências vivenciadas por estas mulheres, impedindo-as de serem protagonistas de sua própria história, bem como de tomar decisões quanto aos processos de saúde e doença. Ao adaptar homens e mulheres à realidade, sem problematizar as situações-limites que mantêm o *status quo*, provoca-se a desumanização dos sujeitos, que, coisificados, perdem autonomia e voz. (FREIRE, 2009)

Outra questão identificada é o emprego do termo disciplinar, que faz menção ao "fazer dieta", prática associada ao nutricionista, simbolizando capacidade de controle e de sucesso. (CAMPOS; CECÍLIO; PENAFORTE, 2016) A prescrição dietética, nos moldes aprendidos na formação profissional, pautada no modelo biomédico e nas práticas pedagógicas liberais,

---

3 Informação Verbal

não considera o contexto em que o sujeito está inserido, o que provoca invasão cultural (FREIRE, 2016) e prescrições alheias. (FREIRE, 2009)

No que se refere à compreensão do que é saúde, os seguintes sentidos apareceram com mais força no grupo: ter uma alimentação saudável, fazer exercícios físicos e tomar água na quantidade correta. No entanto, outros sentidos, para além dos que normalmente circulam nos espaços de saúde, foram identificados, como:

> *Alegria, sorrir, conversar. Saúde para mim é união.*

Em relação às percepções sobre alimentação saudável, percebeu-se a presença marcada do nutricionismo, que focaliza nos nutrientes e em suas propriedades medicinais, ignorando outras formas, que o indivíduo tem, de se relacionar com o comer, e que abrangem o prazer, a comensalidade, a afetividade, a cultura, dentre outros aspectos. (CHAVES, 2018)

> *Muita salada, não uso muito açúcar, sal também muito pouco, ainda tem o certo que eu uso é o sal marinho.*
>
> *Só água. Cortei o suco e refrigerante. Eu tinha um corpo pesado, estou gordinha, mas nunca comi muita gordura, não como fritura e nem o refrigerante e nem o suco, porque a gente pensa que o suco não faz mal, mas o açúcar que a gente põe ou qualquer coisinha que você exagera um pouco, a gente tem que cortar. Na verdade, a gente está engordando só de olhar.*

Nota-se a priorização de grupos alimentares e de alimentos específicos, como, por exemplo, evitar ou retirar determinadas preparações, por serem fonte de gorduras, açúcar e sal, e consumir, sem limitação, verduras, frutas e legumes, como uma estratégia de tornar a alimentação adequada e saudável. Estas percepções estão carregadas de um dualismo próprio do modelo biomédico, que, por seu caráter reducionista, preventivista e positivista (BARROS, 2002), busca prevenir doenças por meio de orientações corretas sobre que alimentos escolher ou não comer. Azevedo (2014) ressalta que é necessário reconhecer que não existem alimentos saudáveis,

especificamente, mas dietas saudáveis inseridas em um contexto de vida equilibrado, que inclui diversidade, territorialidade e cultura.

Quando questionadas se as escolhas alimentares diárias promovem saúde, as mulheres relataram que tem o desejo de consumir certos alimentos, no entanto, sentem-se culpadas por associarem estes alimentos ao ganho de peso.

> [...] *Toda vez que você vai no mercado tem novidade. Dá vontade de comprar aquelas coisas.* [...] *aquele balcão maravilhoso de doce (risos).*
>
> *É um pecado (risos). A gente peca (risos). É muita comida. Muita coisa que não pode (risos).*
>
> [...] *eu não estou num peso normal. A gente come muito. É, a gente faz tudo errado.*

Na atualidade, o quanto se pesa aparece como um fator determinante para que o indivíduo seja percebido como saudável, e a realização de uma alimentação adequada que proporcione a manutenção ou a perda de peso vem sendo considerada sinônimo de qualidade de vida. (CAMPOS; CECÍLIO; PENAFORTE, 2016) Oliveira e demais autores (2008) reforçam que a cultura contemporânea institui o modelo do corpo magro e atlético, em que o não enquadramento aos padrões de normalidade antropométricos, com relação ao Índice de Massa Corporal, peso ideal, circunferência da cintura, relação cintura-quadril, é classificado como desordem ou desvio da norma. As mesmas autoras destacam, ainda, a existência de conflitos entre a pressão social para emagrecer e o desejo de comer o que confere prazer.

É válido ressaltar que os padrões de beleza afetam as mulheres, em particular, levando-as a realizar variadas tentativas para conquistar o peso ideal, tais como: dietas restritivas, purga, uso de medicamentos, suplementação alimentar e prática de atividades físicas extenuantes. Campos, Cecílio e Penaforte (2016) chamam atenção para o aparecimento do termo "gordices" em mídias, associado a alimentos calóricos, como doces e frituras, relacionando o consumo destes alimentos à pessoa obesa, que é estigmatizada como alguém que come mal, que não tem cuidado com a alimentação. Em campanha do Ministério da Saúde, na década de 1990

(BRASIL, [199-]), circulou entre escolas e unidades de saúde, o cartaz: *Você é o que você come*, reforçando este mesmo estereótipo. Ainda hoje é possível encontrar imagens nas redes sociais que apresentam esta relação entre comer bem e comer mal com corpo saudável e corpo obeso.

Nos desenhos com uso da técnica de mandala, relacionados ao significado da alimentação, as participantes trouxeram recordações da infância e do ambiente em que viviam, expressando o cultivo de alimentos, a criação de animais, a pesca, assim como bonecas e bolas, simbolizando as brincadeiras. Em um dos desenhos, uma participante retratou uma "Araucária que dava cem pinhas". A análise das mandalas possibilitou perceber que as lembranças da infância, em meio ao ambiente em que se encontravam, trouxeram um saudosismo coletivo e uma vontade de voltar no tempo, aproximando a alimentação de outros significados, para além do permitido e proibido.

Com base nestes achados, o segundo encontro trouxe como proposta a construção coletiva da linha do tempo da alimentação, a fim de abordar características do ato de comer e dos alimentos presentes na infância e na atualidade, de modo a problematizar as mudanças ocorridas e a possibilidade de resgatar as práticas culinárias e os alimentos tradicionais. As perguntas incitadoras de reflexão foram separadas no eixo antigamente e atualmente (Quadro 1).

Quadro 1: Perguntas realizadas para demarcar os eixos da Linha do Tempo da Alimentação das mulheres participantes da Roda das Amigas. Município da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, 2017

Eixo Antigamente	Eixo Atualmente
Quais eram os alimentos consumidos na sua infância? Qual a comida que lembra a infância? Quais eram os horários? Com quem e onde a comida era compartilhada? Plantava os alimentos em casa? Quais? Quais alimentos comprava? Onde? Havia alimentos industrializados? Quais? Quando? Quem cuidava/ ajudava na alimentação? Em relação aos alimentos ***in natura***: quais eram as frutas / feijões / milho / plantas /farinhas?	Quais são os alimentos consumidos hoje? Com quem e onde a comida é compartilhada? Quem cuida/ ajuda na alimentação? Houve mudanças? Por quê? Quando aconteceram? Do que você sente falta? Tem alimentos industrializados? Quais? Quando? Algum alimento que plantava e consumia não é possível encontrar atualmente? Em relação aos alimentos ***in natura***: quais são as frutas / feijões / milho / plantas /farinhas?

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nas falas do grupo, foi perceptível que a alimentação realizada antigamente era baseada em alimentos locais, sazonais, frescos e pouco processados, em decorrência do próprio sistema de produção agroalimentar. As mulheres destacaram morar em áreas rurais, onde cultivavam a maior parte de seus alimentos, criavam ou caçavam animais para consumo.

> *O leite a gente também não comprava, tirava o leite da vaca, tirava leite de cabrita.*
>
> [...] *a gente vivia de pesca e da caça. Era tatu, era passarinho, era lagarto.*
>
> [...] *a gente comia só caça, não tinha essas porcarias do mercado para gente comprar. Os vizinhos matavam e mandavam para nós.*

Apesar de alimentos como: ovos caipiras, leite integral ordenhado da vaca pouco antes do consumo, manteiga, nata e banha de porco estarem presentes na rotina alimentar durante a infância, quando trazidos à atualidade, faziam com que as mulheres projetassem, em suas falas, preocupação em relação ao consumo destes alimentos, considerados inadequados, por serem, segundo elas, ricos em gorduras e colesterol e associados ao aparecimento de doenças. As mulheres relataram terem medo da morbidade, associando-a a maus hábitos de vida, em especial, uma alimentação inadequada, sendo, muitas vezes, aterrorizadas por esta preocupação.

> *A gente comia carne de porco que a gente criava em casa. Feito de lata. Antigamente não tinha geladeira. O pai matava o porco e guardava na banha. E aquilo durava meses. E era muito gostoso.*
>
> *Hoje se comer carne de lata pode colocar a UTI do lado (risos).*
>
> *Dá saudade. Feijão, a minha mãe colocava courinho de porco junto para cozinhar. Hoje se comer, morre.*

Alimentos fonte de gorduras saturadas e colesterol são condenados por pesquisas reducionistas que os associam ao aparecimento de doenças cardiovasculares, estimulando-se a substituição por alimentos processados e refinados, como margarina, óleos vegetais e gordura hidrogenada. (AZEVEDO, 2015) No entanto, estes alimentos são produtos da necessidade

de escoamento da produção de grãos produzidos pelo agronegócio, nas extensas faixas de monocultura, como soja e milho, geralmente transgênicos, gerando prejuízos à saúde dos consumidores. A margarina, em particular, é consumida como forma de evitar o colesterol e as gorduras saturadas presentes na manteiga, contudo, por ser rica em ácidos graxos *trans*, favorece a síntese de colesterol por inibir a ação de enzimas específicas do fígado. (BRASIL, 2016)

Nota-se o desejo destas mulheres em consumirem alimentos considerados não saudáveis, para reviverem memórias afetivas ou simplesmente terem prazer ao consumir o alimento, ou determinada preparação. Contudo, o ato de se alimentar sem culpa é substituído pela ideia preventivista, que separa os alimentos em bons e ruins para a saúde, focalizando apenas no corpo biológico, ignorando outras relações que envolvem o ato alimentar.

As recomendações de alimentação saudável propostas pelo modelo biomédico, corroborado pelo nutricionismo, não consideraram a origem e a qualidade dos alimentos, mas os nutrientes presentes e a disciplina no ato de comer, trazendo uma rigidez quanto aos horários e tamanhos das porções alimentares que podem ser consumidas. Prezotto (2002) colabora na reflexão em relação ao conceito de qualidade, ao propor o termo qualidade ampla do alimento, a partir da análise da produção agroindustrial familiar, que inclui, para além dos critérios convencionados, aspectos ecológicos, sociais e culturais. Explicitando brevemente tais aspectos, os ecológicos referem-se à produção de alimentos sem uso de contaminantes químicos sintéticos (agrotóxicos e aditivos tecnológicos) e preservando os recursos naturais; os sociais remetem à inclusão e participação dos sujeitos como protagonistas em todo o processo produtivo, sem a ocorrência de exploração no trabalho, bem como, garantindo o acesso de alimentos de qualidade a todas as pessoas, e os culturais consideram as práticas tradicionais de produção, valorizando quem produz. Sirota (2015) agrega a este conceito de qualidade ampla os aspectos éticos, avaliando o processo desde a distribuição justa da terra para plantio, até as prescrições dietéticas realizadas por profissionais da saúde em relação ao consumo, e os aspectos emocionais, cujos significados conferidos à produção e ao consumo de alimentos são considerados.

Alguns relatos do grupo demonstram a importância de ampliar o olhar para a atenção nutricional e em saúde:

> *O frango, antigamente que a gente criava, seis meses para criar e comer o frango* [...] *Criava um frangão, sabe. Tratava com milho. E solto. E com o milho a gente fazia quirera. Eu tirava a quirera para dar para os pintinhos.*
>
> *O milho, naquela época, as pessoas plantavam na roça e levavam para o moinho. Moía o milho branco, milho amarelo.*
>
> [...] *você plantava na roça, você só carpia, e largava na mão de Deus. E dava o dobro. E carregava, a coisa mais linda do mundo.*
>
> *E tudo sem veneno. Não tinha veneno.*
>
> *Antigamente era assim. Todo mundo tinha um pedaço de terra. Plantava, colhia, criava* [...] *hoje em dia é só os grandões que tem.*

O atual sistema de produção predominante, o agronegócio, contribui para: o avanço do desmatamento voltado à produção de monoculturas de grãos; a destruição dos recursos naturais, criando desertos verdes; a degradação dos solos; a desapropriação de terras de agricultores familiares e povos originários e tradicionais; o avanço do êxodo rural; a exclusão social, econômica e cultural da população rural e urbana; a contaminação das águas e dos lençóis freáticos; a contaminação e perda de sementes crioulas, com expansão do uso de organismos geneticamente modificados; a acumulação de ativos dos agrotóxicos no organismo humano e no ecossistema. (CARNEIRO et al., 2015, MACHADO; MACHADO FILHO, 2014)

Em relação aos modos de comer na atualidade, as narrativas marcaram a industrialização e a artificialização dos alimentos e do preparo das refeições, características do modelo alimentar instaurado:

> *Enlatados variados. Tem tanta coisa hoje, tanta variedade. Você vai no mercado, você fica boba.*
>
> *Põe o arroz na panela elétrica, já deixa o feijão cozidinho, enfia no micro-ondas, põe a carne no grill e a salada* [...] *pega aquelas limpinhas, prontinhas, lá no mercado.*
>
> *De primeira eram muito mais gostosas as comidas que a gente se criou.*

Poulain (2013) discute que a urbanização, ao desconectar o alimento de seu local de produção, coloca-o num estado de simples mercadoria, onde os produtos se padronizam e se homogeneízam, desvalorizando e colocando em risco as tradições alimentares.

A partir de estudos sobre consumo alimentar, que apontam para escolhas alimentares baseadas em alimentos prontos para o consumo (BRASIL, 2011), optou-se por trabalhar com alimentos ultraprocessados ao final desse encontro, problematizando a composição dos mesmos, de modo que as mulheres, a partir do desvelamento e re-ad-miração da ad-miração anterior sobre o alimento, pudessem alcançar uma visão crítica para a realidade. Os produtos debatidos foram: refresco em pó, caldo para tempero, macarrão instantâneo, margarina e bolacha recheada. Algumas das falas, após a experiência, são destacadas:

> *Como que o povo inventou tanta coisa ruim?*
>
> *Uma mistura tipo isso para fazer um veneno!*
>
> *Quem sabia que tinha tanta mistura para fazer um miojo®, por exemplo?*

Como a temática referente ao segundo encontro provocou questionamentos, memórias e surpresas, foi necessário realizar mais um encontro para problematizar as situações-limites identificadas, estruturando-se o terceiro encontro, com base em trechos dos documentários *Brasil Orgânico* (BRASIL..., 2013) e *Muito Além do Peso*. (MUITO..., 2012) Do primeiro, foram selecionadas cenas sobre o cultivo de alimentos em propriedades orgânicas, destacando a proteção às sementes crioulas e o consumo de alimentos e preparações regionais e, do segundo, foram selecionadas as cenas sobre o desconhecimento das crianças em relação a frutas e verduras, as estratégias de *marketing* e publicidade ao associar alimentos hipercalóricos e ultraprocessados a personagens infantis, o acesso a alimentos ultraprocessados em comunidades periféricas e a influência destes sobre a cultura alimentar dessas comunidades.

As mulheres relataram que se viram retratadas em ambos documentários, seja relembrando a época em que cultivavam alimentos para consumo e para alimentação dos animais de criação, ou, na atualidade, ao

perceberem o quanto as propagandas vinculadas aos alimentos determinam suas escolhas alimentares ou de familiares.

> [...] *nos mercados, essas propagandas... estão iludindo as crianças, iludindo as pessoas.*
>
> [...] *minha netinha adora salgadinho, porque ela gosta dos bichinhos que vem na frente.*
>
> [...] *mas você vê a propaganda na televisão, dá vontade de comprar pra experimentar.*
>
> *Propaganda para vender, não que o produto seja bom.*

O Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) destaca as inúmeras maneiras pelas quais a indústria alimentícia anuncia seus produtos, com uso de amostras grátis, ofertas de brindes, descontos e promoções, posicionamento estratégico nas gôndolas do mercado, anúncios em revistas e jornais, comerciais em televisão e rádio. Ainda, destaca que mais de dois terços dos comerciais sobre alimentos veiculados na televisão referem-se a produtos comercializados em redes de *fast-food*, salgadinhos de pacote, biscoitos, refrigerantes, sucos adoçados, refresco em pó, entre outros. O livro *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos* reforça esta questão e aponta para os conflitos de interesse existentes na produção da ciência. (NESTLE, 2019)

Em alguns momentos, o grupo posicionou a mulher como a responsável pelo hábito alimentar da casa, em especial dos filhos.

> *Eu me peguei pensando assim na minha netaiada e bisneto que eu tenho,* [...] *gostam de comer salgadinho, refri* [...] *a importância da mãe ajudar* [...] *é da mãe a responsabilidade* [...]
>
> [...] *mas eu falei pra mãe dela ensine ela comer, não deixe ela levar lanche pra escola* [...]
>
> [...] *lá na minha casa, eu acho que a culpa seria eu que não fazia a comida, ficar comprando os mais fáceis, e a criançada vão tudo no embalo.*

Lima, Lima e Silva (2016) debatem que no modelo patriarcal, a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos, e que quando se afasta da prescrição familiar e social de cuidar dos filhos, do marido, da casa e da alimentação, para trabalhar fora do lar, é centralizada como a causa e culpada pelos males gerados à família. Por conta de alguns relatos relacionados a esta questão, durante os encontros, debateu-se a necessidade de ruptura deste paradigma, de modo a compartilhar os afazeres domésticos com todos os moradores da casa independentemente do gênero e posição.

Desde o primeiro encontro notou-se que em vários momentos ocorriam, entre as mulheres, trocas de receitas, por gostarem de cozinhar e aprender novas técnicas de preparo e combinações, motivando o desenvolvimento desta temática nos encontros subsequentes.

No quarto encontro foi realizada uma oficina sensorial de ervas e especiarias culinárias, elencando-se os potenciais usos e formas de armazenamento, para incrementar os sabores das preparações culinárias, despertando a curiosidade e interesse em cozinhar. As ervas e especiarias trazidas para o encontro foram: manjerona, hortelã, alecrim, tomilho, sálvia, capim-limão, gengibre, canela, alho-poró e cravo. O grupo citou preparações que costumam fazer como: arroz com gengibre, tomate com manjerona, galinha com sálvia, carne suína assada com alecrim, cravo para temperar o molho branco. Orientações de armazenamento foram trabalhadas, com o preparo de manteiga, sal de ervas e azeite aromatizado e técnicas de congelamento. As mulheres receberam uma amostra do azeite aromatizado, a receita do sal de ervas e mudas de ervas para plantarem em casa, e algumas mulheres combinaram entre si a troca de ervas já cultivadas no domicílio.

No quinto encontro, a oficina visou incentivar as habilidades culinárias, como menciona o Guia Alimentar (BRASIL, 2014), a fim de resgatar o ato de cozinhar, oportunizando a inclusão de alimentos *in natura* e minimamente processados como base alimentar. Neste encontro foram preparadas, coletivamente, as seguintes receitas: 1) salada de folhas com molho de iogurte e alho; 2) creme tipo maionese de batata e cenoura; 3) salada de abacate; 4) batata assada com alecrim e tomilho; 5) salada de frutas de inverno com canela e gengibre e 6) água aromatizada com laranja, hortelã e alecrim. Ainda, foi servida lasanha de berinjela com canela,

previamente preparada por uma ACS da UESF, convidada a ensinar a receita. As participantes apreciaram as receitas que foram preparadas e relataram surpresa em relação à possibilidade de consumir batata com casca, abacate como uma salada, frutas assadas e canela em preparação salgada.

No sexto e último encontro foram apresentados alguns exemplos de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), a pedido das mulheres do grupo, que se mostraram curiosas para conhecer mais sobre os "matos de comer". As PANC selecionadas são facilmente encontradas na região do entorno da UESF, como: ora-pro-nóbis, dente-de-leão, camapu, serralha, beldroega, capuchinha, pulmonária, dália, rosa, cará-do-ar, inhame e tansagem.

Kinupp e Lorenzi (2014) elucidam que o termo se refere às plantas com potencial alimentício, desconhecidas ou pouco usadas no cotidiano, devido, provavelmente, à influência dos alimentos globalizados, facilmente disponibilizados nos mercados. Os autores relatam que atualmente 90% da alimentação mundial é abastecida com apenas 20 espécies vegetais, denunciando a monotonia alimentar e provocando a necessidade de conhecer a existência de espécies nativas do Brasil, ou de regiões, em específico, propícias ao consumo humano. Neste sentido, incentivou-se a inserção das PANC no consumo cotidiano, na forma de saladas, refogados, sucos, sopas e pão. Outras preparações como: charuto de folha de capuchinha, nhoque de cará-do-ar, sobremesa de inhame com fruta, calda de camapu também foram citadas.

As participantes desconheciam o potencial alimentício de muitas das espécies apresentadas, e quando faziam uso era para o preparo de chás medicinais.

> *Eu fiquei pensando tanto nessas capuchinhas, que eu já conhecia* [...] *eu viajei anos atrás e lembrei dessa minha parente que falou que não ia morrer de fome* [...] *Você vê como a gente não dá valor. A gente acha que é tudo mato.*

Ao final dos encontros, as perguntas do primeiro foram novamente realizadas, com o intuito de verificar a presença de mudanças nas percepções em relação à temática do grupo. Percebeu-se que algumas narrativas

ainda agregam o saber biomédico, reproduzindo as percepções circulantes de forma reducionista:

> *Fazer bastante exercício, tomar bastante água. Dormir bem.*
>
> *É comida mas sem sal, sem muita gordura.*
>
> *Hoje eu vou começar uma dieta porque eu estou com má circulação.*
>
> *Meu marido emagreceu treze quilos em três meses. Ele só tirou o pão, o açúcar e agora ele usa o adoçante. O pão ele usa integral. E o refrigerante, faz uns cinco meses que ele não põe uma gota na boca. Ele é de opinião. Agora eu não sou de opinião (risos).*
>
> [...] *se você não cuida da alimentação, você pega doença. Você pega colesterol, pega gordura e vai prejudicando tua saúde. E fazer exercício, como diz ela ali, e você também falou aquela vez.*

Constatou-se que, apesar destes comentários não terem sido trabalhados nos encontros, tais questões podem ter surgido devido à posição ocupada pela própria mediadora, que, por ser nutricionista, pode despertar nas mulheres do grupo uma identidade de ditadora de regras sobre alimentação, exercícios, saúde, proibições e permissões. As participantes podem ter relacionado a mediadora com a figura do profissional de saúde que tem em memória, a partir de experiências vivenciadas anteriormente. Orlandi (2009) chama esse fato de interdiscurso, onde os sentidos podem ter sido já ditos por alguém em outros momentos, mas que têm efeito sobre o agora, como uma memória discursiva. Ainda, é importante ressaltar que, mesmo participando do grupo, as mulheres sofriam influências externas permanentes sobre as escolhas alimentares e sobre os conceitos de alimentação, Nutrição e Saúde, por meio das mídias, do *marketing* e publicidade, bem como de outros profissionais da saúde, dificultando a superação das situações-limites identificadas.

Campos, Cecílio e Penaforte (2016) ao analisarem os discursos das capas da revista *Boa Forma*, de 2015, depararam-se com o sentido de facilidade atrelado às dietas e ao consequente emagrecimento, estampado em frases como: dieta *flex*: menos 4kg em 30 dias, basta reduzir a carne do cardápio, cardápio fácil para detonar a gordura; ou com insinuações

de curto prazo: em um mês, em um pulo, em cinco minutos. As autoras elencam que estes discursos remetem à culpabilização do indivíduo obeso, ou que se percebe obeso, por sua condição, pois fazer dietas parece algo simples e fácil, bastando ao indivíduo o querer e a força de vontade para obter êxito, sendo o único responsável por seu sucesso ou fracasso.

> *Ah, eu comia muita coisa do mercado que para mim era certo. Daí quando eu vim para cá meu colesterol estava lá em cima e eu tratava com o doutor e ele que me indicou para eu procurar você.* [...] *para mim, foi ótimo porque eu aprendi a comer coisa que foi falando aqui e fui fazendo em casa. Comecei a tomar água, coisa que eu não fazia. Tirei as coisas enlatada, massa de tomate. E, hoje em dia, não sou uma lady ainda, mas perdi um pouco do meu peso e não tinha mais aquela coisa que eu tinha falta de ar, depressão muito profunda. Hoje em dia eu faço tudo e estou ótima.*
>
> *Eu me considero saudável porque eu aprendi a me cuidar. Eu ainda tenho falha. Eu não tenho colesterol, mas às vezes pode vim. Não sou diabética pela idade que eu tenho. Eu sou hipertensa.*
>
> *De vez em quando a gente dá umas vaciladas (risos).*

Nota-se a permanência da sensação de culpa ao não alcançar a perfeição dos padrões estipulados como saudáveis. Ainda, a ausência de doenças com o avanço da idade gera nelas espanto. Nesse sentido, Moraes e demais autores (2016), a partir de entrevistas com idosos residentes na comunidade de Bambuí, Minas Gerais, constataram que o saber biomédico atribui a condição de saúde na velhice aos hábitos decorrentes do estilo de vida adotado, levando a crer que trataria de uma escolha deliberada do indivíduo. No mesmo trabalho, notaram que as falas naturalizavam as doenças da idade idosa, não se concebendo a velhice com saúde.

Uma das falas reproduziu a crueldade com seu próprio corpo frente a alimentos saborosos, vinculando a culpabilização do consumo e o desejo de emagrecer:

> *Eu aprendi que, nessa vida, a gente come para viver e não vive para comer.* [...] *ponho na boca e é bom? **Cospe que engorda** (risos).*

Cospe que engorda é um conselho encontrado facilmente em sites de emagrecimento, muitos deles orientados por nutricionistas ou médicos. Nesse sentido, Silva, Freitas e Sousa (2014) trazem que o saudável é significado como uma dieta, geralmente não sendo considerado comida, ou mesmo gostoso. As mulheres, pressionadas socialmente pela escultura do corpo magro, frustram-se quando não atingem o objetivo idealizado, levando a adotar medidas radicais, que culminam em distúrbios alimentares, ou até mesmo, sintomas psicopatológicos. (AZEVEDO, 2014) Corroborando, Deram (2014) defende que muitos transtornos alimentares têm início com uma dieta restritiva.

Algumas falas trouxerem elementos ditos no primeiro encontro, reafirmando o sentido de saúde, em detrimento das falas reducionistas:

> *Você vive com o amor. Vive com abraço. Nem que, Deus o livre, você não tenha nada, mas eu chego nela ali e dou um abraço carinhoso nela, a gente levanta! Então a vida nossa é assim, tem que viver com amor para ter saúde.*
>
> *O que eu tinha, não era gordura.* [...] *Era um mal-estar. E quando eu ficava nervosa era pior.*

Da mesma forma, algumas falas indicaram uma tomada de consciência em relação ao modelo hegemônico de saúde, transformando a visão, antes ingênua, em visão crítica, com possibilidade para conscientização.

> *Tudo que é coisa que exagera faz mal. Mas um pouco de cada coisa não faz mal. Eu como um pouquinho de cada coisa e me sinto bem.*
>
> *Fim de semana é dia do churrasco. Mas pode comer um pedaço do churrasco. Eu como.*

Comer de forma consciente e atento ao momento possibilita reconexão com o próprio corpo, em especial, aos sinais de fome e saciedade, permitindo saborear os alimentos, com prazer, sem culpa e sem gula. (DERAM, 2014)

Ainda, foi possível verificar aspectos solidários, ao relatarem a socialização do conhecimento construindo, com pessoas de fora do grupo:

> *Aprendi e ensinei, porque eu faço parte de um grupo de terceira idade. E agora no final do ano tinha que levar um lanche* [...] *E eu acho lá no mercado, uns pãezinhos integrais, de centeio. E eu levei o patê que você me ensinou. Aqui você fez com abobrinha e berinjela. Eu inventei de fazer com couve-flor e, meu Deus, como eles adoraram!*

Ao finalizar o grupo, incentivou-se a permanência dos encontros, independentemente da presença da nutricionista, de modo a trocarem receitas e mudas de plantas e fortalecer a relação enquanto mulheres e amigas, reforçando, o olhar delas de que "união é saúde".

CONCLUSÕES

A atuação dos profissionais de saúde pautados na Educação Popular tende a considerar os saberes populares no processo de construção do conhecimento, integrando-se à realidade da comunidade, de modo a auxiliar na busca da autonomia e humanização crítica dos sujeitos, avançando na superação das situações-limites geradas pelo modelo hegemônico de saúde, que se pauta no reducionismo e na coisificação do ser.

Estabelecer processos educacionais críticos, cidadãos e transformadores, que possibilitem aos profissionais da saúde perceberem-se e perceberem os demais atores sociais como sujeitos socializadores de saber, possibilita uma atuação participativa promotora de saúde e de uma alimentação adequada e saudável. Neste sentido, defende-se modelos de Educação Permanente e Popular, que vejam a realidade como mediadora da construção do conhecimento, identificando, a partir da intersubjetividade e da problematização, as situações-limites que devem ser superadas para transformação social.

Ressalta-se, ainda, a necessidade de ampliação do quadro de profissionais nutricionistas na Atenção Básica à Saúde, de modo a possibilitar a continuidade das ações desenvolvidas, visando à promoção da saúde e da assunção dos atores sociais como sujeitos e, por isso, seres da práxis, capazes de transformar a realidade.

Recomenda-se a realização de outros grupos dialógicos, que debatam a temática da Alimentação Adequada e Saudável e Saúde, de modo a provocar a tomada de consciência e a transformação da visão dos sujeitos acerca da realidade, para, então, transformar a própria realidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. Alimentação saudável: uma construção histórica. *Simbiótica*, Vitória, v. 7, p. 2-29, 2014.

AZEVEDO, E. Liberem a dieta. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 717-727, 2015.

BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico?. *Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 67-84, 2002.

BONETTI, O. P.; CHAGAS, R. A.; SIQUEIRA, T. C. A. A educação popular em saúde na gestão participativa do SUS: construindo uma política. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. *II Caderno de educação popular em saúde*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. p. 16-24.

BRASIL Orgânico. Direção: Kátia Klock e Lícia Brancher. Roteiro: Kátia Klock. Florianópolis: Contraponto, 2013. 1 DVD (58min), son., color.

BRASIL. Carta Política da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL + 2, 5., 2015, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição*: material de apoio para profissionais de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.761, de 19 de novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Você é o que você come*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [199-]. 1 Cartaz color, 52 x 79 cm.

BRASIL. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009*: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil/IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CAMPOS, M. T. A.; CECÍLIO, M. S.; PENAFORTE, F. R. O. Corpo-vitrine, ser mulher e saúde: produção de sentidos nas capas da Revista Boa Forma. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 611-628, 2016.

CARNEIRO, F. F.; PIGNATI, W. A.; RIGOTTO, R. M. *et al*. Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. *In*: CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S. *et al*. *Dossiê Abrasco*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 45-87.

CHAVES, V. M. *Espetáculo à mesa*: ética da alimentação no Masterchef Profissionais. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

DELMONDES, D. R. S. Alimentação e técnica: reflexões sobre nutricionismo. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1., 2016, Aracaju. *Anais* [...]. Aracaju: UFS, 2016. p. 545-560.

DERAM, S. *O peso das dietas*: emagreça de forma sustentável dizendo não às dietas!. São Paulo: Sensus, 2014.

FLECK, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. S. Sobre a fenomenologia do comer saudável no mundo da vida: breve ensaio. *In*: FREITAS, M. C. S.; SILVA, D. O. *Narrativas sobre o comer no mundo da vida*. Salvador: Edufba, 2014. p. 33-39.

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. *Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil*: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos de Flora, 2014.

LIMA, A. C. O.; LIMA, R. S. V.; SILVA, J. M. A. Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar. *Demetra*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 789-802, 2016.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. *A dialética da agroecologia*: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MEYER, D. E. E.; MELLO, D. F.; VALADÃO, M. M. *et al*. “Você aprende. A gente ensina?”: interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342, 2006.

MORAES, G. V. O.; GIACOMIN, K. C.; SANTOS, W. J. *et al*. A percepção dos idosos sobre o saber biomédico no cuidado à velhice e às “coisas da idade”. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 309-329, 2016.

MUITO além do peso. Direção: Estela Renner. Roteiro: Estela Renner. Produção: Marcos Nisti. São Paulo: Maria Farinha Filmes, 2012. 1 DVD (84 min), son., color.

NESTLE, M. *Uma verdade indigesta*: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos. São Paulo: Elefante, 2019.

OLIVEIRA, J. A. N.; BARRETO, J. D.; MELLO, A. O. *et al*. Percepção dos obesos sobre o discurso do nutricionista: estudo de caso. *In*: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: Edufba, 2008. p. 175-189.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

POLLAN, M. *Em defesa da comida*: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

POULAIN, J. P. *Sociologias da alimentação*: os comedores e o espaço social alimentar. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

PREZOTTO, L. L. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. *In*: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. *Inovações nas tradições da agricultura familiar*. Brasília, DF: Paralelo 15, 2002. p. 285-300.

SILVA, D. O.; FREITAS, M. C. S.; SOUSA, J. R. Significados e representações do conceito de comida na perspectiva da promoção da alimentação saudável. *In*: FREITAS, M. C. S.; SILVA, D. O. *Narrativas sobre o comer no mundo da vida*. Salvador: Edufba, 2014. p. 79-94.

SILVA-ARIOLI, I. G.; SCHNEIDER, D. R.; BARBOSA, T. M. *et al*. Promoção e Educação em saúde: uma análise epistemológica. *Psicologia*: Ciência e Profissão, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 672-687, 2013.

SIROTA, V. G. R. *Ampliação do conceito de qualidade dos alimentos*: necessidade da formação crítica e social de nutricionistas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VASCONCELOS, E. M. O significado da educação popular na realidade e na utopia da atenção primária à saúde brasileira. *In*: MANO, M. A. M.; PRADO E. V. *Vivências de educação popular na atenção primária à saúde*: a realidade e a utopia. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 13-18.

VIANA, M. R.; NEVES, A. S.; CAMARGO JUNIOR, K. R. *et al*. A racionalidade nutricional e sua influência na medicalização da comida no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 447-456, 2017.

CAPÍTULO 8

TEMPO, ESPAÇO, COMPRIMIDOS: A COMUNICAÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS COMO ÉTICA TECNO-MEDICAMENTOSA DA CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

MARÍLIA DUQUE
LUIZ PERES-NETO

INTRODUÇÃO AO MAL-ESTAR

Este trabalho parte do *a priori* de que a forma de capitalismo atual, impulsionada pelas novas tecnologias, resulta em uma compressão espaço-temporal que exige do corpo uma performance sobre-humana e *always-on*. Mais do que isso, essa performance é apresentada midiaticamente como algo não só normal, mas ético, como se fosse ao mesmo tempo um estado e uma conduta natural, de bem e desejável. Essa conduta é ofertada como um estilo de vida saudável e também bem-sucedido que naturaliza o normativo (HIGGS et al., 2009), convocando o indivíduo para consumos que visam corrigir o corpo para a manutenção da performance produtiva: no envelhecer, no sexo, mas principalmente no trabalho. Neste mercado que se abre, interessa-nos particularmente as circunstâncias nas quais comunicações de suplementos nutricionais, enfocadas desde uma ética medicamentosa, entendida como uma prescrição impositiva ao bem-estar, estão relacionadas com a condição pós-moderna.

Como recorte, elegemos os comprimidos (pílulas) como objeto pivotal para este ensaio, quer em nossa discussão teórica, quer também para a incursão empírica que realizamos. Operamos na ambiguidade do

termo. Em uma primeira leitura, comprimido pode ser entendido como substância medicamentosa aglomerada por compressão ou substâncias comprimidas como ato de redução do volume, aperto, compactação. Em um segundo plano, comprimido também indica um estado de opressão vivenciado pelo homem pós-moderno, fruto de sua convocação para responder de forma proativa a uma realidade que lhe demanda um corpo além de suas possibilidades. Em relação à dimensão teórica, trabalhamos a compressão dos eixos espaço-temporais e seus desdobramentos a partir da digitalização da cultura (CHANDLER; FUCHS, 2019) ou daquilo que Castells (2009) denomina como sociedade em rede ou informacional.

Isso nos permite problematizar uma ética que emerge das dinâmicas de visibilidade da performance possíveis na sociedade digitalizada e em rede. No entanto, cabe resenhar algumas questões sobre a natureza deste trabalho. No que se refere à dimensão metodológica, rastreamos alguns exemplos a partir do documentário *Take Your Pills* que dão conta do fenômeno estudado. É com essa produção cultural que estruturamos a maior parte de nosso diálogo. Trata-se, contudo, de um esforço de ilustração, cujo objetivo é ser um ponto de partida para uma discussão teórica acerca do tema da medicalização da condição pós-moderna, do emprego de uma tecnologia social como meio para alcançar um fim, seja este o "ser saudável", "jovem", "potente" ou outros ideais prescritivos que decorrem de tal visada ética. Quando possível, complementaremos a ilustração centrada no documentário com outros exemplos. Este é, portanto, um ensaio. Assim, não há uma empiria com todo o rigor científico. Sem dúvida, trata-se de uma limitação, dirão os cientificistas de plantão. Este trabalho busca, em suma, realizar um esforço teórico que aproxime campos do saber díscolo, dirão humanistas em nossa defesa. Seja como for, essas são as bases teórico-metodológicas do nosso mal-estar. Passemos ao outro mal-estar que nos impele. Um pouco mais amplo.

A partir da década de 70 do século passado observa-se uma reorganização do capitalismo para seu estágio atual de acumulação flexível, baseado em novas formas organizacionais descentralizadas, em novas tecnologias produtivas e informacionais, na aceleração dos tempos de giro do capital, na desmaterialização da moeda, na fragmentação dos discursos universais fundantes do projeto modernista e na explosão de uma

produção de imagens, de signos e de estilos de vida, que desorientam as práticas político-econômicas e o próprio sujeito. (HARD; NEGRI, 2000) É desse processo que emerge uma condição pós-moderna, com novas formas de pensar, de sentir e de agir sobre um mundo onde tempo e espaço foram comprimidos. (HARVEY, 1992) Por isso, ainda que seja um conceito escorregadio, é forçoso admitir o advento de uma ética pós-moderna se tomarmos o entendimento que "a ética não é só pensamento sobre a vida. Não é só deliberação sobre a vida. É também prática. A própria vida quando escolhida com a alma". (BARROS FILHO; PERES-NETO, 2019, p. 75)

O contexto do surgimento dessa ética pós-moderna, assim como a definição da mesma não são claros. Tal ética, no entanto, estaria relacionada com um novo espírito do tempo, próprio da condição pós-moderna. Autores como Byul-Chul Han (2012), Aidar Prado (2013) ou Vladmir Safatle (2015) defendem que a contemporaneidade e suas afetações desenvolvem nos sujeitos a busca incessante pela performance, azeitada culturalmente pelo discurso neoliberal capitalista. Consequentemente, e já entrando na discussão que nos ocupa, tomar comprimidos, pílulas, passa a ser uma condição química para compensar uma falta moral e nutrir o corpo com aquilo que buscamos e não encontramos. O corpo converte-se em um sistema de *in-puts* e *out-puts*. Esse mecanismo de ajuste se encontra em pleno processo de sofisticação. O *upgrade* nessa mensuração das métricas "saudáveis" do corpo e do estado ideal de produtividade ocorre com o desenvolvimento dos aplicativos de monitoramento, como discute Deborah Lupton (2012). Neste sentido, o monitoramento por aplicativos viabiliza um sistema que pode ser controlado, mas principalmente, que pode ser corrigido e em *real time*, como defende a autora.

Trata-se, pois, do empoderamento do indivíduo sobre o corpo. Mas, quando só existe um corpo possível, aquele que é produto midiático e veículo moralizante, elimina-se justamente o livre-arbítrio. Neste paradoxo, tecnologias sociais como comprimidos tornam-se um remédio ambíguo. A despeito do que digam os especialistas em nutrição, se a alimentação se mostra ineficiente para o que a cultura *mainstream* impõe como normativa de "saudável", busquemos nas pílulas, comprimidos e suplementos o tratamento instantâneo para restituição da energia e disposição capazes de nos mantermos funcionais e produtivos. Um fetiche neoliberal, próprio

da cultura do novo capitalismo – descrito com precisão por Sennett (2008) – e que escraviza o corpo às performances produtivas.

Cabe, aqui, uma matização. O olhar dos autores deste texto parte do campo da Comunicação. Sabemos da existência de diferenças entre suplementos e complementos nutricionais. Neste capítulo, contudo, pedimos um salvo-conduto epistemológico aos guardiões do campo da Alimentação e Nutrição. Em nome da interdisciplinaridade, abordaremos ambos em conjunto, a despeito das não pequenas diferenças conceituais. Porque o que nos interessa, aqui, é tratar o fenômeno comunicacional que subjaz a propagação da prescrição e consumo desses comprimidos – sejam eles suplementos ou complementos – para nutrir essa ética pós-moderna medicamental. Fenômeno este que, como bem descreve Camargo Júnior, (2013), trata-se de uma patologia própria de um capitalismo medicamental.

Cumprir uma agenda "24/7" (ou seja, 24 horas, 7 dias, sem descanso) deixa, segundo a comunicação de alguns comprimidos, de ser um problema. Nem mesmo a gripe pode com a potência de uma pílula. A campanha do medicamento Advil no Brasil, por exemplo, indica: "não deixe a dor parar você". E vai além: "treine mais rápido". As câimbras e o excesso de ácido láctico nos músculos serão removidos. O descanso, o ócio perdem a razão de ser. O corpo, bastião da autonomia moral e biopolítica defendida como legado iluminista no século XX, deixa de sê-lo para transformar-se num meio para a obtenção da performance como único fim legítimo, como lucidamente criticou Crary (2014), entre outros. Isso inclui a produtividade no trabalho, nosso foco principal nesse texto, mas também a performance sexual e o envelhecimento, em um fenômeno global. O anúncio de Viagra veiculado no México e analisado por Wentzell (2017) é um exemplo. Na imposição de uma performance que desafia o tempo, o anúncio traz um homem dormindo de bruços, pós-sexo, com as costas arranhadas e um bilhete "Obrigada, você foi incrível! Agiu como se tivesse vinte".

A versão 50+ do complexo vitamínico Centrum, analisada por Higgs e demais autores (2017), é outro bom exemplo, agora relacionado diretamente ao comprometimento da funcionalidade do corpo devido ao envelhecimento. Os autores argumentam que criar um complexo cujo *target* é o público mais velho cria uma ideia de que as necessidades nutricionais desta população são diferentes. Abre-se assim um novo mercado que não

visa transformações na produção e consumo de alimentos, mas na suplementação do corpo para que ele prolongue sua autonomia e mantenha uma performance cujo imaginário é disseminado midiaticamente. O site britânico de Centrum expande essa promessa para outras faixas etárias.[1] A página principal do site posiciona a marca como "sua parceira para um estilo de vida saudável" e apresenta um *quiz* para recebimento de recomendações pessoais, cuja primeira pergunta é "Quão em forma você se sente?", seguida das opções "Não tão em forma", "Em forma", "Cheio de vitalidade". Na perspectiva de uma lógica prescritiva de um estilo de vida saudável focado na produtividade, a expressão "em forma" também simboliza "em conformidade". Essa análise é ainda mais plausível se considerarmos o idioma original do site, que usa a palavra em inglês *fit*. O termo traz em si essa dualidade. *Fit* também pode significar "ajustar-se". Nesse exercício de leitura crítica, a companhia de suplementos vitamínicos já apresenta uma graduação de performances possíveis. Da inadequada "*Not Fit*", da ajustada "*Fit*" e da superlativa "*Full of Vitality*".

O documentário *Take Your Pills* (2018) é o exemplo que recoloca nossa discussão no campo do trabalho, da produção e da produtividade. Coproduzido e exibido pela Netflix, a obra trata da administração voluntária de estimulantes nos Estados Unidos para expansão do potencial cognitivo e consequente aumento da produtividade neste mesmo cenário pós-moderno de alta conectividade, alta velocidade e alta performance.

Um caminho metodológico possível no diálogo com esse objeto, seria tratar as denúncias da medicalização crescente da sociedade relatadas como uma doença causada pela condição pós-moderna e agravada por seu *modus operandi*. Propomos, entretanto, uma inversão de perspectiva. Trataremos o fenômeno da estimulação medicamentosa, especialmente aquela centrada no consumo de suplementos nutricionais, como sintoma a fim de sistematizar e explorar um quadro de anomalias múltiplas instauradas nas esferas do trabalho, da subjetividade e da sexualidade na pós-modernidade. Para tanto, cabe antes matizar de que pós-modernidade estamos falando. Ademais, como já dissemos, incorremos numa generalização acerca da categoria "suplementos alimentares", entendendo-os

1 Institucional Centrum, versão britânica. Ver: https://www.centrum.co.uk

como todos os produtos cuja publicidade (e, portanto, a sua própria comunicação) afirma que tal mercadoria oferece suprir, acrescentar ou complementar. Entendemos que há na literatura do campo da Nutrição matizes em torno de tais categorias. Contudo, aferramo-nos à definição semântica do termo suplementação, entendida como algo que "acrescenta ou adiciona, sinônimos de complementar, adicional ou suplementar". (HOUAISS, 2019) Tal aposta se dá pela suposição de que a publicização de tais produtos opera mais próximo do termo dicionarizado do que da definição dos especialistas.

DIAGNÓSTICO I: PÓS-MODERNIDADE E SOCIEDADE DE CONSUMO

Juntamente com Jameson (1996), creditamos o surgimento da pós-modernidade a uma nova fase do capitalismo "avançado, multinacional e de consumo", à qual o autor chama de capitalismo tardio. Sua lógica é a própria lógica da sociedade de consumo, na qual a produção cultural ocupa papel central. Neste sentido, aquilo que se coloca à venda não são mais mercadorias em si. Mais do que isso, um regime midiático embricado com a moda e a propaganda operam na produção e circulação de sistemas de signos e de estilos de vida que se abrem ao consumo. Baudrillard (1992) aponta que essa lógica culmina na hiperestetização do real e em uma explosão de imagens ofertadas para consumo que levam a uma crise de representação do próprio sujeito. Tanto um quanto outro autor vão tratar de uma consequente experiência de superficialidade decorrente da perda do lastro histórico, dos referenciais culturais e dos significados em uma saturação informacional que instaura um sem-número de possibilidades presentes. Fica a materialidade. Perde-se a memória e a viabilidade de uma existência em profundidade.

Para Baudrillard, essa superficialidade será ainda vivida na simulação, no "encadeamento das coisas como se elas tivessem um sentido, quando elas apenas são regidas pela montagem artificial, pelo absurdo". (BAUDRILLARD, 1992, p. 28) Como o sujeito que perdeu o lastro com o real, para o autor, "o que procuramos já não é a glória, mas a identidade, já não é uma ilusão, mas ao contrário, uma acumulação de provas, tudo o que

pode servir de testemunho de uma existência histórica". (BAUDRILLARD, 1992, p. 37) Para Jameson (1996), essa superficialidade comprometerá a própria linguagem, resultando em uma experiência esquizofrênica na qual a leitura do mundo perde o caráter relacional do texto para tornar-se um processo que se articula apenas no nível da diferenciação daqueles significantes sem significados que se apresentam todos ao mesmo tempo, desrealizando o real e transformando-o em uma imagem que se exibe inteira, configurando aquilo que o autor chama de "imperativo do impossível" para a tomada da consciência. Trata-se, pois, de um simulacro com o qual se dá um contato intenso, hilariante, eufórico. Voltaremos a este ponto mais adiante, quando abordarmos a economia de atenção. E se postergamos pela segunda vez a entrada analítica no objeto que escolhemos para esse diálogo é somente para exercitarmos o próprio mecanismo excitação-frustação que embala a sociedade de consumo (PRECIADO, 2018) e que instaura a ansiedade necessária para a ingestão da primeira pílula.

DIAGNÓSTICO II: O MUNDO AQUI E AGORA

A produção e o consumo de imagens desconcertantes na sociedade de consumo devem ser entendidos na sua relação com a compressão espaço-temporal de que tratamos anteriormente. Santos (2012) aborda a importância dessa circulação para a própria construção do imaginário de um mundo globalizado, totalizante, viabilizado pelo avanço tecnocientífico, a partir do qual dinheiro e a informação são mundializados. A ideia de uma civilização planetária e desse mundo fluido, com fronteiras porosas, enfraquece os estados nacionais, configurando novos estados flexíveis, condicionados pelo e a serviço do capital, perspectiva com a qual compartilha Harvey (1992). Esse esvaziamento do papel do Estado na gestão da vida coletiva culminará, segundo Sennett (2008), para o Estado mínimo, que tornará o cidadão responsável por seu bem-estar, por sua saúde, por sua autonomia. Essa dissolução resultará também para Santos (2012) no aprofundamento da competitividade, quando as oportunidades passam a ser divididas globalmente – gerando a angústia, o ódio ao estrangeiro e o fantasma da inutilidade tratados ainda por Sennett (2008) ao analisar o trabalho nas organizações flexíveis do capital mundializado.

Nessa totalidade-mundo de ameaças e oportunidades compartilhadas, Santos (2012) também identifica uma experiência esquizofrênica do espaço, quando o indivíduo sobrepõe dois pertencimentos: como cidadão do lugar e como cidadão do mundo, conciliando na vida cotidiana um lugar vivido e um lugar global. O autor reforça, entretanto, que essa experiência de fluidez e velocidade prometida pela globalização não se distribui de forma igualitária para todos. Ao contrário, dilata as desigualdades, seja pela dificuldade de acesso, seja pela divisão de papéis que o próprio acesso define. Ao tratar particularmente da perspectiva "difundida com exuberância, de que a velocidade constitui um dado irreversível da história" (SANTOS, 2012, p. 59), reafirma que essa experiência do *real time* é vivida mais como promessa do que de forma efetiva por grande parte da população, concluindo que trata-se de uma "fluidez potencial" transformada em "fluidez efetiva" pela "família dos imaginários da globalização".

A esta família dos imaginários, adicionaremos mais uma variante: a do sublime tecnológico. (JAMESON, 1996) O processo de mundialização da cultura e do capital está ancorado no avanço tecnocientífico que culminou na viabilização de uma rede de comunicação global. É essa rede conectada que pulveriza as fronteiras e que coloca informações, ideias, imagens e o próprio capital em circulação, com tal velocidade e capilaridade, que cunha um espaço totalizante que nunca dorme. Produzimos e consumimos 24 horas por dia, 7 dias da semana. E isso implica a produção e consumo de nós mesmos nos ambientes digitais e redes sociais que incluem uma nova camada de tempo e espaço a nossas identidades. O sublime tecnológico tratado por Jameson (1996) diz respeito justamente à magnitude dessa rede tecnológica e comunicacional – que simboliza a própria grandeza do capitalismo multinacional atual – e nossa incapacidade de representá-la e assimilá-la. Trata-se, pois, de uma grande narrativa que habita o imaginário da globalização do mundo, cuja complexidade está além de nossas possibilidades de leitura e compreensão. Nas palavras do autor, "não temos ainda o equipamento perceptível necessário para enfrentar esse novo hiperespaço". (JAMESON, 1996, p. 65) É esta deficiência que, propomos, será suplementada quimicamente pela indústria farmacêutica e nutricional, potencializada no mecanismo masturbatório da sociedade de consumo. (PRECIADO, 2018).

PRESCRIÇÃO: TOME SUAS PÍLULAS

Take Your Pills (2018) é uma produção original Netflix dirigida por Alison Kalyman. O documentário trata de como o uso de estimulantes foi naturalizado na sociedade norte-americana como alternativa justamente para este indivíduo, cuja capacidade cognitiva parece insuficiente para lidar com a realidade hiperconectada, de tempo comprimido, altamente competitiva e permeada por um fluxo dantesco de imagens, estímulos, informações e demandas, que resulta na condição pós-moderna de que tratamos.

No referido documentário, os pesquisadores, psicólogos, neurologistas, pediatras e jornalistas remontam a história da anfetamina desde sua criação até sua disseminação na fórmula comercializada como *Adderall*, cujo consumo é abordado no documentário a partir da narrativa de vida de estudantes, programadores de *software*, analistas financeiros, atletas e empresários. Entre os relatos dos usuários, está a angústia de "ser bom em tudo", de "fazer o trabalho que precisa ser feito", mas também o desejo de se tornarem mais inteligentes, de terem respostas mais rápidas, de serem mais focados e de manterem uma performance *sobre-humana* que lhes garanta os resultados que precisam para se manterem entre a elite nas atividades de ponta em que atuam. Nas palavras da Dra. Wendy Brown, pesquisadora política da UC Berkeley que participa do documentário, esta angústia se refere à interiorização do dever de "se concentrar para ter o melhor desempenho possível, durante o tempo que for necessário. Seja um investimento bancário ou um dever de casa, a pergunta é: como você pode terminar entre os primeiros?"

Para entendermos como o *Adderall* se tornou "a droga da nossa era", bem como sua potência e seus efeitos colaterais, refaremos o mesmo percurso histórico da droga percorrido pelo documentário, o qual identificamos aqui como fonte de todas as informações que se seguem. A anfetamina, componente do *Adderall*, foi sintetizada pela primeira vez em 1929 pelo bioquímico Dr. Gordon Alles, resultando em um remédio controlado que, em meados dos anos 1930, foi lançado pelos laboratórios *Smith Kline &French* como o descongestionante nasal *Benzedrin* – cujo fácil acesso era viabilizado pelos "médicos das famílias" norte-americanas.

A Alemanha fez uso da anfetamina em cadetes já na Segunda Guerra Mundial, e os britânicos foram os primeiros a transformar a descoberta em comprimidos no pós-guerra, seguidos pelos Estados Unidos. Em pouco tempo, ao lado do *Benzedrin*, foi lançado o *Dexedrine*, divulgado como uma alternativa para a fadiga, para a depressão leve e para a perda de peso. Segundo o documentário, os efeitos da anfetamina como estimulante colaborou para o sonho americano de motivação e ambição e para o desejo de "ser produtivo e trabalhador, de fazer a venda, de cumprir o trabalho". Já em 1937, a Revista *Time* publicou o primeiro artigo sobre abuso de anfetamina nas faculdades e a partir daí o consumo da substância entrou em uma curva crescente, ganhando também artistas e celebridades como os Beatles, Andy Warhol, Edie Sedgwick, Brigid Polk, Charlie Parker, Jack Kerouac e Frank Zappa.

Em 1969, o ápice da epidemia farmacêutica de anfetaminas contabilizou a produção anual de 8 bilhões de pílulas na indústria americana. Após certa pressão social, a substância foi reclassificada como substância de categoria 2 de controle e sua produção foi limitada, caindo para 400 milhões em 1972. A produção e consumo da anfetamina ganhou novo impulso como tratamento de crianças diagnosticadas com Transtorno de Atenção (TDA) e Transtorno de Atenção e Hiperatividade (TDAH) na década de 1990, nesse momento já com o nome de *Adderall*. A promessa do medicamento eram duas: melhor desempenho na escola, mas também conferir maior docilidade às crianças com comportamentos desviantes. Em 1990, 600 mil crianças usavam estimulantes nos Estados Unidos. Em 2011, eram 3,5 milhões, sendo um terço delas diagnosticadas antes dos seis anos. Apesar disso, os adultos são hoje a maior parte da população americana sob a prescrição de estimulantes.

Ao contrário da péssima reputação da metanfetamina, associada ao tráfico de drogas e aos laboratórios clandestinos (apesar de presente em medicamentos como a *Ritalina* e o *Concerta)*, a anfetamina é culturalmente associada a outros círculos sociais, às pessoas produtivas, às pessoas admiradas na sociedade norte-americana. Foi para aumentar a performance dessa elite produtiva que o *Adderall* foi naturalizado como suplemento para a cognição humana. Como o documentário aponta, a droga viabiliza a resposta às exigências crescentes de eficiência ao mesmo tempo que

coloca em cheque a própria meritocracia da sociedade norte-americana, reforçando privilégios, uma vez que a prescrição depende da negociação com os médicos certos, que facilitam o acesso ao estimulante. Por conta disso, principalmente entre os universitários e atletas, houve uma corrida pela simulação de TDA e TDAH para o acesso legal ao medicamento.

Enxergando uma oportunidade de mercado, a *startup* americana responsável pelo estimulante *Optimind LP* chega ao mercado com o "objetivo de ajudar pessoas saudáveis a alcançarem suas metas". De acordo com um de seus fundadores, "nossa definição de medicação mudou; é praticamente impossível não recorrer a estimulantes. O aprimoramento cognitivo não vai acabar; é o futuro da espécie humana". Na época do documentário, a Optimind LP operava seu *e-commerce* nos Estados Unidos com a promessa "*Unleash your Mind*".[2] Hoje o portfólio de produtos se diversificou e é produzido pelo laboratório *Alternascript*. O site *getoptimind.com* continua ativo, apresentando outras promessas.[3] Um dos medicamentos traz o imperativo "*Enhance your focus*" (Melhore seu foco – tradução nossa) e os benefícios: 1) energiza seu dia, para que as coisas a fazer sejam feitas; 2) melhora o foco sem tirar sua criatividade; 3) liberta sua mente para suportar picos de performance. Como alternativa à política dos grandes laboratórios, e agora também das *startups*, o documentário *Take Your Pills* apresenta como o uso de microdoses de LSD ganha corpo. Um dos entrevistados do aludido documentário, por exemplo, tritura seus próprios cogumelos e os divide em cápsulas para aguentar a pressão do trabalho em uma cultura em que "tudo é pra ontem".

Como proposto no início deste trabalho, escolhemos mobilizar o fenômeno do *Adderall* não apenas como uma consequência-doença, mas como um sintoma, uma oportunidade para diagnosticar outras rupturas da sociedade pós-moderna. É o que faremos a seguir quando abordaremos as mudanças no trabalho (SENNETT, 2008), a cultura do espetáculo (COSTA, 2005) e a consolidação de uma política farmacoponográfica. (PRECIADO, 2018)

---

2 Liberte sua mente (tradução nossa).

3 O *site* getoptimind.com é automaticamente direcionado para dentro do site do laboratório. Ver: https://www.alternascript.com/products/optimind.

DOSE 1: TALENTO

Sennett (2008) analisa a mudança nas estruturas das instituições e da sociedade na fase do capitalismo flexível e seus efeitos para os indivíduos e cidadãos. Sua tese é de que, nas estruturas flexíveis das empresas de ponta, as tarefas se tornam imediatistas e voltadas para os resultados a curto prazo, impossibilitando a criação de vínculos com a instituição e a narrativa identitária a partir do trabalho. Nesta visada, os indivíduos deixam de ser valorizados pela perícia enquanto técnica acumulada e aperfeiçoada no tempo e motivada pelo comprometimento com o fazer. No lugar do perito, segundo o autor, serão valorizados aqueles que possuam o talento para se integrarem em equipes e projetos sem vínculos, passando de uma tarefa para outra com rapidez e com alguns agravantes: esses indivíduos estão inseridos em um contexto globalizado (da produção, do mercado, das finanças), altamente conectado pelas novas tecnologias comunicacionais, que comprimem o tempo de resposta e expandem a jornada de trabalho ao integrarem e-mails e derivados – e, atualmente, os smartphones. Em *Take Your Pills*, por exemplo, dois dos usuários de *Adderall* (um programador e um analista financeiro) declaram que se espera que eles produzam durante uma jornada de 16 horas de trabalho diárias e um deles reforça que a expectativa é que se esteja disponível 7 dias por semana. Além da jornada expandida, um empresário ouvido no documentário atribui seu consumo de *Adderall* às demandas de "uma sociedade do minuto", cujo fluxo de informações diminui a capacidade de concentração do indivíduo, criando a sensação de um déficit de atenção coletivo que deve ser corrigido para adequar-se às pressões de um trabalho que exige respostas imediatas.

Além do imperativo da performance, esse indivíduo também responde às demandas de uma economia liberal de Estado mínimo, na qual segue duplamente à deriva: sem a proteção do esvaziado *Welfare State* e sem as garantias do modelo de empregos vitalícios, extinto nas instituições flexíveis. (SENNETT, 2008) Por conseguinte, espera-se que este indivíduo se torne um empreendedor de si mesmo e que se supere todos os dias. Ou, como propõe Sennett (2008), assiste-se à disseminação de um ideal de individualidade, no qual o indivíduo assume a responsabilidade

por adquirir constantemente novas habilidades e capacitações. Esse empreendedorismo, como ilustrado em *Take Your Pills,* pode assumir diferentes formas, incluindo o empreendedorismo empregado na expansão da própria habilidade cognitiva e da capacidade limítrofe do corpo pela suplementação com estimulantes.

Essa prática é potencializada na fala da pesquisadora política da UC Berkeley, Dra. Wendy Brown, que afirma que "o problema não é a menor oferta de empregos ou de vagas na faculdade; é que vivemos em um mundo altamente competitivo e tal competição não é apenas para entrar: a competição nunca termina". É nesse ambiente ambíguo, onde o talento de ser proativo torna-se o *modus operandi,* que Sennett (2008) identifica o crescimento da angústia, do estresse e da ansiedade e propõe o surgimento do "fantasma da inutilidade", que trata da potencial obsolescência do sujeito frente a uma possível queda de performance. Essa ameaça é alimentada pelo imaginário dessa sociedade globalizada e hiperconectada, onde o indivíduo pode ser substituído por outro, mesmo que este outro esteja do outro lado do planeta. Essa angústia também está presente nas histórias de vida do documentário, apresentando-se como determinante para o consumo de *Adderall* e para a corrida desses empreendedores de si por serem incessantemente melhores em tudo.

Além disso, aderir ou não à medicalização traz também questões morais, levantadas em *Take Your Pills*. Por um lado, como apontaram alguns dos entrevistados sob medicação, não aderir à medicalização imputa aos indivíduos uma fraqueza ou uma negligência sobre o potencial que poderia ser expandido e prolongado quimicamente. Por outro, há a questão da perda do prestígio moral decorrente da crença no caráter inerente ao trabalho de perícia (SENNETT, 2008), uma vez que os usuários não se reconhecem como protagonista do que produzem e das conquistas que acumulam. Como uma das universitárias relata no documentário: "me entristece saber que eu não consegui isso sozinha. Fui eu e o *Adderall*". Essa coparticipação nos resultados coloca em cheque a própria meritocracia implicada nas estruturas flexíveis.

Sennett (2008) retoma o processo de objetificação do fracasso desde os primeiros testes de habilidades aplicados pelo exército, de como o talento foi equiparado ao mérito e de como sua busca constrói desde então

um discurso de inclusão, já que os critérios de avaliação são padronizados para qualquer indivíduo de qualquer classe social, tornando científica e imparcial a valorização da inteligência e da criatividade: "os mesmos testes, avaliações e datas importantes que recompensam os melhores servem de base para descartar outros, abaixo desse nível de elite". (SENNETT, 2008, p. 106) E se inteligência e criatividade são identificadas como talentos é só porque elas passam a denotar uma "aptidão de processar e interpretar conjuntos de informação e de práticas permanentemente em evolução". (SENNETT, 2008, p. 107) Nesse sentido, não se trata de um talento específico, mas de uma aptidão potencial para aderir a demandas que se impõem constantemente. Estamos falando, portanto, de um potencial de concentração, de disposição e de resposta, que são justamente a contrapartida prometida pelos estimulantes.

Em *Take Your Pills*, entretanto, a meritocracia é posta em xeque duplamente quando esta se coloca sob os efeitos do *Adderall*. Primeiro porque, como ressaltamos anteriormente, o acesso ao medicamento e aos médicos aptos à prescrição é desigual entre as classes sociais. E segundo porque se a aptidão potencial é a do medicamento, o "mérito" não diz respeito mais às pessoas. Nesse sentido, as perguntas levantadas pelo documentário são: quais são as novas condições de igualdade e, principalmente, qual desempenho passa a ser valorizado nessa sociedade competitiva e medicalizada? Como se questiona um dos usuários de *Adderall*: "eu estou trapaceando?"

DOSE 2: VISIBILIDADE

Com *Take Your Pills*, é possível propor que essa concorrência desleal turbinada pela suplementação química de estimulantes seja consequência do crescimento da concorrência por oportunidades e da dissolução dos valores tradicionais nessa nação-mundo hiperconectada e hipercompetitiva. Nesta perspectiva, juntamente com o *Adderall*, estariam também outros consumos, como o de objetos supérfluos e de imagens corporais midiatizadas, cujo somatório culminaria para o consumismo e para sua potencialização a partir de uma lógica hedonista-narcisista a qual: 1) subordinaria o princípio de utilidade ao de felicidade em uma nova moral que visa o prazer e repele a dor; 2) estimularia a experimentação de tudo

na busca de se saciar um desejo pessoal por diferenciação social; 3) estruturaria o consumo em um mecanismo de gratificação que na verdade alcança o prazer e não a satisfação; e 4) transformaria a insatisfação emocional no grande motor que retroalimenta consumismo.

Costa (2005) não aborda o consumo de *Adderall*, mas é ele quem constrói todo esse percurso ao dialogar com pensadores como Hannah Arendt, Baudrillard e Campbell para tentar entender justamente a relação histórica e psicológica que construímos com o consumismo até chegarmos ao consumo marcante do supérfluo e das imagens do corpo. O autor aborda esse fenômeno a partir de sua proposta de que a lógica hedonista-narcisista e seus desdobramentos estruturaram uma moral do espetáculo, a qual desloca a função dos objetos: da materialização e visibilidade de ideais éticos, crenças e sentimentos para a comunicação de uma admiração e de uma comunhão com aqueles cujos estilos de vida passam a ser apresentados midiaticamente como modelos de sucesso e de felicidade. Para o autor, a questão central aqui perpassa o entendimento de como esses objetos consumíveis e consumidos participam "na gestão, manutenção e reprodução de nossos ideais de eu" (COSTA, 2005, p. 163) e isso inclui também a reflexão sobre o que passam a ser esses ideais.

Corroborando com Sennett (2008), Costa (2005) assume que satisfação é compatível com consumo e analisa qual é a satisfação obrigatória que a lógica do espetáculo põe em jogo. Neste sentido, propõe que, em um regime de espetacularização do eu, as apropriações vinculadas ao consumo passam a ter como função a materialização não de uma essência, nem de um bem-comum, mas de uma aparência valorizada pela mídia. Como causas desse processo, apresenta: as mudanças da perícia para a capacitação teorizadas por Sennett (2008), que implicam o esvaziamento do trabalho como produtor de caráter e como criador de vínculos; as mudanças na apresentação da imagem do corpo pelo discurso midiático com a equiparação de predicados corporais e de sucesso social, os quais reposicionam o cuidar de si no cuidado do corpo; e a substituição da autoridade pela celebridade, cuja equivalência é estruturada pelo discurso da moda e da ciência, culminando em modelos prescritivos que equiparam visibilidade a sucesso.

Em *Take Your Pills*, é possível contextualizar o consumo de estimulantes na sociedade do espetáculo teorizada por Costa (2005). Nela, como vimos, os objetos deixam de materializar méritos morais ou sociais e assumem o papel de meros instrumentos empregados no estímulo do corpo, na tentativa de reproduzir neles um sentimento de semelhança com aqueles outros corpos supervalorizados: os corpos vencedores, os corpos midiáticos, os corpos visíveis. Neste sentido, o consumo de *Adderall* vai justamente transformar a potência do corpo de usuários para que eles possam reproduzir a performance daqueles corpos que são apresentados socialmente como modelos de produtividade, contribuindo para os imaginários do sucesso. Nas falas dos usuários, por exemplo, é possível identificar essa conformação. O programador fala do imaginário dos programadores que trabalham 16 horas por dia até conceberem um código inteiro, perfeito, como uma sinfonia de Mozart. O analista financeiro fala do corpo incansável do analista ideal, que trabalha também 16 horas por dia e que nunca diz não. O atleta se refere às características sobre-humanas que devem ser perseguidas pelos atletas da liga profissional de futebol americano e por todos aqueles que aspiram participar dela. E a universitária trata da imagem do universitário onipresente, que alia a melhor performance em notas com um Instagram que prova e promove sua competência para conciliar a vida social e a produtividade esperada no *campus*.

Dessa desmaterialização, é possível propor que a lógica hedonista descarta a felicidade sentimental, que se mantém presente nas narrativas e na memória mesmo depois do ato do consumo, mesmo na ausência do objeto. Em seu lugar, apresenta-se uma felicidade sensorial, instrumentalizada, que dura o instante do gozo e que exige sempre a presença física do objeto estimulante. (COSTA, 2005) Por conta disso, propomos, observa-se um crescente nas doses ministradas pelos usuários em *Take Your Pills*, justamente pela impossibilidade de se lidar com a ausência do objeto-comprimido e de se prolongar aqueles efeitos sensoriais simuladores dessa nova felicidade (ou dessa nova performatização da felicidade). Entre uma ingestão e outra, há relatos de depressão e é nessa fenda que a indústria farmacêutica vai despejar todo o seu arsenal em prol da manutenção da produtividade *always on*.

DOSE 3: FELICIDADE

A partir da análise do conteúdo do *World Economic Forum*, de 2014, Davies (2015) se propõe a explicar de que maneira o bem-estar se tornou uma preocupação das elites político-financeiras no século XIX e como houve uma corrida pela mensuração de índices de felicidade e sua relação com o trabalho e o consumo. Com relação a 2008, por exemplo, as palestras e temas relacionados com o bem-estar dobraram em 2014, ano em que, entre presidentes, celebridades e bilionários, um monge budista foi o convidado com maior destaque no evento. O autor não trata, portanto, da felicidade construída como promessa e agregada como a camada superficial a produtos pela propaganda, nem da felicidade sentimental proposta por Costa (2005) com suas teias de afetos e memórias que conduzem ao autoconhecimento. Sua proposta é tratar de uma felicidade paliativa, construída discursivamente e ofertada (em forma de condutas ou de medicação) como alternativa para a manutenção da produtividade e do próprio consumo.

Ao analisar a depressão, o estresse e a ansiedade gerados pelo novo modelo de trabalho nas instituições flexíveis, pelo ambiente hiperconectado e globalizado e pela proliferação de imagens que prescrevem modelos de sucesso, e tratadas por nós anteriormente, Davies (2015) propõe duas saídas usando o levantamento de pesos como metáfora para a capacidade humana de se ajustar a este contexto:

> Se o levantamento de pesos se torna muito doloroso, você tem duas alternativas: reduzir o peso ou prestar menos atenção à dor. No começo do século XIX, observa-se o crescimento de um grupo de experts no treinamento da 'resiliência', do bem-estar mental e de terapias comportamentais-cognitivas, cujo aconselhamento procura guiar os indivíduos para que eles optem pela segunda estratégia.[4] (DAVIES, 2015, p. 35, tradução nossa)

4 "If lifting weights becomes too painful, you're faced with a choice: reduce the size of the weight,or pay less attention to the pain. In the early twenty-first century, there is a growing body of experts in 'resilience' training, mindfulness and cognitive behavioural therapy whose advice is to opt for the latter strategy". (DAVIES, 2015, p. 35)

Optar por prestar menos atenção à dor – causada pela sobrecarga produtiva ou pela capacidade cognitiva humana distendida aos moldes sobre-humanos – é uma estratégia que pode ser viabilizada de três maneiras: a partir da medicalização da sociedade (suplementação química), a partir de uma excitação máxima, capaz de canalizar a atenção da dor para o gozo, ou a partir da junção dessas duas alternativas. É dessa combinação que Preciado (2018) propõe nossa entrada em uma era farmacopornográfica que caminha no sentido da excitação, do enquadramento e da docilização das subjetividades – primeiro pela suplementação química, segundo pela explosão da representação pornográfica dos corpos. O autor vai situar sua proposta no regime pós-industrial e globalizado, com uma guinada no que vislumbra ser a grande produção do capitalismo atual.

Nesse sentido, afasta-se da proposta de que vivemos um capitalismo-cognitivo, no qual a grande produção é um trabalho imaterial (símbolos, linguagens, afetos) decorrente da colaboração entre os cérebros. Em seu lugar, Preciado (2018) propõe nossa inserção em um biocapitalismo, que se estruturaria na colaboração entre corpos autopornográficos, conectados em uma grande cadeia de colaboração masturbatória que mobilizará a potência de excitação dos corpos (força-orgásmica) para o controle do prazer, da ejaculação, dos afetos narcosexuais e da própria subjetividade. Por conseguinte, o grande trabalho realizado neste biocapitalismo é o de se empregar na excitação de si, ou na excitação do outro, ou na excitação com o outro, não havendo diferenciação entre uma relação ou outra.

Esse mecanismo reproduz o *modus operandi* excitação-frustração que nunca se completa totalmente no consumo, porque só produz a felicidade sensorial, efêmera, imediatista e instrumentalizada de que tratamos anteriormente. (COSTA, 2005) Por outro lado, o binômio excitação-frustração também não pode se completar no trabalho de perícia, capaz de produzir caráter e de promover prazer no próprio fazer, já que este também foi substituído por um trabalho efêmero, imediatista e estruturado na promessa de uma capacitação que, quando se realiza, é só para ser descartada. E é nesse imbróglio que a indústria farmacêutica vem colaborar com a lógica pornográfica, suplementando quimicamente os indivíduos para que eles não parem na fase de frustração, mas que se mantenham em movimento. Nesta perspectiva, como propõe Preciado (2018, p. 36), emerge

um “conjunto de dispositivos microprotéticos de controle da subjetividade por meio de novos protocolos técnicos, biomoleculares e multimídia”, no qual a subjetividade passa a ser definida em seu estado ciborgue de suplementação química, do analgésico ao estimulante. Por conseguinte, a experiência subjetiva será reduzida à substância consumida: a depressão reduzida ao Prozac, a disfunção erétil ao Viagra, a maternidade à Pílula, a masculinidade à Testosterona. (PRECIADO, 2018)

É entre esses corretivos que situamos o consumo de estimulantes na sociedade norte-americana retratado pelo documentário *Take Your Pills*. Mais do que um complemento para fazer o que precisa ser feito, no menor tempo possível e com o máximo de atenção, em um contexto globalizado, hiperconectado e hipercompetitivo, drogas como o *Adderall* não operam apenas na manutenção da produtividade, mas na própria manutenção da vida inserida nesse mecanismo de excitação e frustração, no qual o corpo deve ser preservado para poder voltar sempre à excitação, cumprindo sua função maior que é a de consumir e a de ser consumido, exercitando o maior de todos os seus talentos que é o de continuar gozando sem nunca sair desse estado de felicidade sensória.

APONTAMENTOS FINAIS: POR UMA CRISE GLOBAL DE ABSTINÊNCIA

Há ainda a possibilidade de tecer um amplo diálogo entre a evolução da anfetamina traçada em *Take Your Pills* e o desenvolvimento da pílula anticoncepcional reconstruído por Preciado (2018). Primeiro no que toca aos testes nas populações desviantes usadas como cobaias para o aprimoramento e certificação das drogas (entre negros, hispânicos e estudantes de escolas públicas no caso da anfetamina e entre populações de países subdesenvolvidos, loucos e presos no caso da pílula). Segundo no que toca à normatização de condutas: no controle dos adolescentes cujo comportamento não colaboram com o funcionamento de instituições como as famílias e as escolas em *Take Your Pills* e no controle da libido feminina em Preciado (2018). Entretanto, deixaremos essas duas articulações para trabalhos futuros.

Como apontamentos finais, trataremos não dos desvios ou inadequações, mas das brechas. No encerramento do documentário, a Dra. Wendy Brown, pesquisadora política da UC Berkeley, aborda tudo o que perdemos quando aderimos à obsessão de nos mantermos alertas, focados e produtivos. Segundo ela, é justamente quando deixamos a mente vagar, quando temos tempo para a reflexão e para a contemplação, é justamente nesses momentos em que nos reafirmamos como humanidade em nosso potencial para a criatividade, para a arte, e nos abrimos para "momentos extraordinários de conexão humana", dos quais resultam alegrias genuínas, mas também dor e sofrimento – que não devem ser evitados, mas compreendidos como inerentes às práticas humanas. Nesta mesma visada, Morin (2009) trata da importância do erro na evolução humana como nosso grande método de aprendizado e de desenvolvimento. É na brecha do erro genuinamente humano que o autor enxerga a oportunidade para grandes saltos qualitativos na nossa relação com o ambiente, com o outro, com a sociedade.

É verdade que pode haver algo de excitação-e-frustração no método tentativa-e-erro. Há, entretanto, algumas diferenças que resumem o percurso que traçamos até aqui. Tentar-e-errar não implica a extinção do trabalho de perícia, nem do prazer em se envolver plenamente no processo, motivado pela simples satisfação de se fazer bem-feito. Tentar-e-errar não implica a cópia de modelos de sucesso nem sua reprodução, mas um tempo empregado na criação de algo novo que operará na própria experiência subjetiva. O gozo decorrente do acerto não é momentâneo. Ele persistirá na memória e na narrativa do acerto, na experiência da felicidade sentimental e autêntica de que trata Costa (2005). E, nesse legado que constitui nossa própria cultura, o erro não será apagado ou suprimido, porque é *per se* constituinte do sucesso, porque sinaliza caminhos que já percorremos e esse é o tipo de economia de tempo e de recursos que não extingue a natureza humana, mas a torna única.

Na medicalização para a produtividade em moldes sobre-humanos, perde-se, propomos, a consciência do processo que passa a ser a justificativa para si mesmo. É consumindo e sendo consumidos pelo processo que integramos o capitalismo pós-industrial, pós-moderno, tardio, cultural,

flexível, farmacopornográfico. E, porque tempo e espaço são comprimidos nesse *modus operandi*, chegamos à nossa condição pós-moderna e dela à atual condição pós-humana: ciborgue, suplementada, cronicamente infeliz.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. E. M.; BOSI, M. L. M. Network as transconcept: elements for a conceptual demarcation in the field of public health. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, p. 1-6, 2016.

BARROS FILHO, L.; PERES-NETO, L. *Reputação*: um eu fora do meu alcance. Rio de Janeiro: Harper Collings, 2019.

BAUDRILLARD, J. *A ilusão do fim*. Lisboa: Terramar, 1992.

CAMARGO JÚNIOR, K. R. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 844-846, 2013.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford university Press, 2009.

CHANDLER, D.; FUCHS, C. *Digital Objects, Digital Subjects*: interdisciplinary perspectives on capitalism, labour and politics in the age of big data. Londres: University of Westminster Press, 2019.

COSTA, J. F. *O vestígio e a aura*: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CRARY, J. *24/7*: late capitalism and the ends of sleep. Londres: Verso, 2014.

DAVIES, W. *The Happiness Industry*: how the government and big business sold us well-being. Londres: Verso, 2015.

HAN, B. C. *La sociedad del cansancio*. Barcelona: Herder, 2012.

HARDT, M.; NEGRI, T. *Império*. Barcelona: Paidós, 2000.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIGGS, P.; LEONTOWITSCH, M.; STEVENSON, F. et al. Not just old and sick: the ‘will to health’ in later life. *Ageing and Society*, Cambridge, v. 29, n. 5, p. 687-707, 2009.

JAMESON, F. *Pós-modernismo*: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

LUPTON, D. M-health and health promotion: the digital cyborg and surveillance society. *Social Theory Health*, Basingstoke, v. 10, n. 3, p. 229-244, 2012.

MORIN, E. *Cultura e barbárie européias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

PRADO, J. L.A. *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: EDUC, 2013.

PRECIADO, P. B. *Testo Junkie*: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SAFATLE, V. *O circuito dos afetos*: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SUPLEMNETAÇÃO. *In*: HOUAISS, Dicionário Online de Português. São Paulo: Objetiva, 2020. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br. Acesso em: 27 set. 2020.

SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008

TAKE YOUR PILLS. Direção: Alison Kalyman. Produção: Julie Goldman. United States: Netflix, 2018 (87 min), son., color.

WENTZELL, E. Erectile Dysfuntion as a Successful Ageing in México. *In*: LAMB, S. *Successful Ageing as a Contemporary Obsession*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2017, p. 68-82.

SOBRE OS AUTORES

ALBERTO BRACAGIOLI NETO

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia da UFRGS.
E-mail: abracagioli@gmail.com

AMÁLIA LEONEL NASCIMENTO

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nutricionista da Secretaria de Educação da Prefeitura do Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: amalialeonel@gmail.com

ANA LÍA GONZÁLEZ

Licenciada en Nutrición e Especialista en Salud Social y Comunitaria. Universidad Nacional de Córdoba. Escuela de Nutrición, Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
E-mail: lic.analiagonzalez@gmail.com

ANA MARIA CERVATO-MANCUSO

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada da Faculdade de Saúde Pública da USP, Brasil.
E-mail: cervato@usp.br

ANNA CHRISTINA PINHEIRO FERNANDES

Magíster en Ciencias Biológicas. Universidad del Desarrollo, Escuela de Nutrición y Dietética, Facultad de Medicina - Clínica Alemana, Chile.
E-mail: apinheiro@udd.cl

CLARICE LIMA ÁLVARES DA SILVA

Doutora em Ciências da Saúde/ Saúde Coletiva pelo Centro de Pesquisas René Rachou. Professora Adjunta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Governador Valadares, Brasil.
E-mail: clarice.silva@ufjf.edu.br

CLAUDIA ALBRECHT

Doctora en Ciencias de la Salud. Escuela de Nutrición, Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
E-mail: calbrecht@fcm.unc.edu.ar

CLAUDIA ZULUAGA SALAZAR

Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: cpzuluaga@gmail.com

DIONISIA NAGAHAMA

Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Nutricionista e pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.
E-mail: dionenagahama@gmail.com

DOLORES ROMAN

Doctora en Ciencias de la Salud. Universidad Nacional de Córdoba. Escuela de Nutrición, Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
E-mail: doloresroman@gmail.com

ELAINE MARTINS PASQUIM

Doutora em Nutrição pela Universidade de Brasília (UnB), com período sanduíche na Ryerson University em Toronto - Canadá. Analista em ciência e tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.
E-mail: elaine.pasquim@gmail.com

ÉRIKA MARAFON RODRIGUES CIACCHI

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).
E-mail: erika.ciacchi@unila.edu.br

FABIANA BOM KRAEMER

Doutora em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com período sanduíche na Universitat Rovira i Virgili em Tarragona, Espanha. Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil.
E-mail: fkraemer@uerj.br

FLÁVIA MILAGRES CAMPOS

Doutora em Ciências pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Brasil.
E-mail: flavia.campos@unirio.br

FLAVIO LUIZ SCHIECK VALENTE

Mestre em Saúde Pública pela Harvard. Pesquisador colaborador do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: flsvalente@yahoo.com

GABRIELA ARRUDA CANOSA

Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Consultora VerdePerto – Brasil.
E-mail: gabycanosa@hotmail.com

GIOVANA PALUDO GIOMBELLI

Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – NEA-SSAN Karu Porã, Paraná, Brasil.
E-mail: gp.giombelli@gmail.com

JACQUELINE ALEJANDRA ARANEDA FLORES

Doctora en Salud Pública. Departamento de Nutrición y Salud Pública, Facultad de Ciencias de la Salud y de los Alimentos, Universidad del Bio-Bio, Chile.
E-mail: jaraneda@ubiobio.cl

JANINE HELFST LEICHT COLLAÇO

Doutora em Antropologia Social e Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais.
E-mail: janinecollaco@gmail.com

JEIDI YASMIN GALEANO COBOS

Mestre em Agronomia (Produção Vegetal) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN) e o Círculo de Referência

em Agroecologia, Sociobiodiversidade, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (ASSSAN Círculo).
E-mail: jygalc4@gmail.com

JOSÉ MANUEL FREDDY DELGADO BURGOA

Ph.D (Doctor en Agroecología y Desarrollo Sustentable). Comunidad Pluricultural Andino Amazónico para la Sustentabilidad (COMPAS – Bolivia).
E-mail: jmfreddydelgado@gmail.com

JULIAN PERREZ-CASSARINO

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR) com estágio doutoral no Instituto de Sociología y Estudios campesinos de la Universidad de Córdoba (ISEC-UCO), Espanha, e pós-doutoral no Colegio de la Frontera Sur (ECOSUR) México. Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – NEA-SSAN Karu Porã -UFFS/Laranjeiras do Sul – Paraná, Brasil. Professor adjunto da Universidade Federal da FronteiraSul (UFFS) - Campus Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.
E-mail: julian.cassarino@uffs.edu.br

KELLEM REGINA ROSENDO VINCHA

Doutora em Ciências pelo programa de Pós-Graduação de Nutrição em Saúde Pública da Universidade São Paulo (USP). Professora Substituta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus avançado de Governador Valadares, Brasil.
E-mail: kvincha@yahoo.com.br

LARISSA DA CUNHA FEIO COSTA

Doutora em Nutrição Dietética pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nutricionista do Campus laranjeiras do Sul da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Paraná, Brasil.
E-mail: larissa.costa@uffs.edu.br

LEANDRA LETÍCIA ROCO

Nutricionista pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.
E-mail: leandraroco@gmail.com

LUCIENE BURLANDY

Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Professora Associada da Faculdade de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição e Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil.
E-mail: burlandy@uol.com.br

LUIZ PERES-NETO

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidad Autónoma de Barcelona (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, Brasil.
E-mail: luiz.peres@espm.br

MARIA CLÁUDIA DA VEIGA SOARES DE CARVALHO

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil.
E-mail: mariaclaudiaveigasoares@yahoo.com.br

MARIA RITA MARQUES DE OLIVEIRA

Doutora em Ciências dos Alimentos pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Instituto de Biociências de Botucatu.
E-mail: maria-rita.oliveira@unesp.br

MARIELEN PRISCILA KAUFMANN

Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Grupo de Pesquisa Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Prof. José Antônio Costabeber e do Núcleo de Estudos e Centro Vocacional Tecnológico Agroecologia, Agrobiodiversidade e Sustentabilidade, sediado na UFSM.
E-mail: marielenpk@gmail.com

MARILIA DUQUE

Mestra em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, Brasil.
E-mail: mariliaduque@gmail.com

MARTIZA CASTILLO CARRIÓN

Magister Scientiae en Tecnología de Alimentos. Departamento de Química y Ciencias Exactas. Universidad Técnica Particular de Loja. Ecuador.
E-mail:mjcastillo1x@utpl.edu.ec

MILENA SILVESTER QUADROS

Pós-Doutorado na Universidade de Alicantes, Espanha. Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnológica.
E-mail: milena.quadros@restinga.ifrs.edu.br

MÔNICA DE CALDAS ROSA DOS ANJOS

Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Adjunta do Departamento de Nutrição e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná, Brasil.
E-mail: monica.anjos@ufpr.br

PEDRO ISRAEL CABRAL DE LIRA

PhD em Medicina pela London School of Hygiene and Tropical Medicine – Universidade de Londres. Professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Nutrição.
E-mail: lirapic@ufpe.br

REGINA POPELKA

Especialista en Salud Social y Comunitaria. Escuela de Nutrición, Facultad de Ciencias Médicas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina.
E-mail: reginapopelka@gmail.com

REGINA ROSENDO VINCHA

Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Substituta do Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, Brasil.
E-mail: k.vincha@yahoo.com.br

ROZANE MÁRCIA TRICHES

Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Realeza, Paraná, Brasil.
E-mail: rozane.triches@gmail.com

RUTH IRENE MARTINEZ ESPINOSA

Magister Scientiae en Tecnología de Alimentos. Departamento de Química y Ciencias Exactas. Universidad Técnica Particular de Loja. Ecuador.
E-mail: rimartinez@utpl.edu.ec

THABATA KOESTER WEBE

Doctora en nutrición. Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Instituto de Biociências de Botucatu, Centro de Ciência e Tecnologia em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
E-mail: thabata.k.weber@unesp.br

VERIDIANE GUIMARÃES RIBAS SIROTA

Especialista em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. Autônoma.
E-mail: veridianesirota@gmail.com

YUDI PAULINA GARCÍA RAMÍREZ

Magister en Alimentos y Nutrición. Programa de Postgrado en Alimentos y Nutrición, Facultad de Ciencias Farmacéuticas Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Araraquara, Brasil e Corporación Universitaria Remington, Uniremington, Colombia.
E-mail: paulgr27@gmail.com

Tecnologias Sociais e de Comunicação como recursos educacionais em alimentação aparece em momento oportuno ao reunir pesquisadores de várias áreas para discutir sobre Tecnologias Sociais na temática de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) com articulações entre prática e teoria. A coletânea dá visibilidade a perspectivas éticas e pedagógicas que possam promover a inclusão social através de processo democrático e participativo. O escopo prevê abordagens problematizadoras e questionadoras de discursos e de produção de verdades que excluem a polifonia de significados intrínseca ao pensar e que impede um maior conhecimento dos impasses e desafios nela presentes.

ISBN 978-85-232-1991-8
9 788523 219918